

Departamento de Economia

**Para além da filantropia: contributos do Turismo
Solidário para o Desenvolvimento Comunitário**
Uma análise comparada Cabo Verde - São Tomé e Príncipe

Joana Marques

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:
Professor Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE-IUL

Outubro, 2009

Resumo

No âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária e do projecto do Centro de Estudos Africanos (CEA/ ISCTE-IUL) “*O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: Análise de Experiências Insulares*”, foi desenvolvido um estudo comparativo com os objectivos de analisar a viabilidade de um turismo ancorado nos princípios da Economia Solidária e avaliar as potencialidades e constrangimentos dessas modalidades de turismo no desenvolvimento das comunidades locais. A análise tem por base dois Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O ponto de partida para a investigação foram as iniciativas e projectos designados de Turismo Solidário, analisando-se diferentes conceitos e práticas destas novas abordagens turísticas que se demarcam do turismo convencional ou de massas, inscrevendo-se num movimento que procura contrariar os efeitos negativos da actividade turística e promover um desenvolvimento mais humano e sustentável das comunidades de acolhimento.

A literatura dominante aborda o Turismo Solidário como uma ferramenta na cooperação Norte-Sul, vendo a solidariedade do ponto de vista do turista do Norte que procura participar no desenvolvimento das comunidades que visita. Indo além destas perspectivas mais paternalistas, a orientação teórica e metodológica do estudo foi fornecida pelo enquadramento teórico-prático da Economia Solidária, argumentando-se que, mais do que a solidariedade de quem vem de fora, o Turismo Solidário exige o envolvimento e a solidariedade entre a população local.

Dois projectos foram identificados para análise: o projecto de Turismo Solidário de Base Comunitária promovido pelo Atelier Mar em Lajedos, Santo Antão; e o projecto de Turismo Solidário promovido pela Natcultura em Diogo Vaz, São Tomé. Com base na metodologia do estudo de caso, procurou-se aferir até que ponto os princípios da Economia Solidária estão presentes nos projectos de Turismo Solidário e seus contributos para o Desenvolvimento Comunitário.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Turismo Solidário, Desenvolvimento Comunitário, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Abstract

Beyond philanthropy: contributions of Solidarity Tourism to Community Development

A comparative analysis Cape Verde – Sao Tome and Principe.

Within the context of the Master in Social and Solidarity Economy and the research project “*The Tourism Impact in Community Development in Africa: Analysis of Island Experiences*”, on going at *Centro de Estudos Africanos* (African Studies Centre - CEA/ISCTE-IUL), a comparative study was developed aiming to analyse the viability of a tourism based on the principles of Solidarity Economy and to evaluate the potentialities and constraints of such tourism initiatives in the development of local communities. The analysis is based on two Small Island Developing States (SIDS) among the Portuguese-speaking African Countries: Cape Verde and Sao Tome and Principe.

The starting point for the research were the initiatives and projects named as Solidarity Tourism, analysing different concepts and practices of these new tourism approaches that differ from mass tourism and fall in a movement that seeks to counter the negative effects of tourism activities and to promote a more humanized and sustainable development of host communities.

Existing literature approaches Solidarity Tourism as a tool for North-South cooperation, looking at solidarity in terms of the Northern tourists seeking to participate in the development of the communities they visit. To go beyond the more paternalistic perspectives, the framework of the research is given by the theory and practice of Solidarity Economy, arguing that, more than the solidarity from those who come from outside, Solidarity Tourism requires the involvement and solidarity among local people.

Two Solidarity Tourism projects were identified for the analysis: one promoted by Atelier Mar in Lajedos, Santo Antao, and the other promoted by Natcultura in Diogo Vaz, Sao Tome. Based on the case study methodology, the research intended to ascertain to what extent the principles of Solidarity Economy are present in Solidarity Tourism projects and their contribution to Community Development.

Keywords: Solidarity Economy, Solidarity Tourism, Community Development, Small Island Developing States.

A presente Dissertação de Mestrado foi enquadrada pelo Projecto “*O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: Análise de Experiências Insulares*” (PTDC/AFR/69094/2006), desenvolvido no Centro de Estudos Africanos (CEA/ ISCTE-IUL) sob a coordenação da Prof. Doutora Brígida Rocha Brito e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Agradecimentos

A presente dissertação é o resultado de um trabalho que também é colectivo e não seria possível sem o enquadramento e equipa do projecto “*O impacto do turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares*”, a estrutura de apoio do Centro de Estudos Africanos (CEA/ ISCTE-IUL), o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a inspiração dos professores do Mestrado em Economia Social e Solidária e a generosa colaboração das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz e de todos os representantes de projectos e instituições que colaboram tão positivamente na investigação.

Neste empreendimento colectivo, não posso deixar de destacar alguns nomes: a Professora Brígida Brito, por ter acreditado em mim e pela forma generosa como me integrou em todas as fases do projecto; Joaquim Ramos-Pinto, Nuno Alarcão, Bastien Loloum, Andreia Duarte e Ernesto Tavares pelo trabalho em equipa; Fernanda Alvim, pelo seu apoio logístico e pela partilha dos sábios conselhos de quem já acompanhou as angústias e alegrias de muitos mestrandos e doutorandos; aos meus informantes privilegiados – em Cabo Verde, Leão Lopes, Maria Estrela, Alexandre Nevski, Agnelo Andrade, Dra. Ana Morais, Dr. Bensada; em São Tomé e Príncipe, Nora Rizzo, professor Gustavo Duarte, Dr. Arlindo de Carvalho, Isaura Carvalho e Sr. António – pelo bom acolhimento e pela partilha de informação e documentação; aos meus companheiros no terreno – Jocelina, Josiane, Toni, Cármen Montrond, Lia, Sr. Beto, Germano, Madueno, David, Dati, Daniel, António, Wildimila, Nelson, Ketia e Madeleine.

Um obrigado muito especial ao meu orientador, o Professor Rogério Roque Amaro, fonte permanente de inspiração e incentivo, além de ser uma referência fundamental presente ao longo de toda a dissertação e com quem tive o privilégio de partilhar momentos cruciais do trabalho de campo.

Quero ainda agradecer aos meus pais por todo o apoio e pelo penoso trabalho de revisão final do presente texto. Finalmente, gostaria de agradecer o apoio, a opinião e o carinho dos amigos de sempre: Ana Isabel Couto, Ana Luísa Martinho, Carmem Barros, Inês Neto, Lígia Ferro, Aline Afonso, Catarina Albergaria e, muito especialmente, ao Paulo.

Índice

Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Agradecimentos.....	v
Índice de Quadros, Gráficos e Esquemas.....	viii
Lista de Abreviaturas.....	ix

Introdução: O problema da investigação.....	1
---	---

PRIMEIRA PARTE

Desenvolvimento, Economia Solidária e Turismo – Enquadramento Teórico-Conceptual

1 – O conceito de Desenvolvimento em questão.....	6
1.1. Teorias do Desenvolvimento: evolução e análise crítica.....	6
1.2. Os Novos Conceitos de Desenvolvimento.....	9
1.3. O Desenvolvimento Comunitário.....	11
1.4. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.....	15
2 – A Economia Solidária em perspectiva comparada.....	20
2.1. Contextos históricos de afirmação da Economia Social e Solidária.....	20
2.1.1. <i>A Economia Solidária e o Terceiro Sector a partir da experiência dos países ocidentais</i>	20
2.1.2. <i>As iniciativas de Economia Popular, Informal e Solidária nos Países em Desenvolvimento</i>	24
2.2. A Economia Solidária em relação com os Novos Conceitos de Desenvolvimento e com o Desenvolvimento Comunitário.....	26
2.3. O princípio de Sustentabilidade.....	28
3 – Do Turismo convencional às novas e alternativas formas de Turismo.....	31
3.1. Breve abordagem histórica e teórica.....	31
3.2. O Turismo na economia global.....	34
3.2.1. <i>Turismo em África</i>	36
3.2.2. <i>Turismo nos Pequenos Estados Insulares</i>	37
3.3. A crítica ao turismo convencional: razões para um turismo diferente.....	39
3.4. Na emergência das novas modalidades e conceitos de Turismo.....	43
3.5. A tese do Turismo como trampolim para o Desenvolvimento.....	45
3.5.1. <i>Contributos teóricos</i>	45
3.5.2. <i>Iniciativas práticas</i>	49
3.5.3. <i>A Sustentabilidade no sector turístico</i>	50
3.6. A Economia Solidária aplicada ao Turismo – para um novo conceito de Turismo Solidário.....	52
3.7. Turismo para quem? Breves considerações sobre a procura de Turismo Solidário.....	60
4 - Nota conclusiva.....	62

SEGUNDA PARTE

Do problema teórico ao problema prático

5 – Desenho da pesquisa	63
5.1. As hipóteses de investigação.....	63
5.2. Modelo de análise.....	64
5.3. Opções metodológicas.....	68
5.4. Breves considerações epistemológicas.....	71
6 – O contexto: análise comparada de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	74
6.1. Breve contextualização histórico-política	75
6.2. Geografia e património natural	77
6.3. Caracterização económica.....	80
6.4. Contexto demográfico e sociocultural.....	82
6.5. Turismo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	85
6.5.1. <i>Avaliação do mercado</i>	85
6.5.2. <i>Potencialidades e atractivos turísticos</i>	89
6.5.3. <i>Fragilidades e constrangimentos</i>	91
6.5.4. <i>Políticas públicas para o Desenvolvimento do Turismo</i>	93

TERCEIRA PARTE

Turismo Solidário em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: estudo de casos

7 – Caracterização das modalidades e formas de oferta de Turismo Solidário.....	99
7.1. O Projecto Turismo Solidário de base Comunitária de Lajedos	100
7.1.1. <i>O contexto de Lajedos</i>	100
7.1.2. <i>O enquadramento geral do Atelier Mar</i>	101
7.1.3. <i>O projecto de Turismo Solidário com base comunitária</i>	103
7.2. O projecto de Turismo Solidário da Escola Não Formal de Diogo Vaz	105
7.2.1. <i>O contexto de Diogo Vaz</i>	105
7.2.2. <i>O enquadramento da Escola Não Formal de Diogo Vaz</i>	106
7.2.3. <i>O projecto de Turismo Solidário</i>	107
8 – Turismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário: percepções e relações.....	110
8.1. Consulta à Comunidade: opiniões e percepções sobre Turismo Solidário.....	110
8.2. A presença das dimensões da Economia Solidária	113
8.3. Os contributos para o Desenvolvimento Comunitário	123
REFLEXÕES FINAIS	136
Referências Bibliográficas	152
Anexos.....	166

Índice de Quadros, Gráficos e Esquemas

Índice de Quadros

Quadro 1. Teoria e prática da Economia Solidária em relação com a Teoria do Bem-Estar e os Novos Conceitos de Desenvolvimento	27
Quadro 2. Exportações Mundiais de Bens e Serviços (2003)	35
Quadro 3. Dez Considerações sobre a relação entre Turismo e Desenvolvimento	49
Quadro 4. Exemplos de Modalidades de Turismo Solidário.....	53
Quadro 5. Indicadores da Economia Solidária.....	66
Quadro 6. Indicadores de Desenvolvimento Comunitário	67
Quadro 7. Indicadores de Desenvolvimento de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	74
Quadro 8. Marcos na evolução histórico-política de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	77
Quadro 9. Grelha comparativa da geografia e património natural de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	79
Quadro 10. Estrutura sectorial do PIB por país.....	81
Quadro 11. Pobreza em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.....	83
Quadro 12. “Produto turístico Cabo Verde” vs “Produto turístico São Tomé e Príncipe”	86
Quadro 13. Entradas nos estabelecimentos hoteleiros de Cabo Verde por país de origem.....	88
Quadro 14. Entradas em São Tomé e Príncipe por país de origem.....	88
Quadro 15. Relevância do Turismo para a redução da pobreza nos países Africanos	94
Quadro 16. Plano Estratégico de Redução da Pobreza de Cabo Verde.....	95
Quadro 17. Caracterização das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz	100
Quadro 18. Conhecimento de iniciativas de Turismo Solidário na região.....	110
Quadro 19. Impacto Global dos projectos de Turismo Solidário.....	112
Quadro 20. Percepções sobre o contributo dos projectos de Turismo Solidário para a integração de grupos excluídos	116
Quadro 21. Percepção sobre o contributo dos projectos Turismo Solidário para o reforço dos laços entre a comunidade	117
Quadro 22. Envolvimento da população em iniciativas de Turismo Solidário.....	120
Quadro 23. Percepção sobre o contributo global dos projectos de Turismo Solidário para o desenvolvimento das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz.....	124
Quadro 24. Percepção sobre os contributos específicos dos projectos de Turismo Solidário para o desenvolvimento das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz.....	124
Quadro 25. Participação da população nas decisões sobre as opções turísticas da região	125
Quadro 26. Conhecimento da realização de reuniões com os gestores do projecto turístico.....	125

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução das chegadas de turistas internacionais no mundo	35
Gráfico 2. Total de receitas do turismo em proporção às exportações.....	37
Gráfico 3. Taxas de Ocupação	38
Gráfico 4. Duração média da estadia	38

Índice de Esquemas

Esquema 1. A Economia Solidária enquanto fenómeno de hibridação de economias.....	22
Esquema 2. Características da Economia Solidária presentes no Turismo Solidário	56
Esquema 3. Modelo de Análise.....	65

Lista de Abreviaturas

ADL - Associação de Desenvolvimento Local
AGCS - Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços
AITR - Associação Italiana de Turismo Responsável
ALTICOBA 21 - Agenda 21 Local para o Turismo a partir de Comunidades de Base
AOSIS - Alliance for Small Island States
BITS - Bureau International de Tourisme Social
CEA - Centro de Estudos Africanos
CST - Conta Satélite do Turismo
DC - Desenvolvimento Comunitário
DL - Desenvolvimento Local
FAIMO - Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FITS - Fórum Internacional de Turismo Solidário
FMI - Fundo Monetário Internacional
FTTSA - Fair Trade in Tourism South Africa
ICNPO - International Classification of Non-Profit Organizations
ICRT - The International Centre for Responsible Tourism
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INECV - Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
INESTP - Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe
IMVF - Instituto Marquês Valle Flôr
IPH - Índice de Pobreza Humana
MIRAB - Migrant/Remittances and Aid/Bureaucracy
NEPAD - New Partnership for Africa's Development
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG - Organização Não Governamental
ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
ONU - Organização das Nações Unidas
PALOP - País Africano de Língua Oficial Portuguesa
PDT - Plano Director do Turismo
PEID - Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
PERP - Plano Estratégico de Redução da Pobreza
PIB - Produto Interno Bruto
PMA - Países Menos Avançados
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPT - Pro Poor Tourism
PROFIT - People, Resources, Overseas Management, Finance and Transport
SIDS - Small Island Developing States
SITE - Small Island Tourist Economies
ST-EP - Sustainable Tourism - Eliminating Poverty
UA - União Africana
UNAT - Union National d'Associations de Tourisme
UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development
UNWTO - United Nations World Tourism Organization
WCED - World Commission for Environment and Development
WHO - World Health Organization

Introdução: O problema da investigação

O problema da investigação e seu contexto

A literatura e o debate sobre a relação entre Economia Solidária e Turismo são muito recentes e incipientes e carecem ser aprofundados, não fosse o turismo uma das principais actividades económicas do mundo, promovida por muitos países em desenvolvimento como opção estratégica para a redução da pobreza e motor de desenvolvimento. É o caso dos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, situados na costa Atlântica do continente Africano, que usufruem de um conjunto de características e especificidades geográfico-naturais e socioculturais, como a sua beleza natural, a riqueza em termos de biodiversidade e endemismo, o clima tropical, o sincretismo de traços culturais africanos e europeus, que os tornam particularmente atractivos enquanto destino turístico.

Neste sentido, o turismo tem sido assumido como uma estratégia para o desenvolvimento destes países, nomeadamente pela criação de emprego e de iniciativas que possibilitam uma grande dinamização a nível económico, social, cultural. No entanto, as relações não são lineares e, mediante certas condições, os efeitos do turismo podem ser os inversos, como demonstra a análise dos impactos de alguns *resorts* turísticos pertencentes a grandes grupos internacionais, vocacionados exclusivamente para férias de sol e praia, onde tudo é importado.

Se é verdade que o turismo tem vindo a assumir um crescente destaque nestes arquipélagos, importa agora discutir as contradições desta actividade que, mesmo gerando rendimentos e diversificando as oportunidades de trabalho, faz emergir uma série de problemas sociais e ambientais, como degradação ambiental, especulação imobiliária, descaracterização cultural ou exploração sexual. Ao mesmo tempo, a concentração espacial dos equipamentos turísticos e, por consequência, dos investimentos públicos em determinadas zonas acentua desigualdades regionais, sendo um factor de exclusão social e de subdesenvolvimento de muitas comunidades.

Ainda assim, uma abordagem inicial aos países em estudo permitiu identificar experiências bem sucedidas de actividades turísticas desenvolvidos localmente, incorporando valores locais e características solidárias, apostando num relacionamento de proximidade, em alternativa à tradicional apropriação de recursos exógenos, as quais evidenciam as amplas

possibilidades de dinamização trazidas pelo turismo. Tais experiências permitem-nos afirmar que, mediante certas condições, o turismo pode contribuir para o combate à pobreza e para o desenvolvimento das comunidades locais. Entramos assim no campo da Economia Solidária que tem vindo, ela própria, a assumir cada vez maior relevância nos mais variados domínios: a nível económico, a nível do emprego, na luta contra a pobreza e exclusão social, na dinamização cultural, na protecção ambiental, na promoção de uma cidadania activa, no desenvolvimento local e comunitário.

Assim, em termos gerais, este trabalho de investigação pretende questionar as condições em que o turismo é potenciador de Desenvolvimento Comunitário, analisando a viabilidade de um turismo ancorado nos princípios da Economia Solidária.

Tendo em conta o contexto da investigação e o carácter transversal do turismo, a análise foi desenvolvida com base numa abordagem comparativa e interdisciplinar, invocando-se os contributos da Economia, da Sociologia, da Geografia, da História, dos Estudos de Desenvolvimento, dos Estudos Africanos, da Ética, ou ainda da Biologia¹, entre outros.

Justificação da opção temática

A investigação proposta justifica-se, antes de mais, pela preocupação com o desenvolvimento africano e humano, nas suas múltiplas dimensões – social, económica, cultural, política, ambiental – dimensões essas que vão ao encontro dos pilares da Economia Solidária enquanto projecto global de uma sociedade mais justa e sustentável.

Em termos científicos, tal abordagem é relevante na medida em que a Economia Solidária ainda é um campo disciplinar em afirmação e que carece de mais e melhor reflexão e produção teórica. Inversamente, embora a literatura sobre Desenvolvimento seja incomensurável, este é um campo em permanente evolução e que carece ser permanentemente actualizado. Se por um lado, a maioria dos teóricos, na actualidade, vê o Desenvolvimento como um conceito relativo e que evolui ao longo dos tempos, por outro lado, sabemos que a definição e os discursos sobre o Desenvolvimento implicam reais intervenções no mundo, pelo que o seu significado exige ser continuamente discutido e não tomado como certo, sendo necessário identificar e comparar alternativas. Do mesmo modo, apesar do forte movimento que assume o Turismo como um trampolim para o Desenvolvimento, alguma literatura indica precisamente o oposto, pelo que tal assumpção não pode deixar de ser questionada. Finalmente, consideramos que a temática e a

¹ Dadas as relações entre turismo e ambiente.

perspectiva apresentadas são inovadoras e irão contribuir para enriquecer o limitado estado da arte disponível sobre Economia Solidária e Turismo Solidário. Além disso, embora a pesquisa tenha sido desenvolvida num contexto específico, o seu desenho teórico e metodológico poderá ser útil para aplicação em distintos contextos.

Socialmente, a abordagem desenvolvida é relevante porque pretende contribuir para melhores práticas, novas possibilidades de intervenção, na procura de soluções eficazes e inovadoras face à exclusão, à pobreza, à vulnerabilidade social, indo ao encontro dos esforços de Desenvolvimento Humano; porque, globalmente, se pretende contribuir para a afirmação dos princípios da Economia Solidária, que se acredita serem desejáveis para a generalidade da economia e, em particular, para o turismo enquanto uma das principais actividades económicas do mundo. O estudo é, ainda, enquadrado por um projecto de investigação mais vasto – “*O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares*” – orientado por princípios conceptuais e metodológicos de valorização das capacidades e das potencialidades locais, no sentido do reconhecimento e do reforço das identidades socioculturais das comunidades, tendo permitido o envolvimento activo dos actores do terreno em diferentes fases da pesquisa, como o Seminário Internacional realizado em São Tomé e Príncipe, em que as vozes dos actores locais foram privilegiadas.

Em termos políticos, pretende-se melhor informar os decisores políticos, através de uma sistematização e reflexão apoiadas na análise das práticas no terreno. Num momento em que prolifera entre representantes governamentais, instituições multilaterais, organizações e agências de desenvolvimento, entre outros, a ideia de que o turismo pode contribuir para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento económico e social, é importante fundamentar tais assumpções de modo a contribuir para decisões melhor informadas.

Em termos pessoais, esta investigação é o culminar de vários interesses pessoais: o Desenvolvimento Humano e Comunitário e a intervenção possível no sentido de potenciar esse Desenvolvimento; a Economia Solidária e o seu projecto alternativo de sociedade; o fascínio por África e o sentimento de responsabilidade histórica em relação aos seus povos.

Questão de partida e objectivos

Perante o contexto enunciado, a questão de partida que se colocou na definição do problema de investigação foi perceber *em que condições o turismo pode desempenhar um papel relevante no desenvolvimento das comunidades de acolhimento*. Especificando e afunilando

esta questão de forma a tornar a sua resposta viável, tendo em conta o âmbito da investigação, foi possível redefinir a questão central da pesquisa nos seguintes termos: *Sob que formas e modalidades o Turismo assume um compromisso para com a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário?*

A resposta a esta questão permite-nos ir ao encontro do objectivo geral da investigação de aprofundar o conhecimento sobre o Turismo Solidário, na sua relação com o Desenvolvimento Comunitário. Especificamente, definiram-se dois objectivos centrais ao estudo:

1. Identificar e caracterizar os efeitos produzidos pela actividade turística nas comunidades locais, em contexto insular africano, tendo em conta os seus impactos a diferentes níveis;
2. Comparar os impactos de diferentes empreendimentos turísticos nestes contextos.

Em termos de objectivos de enquadramento, destacam-se os seguintes:

3. Sistematizar pressupostos teóricos e boas práticas em termos de Desenvolvimento Comunitário associado ao Turismo, tendo, especificamente, em consideração as iniciativas de Turismo Solidário;
4. Sistematizar fundamentos, formas e meios de viabilização de um Turismo baseado nos princípios da Economia Solidária.

Finalmente, como objectivos complementares, visa-se:

5. Questionar o interesse das políticas públicas nacionais em assumir o Turismo como estratégia de promoção do Desenvolvimento Comunitário, promovendo uma melhor fundamentação dessas políticas;
6. Contribuir, através do conhecimento produzido, para uma abordagem reflexiva ao desenvolvimento do potencial turístico de África.

Dificuldades e limitações do estudo

Começando pelo enquadramento teórico-conceitual, a principal limitação deveu-se, por um lado, ao extenso estado da arte sobre o conceito de Desenvolvimento, impossível de abarcar na totalidade, e, em sentido inverso, à reduzida literatura disponível sobre Turismo Solidário, o que constituiu um desafio ao carácter pioneiro do estudo.

Ao nível da pesquisa no terreno, os constrangimentos prendem-se com os limites temporais à realização da pesquisa e os custos financeiros acrescidos tendo em conta a dispersão

geográfica dos casos, obrigando a que o trabalho de campo fosse concentrado em dois períodos de missão, sem a possibilidade de retorno ao terreno quando se detectaram algumas falhas nos dados recolhidos, por problemas técnicos ou pela própria evolução da pesquisa que implicaria uma articulação mais continuada entre a teoria e a prática. Pelo mesmo motivo, a investigação é limitada em termos de extensão; mais casos haveria para analisar, tanto nos dois países em estudo, como noutros contextos.

Os restantes constrangimentos prendem-se sobretudo com as dificuldades de alguém que é externo ao meio em análise, sobretudo quando se trata de uma realidade tão complexa – insular e africana – resistente aos modelos ocidentais de análise social. Apesar do permanente questionamento reflexivo, estamos conscientes de que a abordagem aqui desenvolvida será sempre parcial, dada a impossibilidade de apresentar uma visão completa e definitiva do objecto de estudo.

Organização do trabalho

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro partes fundamentais. O percurso do trabalho inicia com uma incursão pela problemática do Desenvolvimento (capítulo I), da Economia Solidária (capítulo II) e do Turismo e Turismo Solidário (capítulo III), compondo a primeira parte de enquadramento teórico-conceptual. Na segunda parte, procede-se à articulação entre a teoria e a prática, através do desenho da pesquisa (capítulo IV) e da caracterização do seu contexto, numa análise comparada de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (capítulo V). Na terceira parte, dá-se seguimento à investigação, com a caracterização dos dois casos seleccionados para o estudo – o projecto Turismo Solidário de base Comunitária em Santo Antão e o projecto de Turismo Solidário da Escola Não Formal de Diogo Vaz (capítulo VI) – e análise dos dados recolhidos para os dois projectos, procurando-se aferir a presença das dimensões da Economia Solidária nos respectivos projectos e os seus contributos para o Desenvolvimento Comunitário (capítulo VII). Finalmente, na última parte apresentam-se algumas reflexões, de carácter não conclusivo, sob a forma de desafios, limitações e pistas para uma prática reflexiva de Turismo Solidário.

PRIMEIRA PARTE

Desenvolvimento, Economia Solidária e Turismo – Enquadramento teórico-conceitual

A primeira parte do estudo apresenta o percurso teórico seguido ao longo da pesquisa, no qual emergem como conceitos-chave os conceitos de Desenvolvimento Comunitário (DC), Economia Solidária e Turismo Solidário. Começa-se por introduzir a evolução paradigmática do conceito de Desenvolvimento até chegar ao conceito de DC, que surge como quadro de referência para uma conceptualização coerente com a realidade em análise. Em seguida, o trabalho propõe uma abordagem e discussão do conceito de Economia Solidária, perspectivando diferentes contributos na conceptualização do mesmo e sua relação com o DC. Em terceiro lugar, o trabalho oferece uma abordagem histórica e teórica do conceito de Turismo e sua relação com os processos de desenvolvimento, culminando com a emergência das novas modalidades e conceitos de Turismo. Na relação entre Turismo e Economia Solidária, o conceito de Turismo Solidário impõe-se e, pela sua centralidade e carácter inovador, é analisado com particular destaque. Finalmente, a primeira parte é concluída através da articulação dos três conceitos-chave em análise.

1 – O conceito de Desenvolvimento em questão

1.1. Teorias do Desenvolvimento: evolução e análise crítica

A problemática do Desenvolvimento é central à presente investigação, já que se pretende analisar os impactos do turismo sobre o processo de mudança ocorrido nas comunidades de acolhimento, no contexto de dois Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID). Neste sentido, importa analisar a evolução histórica e teórica do conceito.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o conceito de Desenvolvimento praticamente não tem existência teórica, ainda que houvesse já uma problematização, como evidencia Moreno (2007) ao traçar uma “proto-história do desenvolvimento” desde a Grécia Antiga. Só depois de 1945 é que a realidade do não desenvolvimento se torna uma evidência, sobretudo com a independência das ex-colônias, na sua maioria africanas, passando a ser objecto de uma verdadeira problematização e adquirindo estatuto científico autónomo. Num primeiro momento, a abordagem ao Desenvolvimento surge ligada ao plano Marshall, à matriz de referência das sociedades industriais e à aplicação de teorias de crescimento económico inspiradas no keynesianismo, surgidas em contexto ocidental, mas aplicadas universalmente. As Teorias do Desenvolvimento são, assim, sustentadas por vários tipos de determinação, como dão conta Figueiredo e Costa:

No plano da concepção do mundo, uma representação etnocêntrica do tipo Ocidente egocêntrico pioneiro de Austruy; como teoria da história, uma concepção linear e etapista (Rostow) da evolução das sociedades; no plano das relações internacionais, a afirmação e defesa do princípio do benefício mútuo do comércio internacional livre e, por último, na perspectiva da caracterização sociocultural do (sub)desenvolvimento, o primado da teoria da modernização, com a qual aquela problemática tende a confundir-se. (Figueiredo e Costa, 1982: 48)

O Desenvolvimento seria alcançado pela transposição, no tempo e no espaço, dos factores considerados responsáveis pelo desenvolvimento dos países ditos “desenvolvidos” (industrialização e modernização) – é a Teoria do Desenvolvimento Linear².

Neste contexto, inicia-se oficialmente a *Era do Desenvolvimento*, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) elege a década de 60 como a *Primeira Década de Desenvolvimento*, traduzida em metas de crescimento do rendimento nacional dos países menos avançados (PMA). Assim, tradicionalmente, acreditava-se que o desenvolvimento seria alcançado através do crescimento económico, e também do aumento das trocas comerciais com o exterior, considerando-se que os países desenvolvidos devem fornecer recursos adicionais aos países “subdesenvolvidos”, a ajuda externa. O rendimento *per capita* é, então, o indicador de desenvolvimento mais generalizado, sendo também frequente a consideração de que os factores demográficos – dinâmica populacional e recursos naturais – constituem limites à viabilidade de uma estratégia de desenvolvimento, sempre com base no padrão de referência dos países “desenvolvidos” ocidentais.

Entretanto, surgem diversos estudos que vêm alertar para a incapacidade dos indicadores quantitativos como o rendimento *per capita* permitirem apreender na sua totalidade o que há de específico no (sub)desenvolvimento, ao mesmo tempo que outros estudos procuram evidenciar os enviesamentos que, em regra, acompanham as comparações internacionais.

² Exemplo paradigmático desta perspectiva é a formulação das etapas de desenvolvimento de Rostow.

Consequentemente, autores como Nurske, Myrdal ou Perroux vão procurar uma perspectiva multidimensional do fenómeno, criticando esta visão economicista, quantitativista e industrialista.

A década de 70 é proclamada pela ONU a *Segunda Década de Desenvolvimento*. A aposta é agora na redistribuição do rendimento e do crescimento, na sequência de vários estudos que dão conta que, apesar do crescimento económico que alguns países em vias de desenvolvimento alcançaram, há uma deterioração da distribuição do rendimento – o crescimento verificado é apropriado pelas elites e alguns estratos de rendimentos mais baixos chegam mesmo a perder em termos absolutos. Esta nova preocupação com a redistribuição, não coloca, contudo, em causa a ideia de desenvolvimento enquanto crescimento económico.

Entretanto, dizem Figueiredo e Costa (1982), a pobreza é a concepção de “subdesenvolvimento” mais divulgada. Trata-se, nesta altura, de uma noção de pobreza absoluta, para cuja erradicação são apontadas medidas baseadas na *estratégia das necessidades básicas*, preconizando uma *Nova Ordem Económica Internacional*. Contudo, as políticas e as formulações teóricas que têm por base esta identificação do conceito de desenvolvimento ao de pobreza pecam quando o entendimento de pobreza radica nos níveis de produção e consumo de um país comparativamente aos de outros países, o que corresponde a admitir que a dinâmica da acumulação do capital acaba por determinar os necessários ajustamentos da estrutura social – daí as políticas *desenvolvimentalistas* baseadas na canalização de capitais externos para os PMA.

Perante o trabalho de produção teórica e de intervenção em torno da Teoria da Modernização e a frustração das duas décadas de desenvolvimento, vai surgir, nos anos 70, um movimento de ruptura na abordagem ao desenvolvimento, marcado pela emblemática Conferência de Estocolmo (1972). Segundo Figueiredo e Costa (1982), as Teorias da Dependência, fortemente influenciadas pela realidade sociopolítica da América Latina, representam a modalidade mais extrema desta ruptura, ainda que, do ponto de vista teórico, tenham sido precedidas por um conjunto de contribuições cujo teor conceptual e analítico por vezes as supera, particularmente as obras de Perroux, Hirschman, Prebisch e Myrdal. Em comum está a percepção de que as condições de desenvolvimento variam de país para país em função de factores socioculturais, tornando a Teoria da Modernização inadequada face às situações concretas. Posteriormente, no final dos anos 70, a Teoria do Sistema-Mundo, liderada por Wallerstein, apresentará uma perspectiva alternativa na abordagem ao Desenvolvimento, com base no entendimento da economia-mundo enquanto um sistema composto por *centro*, *semi-periferia* e *periferia*. No entanto, embora estas

Escolas questionem as vias de transformação no sentido da modernização e do desenvolvimento, elas nunca chegam a questionar a modernização em si ou o conceito de Desenvolvimento dominante, o que só acontecerá com a emergência dos Novos Conceitos de Desenvolvimento, conforme ponto seguinte.

1.2. Os Novos Conceitos de Desenvolvimento

O movimento de crítica à Teoria da Modernização e a crise económica, social, ambiental e política iniciada nos anos 70 vão determinar a procura de conteúdos novos para o conceito de Desenvolvimento, bem como de conceitos alternativos. Desta busca resultaram as seguintes fileiras associadas a Novos Conceitos de Desenvolvimento (cf. Amaro, 2004):

- a) *Fileira Ambiental* – concilia desenvolvimento com preocupações ambientais, inicialmente expressa no conceito de “Ecodesenvolvimento”, a que se seguiram formulações como “Desenvolvimento Alternativo” e “Desenvolvimento Responsável”, vindo a estabilizar no conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, apresentado no relatório *O Nosso Futuro Comum* (WCED, 1987)³ e definido como o processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras, o que implica: solidariedade intergeracional; integração da gestão de recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento; durabilidade dos processos de produção e consumo.
- b) *Fileira das pessoas e das comunidades* – procura colocar as pessoas e as comunidades no centro do protagonismo do desenvolvimento; é a fileira da participação e da cidadania. Teve início com a proposta metodológica do “Desenvolvimento Comunitário” (DC)⁴, a que se seguiram conceitos como o “Village Concept”, “Another Development”, “Desenvolvimento Endógeno” e “Desenvolvimento Territorial”. Os conceitos-chave desta fileira são: o “Desenvolvimento Local” (DL), definido como o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades e seu protagonismo; e o “Desenvolvimento Participativo”, assente na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, implicando a afirmação plena da sua cidadania.
- c) *Fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana* – associa Desenvolvimento ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limites

³ Relatório resultante dos trabalhos da Comissão Brundtland e da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (ONU).

⁴ Conceito que surge, como veremos, da acção directa dos técnicos da ONU nos países em desenvolvimento.

mínimos de sobrevivência e dignidade humana. Tem a sua origem mais remota nas análises de Perroux e traduz-se, nos anos 90, em dois conceitos fundamentais: o “Desenvolvimento Humano”⁵, conceito acompanhado por um indicador de aferição (IDH) e definido como o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno enquanto os preservam para as gerações futuras; e “Desenvolvimento Social”, entendido como o processo de garantia de condições mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais.

O conceito de “Desenvolvimento Integrado” é transversal às três fileiras e pressupõe uma abordagem interdisciplinar, ainda que não tenha o mesmo peso científico e institucional que os restantes⁶.

Estas novas perspectivas permitem-nos abordar o Desenvolvimento como um processo social total e como um conceito multidimensional que, indo além da mera satisfação das necessidades básicas, abrange áreas como a defesa do ambiente e do património, a saúde, a segurança, a liberdade ou a participação política. Neste processo, o enfoque do conceito de Desenvolvimento deixou progressivamente de ser *a satisfação das necessidades das populações* para passar a ser *a realização das suas capacidades*, exigindo o reforço e a valorização das suas competências – designado de *empowerment* (Amaro, 2001: 201). Defende-se, actualmente, que há tantos desenvolvimentos quantas as sociedades, recusando-se a palavra subdesenvolvimento por ser etnocêntrica.

Apesar do relativismo do conceito de Desenvolvimento, encontramos também alguns valores comuns aos vários *desenvolvimentos*⁷. Esta ideia é teorizada por Dennis Goulet (1985) para quem os objectivos últimos do Desenvolvimento são os mesmos da *existência*: dar a todos os homens a oportunidade de viverem vidas humanas completas – *Desenvolvimento é a ascensão de todos os homens e sociedades na sua total humanidade*. Portanto, encontramos valores passíveis de serem expressos em todas as culturas – *valores verdadeiramente humanos* que, como afirma Goulet, são os únicos que podem ser *verdadeiramente universais*.

⁵ Conceito introduzido por Mahbub ul Haq e aprofundado com base nos trabalhos de Amartya Sen, entre outros.

⁶ *Pode ser definido como o processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.* (Amaro: 2004, 59).

⁷ Como afirmava João Ferreira de Almeida no II Congresso Português de Sociologia, existe uma certa estabilidade ao longo do tempo e algum consenso na partilha do conjunto de objectivos explícitos que giram em torno da questão do desenvolvimento: *visa-se superar bloqueamentos, vencer resistências nas regiões e países ditos atrasados, ao mesmo tempo que se pretende melhorar e corrigir alguns aspectos do que se passa nas zonas mais desenvolvidas* (Almeida, 1993: 71).

Todos os absolutos não são necessariamente etnocêntricos e as ideologias culturais não são todas de igual valor. A crença em absolutos trans-culturais, em normas e ideais racionais a que os homens podem aproximar-se no tempo mas nunca realizar perfeitamente, é compatível com uma política humana de tolerância das diferenças culturais. (Bidney, cit. por Goulet, 1985: 86)

Assim, ainda que não exista um único significado do termo Desenvolvimento, existem alguns valores comuns que todos perseguem. Ao entendermos o Desenvolvimento nesta perspectiva, podemos afirmar que não é só em África que existe mau desenvolvimento; também no mundo dito desenvolvido, o desenvolvimento autêntico, centrado no homem, está longe de ser uma realidade. Aliás, são os próprios padrões de desenvolvimento deste mundo desenvolvido que põem em causa a possibilidade de se alcançar um desenvolvimento partilhado a nível global, para as gerações presentes e futuras.

Uma sociedade desenvolvida será aquela cujas instituições se regem por valores verdadeiramente humanos, visando dar a todos os homens e mulheres a oportunidade de viverem vidas humanas completas, o que passa genericamente pela superação da privação económica, social, cultural, educacional e política, em coesão com o ambiente e o território. Esta é também, como vemos, a ambição da Economia Solidária, que serve de referencial teórico fundamental à investigação, nesta articulação permanente com os Novos Conceitos de Desenvolvimento.

1.3. O Desenvolvimento Comunitário

Os Novos Conceito de Desenvolvimento culminam com a *descoberta e assumpção dos valores próprios e das capacidades endógenas das comunidades locais e regionais, num momento em que se valoriza a diferença* (Amaro, 1991: 170). De facto, entre os actuais consensos em torno do conceito de Desenvolvimento, encontra-se a valorização da base local ou comunitária, considerando-se as populações locais como protagonistas do seu processo de desenvolvimento, o que passa pelo seu “*empowerment*” (Friedmann, 1992) e valorização dos seus recursos endógenos. Daí a nossa opção pelo conceito de Desenvolvimento Comunitário (DC):

Desenvolvimento Comunitário começa por ser esta opção básica de acentuar a positividade do desenvolvimento – não o reduzindo ao levantamento de carências – e de concebê-lo como processo social, em vez de simples engenharia de planeamento territorial. (...) A estratégia de tipo comunitário encara as pessoas como recursos, como os principais recursos do seu próprio desenvolvimento, e aposta decisivamente na sua capacitação: a majoração dos poderes para agir (empowerment), isto é, das atitudes, competências e capacidades para intervir socialmente, parece ser-lhe, ao mesmo tempo, o objectivo nuclear e a melhor âncora da dinâmica local de desenvolvimento. (Silva, 2006: 104)

É em 1942 que o governo britânico usa pela primeira vez o termo “*Community Development*”, referindo-se a uma técnica de progresso social, baseada na promoção de

uma dinâmica social e económica ascendente, *com o objectivo de auxiliar os países a se prepararem para a independência*, embora com a preocupação de manter as relações existentes (Moreno, 1997: 86). O conceito será relançado, nos anos 60, a partir da acção directa dos técnicos da ONU nos países menos desenvolvidos. Segundo Moreno, a frequente aceitação do DC deveu-se ao facto deste ser percebido como instrumento de oposição e de alternativa às relações coloniais de dominação/dependência, concorrendo com outros modelos associados à crescente influência dos países socialistas no Terceiro Mundo. Deste modo, o DC será afirmado enquanto método pragmático das Nações Unidas para promover processos de autonomização e desenvolvimento, face à falência dos modelos teóricos anteriores, definindo-se como *uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do país* (cf. Silva, 1964: 498).

Assim, inicialmente, o DC assume um carácter mais prático do que teórico. Posteriormente, o conceito será teorizado, muito ligado às correntes latino-americanas e a autores como Paulo Freire e, mais recentemente, Augusto de Franco, sempre numa perspectiva de valorização das comunidades locais. Na sua base estão três ideias fundamentais: o diagnóstico das necessidades deve realizar-se com a participação das populações; a resposta a essas necessidades deve começar pela mobilização das capacidades da própria comunidade; os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção (Amaro, 2004: 52).

Autores como Roque Amaro têm defendido a equiparação entre os conceitos de DL e DC, sendo que o segundo parece ir mais ao encontro do sentido atribuído aos conceitos, como se pode depreender da definição de DL:

(...) processo de satisfação de necessidade e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2009a: 108).

Outros autores, como Favreau e Lévesque (1996), de origem canadiana, consideram que o DC, ou mais precisamente o que eles designam de “Desenvolvimento Económico Comunitário”, é uma actualização do DL, uma nova abordagem para a intervenção nas comunidades locais, muito ligada à actuação das organizações da Economia Solidária, que constitui precisamente o foco privilegiado da presente investigação. Favreau e Lévesque consideram que, ao nível das comunidades locais, um novo modelo de desenvolvimento

está em emergência para responder à crise da sociedade em que nos encontramos mergulhados, que se afirma como uma abordagem global, económica, social e territorializada. Tendo em conta o nosso contexto de origem – Portugal e a Europa – e o nosso contexto de análise – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – consideramos que actualmente, nestes contextos, os dois conceitos são utilizados de forma equiparada, embora optemos pelo DC precisamente por enfatizar o protagonismo das comunidades locais. Além disso, o DC tende a assumir de forma mais vincada a sua dimensão económica, incluindo na sua abordagem a implantação de actividades económicas desenvolvidas pelas comunidades. Deste modo, consideramos que o conceito de DC, entendido de forma ampla, pode ser definido a partir dos seguintes elementos sintetizados por Amaro (2001, 2009a):

1. *Promoção da participação da população* – as pessoas como actores do seu próprio desenvolvimento, envolvidas na resolução dos seus próprios problemas;
2. *Trabalho em rede e relações de parceria* – articulação com outros actores e sua co-responsabilização (Estado, autoridades locais, empresas, organizações diversas);
3. *Mobilização de capacidades locais* – potencialidades e recursos endógenos, individuais e colectivos (*empowerment*);
4. *Utilização fertilizadora de recursos exógenos* – capacidade de atracção de recursos exógenos capazes de mobilizar os recursos endógenos, sem os substituir, numa perspectiva de sustentabilidade;
5. *Centramento num território* – referência a uma comunidade, definida não em termos estritamente geográficos ou administrativos, mas associada a um conjunto de características – identidade (sentimento de pertença e partilha de valores); solidariedade (entre os seus membros); e autonomia (face ao exterior) – contribuindo para o reforço dessas características;
6. *Satisfação de necessidades da comunidade* – realização de um diagnóstico de necessidades e contributo para a satisfação de necessidades não satisfeitas, ausências de bem-estar na comunidade;
7. *Visão integrada* – articulação de interesses, actores, sectores, actividades, domínios de intervenção, dimensões (económica, social, cultural), critérios de avaliação, etc., numa abordagem interdisciplinar;
8. *Contributo para o processo de mudança da comunidade* – processo de transformações sociais ocorrido numa determinada sociedade, levando à melhoria do seu bem-estar e condições de vida e à revitalização do território (emprego, habitação, formação, saúde...);

9. *Impacto tendencial em toda a comunidade* – efeitos directos ou indirectos em toda a comunidade, gerando a replicação de boas práticas (e não um enclave);
10. *Diversidade de caminhos, processos e resultados* – adaptação da intervenção e suas dinâmicas a cada situação específica.

Estas dimensões estiveram na base da operacionalização do conceito, no sentido de proceder à análise dos impactos dos projectos turísticos sobre o DC (cf. Ponto 5.2).

Assim, o DC encontra-se profundamente ligado a um território e aos seus actores, que se reapropriam do seu processo de desenvolvimento. O seu desafio principal é a capacidade para utilizar os seus recursos, sobretudo os económicos, de modo a responder da forma mais justa possível às necessidades de todos os membros da comunidade (Ninacs, 2002: 16). Ou, nas palavras de Santos Silva, a preocupação central de um projecto de DC é *ser motivo e factor de ressocialização dos actores para o desenvolvimento*, ou seja, a *disposição activa para identificar carências, localizar recursos, tomar opções, mobilizar e organizar, comunicar e empreender, etc., mudança essa sustentada em acção crítica* (Silva, 2006: 104-105).

Deste modo, consideramos serem três os desafios fundamentais do DC: a participação da população, a abordagem integrada e, de forma a permitir os restantes, a capacitação ou *empowerment*. A abordagem integrada significa a capacidade de envolver e articular diferentes actores e interesses, diferentes sectores de actividade, diferentes áreas de intervenção, diferentes metodologias de trabalho, o que implica um processo de longa duração e de parceira e uma grande capacidade de adaptação e abertura ao diferente. Por sua vez, o tema da participação não pode ser abordado como uma consequência linear de qualquer intervenção, mas antes, como nota Colaço (2008), está intimamente ligado aos debates sobre a natureza humana e a organização da sociedade:

O debate e a aprendizagem em torno do desenvolvimento e da participação saem reforçados à medida que se “viaja, que se navega entre contextos” (Wenger, 2008), tal como as nossas perspectivas se devem encontrar a partir da reflexão sobre esta experiência e na sua multiplicação a outros espaços (...). O facto de não existir “um passe de mágica” ou “fórmula milagrosa” para a acção participativa e a evidente ligação dos sucessos com a vontade individual cria a dependência técnica e metodológica de algumas destas práticas, depositando-se os factores de sucesso na possibilidade de mudança de comportamentos e atitudes, o mesmo será dizer, na adopção de estratégias de formação na/para a participação. (Colaço, 2008: 75)

Assim, é essencial um trabalho de capacitação e *empowerment*, isto é, um trabalho sobre a auto-estima, sobre as competências cognitivas, relacionais e comunicacionais, sobre as competências técnicas, sobre a consciência crítica. Só os indivíduos e organizações que tenham uma capacidade de agir de forma autónoma podem realmente participar nestes processos de desenvolvimento – *empowerment individual e empowerment comunitário* (Ninacs, 2002: 21).

O DC é, assim, um processo social, cultural, económico, político, territorializado e reflexivo, inscrito numa abordagem gradual, de longa duração e de parceria.

A este nível, as organizações de Economia Solidária, enquanto dispositivos colectivos e comunitários, adquirem especial destaque, favorecendo a coordenação e solidariedade dos diferentes actores.

1.4. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Para uma macro-análise, uma possível abordagem ao desenvolvimento de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, marcados pela pequena dimensão e natureza arquipelágica, é a problematização das Pequenas Economias Insulares ou Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID/SIDS), terminologia adoptada por diversos organismos internacionais em que a insularidade é vista como uma questão crítica para o desenvolvimento destes países. Considera-se que, apesar de cada pequeno estado insular ser único e inserido num contexto específico, normalmente eles partilham diversas características e vulnerabilidades que devem ser consideradas (Ferreira, 2008: 30). São países formados por pequenas ilhas ou áreas costeiras de baixa altitude que, comparativamente a outros contextos, são confrontados com desafios idênticos no seu desenvolvimento, nomeadamente: escassez de recursos; distância e isolamento; vulnerabilidade face a catástrofes naturais; dependência excessiva do comércio internacional; elevados custos de produção devido à distância e à falta de economias de escala; fragilidade e custos elevados da rede de comunicações e transportes; administração pública e infraestruturas dispendiosos. A consciência desta partilha de desafios e constrangimentos está na origem da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de PEID, realizada pela primeira vez em Barbados, em 1994. Esta conferência está na origem do Programa de Acção de Barbados (BPoA) destinado a apoiar o desenvolvimento sustentável dos PEID, o qual tece um conjunto de considerações particularmente relevantes para a compreensão dos PEID, suas semelhanças, seus constrangimentos e vulnerabilidades e seus modelos de desenvolvimento. Deste modo, entre os temas críticos ao desenvolvimento dos PEID destacam-se os seguintes (UN, 1994; Brito, 2004; Ferreira, 2008; Scheyvens e Momsen, 2008a):

- *Pequena dimensão e população reduzida* mas fortemente concentrada em determinadas regiões, o que, por um lado, aumenta a pressão sobre os recursos já limitados e, por outro

- lado, conduz à fraca dimensão do mercado interno, traduzida na capacidade limitada de consumo das populações locais e na ausência de economias de escala;
- *Distância e isolamento geográfico*, resultando no aumento dos custos da produção e dos transportes e comunicações, com influência no conjunto de factores aqui enunciados;
 - *Falta de recursos* (água potável, fontes de energia, recursos costeiros e marinhos), obrigando a uma especialização desadequada e a uma excessiva dependência face a esses recursos, os quais são cada vez mais ameaçados pela exploração em grande escala;
 - *Biodiversidade e fragilidade dos ecossistemas*: os PEID têm graus elevados de endemismo e biodiversidade, mas, devido ao seu tamanho reduzido, ao isolamento e à fragilidade dos ecossistemas, a sua diversidade biológica está entre as mais ameaçadas no mundo. O relativamente pequeno número de exemplares de cada espécie acarreta riscos elevados de extinção, impondo medidas acrescidas de conservação. Por outro lado, os PEID são particularmente vulneráveis às catástrofes naturais e têm uma capacidade limitada para responder e recuperar de tais desastres; estão entre aqueles que menos contribuem para as alterações climáticas e a subida dos níveis das águas do mar, mas são dos que mais sofrem dos seus efeitos. Isto significa que, mais do que em outros contextos, nos PEID, desenvolvimento e ambiente estão intimamente relacionados e interdependentes;
 - *Dependência excessiva do comércio internacional*: o pequeno mercado interno e os recursos produtivos limitados conduzem a uma maior abertura e dependência face ao comércio internacional, não tendo meios de influenciar os termos desse comércio, nem um espaço económico regional que pudesse constituir uma alternativa, deixando-os fortemente vulneráveis face à sua evolução;
 - *Elevados custos de produção* devido à distância e à falta de economias de escala;
 - *Fragilidade da rede de comunicações e transportes*, associada aos seus custos acrescidos;
 - *Administração pública e infraestruturas dispendiosos*: a distância e isolamento tornam os serviços públicos (como a educação ou a saúde) menos eficientes e mais dispendiosos;
 - *Diversificação produtiva limitada*: a falta de oportunidades para conseguir economias de escala, a escassez de recursos e inexistência de uma base produtiva sustentada anterior à independência tende a limitar a produção total dos PEID a um leque reduzido de produtos agrícolas, minerais e industriais. Qualquer desenvolvimento adverso nesses sectores produtivos pode conduzir a reduções significativas nas exportações, desequilíbrio na balança de pagamentos e aumento do desemprego.

- *Imigração*: embora a densidade populacional possa ser elevada, muitos PEID têm populações pequenas em termos absolutos, insuficientes para gerar economias de escala em diversas áreas, o que limita o espaço para a utilização plena de determinados tipos de perícia altamente especializada. Os níveis de migração são elevados, particularmente de recursos humanos qualificados, o que impõe um peso desmedido sobre a estrutura de educação e formação e obriga à frequente contratação de peritos estrangeiros altamente remunerados;
- *Economia vulnerável*: os PEID são vulneráveis economicamente devido ao conjunto de razões atrás referidas: o seu tamanho reduzido impede economias de escala; os seus recursos são limitados; estão isolados dos principais mercados; os transportes e comunicações são limitados e onerosos; os seus rendimentos são beneficiados pelas remessas de emigrantes, pelo acesso preferencial ao mercado para as principais exportações e pela ajuda da comunidade internacional – fontes que nem são endógenas, nem seguras;
- *Contextos de risco*: devido ao seu tamanho reduzido e à sua vulnerabilidade face aos desastres naturais e ambientais, a maioria dos PEID são classificados como contextos de *alto risco*, o que conduz a que os seguros sejam extremamente caros, ou mesmo inexistentes, com consequências adversas para o investimento, os custos de produção, as finanças públicas e as infraestruturas;
- *Pobreza*: os níveis de pobreza são elevados em muitos PEID, traduzindo-se em más condições da habitação, nutrição desadequada, falta de facilidades educativas, infraestruturas de saúde insuficientes.

Portanto, as opções de desenvolvimento dos PEID são condicionadas e desafiadas por um conjunto de constrangimentos, particularmente relacionados com a insularidade e a pequena dimensão, necessitando de acções de atenuação de riscos, adaptação e mitigação para fazer face a esses constrangimentos.

Neste contexto, McSorley e McElroy (2007) fazem uma avaliação comparativa dos modelos de desenvolvimento dos PEID, tendo em conta três modelos distintos. Consideram que, em 1985, surge um primeiro modelo centrado nas remessas dos emigrantes e na ajuda externa, determinantes dos níveis de vida das ilhas: é o modelo *MIRAB* – “*Migrant/Remittances and Aid/Bureaucracy*”. Mais recentemente, surge o modelo *PROFIT* – “*People, Resources, Overseas Management, Finance and Transport*”, segundo o qual a fonte de prosperidade das ilhas é o “recurso da jurisdição”, isto é, a habilidade particular dos territórios não soberanos de manipular as ligações metropolitanas em benefício local – caso dos paraísos fiscais, *offshores* e zonas francas. Os autores introduzem ainda o modelo

SITE – “*Small Island Tourist Economies*”, enfatizando o papel do turismo, para explicar como muitos PEID superaram as suas desvantagens de tamanho, reestruturando as suas economias coloniais para o crescimento global do turismo no pós-guerra.

Os modelos MIRAB e SITE são os mais representativos e, neste sentido, os autores procuram comparar estes dois sub-grupos de ilhas, no sentido de determinar se eles diferem de facto e fornecem um quadro de referência para discutir os méritos relativos da estratégia do turismo face à dependência das remessas e ajuda externa. Neste estudo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são incluídos entre as ilhas MIRAB. Os resultados indicam que as ilhas SITE, que apostam no turismo, têm efectivamente uma melhor performance – a nível económico, demográfico e social – do que as MIRAB, assentes nas remessas de emigrantes e ajuda externa. De facto, considera-se que o turismo tem contribuído muito para o desenvolvimento dos PEID, sendo uma das poucas opções para o desenvolvimento destes países. Contudo, se não for devidamente planeado e gerido, o turismo pode significar a degradação do meio ambiente e das culturas locais de que os PEID tanto dependem. Por outro lado, o investimento no turismo, em particular nas infraestruturas necessárias, é caro e, geralmente, há uma grande concorrência pelos recursos entre turismo, agricultura e outras utilizações da terra. Os grandes investimentos no sector do turismo e a sobre-exploração de determinadas áreas podem ser ecológica e culturalmente perturbadores e prejudiciais para outros sectores fundamentais, como a agricultura. É imperativo, portanto, que o desenvolvimento do turismo seja cuidadosamente planeado, particularmente em relação à compatibilidade de utilização da terra, gestão da água, gestão da zona costeira e desenvolvimento de parques e áreas protegidas. O turismo deve ser cuidadosamente integrado nas culturas e ambientes locais. (UN, 1994).

Por outro lado, e apesar de todos os constrangimentos, é importante que qualquer modelo de desenvolvimento dos PEID passe pela sua auto-determinação, pela sua capacidade de controlar o seu próprio destino. Neste sentido, alguns autores preocupam-se em enfatizar as forças e não apenas as fraquezas destes países. Scheyvens e Momsen, (2008b) contestam as narrativas mais *estreitas*, citando vários autores que contrariam a ideia de *pequenez e fragilidade* dos PEID, nomeadamente através da noção de “*large ocean island states*”⁸. Para Scheyvens e Momsen, os discursos sobre a fragilidade e vulnerabilidade sugerem que as populações das ilhas necessitam de assistência do exterior, para além das consequências sobre a sua auto-estima. Neste sentido, os autores defendem a necessidade de ir além das representações estereotipadas das ilhas, destacando os atributos positivos e forças dos estados insulares e suas populações, tais como: a sua pequena dimensão que faz das ilhas

⁸ *Estados insulares de vastas extensões marítimas.*

um atractivo produto turístico – *Small is beautiful*; os bons desempenhos económicos demonstrados comparativamente a outros países em desenvolvimento; os elevados níveis de capital cultural, social e natural, associados a um sentimento de união, pertença e interesse comum das suas populações, permitindo-lhes exercer um importante controlo sobre os seus processos de desenvolvimento; o respeito pelas abordagens tradicionais e holísticas de desenvolvimento e gestão de recursos, que frequentemente valorizam a cultura, o bem-estar espiritual, o ambiente, a comunidade; as fortes ligações internacionais, abertura ao exterior e capacidade para constituírem pólos de atracção⁹; a sua força política, dada a sua situação estratégica a nível geopolítico e os seus constrangimentos que originaram comunidades mais fortes (Scheyvens e Momsen, 2008b: 497-504). Além destes factores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe apresentam ainda um outro atributo que os distingue positivamente relativamente a generalidade do continente africano: a inexistência de conflitos sociais, divisões religiosas ou criminalidade violenta.

⁹ A propósito, no *Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe* pode ler-se: *O mercado de São Tomé e Príncipe é, em si próprio, reduzido. Contudo, não muito longe existem mercados de grandes dimensões, ao longo da costa ocidental africana. Por outro lado, enquanto “país menos desenvolvido”, uma categoria das Nações Unidas que indica baixos rendimentos e menor desenvolvimento, São Tomé e Príncipe tem acesso a diversos mercados ricos estrangeiros, especialmente a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América, mediante o tratamento preferencial oferecido...* (Columbia University, 2008: 12).

2 – A Economia Solidária em perspectiva comparada

2.1. Contextos históricos de afirmação da Economia Social e Solidária

Sendo a relação entre Turismo e Economia Solidária – que aqui analisamos – um debate recente, importa esclarecer o conceito de Economia Solidária, o que nos remete para a diversidade de contextos sociohistóricos de que esta é herdeira, à qual corresponde também uma diversidade de terminologias: *Terceiro Sector* nos países anglo-saxónicos, *Economia Social e Solidária* na tradição francófona, *Economia Popular* na América Latina, *Economia Alternativa* na Alemanha e Bélgica, *Privato Social e Economia Civile* em Itália, entre outras designações. Trata-se de uma *outra economia* que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas oriundas da sociedade civil e dos meios populares (França e Laville, 2004: 15). Em comum, as diferentes expressões utilizadas têm a referência a um *sector* distinto do Estado e do mercado; menos evidente é o que as distingue. Para efeitos da presente investigação, interessa confrontar as três principais correntes: Economia Social e Solidária, Terceiro Sector e Economia Popular.

2.1.1. A Economia Solidária e o Terceiro Sector a partir da experiência dos países ocidentais

Defourny e Develtere (1997) consideram que a génese da Economia Social se confunde, em grande parte, com uma procura secular da liberdade de associação: no Egipto dos faraós existiam corporações e fundos de seguros colectivos; os gregos tinham as suas *sociedades* para garantir uma sepultura e um funeral; com o Império Romano proliferam por toda a Europa associações monásticas; na África primitiva e na América pré-colonial encontramos as confrarias de artesãos. No entanto, a designação de *Economia Social* surge apenas na Europa do século XIX, como tentativa de fazer face à economia nascente nas sociedades industriais: a Economia Política, baseada na riqueza, competição e individualismo. Ela está profundamente ligada à “questão social” decorrente da proliferação de situações de pobreza e marginalização, que nem o mercado livre nem a família tradicional eram capazes de resolver, numa época em que ainda não existia Estado Providência. As novas respostas então surgidas procuram combater a pobreza numa perspectiva de colectivo, tendo por base a solidariedade entre os próprios grupos em dificuldade – iniciativas de interesse comum

(caso das associações mutualistas), ou dirigindo-se a esses grupos – iniciativas de interesse geral (caso das misericórdias). A ideia de solidariedade expressa-se ao contrapor o interesse comum ao individualismo como forma de amenizar a questão social. Por outro lado, visava-se responder a necessidades através de actividades económicas – daí a designação *Economia Social*: a Economia ao serviço do bem-estar social.

De acordo com Roque Amaro (2007), muitas soluções encontradas não são teorizadas, pelo que a Economia Social tem uma forte base intuitiva (caso do associativismo operário, das redes de vizinhança, da solidariedade de base religiosa); mas ela surge também da discussão filosófica e ideológica do século XIX (anarquismo, socialismo utópico, correntes sociais cristãs, solidarismo maçónico). A Economia Social é, assim, a conjugação destas duas influências: uma mais prática e outra mais filosófica e ideológica.

Como consequência deste processo histórico, a Economia Social afirma um conjunto de princípios: o interesse comum ou geral sobrepõe-se ao interesse particular; o objectivo principal não é o lucro; primado da pessoa humana sobre o capital; processos de decisão democrática (adopção do princípio “um homem, um voto”); autonomia face ao Estado.

Entretanto, entre o século XIX e XX, a liberdade de associação começa a ser introduzida na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos da América, surgindo leis para enquadrar as diferentes formas de associação que compõem a Economia Social moderna. Assim, do ponto de vista institucional e jurídico, o termo Economia Social inclui quatro tipos organizacionais fundamentais: Associação, Cooperativa¹⁰, Mutualidade¹¹ e Fundação – conjunto de organizações onde é privilegiada a constituição de um património colectivo em vez de um retorno sobre o investimento individual (Laville et al., 2000: 187).

Contrastando com este conceito de Economia Social referente ao contexto das sociedades industriais do século XIX, o conceito de *Economia Solidária* começa a ser utilizado a partir de finais da década de 70 do século XX, no quadro europeu francófono, para designar as novas formas de Economia Social relacionadas com uma *nova questão social*. A Economia Solidária pode ser vista como um *movimento contemporâneo de renovação e reactualização (histórica) da Economia Social* (França, 2002: 13), associado ao contexto de crise social e económica desta época, com o agravamento das situações de pobreza e exclusão social. Ela assume assim novas características, associadas a novas formas de solidariedade: de carácter mais qualitativo, relacionadas com o ambiente, educação, cultura, iniciativas locais, cidadania, etc. Economia Social e Economia Solidária são, portanto, universos distintos de experiências:

¹⁰ As cooperativas são associações mas dada a sua importância elas têm um regime jurídico específico (código cooperativo).

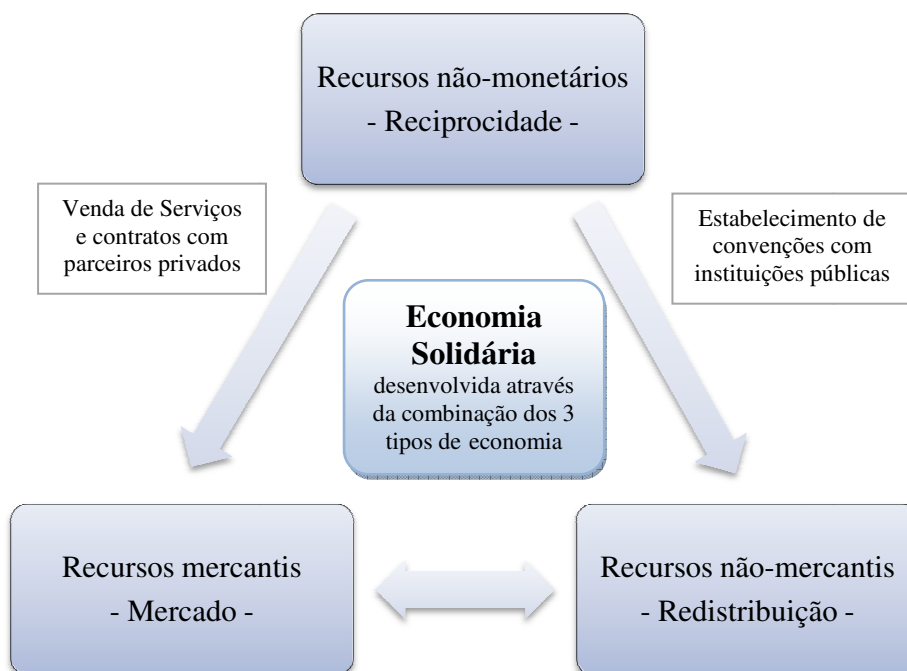
¹¹ São igualmente enquadradas pela forma jurídica das associações (associações de socorros mútuos).

A nova Economia Social é mais económica. Embora não fazendo disso o seu objectivo principal, aceita que em determinadas circunstâncias possa ter lucro como meio para manter os seus objectivos. E deste ponto de vista, não pode ser só social, tem de ter em conta o mercado, os critérios de gestão; tem de ser mais eficiente, sem perder o social; passou a ter outras preocupações, com o património, o ambiente, a preservação do espaço rural, as Novas Formas de Turismo, os serviços de proximidade. (Amaro, 2005: 4)

Se a Economia Social colocava a economia ao serviço do bem-estar social, a Economia Solidária coloca-a também ao serviço do bem-estar ecológico, cultural ou político. Ela não está contra o mercado, mas antes é posta ao serviço de outros princípios. Autores como Laville consideram que a Economia Solidária implica uma articulação entre as esferas económica, social e política, enquanto questionamento do modelo económico vigente; outros autores vão mais além, incluindo outras dimensões como o ambiente, a cultura, a gestão, o conhecimento.

Laville fala de um fenómeno de *hibridação* de economias, isto é, a possibilidade de combinação de distintas fontes de recursos, já que nas iniciativas de Economia Solidária, em geral, coexistem: *recursos mercantis*, com base no princípio de mercado (a venda de um produto ou prestação de um serviço); *recursos não-mercantis*, assentes na redistribuição (geralmente, subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da acção organizacional); e *recursos não monetários*, baseados no princípio de reciprocidade (participação voluntária de certos membros através de doação sob a forma material ou humana), conforme ilustra a esquema abaixo.

Esquema 1. A Economia Solidária enquanto fenómeno de hibridação de economias



Fonte: Laville et al. (2000) (adaptado)

Na Europa, a emergência da Economia Solidária traduz-se, muito particularmente, no surgimento de práticas socioeconómicas visando propor, a partir de iniciativas locais, serviços de um tipo novo, designados de “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”, em que a solidariedade se inscreve no cerne da elaboração colectiva das actividades económicas. As novas formas assumidas pelas experiências de Economia Solidária podem ser as mais diversas: Associações de Desenvolvimento Local (ADL), creches, lares, empresas sociais, sociedades de micro-crédito, comércio justo, finanças solidárias, organizações de autoprodução colectiva, entre outras. O seu ponto comum parece referir-se à necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade, traduzindo a preocupação actual de diferentes grupos sociais diante do processo de mercantilização da sociedade (França e Laville, 2004: 173).

Por sua vez, o termo *Terceiro Sector* é aquele com mais destaque junto do grande público, sendo o termo adoptado pela União Europeia. Herdeiro da tradição anglo-saxónica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia, é fortemente influenciado pela investigação de Salamon e Anheier, no início dos anos 90, sobre o sector das organizações sem fins lucrativos (*The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*), que estabelece os critérios que permitem comparar a nível internacional as organizações deste sector: são organizações formais, privadas, autónomas, não devem distribuir lucros e devem envolver um certo nível de voluntariado. Do mesmo modo, é estabelecida uma Classificação Internacional das Organizações Não Lucrativas, conhecida pela sigla ICNPO (International Classification of Non-Profit Organizations).¹²

Algumas críticas são feitas a esta abordagem. Desde logo, a designação Terceiro Sector gera uma certa confusão com o sector terciário (dos serviços). Por outro lado, ao ser uma definição por negação, *terceiro*, representa uma forma de ajuste do sistema capitalista, em que o papel do Terceiro Sector aparece subordinado às duas outras esferas (estado e mercado). O seu sentido é o preenchimento das lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado na sua capacidade de satisfazer necessidades e o seu papel é suplementar na economia – existiria a reboque dessas duas instâncias principais (França, 2002: 18). Genauto França considera que a banalização do termo Terceiro Sector se deve à própria influência política e cultural do contexto norte-americano, que se impôs ao resto do mundo. Considera ainda que a perspectiva anglo-saxónica, ao pensar a solidariedade sobretudo nos termos da filantropia, representa apenas uma forma específica de manifestação solidária, o

¹² Este sistema classificatório distingue as categorias: 1 - Cultura e Lazer; 2 - Educação e Investigação; 3 - Saúde; 4 - Serviços Sociais; 5 - Ambiente; 6 - Desenvolvimento e Habitação; 7 - Participação Cívica e Defesa de Causas; 8 - Intermediários Filantrópicos; 9 - Internacional; 10 - Congregações Religiosas; 11 - Empresariais e Profissionais, Sindicatos; 12 - Outros.

que elimina qualquer possibilidade de compreensão das mais diversas formas de auto-ajuda, de reciprocidade, assim como da própria lógica da dádiva, que estão muito presentes na manifestação dos fenómenos de solidariedade nos mais diversos contextos (França, 2002: 17). Além disso, as organizações da economia solidária podem (devem) ter lucros para garantir a sua sustentabilidade económica, apenas estes não são um fim em si mesmos mas antes um meio ao serviço de outros princípios e objectivos.

2.1.2. As iniciativas de Economia Popular, Informal e Solidária nos Países em Desenvolvimento

Na África pré-colonial, as pessoas consideravam que a solidariedade era um dever moral e não unicamente jurídico. Um ditado bambará diz: “Se vires ladrões a atacar um homem, não digas aos ladrões ‘Deixem o homem’, diz-lhes antes ‘Deixem-nos’. Se vires feras a atacar um homem, não digas: ‘Deixem o homem’, mas ‘Deixem-nos’. Se vires aves de rapina a devorar o cadáver de um homem, não digas: ‘Deixem o cadáver desse homem’, mas ‘Deixem-nos’, porque todos os homens são solidários”. É quase um texto de comando, uma intimação, uma referência ética. (Ki-Zerbo, 2006: 165)

Favreau e Fréchette (2002) fazem uma análise da Economia Social e Solidária à luz das características específicas dos países do Sul, considerando que, ao longo do século XX, o agravamento da crise económica, a reestruturação imposta pelo FMI à maioria dos países de África, América Latina e Ásia, os fenómenos de pobreza e exclusão social, entre outros factores, deixou os estados destes países com uma margem de manobra muito limitada ao nível da sua função de redistribuição e, deste modo, as populações destes países viram-se obrigadas a conceber elas próprias novas formas de solidariedade e entreajuda na tentativa de resolver os problemas com que se confrontavam. Segundo os autores, as novas formas de solidariedade dos países do Sul começam progressivamente a ser consideradas como um ponto de ancoragem essencial para um desenvolvimento económico sustentável (Favreau e Fréchette, 2002: 16).

Neste contexto, o conceito de *Economia Popular* é aquele que, tradicionalmente, se encontra mais referenciado relativamente aos países do Sul, e muito particularmente à América Latina, onde o papel do Estado é menos importante, referindo-se a iniciativas populares distintas da economia informal:

Essas iniciativas representam, de um certo modo, um prolongamento das solidariedades ordinárias (isto é, aquelas que se praticam no quotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários). Parece residir precisamente neste aspecto o traço maior característico dessa economia popular. Ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de actividades. (França, 2002: 16)

Icaza e Tiriba (2006: 217) definem Economia Popular como o conjunto das actividades económicas e das práticas sociais desenvolvidas pelos grupos populares com vista a

garantir, pela utilização da sua própria força de trabalho e de recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas, sejam elas materiais ou imateriais (cultura, saúde, formação). Segundo esta perspectiva, o conceito remete para duas questões fundamentais: refere-se a uma dimensão da economia que transcende aquela da obtenção de ganhos materiais; refere-se a um conjunto de práticas que se desenvolvem entre os grupos populares, assumindo diferentes configurações ao longo da história. Contudo, Razeto (cit. por Icaza e Tiriba, 2006) chama a atenção para o facto de nem toda a Economia Popular ser Economia Solidária, ainda que seja possível encontrar aí elementos de solidariedade; e, do mesmo modo, nem toda a Economia Solidária é Economia Popular. Neste debate, Arruda (2006) considera que a Economia Popular se distingue claramente da Economia Social e Solidária, que tem como modo predominante de relação a cooperação e como valores fundamentais a solidariedade consciente para com todos os seres, o respeito à diversidade, a reciprocidade; enquanto a economia espontânea dos sectores populares ainda está povoada pelo *homo economicus e consumens*. Para o autor, a Economia Social e Solidária corresponde a uma evolução da Economia e do próprio ser humano que não depende mais de um processo automático, sendo um ser consciente, reflexivo, com um sentido de altruísmo recíproco. Daí que se possa afirmar que a Economia Popular só se transforma em Economia Solidária quando há uma tomada de consciência por parte dos seus actores. Por outro lado, se é verdade que certos indicadores importantes do que seria uma verdadeira Economia Solidária nem sempre estão presentes nas iniciativas da Economia Popular (participação democrática, informação, repartição dos resultados por interesses colectivos, alguma devolução ao território), é igualmente verdade que esses indicadores não estão sempre presentes nas cooperativas, associações, fundações ou mutualidades do Ocidente.

O historiador africano Ki-Zerbo considera que:

África pode desempenhar um grande papel. Podemos ir ao fundo da nossa cultura, da nossa civilização, para encontrar um espírito que concilie simultaneamente a liberdade e a igualdade. A economia solidária tal com existe actualmente em África é uma economia de partilha baseada no humanismo (mogoya em língua bambará, em suma, a “humanidade”). Há investimentos ao nível das comunidades, uma responsabilização por parte das famílias que não encontramos nem no “privado-privado” do mercado capitalista, nem na economia estatizada. (Ki-Zerbo, 2006: 165).

Deste modo, consideramos que o conceito de Economia Solidária surge como o mais amplo e mais adequado à realidade dos últimos 30 anos, sendo que o seu espectro vai desde as *organizações económicas populares* constituídas pelos sectores mais marginalizados dos países do Sul até às prósperas cooperativas do Ocidente, não se limitando às suas formas juridicamente reconhecidas. Esta Economia Solidária reconhece a existência de um saber popular em matéria de economia, que contribui ele próprio para que as pessoas sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, materiais e imateriais, mas considera essencial

que estes sejam actores conscientes. Daí que a Economia Solidária seja também um projecto de conhecimento.

2.2. A Economia Solidária em relação com os Novos Conceitos de Desenvolvimento e com o Desenvolvimento Comunitário

Apesar das diferenças significativas, relacionadas com cada contexto de sociedade, França e Laville (2004: 16) destacam um traço comum que caracteriza as iniciativas de Economia Solidária: elas incorporam a solidariedade no centro da elaboração das actividades económicas e consideram tais actividades como um meio para a realização de outros objectivos. Diferentemente da solidariedade tradicional, França e Laville consideram que, na Economia Solidária de hoje, os grupos organizados desenvolvem uma dinâmica comunitária na elaboração de actividades com vista a enfrentar problemas públicos mais gerais, que podem estar situados no âmbito da educação, cultura, meio ambiente, etc. Deste modo, se os pilares clássicos da Economia Solidária, sustentados por autores como Laville, são as suas dimensões económica, social e a política (governância), a estas têm sido acrescentadas e debatidas novas dimensões: o ambiente, a cultura, a gestão, o território, o conhecimento.

A Economia Solidária é, antes de mais, uma actividade económica, abrange um conjunto de actividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades. É promotora de coesão social, contribui para o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza e a exclusão social, promove a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural, ou seja, como economia não visa a destruição das culturas em nome de uma globalização ou uniformização cultural; pelo contrário, procura valorizar as culturas locais. Respeita e valoriza a diversidade ambiental; como economia não contribui para a destruição da natureza e do ambiente, mas procura encontrar formas económicas de reabilitar e valorizar o ambiente. E ainda: é baseada numa gestão eficiente, ou seja procura ter em conta os critérios da boa gestão e da eficiência. Deve ser ancorada territorialmente, ou seja deve ter uma base comunitária, e ser promotora do desenvolvimento local. Por último, deve corresponder a um processo de aprendizagem que lhe permita constantemente rever-se e avaliar-se. (Amaro, 2005)

Roque Amaro (2007) resume estes pilares da Economia Solidária no quadro seguinte, articulando-os com os Novos Conceitos de Desenvolvimento e com a Teoria do Bem-Estar:

Quadro 1. Teoria e prática da Economia Solidária em relação com a Teoria do Bem-Estar e os Novos Conceitos de Desenvolvimento

Teoria (Os Pilares)	Prática	Teoria do Bem-Estar e Novos conceitos de Desenvolvimento
Projecto Económico	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de bens e serviços - Criação de emprego - Distribuição de rendimentos - Satisfação de consumos - Geração de poupanças - Aplicação de investimentos - Ênfase na qualidade, em detrimento da margem de lucro 	Crescimento económico e bem-estar material
Projecto Social (Coesão Social)	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a necessidades sociais não solváveis - Integração de pessoas marginalizadas no mercado de trabalho - Socialização de pessoas excluídas - Igualdade de oportunidades - Luta contra a pobreza e exclusão social 	Coesão Social Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social
Projecto Ambiental (Sustentabilidade ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha dos recursos - Energias renováveis - Separação dos lixos - Reciclagem - Eco-turismo - Áreas protegidas 	Bem-estar ambiental Desenvolvimento Sustentável
Projecto Cultural (Diálogo e diversidade cultural)	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização de culturas locais e de património local - Etnoturismo - Minorias étnicas - Expressões artísticas alternativas e na margem 	Cultura como bem-estar Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Humano (Desenvolvimento Local)
Projecto de Governância (Projecto Político e de Gestão)	<i>Projecto Político:</i>	Dimensão política do bem-estar Desenvolvimento Participativo e Desenvolvimento Local
	<ul style="list-style-type: none"> - Democracia Interna - Governância Partilhada - Co-responsabilização externa (parceria) 	
	<i>Projecto de Gestão:</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão eficiente - Autonomia 	
Projecto Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização dos recursos endógenos - Satisfação das necessidades comunitárias - Desenvolvimento do meio rural - Agro-turismo - Participação 	Visão comunitária do bem-estar Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo
Projecto de Conhecimento (reflexividade)	<ul style="list-style-type: none"> - Visão indutiva - Correção tendencialmente permanente - Investigação-Ação - Capacitação - Consciência crítica 	Conhecimento como componente do bem-estar Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Humano

Fonte: Amaro, 2007 (adaptado)

Tendo em conta esta abordagem integrada e multidimensional, a Economia Solidária pode ser encarada como uma estratégia integral de Desenvolvimento. Desta forma, as organizações da Economia Solidária estão particularmente imbricadas no DC, ao introduzirem novas práticas de intervenção social, oferecerem novas formas de luta contra a pobreza para as populações mais excluídas e promoverem a mobilização de recursos, locais e externos, necessários para esse desenvolvimento. Favreau e Lévesque (1996) consideram que o DC se cruza com a Economia Solidária, na emergência de um novo modelo de

desenvolvimento em ruptura com o antigo modelo da sociedade salarial e providencialista, caracterizado por diversas exclusões, tanto na produção como no consumo. As novas práticas do DC e da Economia Solidária estão assim profundamente relacionadas, caracterizando-se pela participação activa dos cidadãos e dos profissionais directamente envolvidos, os quais se tornaram “empreendedores sociais”, capazes de antever o que ainda não existe e de mobilizar os recursos locais e externos para aí chegar (Favreau e Lévesque, 1996: 166). O princípio do envolvimento das populações locais implica um novo entendimento dos protagonismos, dando prioridade às capacidades endógenas e às potencialidades locais no que respeita a recursos materiais, físicos e humanos. As novas práticas das organizações de Economia Solidária rompem com as práticas anteriores de meros agitadores sociais ou simples prestadores de serviços, rompem com a lógica assistencialista, para se tornarem organismos de animação do desenvolvimento, através de um novo *empowerment* das comunidades locais, como forma de democratização da sociedade e da economia. Segundo os autores, as organizações da Economia Solidária inovam duplamente: o facto delas serem constituídas por um “misto de associação e empresa” favorece uma mobilização exemplar tanto dos intervenientes como dos utilizadores; o seu enraizamento na comunidade local permite-lhes identificar novas necessidades e trazer soluções originais às necessidades já identificadas mas não satisfeitas. A referência ao território e a intervenção territorializada são centrais ao DC e à Economia Solidária, numa abordagem mais holística, integrada e participativa. É este projecto territorial que é paradigmático das duas abordagens: a comunidade e o território são o ponto de partida e de chegada.

2.3. O princípio de Sustentabilidade

A Sustentabilidade é um princípio intrínseco da Economia Solidária, mas que está igualmente presente nos Novos Conceitos de Desenvolvimento e nas novas e alternativas formas de turismo, pelo que não pode deixar de ser perspectivado. Com origem na problematização em torno dos limites ao crescimento (Meadows et al, 1972), a noção foi consagrada no conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado no Relatório Brundtland: *o desenvolvimento sustentável é aquele que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem as suas* (WCED, 1987). No último Relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pode ler-se ainda que *o princípio da equidade intergeracional está no centro da ideia de sustentabilidade* (PNUD, 2007: 59), no sentido em que se procura um

equilíbrio entre as necessidades e aspirações das gerações presentes e as necessidades e aspirações das gerações futuras.

Não se tratando de um conceito operacional, é contudo indispensável para a configuração ideológica dos actores, dos «cidadãos do mundo», no sentido de modificar mentalidades e mobilizar crescentemente vontades para a superação/ atenuação dos factores de deterioração do meio sensível – simultaneamente social, económico e ambiental – alargado até à escala mundial. Trata-se de promover solidariedades, que se traduzem por cedências voluntárias dos indivíduos, minorando a gratificação imediata em favor de uma gratificação diferida, para o desenvolvimento (equidade intergeracional). (Moreno, 2007: 111)

Se inicialmente o conceito estava muito ligado à questão ambiental, hoje reconhecem-se as múltiplas dimensões da Sustentabilidade, que é reconhecida como um novo campo transdisciplinar (Becker e Jahn, 1999). Habitualmente, são consideradas três dimensões: a *ambiental*, a *económica* e a *social*, associadas, respectivamente, à preservação ambiental, à viabilidade económica e à coesão social. No entanto, alguns autores (Sachs, 1999; Amaro, 2009b) consideram que o conceito ainda não fica completo aqui, acrescentando novas dimensões:

- a *Diversidade Cultural*, o respeito pela identidade, cultura e valores das comunidades, em oposição à intolerância cultural, à ameaça do terrorismo;
- a *Sustentabilidade Territorial*, particularmente associada à distribuição espacial das actividades humanas, em que a diversidade territorial existente não pode ser uniformizada ou *guetizada*, pois ela é fundamental para garantir a coesão e a dignidade de cada território;
- o *Conhecimento*, ou *Sustentabilidade Reflexiva*, no sentido da capacidade crítica e de fundamentação, articulando investigação e acção, para que as práticas e os conceitos sejam constantemente revistos e actualizados, contribuindo para uma *sociedade aprendente*;
- a *Sustentabilidade Política*, a capacidade para aceitar e implementar de um modo partilhado pelos vários *stakeholders* as outras dimensões (Silva e Flores, 2006), implicando a necessidade de um adequado enquadramento político, a nível local, nacional e internacional.

Assim definido, nesta visão heptadimensional, o conceito de Sustentabilidade aproxima-se do de Economia Solidária, já que esta, ao considerar outros princípios que não apenas o económico, contribui para uma maior sustentabilidade social, ecológica, cultural, política, territorial. A Economia Solidária é uma via privilegiada para o Desenvolvimento Sustentável, enquanto expressão organizada da sociedade civil para a satisfação de necessidades e interesses que não são realizados pelos sectores privado e público de forma satisfatória. *A criação de laços sociais, enriquecendo a sociedade civil, potencia a*

multiplicação de poderes, sustentando o próprio sistema democrático que viabilizou o processo (Moreno, 2007: 122).

Desta forma, os nossos conceitos centrais são coerentes entre si, estando profundamente inter-relacionados.

3 – Do Turismo convencional às novas e alternativas formas de Turismo

3.1. Breve abordagem histórica e teórica

Tendo presente as diversas definições e perspectivas existentes sobre o conceito de Turismo optou-se pela definição, amplamente difundida, da Organização Mundial do Turismo (OMT/ UNWTO), segundo a qual Turismo são as actividades de pessoas que viajam para lugares fora do seu ambiente habitual, por não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros não relacionados com o exercício de uma actividade remunerada no local visitado¹³. Para haver turismo tem que haver deslocação, mas nem toda a viagem é turismo, sendo usados três critérios, simultaneamente, para que se possa caracterizar uma viagem como turismo:

- Deslocação: para fora do ambiente habitual;
- Motivo: a viagem deve ocorrer com qualquer finalidade que não seja a remuneração a partir do local visitado;
- Duração: apenas uma duração máxima é mencionado, não a mínima, o que significa que não necessita de haver pernoita.

Para além destes critérios mais objectivos, o turismo é um fenómeno multifacetado, um verdadeiro fenómeno social total, com múltiplas dimensões – social, económica, histórica, cultural, psicológica, ambiental – que importa considerar.

Do *ponto de vista histórico*, o acto de viajar está presente desde os primórdios da Humanidade, por motivos de sobrevivência, comerciais, expansionistas, religiosos, ou pelo simples desejo de conhecer novos povos e culturas. As primeiras formas de turismo moderno situam-se em meados do século XIX, nomeadamente o turismo de montanha, balnear, o termalismo, considerando-se Thomas Cook o primeiro agente de viagens do mundo. Se, até meados do século XX, a actividade turística era um privilégio apenas ao alcance das elites mais abastadas da sociedade, a Revolução Industrial lançará as bases para o desenvolvimento do turismo de massas e, após a Segunda Guerra Mundial, o turismo é assumido enquanto actividade económica (Matias, 2007: 16), associado a um contexto de

¹³ A discussão em torno das diferentes definições e perspectivas de turismo não é central para a presente investigação, pelo que não será aqui aprofundada, tendo-se optado pela definição difundida por aquele que é o maior organismo intergovernamental dedicado ao turismo, no âmbito da ONU, a Organização Mundial do Turismo, retirando-se daí as devidas consequências para a investigação.

prosperidade, desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, evolução dos tempos livres e da concepção do lazer e afirmação dos direitos laborais. Assim, o turismo e as actividades de lazer resultam do sistema socioeconómico característico das sociedades industrializadas e modernas, submetidas a um ciclo de crescimento contínuo da produção e do consumo, podendo ser visto como forma de evasão ao quotidiano (Krippendorf: 1987). As capacidades de alojamento, os meios de transporte e os equipamentos turísticos tiveram um crescimento exponencial, seguindo a procura de uma clientela cada vez mais numerosa e diversificada. Laurent sistematiza um conjunto de causas que estão na origem do turismo de massas: o aumento da longevidade, a descida da idade de reforma, a redução da duração do trabalho, o aumento dos tempos livres, a melhoria do nível de vida, a explosão da publicidade, mas também a necessidade de evasão e de compensação dos constrangimentos profissionais e privados da civilização industrial ocidental (Laurent, 2003: 7). O autor questiona se o turismo se molda àquilo que ele visa compensar.

Do ponto de vista da *Ciência Económica*, o turismo surge como uma actividade económica ou um ramo de actividades, cujo mercado resulta do funcionamento das forças da oferta e da procura turísticas. O *bem turístico* engloba o *produto turístico* – produzido exclusivamente no âmbito da indústria turística mediante o recurso a uma tecnologia própria – e o *serviço turístico* – produzido em qualquer sector económico, mas só adquirindo o estatuto de serviço turístico no momento em que o acto de consumo é perpetrado por um turista (Matias, 2007: 31). Entre estes destacam-se os serviços de transporte, os serviços de alojamento e hotelaria, os serviços de distribuição de viagens (operadores turísticos, agências de viagens e outros intermediários), entre outros serviços e produtos associados às novas e alternativas formas de turismo (WTO, 1999). A Conta Satélite do Turismo (CST) é uma ferramenta estatística criada pela ONU no sentido da medição desta actividade de produção particular, permitindo estabelecer comparações com outros ramos de actividade e entre países. Laurent aponta quatro características que fazem do turismo um sector tão específico, ao mesmo tempo que o colocam em relação com os processos de desenvolvimento (2003:14): a explosão da oferta turística é produto do marketing e de uma evolução cultural favorável ao lazer nos países ricos e, dado o carácter não vital do produto turístico, pode ficar em sobre-abundância logo que surjam dificuldades junto dos consumidores; os potenciais compradores dispõem de uma oferta planetária de produtos e de destinos turísticos cuja concorrência é global e em permanente renovação; em relação às transacções económicas habituais, o turismo apresenta a particularidade de a procura se deslocar em direcção à oferta, já que o produto turístico não é um bem móvel; o cliente não pode ver o produto antes da decisão de compra, pelo que se impõe o

desenvolvimento de elaboradas estratégias de comunicação e a implantação de um marketing eficaz para conquistar a sua decisão.

Uma análise à literatura disponível sobre a Economia do Turismo revela ainda duas tendências: se no início os estudos tendiam a assumir que a expansão do sector nos países menos desenvolvidos era uma oportunidade para o desenvolvimento dos mesmos, a partir dos anos 70, começam a debruçar-se mais sobre os seus impactos negativos, que emergem juntamente com a eclosão do turismo de massas. Neste contexto, Lea (1988) distingue duas abordagens principais ao Turismo, representando escolas distintas do pensamento moderno. A primeira é a da Economia Política, que se baseia na premissa que o turismo evoluiu de forma coincidente com os padrões históricos do colonialismo e dependência económica, considerando geralmente que os seus impactos positivos são ultrapassados pelos impactos negativos (*o turismo é mais um meio das nações mais ricas se desenvolverem às custas dos menos desenvolvidos*). A outra abordagem é mais funcional, estando empenhada na classificação dos diferentes elementos do processo turístico, sem conotações políticas, e considerando que o turismo é desejável, sendo os seus potenciais problemas passíveis de ser resolvidos com as práticas adequadas.

Do *ponto de vista sociológico*, o turismo é um campo muito rico, embora ainda pouco explorado. No prefácio do livro “*The Sociology of Tourism*” (Apostolopoulos et al, 1991) é referido que, devido à escassa utilização de teorias e abordagens metodológicas mais sofisticadas, a Sociologia do Turismo, enquanto especialidade sociológica formalizada, está ainda para ser reconhecida no interior do campo da Sociologia. Ainda assim, encontramos nesta obra um trabalho pioneiro de sistematização da análise sociológica do fenómeno turístico na sua relação com temas como o indivíduo, género, classe, dependência, desenvolvimento, instituições sociais, mudança social, mercantilização, entre outros. Cohen (1991: 51) considera quatro categorias principais da investigação sociológica sobre Turismo – o turista; as relações entre turistas e residentes; a estrutura e funcionamento do sistema turístico; as consequências do turismo. Por sua vez, Dann e Cohen (1991), considerando que ainda não existe nenhuma perspectiva sociológica universalmente aceite, analisam diferentes teorias sociológicas e sua aplicação ao turismo, desde as perspectivas mais micro às mais abrangentes de carácter macro-social. Para os autores, dada a complexidade do fenómeno, não pode haver uma única Sociologia do Turismo, defendendo, por isso, o ecletismo na análise, em vez de se limitarem a uma linha teórica específica. Neste sentido, é necessário considerar uma diversidade de contributos que procuram compreender sociologicamente diferentes aspectos do turismo, partindo de diferentes perspectivas teóricas. Os autores concluem ainda que a Sociologia por si só fornece apenas uma

interpretação parcial do fenómeno multifacetado que é o turismo. Daí a necessidade de combinar os contributos da Sociologia com os de outras ciências sociais. Também Urry se tem debruçado sobre o turismo, incidindo a sua análise no *olhar do turista* e como este se demarca do “outro” (1995), nos destinos enquanto *locais de consumo* (1997) e no turismo enquanto uma cultura ou um estilo de vida (2002).

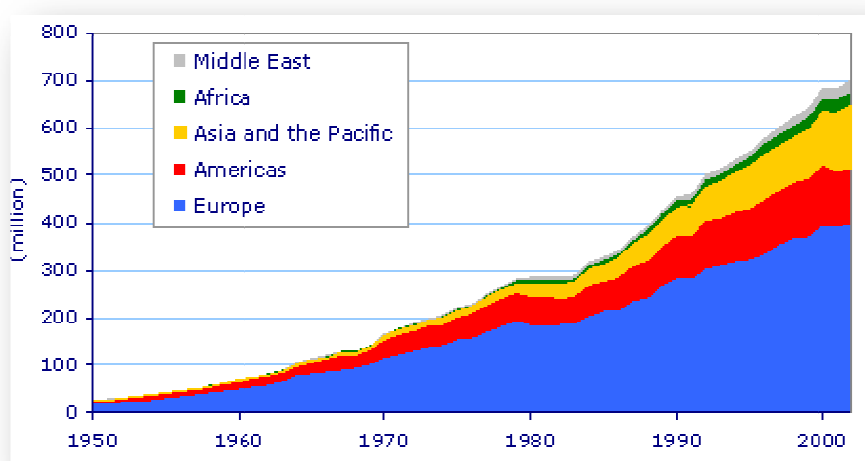
Finalmente, e sem sermos exaustivos, do *ponto de vista da Antropologia*, MacCannell (1976) é um autor pioneiro e de referência na abordagem ao Turismo, explicando o fenómeno como uma busca por uma autenticidade perdida, numa crítica à civilização ocidental. Numa outra abordagem, Beek (2007) considera que o turismo gera uma visão do *outro* consistente com a visão do *self*, enquanto, *do outro lado*, o turista é percebido de formas diversas dependendo dos processos de definição da identidade colectiva de quem é visitado.

3.2. O Turismo na economia global

A internacionalização do turismo significa que todos os objectos potenciais à contemplação do turista podem ser localizados numa escala e ser comparados uns com os outros. Significa também que não podemos explicar os padrões turísticos numa sociedade em particular sem analisar os desenvolvimentos ocorridos noutros países (Urry, 1991b: 200).

As estatísticas disponibilizadas pela OMT enfatizam a importância económica do turismo a nível global, considerando que o seu crescimento contínuo e a sua diversificação fazem do sector um dos maiores e mais rápidos motores de crescimento económicos em todo o mundo. O número de chegadas internacionais mostra uma evolução de 25 milhões de chegadas internacionais em 1950 para um valor aproximado de 903 milhões em 2007, correspondendo a uma taxa média de crescimento anual superior a 6%. As receitas totais geradas por estas chegadas (receitas do turismo internacional e transporte de passageiros) cresceu a um ritmo semelhante, ultrapassando o crescimento da economia mundial, superando 1 trilião de dólares em 2007, ou seja, quase 3 biliões de dólares por dia (WTO, 2008).

Gráfico 1. Evolução das chegadas de turistas internacionais no mundo



Fonte: WTO (2006a)

Regionalmente, entre 1950 e 2005, o desenvolvimento turístico foi particularmente forte na Ásia e no Pacífico (média de 13% por ano), no Médio Oriente (10%) e até mesmo em África (8%). Na América (5%) e Europa (6%), cresceu a um ritmo mais lento e ligeiramente abaixo da média mundial, mas, ainda assim, foram as principais regiões turísticas, representando uma quota de mercado conjunta de mais de 95% em 1950 e 76% em 2000. As receitas do turismo internacional representaram, em 2003, cerca de 6% das exportações mundiais de bens e serviços e, se considerarmos apenas as exportações de serviços, a quota das exportações do turismo aumenta para quase 30%:

Quadro 2. Exportações Mundiais de Bens e Serviços (2003)

	US\$ (bilhões)	Quota (%)	Quota (%)
TOTAL	9,089	100	
Exportação de Mercadorias	7,294	80	
Produtos Agrícolas	674	7	
Minérios	960	11	
Manufacturas	5,437	60	
Outros	223	2	
Serviços Comerciais	1,795	20	100
Transportes	405	4	23
Turismo	525	6	29
Outros	865	10	48

Fonte: WTO (2004c)

Com o surgimento de novos destinos e a expansão do investimento no sector, o turismo tornou-se uma das principais categorias do comércio internacional. Hoje, o turismo internacional é o quarto sector de exportação que gera mais rendimentos, depois dos combustíveis, dos produtos químicos e do sector automóvel. Para muitos países em desenvolvimento, tornou-se numa das principais fontes de rendimento e exportação, gerando a criação de emprego e oportunidades para o desenvolvimento (WTO, 2008).

Entretanto, os anos de 2008 e 2009 são marcados por uma conjuntura de crise económica e recessão a nível mundial que se reflectiu sobre o sector do turismo, com uma forte quebra no crescimento das chegadas de turistas internacionais, atingindo valores negativos em algumas regiões, de acordo com os últimos dados da OMT (WTO, 2009).

3.2.1. Turismo em África

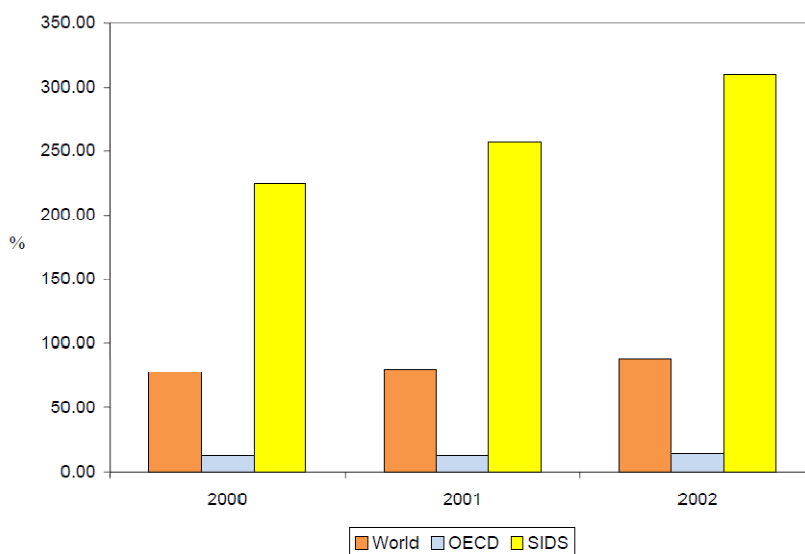
O turismo internacional em África teve o seu arranque sobretudo após a descolonização. Segundo algumas abordagens, os desenvolvimentos pós-coloniais tenderam a recriar as dependências coloniais em relações complexas e desiguais, sendo o turismo nestes países visto como uma experiência neo-colonial, em que as companhias aéreas, as cadeias de hotéis, a logística, o pessoal especializado, vêm do Ocidente. Neste sentido, Beek (2007) chama a atenção para a importância de incidir a análise no impacto do turismo sobre as populações de acolhimento, os próprios africanos, ao contrário da maioria das abordagens que enfatiza apenas o viajante e a sua experiência, sobretudo porque, no caso de África, essas populações são os mais pobres, os que são visitados sem meios para “retribuir” a visita. O autor analisa a especificidade do turismo em África sob a forma de paradoxos e contradições: o primeiro paradoxo é que o turismo em África é ainda dominado por uma visão elitista de um *turista mimado* que vê o destino como um privilégio a que poucos podem ter acesso, que a ser invadido pelas massas perderia a sua “sacralidade”; segundo paradoxo é o *medo de África* – dos animais selvagens, da pobreza, da violência, das doenças; o terceiro paradoxo, associado ao anterior, é a noção de se estar em África sem *nunca entrar realmente na vida africana*, já que o turista ocidental vive numa bolha, nos seus *lodges, bed & breakfast, resorts*, em itinerários criados por um intermediário que lhe garante o conforto e uma visão filtrada da realidade; o quarto paradoxo é a visão de África como um *universo paralelo* – a noção de vastidão nas longas distâncias percorridas de paisagens semelhantes, os animais selvagens, a estranheza dos povos “autênticos” – uma visão romântica da realidade; finalmente, em África o turismo é feito *sem histórias e símbolos* nacionais de vitórias e glórias, já que o nacionalismo africano é recente. Em suma, África é um continente diverso com uma grande variedade e especificidade de destinos

turísticos. Sob o ponto de vista económico, o continente teve, em 2007, um dos melhores desempenhos a nível mundial, com um crescimento médio de 7% ao ano desde 2000, correspondendo a 44 milhões de chegadas. As receitas do turismo internacional aumentaram 8% (em termos reais), recebendo África, actualmente, 4,9% dos turistas internacionais (WTO, 2008).

3.2.2. Turismo nos Pequenos Estados Insulares

O turismo é um sector líder a nível mundial e muito particularmente nos PEID. As ilhas constituem destinos turísticos “exóticos”, atraindo um grande número de pessoas pelas suas especificidades paisagísticas, ambientais, climáticas e socioculturais. De facto, não são apenas as suas riquezas naturais que constituem recursos turísticos; também os seus valores socioculturais, as formas que as populações locais têm de “fazer” e principalmente de “ser”, são grandes recursos turísticos a utilizar na exploração turística em ilhas (Morais e Silveira, 2009: 58). Assim, desde a década de 80, o turismo tem-se vindo a expandir na maioria dos PEID, sendo, em muitos destes países, o único sector que assistiu a algum crescimento nos últimos anos, quando os produtos tradicionais de exportação, como os produtos agrícolas, viram o seu valor entrar em declínio ou perderam os seus mercados preferenciais. Assim, globalmente, nos PEID, entre os anos 2000-2002, os ganhos do turismo em divisas estrangeiras foram cerca do triplo das exportações (cf. Gráfico 2).

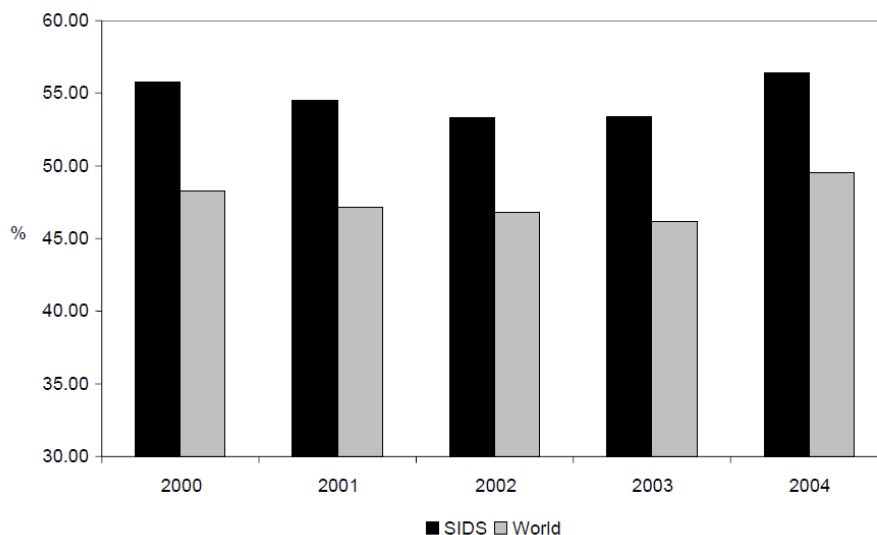
Gráfico 2. Total de receitas do turismo em proporção às exportações



Fonte: WTO (2006b)

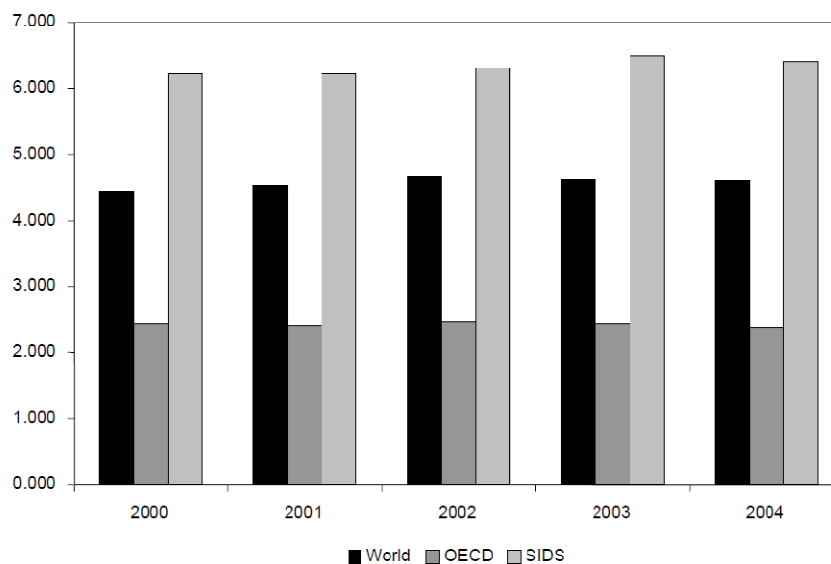
Para além disso, também as taxas médias de ocupação e a duração média de estadia dos visitantes nos PEID são superiores às do resto do mundo (cf. Gráficos 3 e 4):

Gráfico 3. Taxas de Ocupação



Fonte: WTO (2006b)

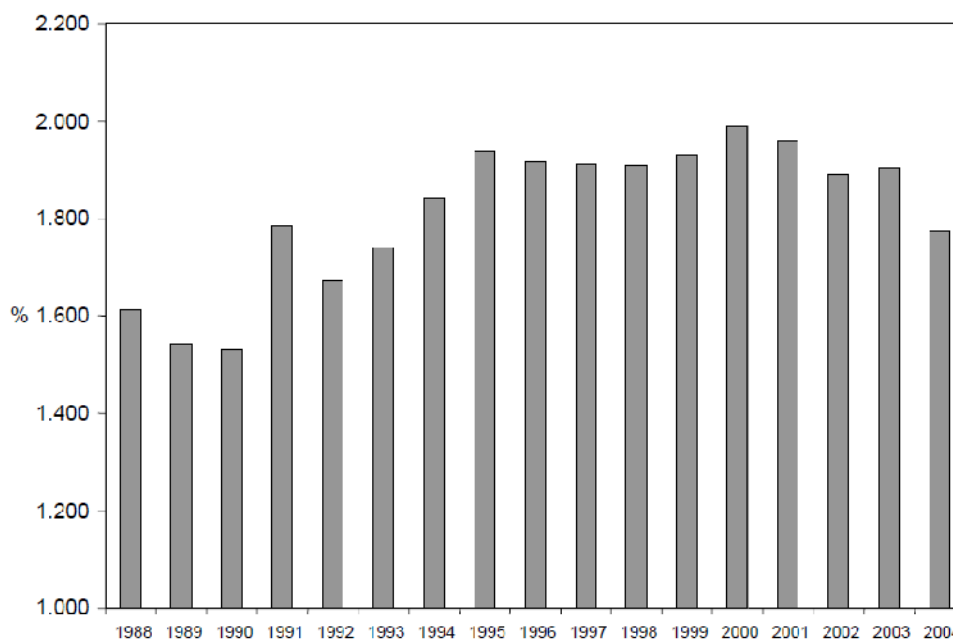
Gráfico 4. Duração média da estadia



Fonte: WTO (2006b)

Ainda assim, em termos globais, a quota de mercado dos PEID no mercado global de turismo tem sido relativamente baixa, inferior a 2%, e, se num período inicial – de 1988 a 1995 – houve uma tendência de crescimento, a partir de 1995 a tendência é de estagnação ou mesmo declínio.

Gráfico 5. Quota de mercado dos PEID nas chegadas globais de turistas



Fonte: WTO (2006b)

Deste modo, existe uma vasta literatura preocupada com a excessiva dependência dos PEID face ao turismo, bem como com as ameaças que este representa para a biodiversidade. Scheyvens e Momsen (2008a) evidenciam, com base em dados do Banco Mundial, que, dos dez países mais dependentes do turismo, nove são PEID – seis nas Caraíbas, dois no oceano Índico e São Tomé e Príncipe – sendo que esta excessiva dependência acarreta vulnerabilidades e outros problemas associados. Ainda assim, outros autores contestam estas visões mais “fatalistas”, procurando demonstrar a resiliência e adaptabilidade dos PEID.

3.3. A crítica ao turismo convencional: razões para um turismo diferente

Ao longo dos tempos, o turismo tem sido enaltecido e criticado, por investigadores, políticos, gestores e pelas próprias comunidades de acolhimento. Por um lado, o turismo é, como vimos, uma das principais actividades económicas do mundo, com efeitos positivos a diferentes níveis:

- A nível macroeconómico, contribuindo para o aumento dos rendimentos dos Estados, entrada de divisas, atracção de investimento estrangeiro e estímulo ao investimento em geral, maior equilíbrio da balança comercial;
- Estímulo de diferentes actividades económicas – de forma directa, alojamentos, restaurantes, cafés e bares, serviços de lazer e organização de viagens e visitas, serviços locais (transporte, cabeleireiro, comunicações), produtos e serviços periféricos (tais como transporte domicílio-destino, compras de preparação para a viagem, feiras e salões); de forma indirecta, através das cadeias de abastecimento, nomeadamente em sectores como a agricultura ou a indústria local;
- Criação de emprego;
- Valorização dos recursos naturais e culturais, criando valor económico e protecção de recursos que de outra forma não teriam valor para as populações locais;
- Promoção do diálogo intercultural e abertura a outros modelos culturais;
- Melhoria do nível e qualidade de vida;
- Melhoria das infraestruturas em geral;
- Promoção das artes e artesanato;
- Aumento do nível educacional da população local (aprendizagem de novas competências, línguas e culturas estrangeiras).

Contudo, apesar dos potenciais impactos positivos do turismo sobre os países de acolhimento, esses impactos geralmente beneficiam apenas uma minoria da população e as externalidades negativas que acompanham as formas dominantes de turismo (*turismo de massa, capitalista, industrial*) são consideráveis:

- Geralmente, há uma excessiva dependência face ao investimento estrangeiro, sobretudo nos países menos desenvolvidos, com perda de controlo local sobre os recursos;
- É frequente a fuga de divisas, devido ao endividamento externo necessário para fazer face ao investimento inicial e porque as entradas são penalizadas pelas crescentes necessidades de produtos e serviços importados;
- Como consequência, as riquezas geradas pelo turismo são desigualmente repartidas, já que, sendo os territórios de acolhimento do turismo de massa países em vias de desenvolvimento, estes não controlam os fluxos turísticos, os quais são dominados por grandes grupos económicos sediados nos países industrializados (Laurent, 2004: 35);
- Os complexos turísticos constituem-se frequentemente como *enclaves*, sem articulação com os outros sectores da economia doméstica, utilizando uma variedade de estratégias

para reter o turista, sem lhe dar a oportunidade de sair desses ambientes, para divertimentos e consumos fora das suas dependências (Coriolando e Almeida, 2007);

- A excessiva dependência face ao sector turístico é perigosa, dadas as flutuações, muitas vezes imprevisíveis, a que o sector está sujeito (nomeadamente por motivos como epidemias, terrorismo, catástrofes naturais, instabilidade política, oscilação das taxas de câmbio, acontecimentos mediáticos);
- Grande parte do emprego no turismo é precário – desqualificado, mal remunerado, sazonal, sendo frequentes os atentados aos direitos dos trabalhadores, bem como o desenvolvimento de redes de prostituição e trabalho infantil;
- O tecido social dos territórios de acolhimento é debilitado dada a repartição desigual das vantagens inerentes ao turismo, fonte de disparidades sociais agravadas pelas diferenças culturais e de poder de compra, bem como com a introdução de hábitos de consumo não sustentáveis;
- O contraste entre a riqueza dos turistas e a pobreza das comunidades locais deixa-as mais vulneráveis à violência simbólica (Amblés, 2002) e à exploração, podendo verificar-se um reforço de padrões neocoloniais (Brohman, 1996);
- Há uma tendência para a descaracterização cultural, com perda de identidade, alienação cultural e “folclorização” das culturas, em que as tradições locais se tornam comercializáveis e perdem a sua autenticidade;
- O aumento do número de turistas perturba as actividades da comunidade e entra em competição pelos locais de lazer e outros serviços e recursos;
- A utilização da área acarreta degradação ambiental – associada à construção de infraestruturas, sobre-exploração dos recursos naturais, utilização de transportes com emissões de dióxido de carbono, pressão sobre os ecossistemas, poluição, distúrbio dos habitats naturais, artificialização das paisagens, conflitos no uso de recursos limitados como água e energia;
- A pressão turística estimula ainda a especulação imobiliária e os conflitos pela propriedade fundiária;
- Geram-se fortes desequilíbrios regionais dada a concentração do turismo apenas em algumas zonas mais atractivas.

Para Alves de Oliveira (2008), o turismo que ele designa de *capitalista* assume-se como uma nova modalidade do processo de acumulação capitalista, onde uma minoria se apropria

dos espaços e dos recursos neles contidos, apresentando-os como atractivos turísticos, transformados em objectos de consumo. Deste modo, regiões litorais originalmente ocupadas por comunidades tradicionais, grupos indígenas e pescadores, são expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes complexos hoteleiros, às cadeias internacionais, aos parques temáticos. O espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço *elitizado* e luxuoso dos turistas, entram, assim, em conflito. O autor chama a atenção para o papel determinante do Estado nesse processo, já que este frequentemente se posiciona a favor dos empresários do turismo, dos proprietários de terra, dos agentes imobiliários.

Estas críticas e contradições estão na origem de uma nova consciência em relação aos impactos negativos do turismo convencional e de massas, evidenciando a necessidade de um turismo diferente. Tal preocupação está presente em diversos organismos internacionais, tais como a OMT através da pioneira Conferência de Manila (1980), do Código Ético Mundial para o Turismo (2001) e do programa ST-EP – *Sustainable Tourism Eliminating Poverty* (2002); a UNCTAD através de diversas conferências internacionais; a OIT com o seu contributo para a promoção do Turismo Comunitário, através da *Redturs* (Rede de Turismo Comunitário Latino-Americana); ou, mais recentemente, os Fóruns Internacionais de Turismo Solidário (FITS - Marselha, 2004; Chiapas, 2006; Bamako, 2008). Entre os organismos actantes a nível nacional, destaca-se o contributo da UNAT – *Union National de Associations de Tourisme*, que apoia e aglutina as principais associações francesas de turismo; a AITR – Associação Italiana de Turismo Responsável, organismo aglutinador de agentes vinculados ao Turismo Responsável; as experiências britânicas do *Tourism Concern* e *Pro-Poor Tourism*; ou ainda a experiência africana *Fair Trade in Tourism South Africa* (FTTSA) enquanto aplicação dos critérios do comércio justo ao turismo.

Deste modo, se fundamenta a evolução recente do sector turístico que, segundo Laurent (2003), tem seguido por duas direcções:

- Uma melhoria qualitativa de uma parte das prestações do turismo de massa, nomeadamente ao nível da protecção do ambiente e recursos naturais e da luta contra a poluição no sector hoteleiro, do lazer e, marginalmente, dos transportes, numa perspectiva de responsabilidade social;
- A diversificação de uma oferta alternativa, de nicho, diferenciada, conforme se apresenta no ponto seguinte.

3.4. Na emergência das novas modalidades e conceitos de Turismo

Na aproximação ao conceito e às práticas de Turismo Solidário, identificámos um conjunto de formas alternativas de turismo que se têm vindo a afirmar em oposição às práticas dominantes do sector, surgindo com as mais diversas designações – *Turismo Solidário, Responsável, Justo, Comunitário* – e remetendo para nuances nem sempre perceptíveis. Apresenta-se de seguida uma breve definição de algumas das terminologias mais utilizadas, no sentido de contribuir para a clarificação do conceito de Turismo Solidário, que é a terminologia por nós adoptada.

Começando pelo *Turismo Social*, não sendo uma forma de turismo alternativo, é importante contemplá-la dada a sua frequente confusão com Turismo Solidário. O *Bureau International de Tourisme Social* define-o como o conjunto de relações e fenómenos resultantes da participação no turismo e, em particular, da participação de estratos sociais de baixos rendimentos. Esta participação é possível, ou facilitada, por medidas de natureza social bem definidas (BITS, 2003). Portanto, o Turismo Social visa promover o acesso ao turismo a todos os grupos populacionais, dando especial atenção a segmentos desfavorecidos, e referindo-se nomeadamente a medidas aplicadas pelos governos para encorajar as férias – um direito fundamental dos trabalhadores na maioria dos países. O seu objectivo é favorecer o acesso ao turismo para o máximo de pessoas, o que, segundo Poos (2006), tenderá a evoluir em direcção a formas de Turismo Solidário.

No *Turismo Rural*, o viajante tende a estabelecer uma relação estreita com os habitantes a fim de facilitar as trocas e compreensão mútua, constituindo o turismo uma fonte complementar de rendimentos para as explorações agrícolas ou zonas rurais. Com origem nos anos 60-70, pode ser visto como um antecessor das Novas Formas de Turismo, já que constitui uma alternativa às grandes concentrações turísticas.

O *Ecoturismo* é definido como *viagem responsável na natureza que conserva o ambiente e contribui para o bem-estar das populações locais* (TIES, 2008). A principal motivação do turista é observar e apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas zonas naturais.

O *Turismo Justo* baseia-se nos princípios do comércio justo, enfatizando a justa remuneração dos prestadores locais, a participação das comunidades de acolhimento, os processos de decisão democrática, os modos de produção amigos do ambiente (Poos, 2006; Ritimo, 2007). Os seus objectivos são maximizar os benefícios do turismo para os actores locais, através de parcerias justas e mutuamente benéficas com os parceiros nacionais e internacionais, e também apoiar os direitos das comunidades indígenas.

A abordagem *PPT – Pro Poor Tourism* (Turismo “Pro-Pobres”) emergiu da pesquisa britânica sobre meios de vida sustentáveis e em particular dos trabalhos de Harold Goodwin (1998), estando na origem da criação da *Pro Poor Tourism Partnership* e do programa *ST-EP – Sustainable Tourism Eliminating Poverty* – da OMT. De acordo com a *Pro Poor Tourism Partnership* (2008) o PPT é um turismo que resulta num acréscimo de benefícios em rede para os pobres, frisando que não se trata de um produto ou nicho de mercado, mas antes uma abordagem ao desenvolvimento e gestão do turismo que visa ampliar os benefícios do sector para os pobres.

O *Turismo Comunitário* é constituído por formas turísticas propostas e geradas pelas comunidades, as quais se integram de forma harmoniosa nas diversas dinâmicas colectivas do local de acolhimento. Na medida em que uma comunidade implica, por definição, indivíduos com algum tipo de responsabilidade colectiva e capacidade de tomar decisões por órgãos representativos, o Turismo Comunitário implica um acréscimo de solidariedade e co-gestão (Laurent, 2003), aproximando-se assim do Turismo Solidário.

O *Turismo Responsável* coloca a ênfase no viajante, e não na comunidade que ele visita. No seu cerne está a tomada de consciência de que o viajante é responsável pelo efeito do turismo sobre a população e o ambiente, sendo que responsabilidade significa aqui uma atitude de respeito pelos lugares sem danificar nem a comunidade nem o ambiente (ICRT, 2002). Podemos dizer que o Turismo Responsável também é solidário, sendo que essa solidariedade se expressa sobretudo no estado de espírito com que o turista parte em viagem.

Em resumo, os vários conceitos e abordagens de turismo alternativo, embora distintos, são compatíveis e, em parte, sobrepõem-se. Qualquer classificação destes termos será sempre parcial e incompleta, não existindo uma definição única e generalizada. O essencial é que em todas as definições apresentadas está presente a ideia de responsabilização e de parceria ou solidariedade. Segundo Amo (2003), a riqueza de terminologias deriva da multiplicação destas parcerias, que contribui para dar um novo sentido ao turismo, já não apenas reduzido ao prazer ou ao ócio casual, mas aberto ao diferente, à procura de novas relações e à preocupação por um mundo mais justo.

Consideramos, assim, que o fio condutor comum às várias definições apresentadas é o conceito de *solidariedade*, nas suas múltiplas expressões, assente na existência de uma dependência mútua e em relações de respeito mútuo (Caire e Roullet-Caire, 2003), justificando-se assim a nossa opção pelo conceito de *Turismo Solidário* enquanto conceito de referência, já que se inscreve numa perspectiva “responsável”, “justa”, “comunitária” e “sustentável”. Ainda assim, cumpre esclarecer que o conceito por nós adoptado difere

daquele veiculado junto do grande público que entende a solidariedade apenas do ponto de vista do viajante internacional que procura participar no desenvolvimento das comunidades que visita, seja através da colaboração directa em acções de desenvolvimento, seja através da canalização de uma parte do preço da viagem para o financiamento de um projecto. Tal concepção é marcada por um certo paternalismo, característico da ajuda Norte-Sul. Assim, em termos teóricos, demonstra-se essencial ancorar a abordagem do Turismo Solidário no modelo teórico e prático da Economia Solidária, que vem dar sustento e sustentabilidade a um turismo diferenciado, que implica a participação e o envolvimento comunitário, a parceria e responsabilização dos diferentes actores sociais, a capacitação, a valorização das potencialidades e recursos locais. O conceito difundido pela UNAT (*Union Nationale de Associations de Tourisme*) resume esta perspectiva:

O turismo solidário agrupa todas formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem a pessoa e a relação humana e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios. Os fundamentos deste tipo de turismo são: o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projecto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados. (UNAT, 2002)

De referir ainda que não existe uma certificação (*label*) bem determinada e daí a necessidade de desconfiar dos rótulos das organizações de viagens, na maior parte das vezes auto-atribuídos. É com base nestas limitações e na busca de um conceito mais abrangente e mais sustentado teórica e empiricamente, que ambicionámos propor uma definição de Turismo Solidário, à luz do contributo teórico da Economia Solidária (cf. Ponto 3.6).

3.5. A tese do Turismo como trampolim para o Desenvolvimento

Parler du tourisme impose le brassage du technique, de l'émotion, du vécu. Parler du développement est encore plus affaire de culture et de dialogue entre culture. (Laurent, 2003)

3.5.1. Contributos teóricos

Grande parte da literatura disponível sobre turismo incide sobre os contributos deste para o desenvolvimento das comunidades e países de acolhimento, sendo descrito como o sector mais promissor para os países em desenvolvimento (Lea, 1988).

Durante o século XX, a literatura sobre as relações entre Turismo e Desenvolvimento é muito marcada pela noção ultrapassada de desenvolvimento enquanto crescimento económico, sendo analisada através de indicadores como os impactos do turismo ao nível do PIB e da balança de pagamentos. Os teóricos do desenvolvimento argumentam que a expansão do turismo pode contribuir para a diversificação económica, contrariando a excessiva dependência em alguns produtos tradicionais de exportação (Brohman, 1996: 51).

Mais recentemente, esta relação começa a ser analisada à luz das novas evoluções do conceito de desenvolvimento, nas suas múltiplas dimensões.

Luis Capucha (1996), referindo-se às zonas rurais e periféricas, considera que uma das formas dessas regiões aproveitarem os poucos recursos – alguns deles cada vez mais valorizados e raros – que ainda possuem em benefício das suas populações é precisamente através da promoção do turismo nessas regiões, já que o turismo pode contribuir para a protecção do meio ambiente e para melhorar a qualidade de vida local e regional, bem como para valorizar o património histórico e arquitectónico e os recursos naturais, culturais e humanos. No entanto, diz, podem também produzir-se efeitos de apropriação individualizada dos principais benefícios e rendimentos das dinâmicas de desenvolvimento, gerando-se desse modo novas clivagens sociais. Neste sentido, a participação das pessoas, dos mais desfavorecidos em particular, e das comunidades locais no planeamento e execução dos projectos de desenvolvimento e promoção turística é a melhor forma de garantir que o desenvolvimento do turismo nas zonas desfavorecidas não se realizará apenas em benefício dos mais poderosos. Segundo o autor, tal participação permite atingir dois objectivos suplementares: por um lado, permite fazer das políticas de desenvolvimento e de ambiente uma ambição e uma actividade rotineira e voluntária das populações; por outro lado, a interiorização dos objectivos de desenvolvimento facilita o controlo de qualidade e estimula as identidades e os brios locais. O autor considera que o aproveitamento das potencialidades turísticas é uma componente importante das estratégias de desenvolvimento, mas não uma panaceia. Porém, ao nível da economia local, os impactos dos projectos turísticos são eventualmente decisivos. Em muitos casos, eles são mesmo a única alternativa viável para desencadear processos de desenvolvimento. Tais processos carecem, quase sempre, de sistemas de apoio público (incluindo a formação de empresários e mão-de-obra) e o estabelecimento de redes de cooperação entre entidades públicas e privadas; mas carecem principalmente do equilíbrio ambiental e do valor identitário e patrimonial que constituem a principal vantagem comparativa destas regiões.

As redes de projectos locais e sistemas de parceria bem montados, capazes de apoiar estratégias de afirmação do turismo rural não controlado pelas companhias mais importantes nos mercados nacionais e transnacionais e, simultaneamente, capazes de gerar a massa crítica (em termos de diversidade da oferta de atracções e experiências com padrões de qualidade elevados), podem ser de importância estratégica (...) Tais redes podem, ainda, construir os suportes que permitam a afirmação das colectividades locais como parceiros na definição das políticas de promoção do turismo e do ambiente. Nesse caso, o turismo integra-se em processos mais vastos de desenvolvimento, articulando ambiente, agricultura, artesanato, hotelaria, recuperação do património, descoberta do passado, entre outras actividades. (Capucha, 1996: 42-43)

Para que o turismo contribua para o DC, é necessário que esteja integrado num projecto mais vasto de desenvolvimento, articulado com diferentes sectores de actividade, diferentes áreas de intervenção, diferentes metodologias.

Neste sentido, a OMT afirma, desde a década de 90, a convicção de que o turismo é um importante agente de desenvolvimento económico, mudança social e promoção de paz, permitindo atacar directamente os problemas da pobreza nos PMA, salvaguardando, no entanto, que o sector é apenas uma componente de uma série mais vasta de iniciativas de desenvolvimento no quadro de um dado sistema económico (WTO, 1997b: 211). Na Declaração das Canárias (UN, 2001), reconhece-se a importância do turismo como motor económico potencial nos PMA, ao permitir a participação destes países na economia global, diminuir a pobreza e conduzir ao progresso socioeconómico das populações destes países. Em 2002, a OMT publica o relatório “Turismo e Redução da Pobreza” sob o mote de que o turismo sustentável pode ser um das poucas oportunidades de desenvolvimento para os pobres. Caire (2005) considera que o raciocínio do relatório se organiza em torno de três ordens de argumentos – macroeconómicos, sociais e extra-económicos.

Em termos macroeconómicos considera-se que *o turismo constitui uma das raras oportunidades de venda dos produtos do Sul aos consumidores do Norte*, tendo geralmente um contributo importante no PIB de um país. O turismo apoia-se em recursos culturais e naturais que muitas vezes são os “únicos activos” dos países pobres. As suas características específicas orientam a especialização dos países para o sector turístico, por exclusão de outras opções. Tal vantagem é tanto mais bem-vinda quanto: o turismo é o sector menos protegido dos países ricos, ao contrário da agricultura e dos têxteis, logo é um mercado potencialmente aberto aos PMA; a hotelaria e restauração são actividades onde as economias de escala são pouco importantes, o que permite ser competitivo mesmo em pequena escala, o que é particularmente importante para os PEID; o turismo é uma actividade relativamente pouco assente em trabalho qualificado, o que permite contornar a insuficiência de formação da mão-de-obra e de capital técnico de ponta; a procura turística cresce mais do que a média do comércio internacional e a sua volatilidade é menos importante do que em outros sectores; por implicar uma multiplicidade de bens e serviços (alojamento, refeições, transportes, lazeres, *souvenirs*), o turismo pode constituir um motor de desenvolvimento alargado, nomeadamente em matéria de agricultura, artesanato, infraestruturas de transporte, saúde, saneamento, até de transferência tecnológica (Caire, 2005: 2-3).

A nível social, o argumento central é que *o turismo permite fazer participar as pessoas mais marginalizadas*. A entrada e circulação no território de acolhimento de consumidores com poder de compra elevado é uma ocasião única para contactos comerciais com os pequenos produtores locais. Estas vendas adicionais de bens e serviços contribuem para o estímulo e apoio a micro-projectos de artesãos e comerciantes e ao desenvolvimento do

empreendedorismo e, deste modo, *os pobres podem tornar-se exportadores*. Além disso, o turismo pode contribuir para reduzir as desigualdades de género já que emprega uma grande proporção de mulheres (Caire, 2005: 3).

Finalmente, considera-se ainda que *o turismo gera benefícios extra-económicos*, no sentido em que se baseia numa atmosfera cultural, humana, natural, climática, histórica, requerendo a preservação das riquezas ambientais e patrimoniais (Caire, 2005: 3). Por outro lado, ao provocar contactos entre nacionalidades diferentes, o turismo universaliza o laço social, sendo também fonte de orgulho cultural, de paz e de compreensão do outro (WTO, 2004a).

Reconhecendo a importância da relação entre turismo e desenvolvimento, Amparo Sancho (2005) considera que existem duas formas de abordar este desafio:

- A primeira é a consideração do turismo como desencadeador do desenvolvimento, o que passaria pela aposta numa dinâmica económica baseada em produtos turísticos;
- A segunda forma consiste em considerar o turismo como um contributo adicional a uma dinâmica pré-existente, acrescentando as actividades turísticas às demais actividades de desenvolvimento em curso, na agricultura, educação, igualdade de género, revalorização da cultura local, etc.

Esta última forma será melhor adaptada às necessidades locais, além de ficar menos exposta às variações e flutuações da actividade turística (Sancho, 2005: 2).

Contudo, o contributo do turismo para o desenvolvimento pode ser ameaçado pelo conjunto de factores atrás enumerados (Ponto 3.3): excessiva dependência estrangeira, com perda de controlo local sobre os recursos; falta de articulação entre os *enclaves* turísticos e outros sectores da economia doméstica; volatilidade do sector; precariedade do emprego; polarização espacial e socioeconómica; alienação cultural; degradação ambiental. Estes constrangimentos sublinham a necessidade de avaliar as estratégias de desenvolvimento assentes no turismo não apenas em termos do aumento do número de turistas e do rendimento, mas em termos da integração do turismo nos objectivos globais de desenvolvimento das comunidades, regiões e países. Assim, voltamos a frisar, para que o turismo possa efectivamente contribuir para os objectivos de desenvolvimento têm que ser aplicados mecanismos no sentido de facilitar a participação da população local.

Neste sentido, Pérez sintetiza alguns esclarecimentos que devem ser considerados nesta relação entre Turismo e Desenvolvimento:

Quadro 3. Dez Considerações sobre a relação entre Turismo e Desenvolvimento

- 1- A actividade turística pode funcionar como motor nos processos de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento, ao ser um sector produtivo que permite a geração de valor acrescentado adicional (força motriz de outros sectores industriais e agrícolas).
- 2- É necessário diferenciar os processos de desenvolvimento turístico dos processos de expansão turística, em função de contribuírem realmente para o desenvolvimento integrado dos países menos desenvolvidos, ou simplesmente contribuírem para a dinamização da actividade turística mais ou menos desligado do processo de desenvolvimento global.
- 3- O turismo não é uma receita milagrosa para o “subdesenvolvimento”. O contributo do turismo para o desenvolvimento exige condições objectivas que o possibilitem.
- 4- A actual configuração do sector turístico e as tendências que acompanham o novo marco da globalização podem gerar maior dependência estrutural das economias menos desenvolvidas.
- 5- A actividade turística pode resultar muito eficaz para fomentar o financiamento dos processos de desenvolvimento, devido à sua capacidade para gerar divisas, mas sob certas condições a actividade turística pode gerar ainda mais saídas de divisas desde os países menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos.
- 6- O emprego turístico nas suas primeiras fases pode requerer baixos níveis de capacitação e aprendizagem, mas em estádios mais avançados de desenvolvimento turístico pode exigir maior grau de especialização.
- 7- O turismo pode gerar uma importante quantidade de ingressos directos e indirectos nos PMA, mas especialmente importante é a quantidade de laços intersectoriais que implica o seu desenvolvimento.
- 8- Um desenvolvimento turístico autónomo dos países em desenvolvimento supõe necessariamente controlar o grau de penetração de empresas estrangeiras no sector. Implica igualmente a articulação com políticas públicas para ampliar a procura de turismo doméstico face ao turismo externo, possibilitar o abastecimento da procura turística mediante produção local, diminuindo-se as importações, capacitar a população local e definir um adequado marco de negociação relativamente aos transportes aéreos.
- 9- É necessária uma adequada promoção e segmentação dos mercados no sentido de contrariar o efeito de possíveis políticas contrárias à emissão de fluxos turísticos por parte dos países desenvolvidos.
- 10- É necessário atender a todo o momento aos custos de oportunidade suportados pelo desenvolvimento da actividade turística e não permitir a articulação de políticas empresariais de carácter especulativo dentro do sector.

Fonte: Pérez (2006: 11)

3.5.2. Iniciativas práticas

Na sequência das reflexões sobre a relação entre turismo e desenvolvimento, têm sido organizados diversos programas, conferências, códigos, projectos, sendo que a maioria destas iniciativas se integra no contexto geral da ajuda ao desenvolvimento.

Em 1998, a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), referia o turismo como sendo o único grande sector no comércio internacional de serviços em que os países em desenvolvimento têm excedentes consistentes, defendendo que estes países deveriam apostar no turismo para impulsionar o seu desenvolvimento económico (UNCTAD, 1998).

Neste âmbito, para ampliar os benefícios do turismo sobre o desenvolvimento dos países e comunidades de acolhimento, a OMT preconiza a liberalização do comércio internacional dos serviços turísticos no seio do AGCS (Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços) como um elemento essencial das estratégias de desenvolvimento para os países pobres (WTO, 2002). A partir de 2005, a OMT tem vindo a implementar, na América Latina, Ásia e África, o programa ST-EP – *Sustainable Tourism, Eliminating Poverty*, no sentido de

promover a redução da pobreza através de iniciativas de turismo sustentável, tendo por base sete mecanismos: aumento do emprego em empresas turísticas para os pobres; cadeias de abastecimento do sector provenientes dos pobres ou de empresas que os empregam; venda directa de bens e serviços aos turistas pelos pobres (economia informal); criação de pequenas e médias empresas geridas pelos pobres ou grupos comunitários; taxas sobre os rendimentos do sector em benefício dos pobres; apoios voluntários dados pelas empresas turísticas e pelos turistas; investimentos estimulados pelo turismo em infraestruturas que também beneficiem os pobres (WTO, 2004e).

É também neste contexto que surge a «Agenda 21 Local para o Turismo a partir de comunidades de base» (ALTICOBA 21), como forma de resposta a um turismo irresponsável e desrespeitador, dirigindo-se a territórios desfavorecidos, frágeis em recursos institucionais e/ou económicos, a partir da actividade estruturante que é o turismo, inserindo-se na corrente de desenvolvimento sustentável preconizada ao nível local sob a forma das «Agenda 21 Locais». O principal objectivo de ALTICOBA 21 é, assim, o desenvolvimento sustentável de territórios desfavorecidos através de medidas concretas: luta contra a pobreza e contra o êxodo demográfico, numa lógica de resposta às necessidades com base em organizações da sociedade civil local (produtores, associações, cooperativas) que permitam uma maior capacidade de contrabalançar os riscos e as influências exteriores; introdução de elementos de democracia participativa e de co-gestão em projectos de índole colectiva; educação para o desenvolvimento responsável; gestão racional dos recursos naturais raros (Laurent, 2004). Relacionada com o desenvolvimento desta abordagem está a rede francesa T2D2 – *Tourismes, Territoires et Développement Durable*, com intervenções em Cabo Verde. Outras iniciativas poderiam ser citadas, mas a intenção é apenas ilustrar a importância que o turismo tem vindo assumir enquanto “trampolim” para o desenvolvimento, através da intervenção de diferentes instituições, organizações multilaterais, agências de desenvolvimento, ONGs ou grupos comunitários.

3.5.3. A Sustentabilidade no sector turístico

O actual volume e importância do turismo torna evidente a necessidade de aplicar princípios de sustentabilidade ao sector, no sentido de minimizar os seus impactos negativos e maximizar os seus efeitos positivos, no presente e no futuro. No sentido de ir ao encontro dos princípios do Desenvolvimento Sustentável, o sector deverá ser organizado e gerido de forma a salvaguardar o ambiente natural e sociocultural, sobretudo porque se trata de uma actividade assente no consumo de recursos naturais de fruição livre e de bens públicos. O desafio da sustentabilidade surge, assim, como factor organizacional básico dos recursos e

produtos do destino turístico e da sobrevivência deste no longo prazo, enquanto sistema localizado de produção, enquanto sistema social complexo de vivências e de usufruto de experiências e enquanto sistema vivo que exige formas de governação e liderança próprias (Silva e Flores, 2006: 230).

As sete dimensões da Sustentabilidade, atrás identificadas, são aplicáveis aos projectos e produtos turísticos:

- Sustentabilidade ambiental: conservar o património natural e a biodiversidade, lutar contra a poluição e as alterações climáticas, respeitar a capacidade de carga do território de acolhimento, fazendo uma utilização óptima dos recursos ambientais que constituem um elemento chave no desenvolvimento turístico;
- Sustentabilidade social: garantir a coesão social, contribuindo para a igualdade de oportunidades, respeitando a dignidade humana (nomeadamente defendendo os direitos dos trabalhadores e opondo-se ao turismo sexual), procurando melhorar a qualidade de vida de todos, com prioridade para os mais desfavorecidos;
- Sustentabilidade cultural: respeitar a identidade, cultura e valores das comunidades de acolhimento, conservando o património histórico, arquitectónico e cultural, integrando-se na estética local, não *folclorizando* a riqueza cultural local, nem se apropriando indevidamente do património local;
- Sustentabilidade económica: garantir a rentabilidade económica dos produtos, com benefícios para todos os *stakeholders*, distribuídos de forma justa, incluindo emprego estável e oportunidades de rendimento para as comunidades de acolhimento, dando-lhes oportunidade de viver e trabalhar no seu país e assegurando a coerência entre qualidade e preço em relação às expectativas da procura e às cadeias locais de abastecimento;
- Sustentabilidade territorial: garantir a coesão e a dignidade dos territórios de acolhimento, tendo em conta os efeitos dos projectos a longo prazo (criação e manutenção de infraestruturas, transferência de mão-de-obra, ocupação do espaço, reabilitação do património);
- Sustentabilidade *reflexiva*: promover a consciência crítica e a actualização permanente das abordagens turísticas, contribuindo ainda para a capacitação dos diversos interlocutores;
- Sustentabilidade política: pôr em prática processos participativos e implementar as restantes dimensões de um modo partilhado pelos vários *stakeholders* de todo o processo turístico, desde a origem ao destino.

Refira-se, no entanto, que a literatura tende a enfatizar as dimensões económica e ambiental, negligenciando as restantes dimensões. Por outro lado, a grande diversidade de impactos positivos e negativos, gerados pelo turismo, a existência de um número elevado de *stakeholders* muitas vezes com agendas e interesses contraditórios e o facto dos recursos e produtos turísticos serem bens livres ou de carácter eminentemente público, tornaram a adopção da sustentabilidade no turismo não isenta de desafios e contradições, os quais são destacados Silva e Flores (2006: 230): não é possível essa abordagem sem que os outros sectores da economia ou as políticas públicas em geral adoptem paradigma idêntico; a dimensão política, enquanto dimensão crítica para a adopção de qualquer uma das outras dimensões, coloca a necessidade de interiorização dos desafios da sustentabilidade na esfera da agenda e decisão políticas; a relatividade do conceito de sustentabilidade implica a ideia de adaptabilidade às especificidades de cada lugar e sociedade.

Portanto, tal como o princípio de Sustentabilidade é inerente a qualquer conceito de Desenvolvimento, também os princípios do Turismo Sustentável devem ser aplicados a todas as formas e conceitos de Turismo:

As linhas de orientação e práticas de gestão do turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os vários segmentos de nichos de turismo. (WTO, 2004d)

Em resumo, o *Turismo Sustentável* é a aplicação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável ao turismo, portanto um turismo que tem plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais, ambientais, culturais, políticos, territoriais, reflexivos, no presente e no futuro. Os princípios e práticas de gestão do Turismo Sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinos, sendo o Turismo Solidário considerado uma via privilegiada para garantir a sustentabilidade do sector, já que este tem por base o sentimento de uma dependência mútua e um altruísmo fundado no respeito pelo outro, o que implica a possibilidade de reversibilidade das escolhas para as gerações futuras (Caire e Rouillet-Caire, 2003).

3.6. A Economia Solidária aplicada ao Turismo – para um novo conceito de Turismo Solidário

Do ponto de vista da concepção de Turismo Solidário dominante, centrada no viajante internacional que procura contribuir para a melhoria das comunidades que visita, Dolores Amo (2003) fez um importante trabalho de levantamento das diferentes modalidades e formas de oferta de Turismo Solidário em Espanha, resultando na seguinte classificação:

Quadro 4. Exemplos de Modalidades de Turismo Solidário

Designação	Descrição
Campos de trabalho	Projectos que têm como objectivo essencial realizar uma acção a favor da paz, contra a exclusão, a favor da construção de uma sociedade solidária, e que se centram no trabalho voluntário. O trabalho voluntário significa contribuir com o seu próprio esforço para uma iniciativa colectiva que tem por finalidade melhorar algum aspecto concreto da sociedade.
Campos de solidariedade	Projectos com uma duração de um a dois meses que oferecem a oportunidade de partilhar a problemática e as condições de vida dos países em desenvolvimento mediante o trabalho e a convivência quotidiana com as comunidades desses lugares.
Brigadas de trabalho voluntário	Grupos de pessoas que, de forma voluntária e solidária, decidem colaborar durante um período de 15 dias a 1 mês oferecendo o seu trabalho voluntário em programas de reconstrução, manutenção e acompanhamento com as associações e organizações dos distintos países.
Férias solidárias	Programa específico de uma ONG espanhola que possibilita conhecer o desenvolvimento dos projectos de cooperação nos países envolvidos, com a possibilidade de contacto directo com as comunidades e a ONG, vivendo e partilhando a realidade quotidiana com as pessoas desses países.

Fonte: Amo (2003: 69) (adaptado)

Todas estas acepções são entendidas pelos seus organizadores (na sua maioria ONGD) como formas de “viagens solidárias”, “férias solidárias” ou “Turismo Solidário”. A autora considera que, em todos os casos, se trata de um mesmo fenómeno, porque todas elas cumprem os seguintes critérios:

1. São estadias organizadas por organizações sem fins lucrativos;
2. A principal motivação da estadia é a solidariedade (podendo entender-se por solidariedade a cooperação, a sensibilização, a ajuda, o trabalho voluntário para a comunidade, etc.);
3. Realizam-se durante períodos de férias dos participantes.

Nesta acepção, o Turismo Solidário é associado ao campo da cooperação internacional, entendendo o turista como “cooperante”. Daí que outros autores preferam designar esta vertente de *Turismo Voluntário* (Raymond e Hall, 2008) enquanto a combinação de turismo com trabalho voluntário. Sem pôr em causa os critérios acima enunciados, que se mostram muito úteis na inventariação das organizações que oferecem este tipo de turismo, pretendemos alargar o âmbito do conceito de solidariedade apresentado no segundo critério, no sentido de ir além da abordagem filantrópica convencional. Neste contexto, refira-se que alguns autores consideram que o *turismo voluntário* representa uma forma mais recíproca de turismo e facilita o entendimento inter-cultural, enquanto outros argumentam que este tipo de turismo pode de facto reforçar os estereótipos existentes e aprofundar a dicotomia entre *nós e os outros* (Raymond e Hall, 2008).

Por outro lado, refira-se, na sequência da discussão apresentada no ponto 2, que as organizações da economia solidária podem ter fins lucrativos como forma de alcançar outros fins, o bem comum.

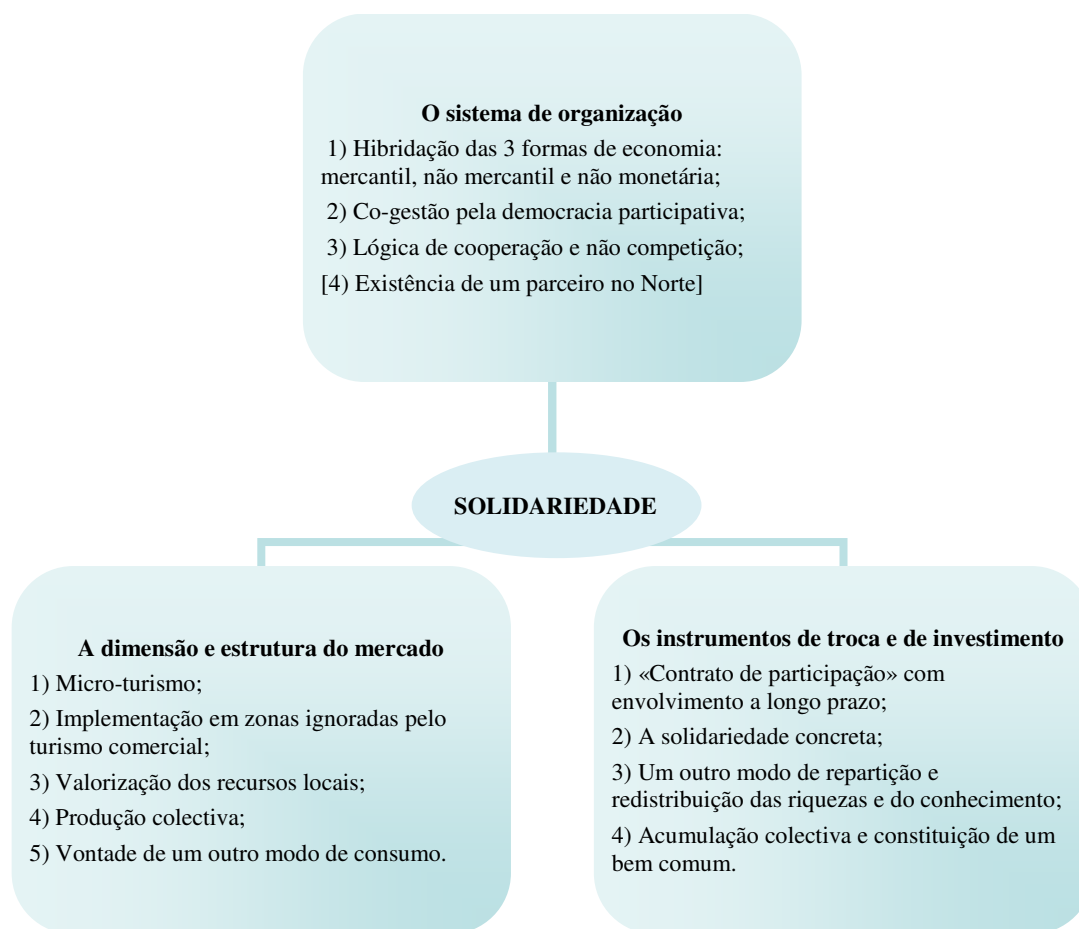
Deste modo, consideramos que falar de uma actividade económica motivada pela solidariedade é entrar no campo da Economia Solidária. Assim, em termos teóricos e metodológicos, demonstrou-se fundamental ancorar a análise do Turismo Solidário no modelo teórico e prático da Economia Solidária, para não cair nos erros das concepções mais caritativas e paternalistas, entendendo-se como dimensões chave do conceito proposto a participação e o envolvimento comunitário, a responsabilização dos diferentes actores sociais, a capacitação, a valorização das potencialidades locais, os processos de decisão democrática, a autonomia de gestão, a devolução ao território. Nesta abordagem, o turismo, integrando-se num projecto global de desenvolvimento, engloba preocupações de sustentabilidade, passa pela criação de emprego e de micro-iniciativas empresariais, incorpora valores locais, aposta em “produtos especializados” e num relacionamento de proximidade. Tal perspectiva vai ao encontro da abordagem da associação francesa UNAT, atrás referida, que constituiu, em 2001, um grupo de trabalho pioneiro para reflectir e agir sobre as Novas Formas de Turismo, tendo optado precisamente pela expressão de Turismo Solidário, que, como vimos, *agrupa todas as formas de turismo alternativo que colocam no centro da viagem a pessoa e a relação humana e que se inscrevem numa lógica de desenvolvimento dos territórios, sendo os seus fundamentos o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projecto turístico; o respeito pela pessoa, pelas culturas e pela natureza; e uma distribuição mais justa dos recursos gerados* (UNAT, 2002).

Portanto, o Turismo Solidário não surge apenas para dar resposta a uma procura crescente do viajante responsável. Ele é endógeno, exige o envolvimento e iniciativa das comunidades locais, a solidariedade e auto-organização dos seus membros. Neste sentido, Gilles Caire (2005) evidencia como a abordagem do Turismo Solidário se demarca do *turismo capitalista* pela procura de uma melhoria contínua das capacidades – individuais e sociais – de *fazer e ser* a fim de assegurar um desenvolvimento socialmente sustentável (Caire, 2005: 2). Segundo Caire, o Turismo Solidário, por oposição ao turismo de massa, é um micro turismo em territórios não previamente turísticos, regendo-se pela regra dos “3 P’s”: *Poucos visitantes* (grupos constituídos por 5 a 12 de pessoas); *Pouco tempo* (em geral a estadia não ultrapassa os 10 dias); *Poucos meses* (o acolhimento é voluntariamente sazonal, fora dos períodos de trabalhos agrícolas). Esta escolha da pequena escala deriva da procura de uma mínima perturbação e desestruturação da sociedade e da vontade de privilegiar a qualidade face à quantidade. É assim, segundo o autor, uma noção óptima para

tornar acessível a noção de Desenvolvimento Sustentável e a garantia de uma coesão social e de um controlo conseguido pela proximidade.

Caire (2005: 7) considera que, mais do que entrar em concorrência frontal com o turismo tradicional nos grandes destinos, o Turismo Solidário procura diferenciar-se e ocupar-se dos mais isolados e, desta forma, pode melhor irrigar o território, nacional ou regional, e lutar contra a desertificação humana dos territórios rurais. Diz o autor que o Turismo Solidário, ao trabalhar sobre a identidade territorial e cultural, sobre os saber-fazer e os saber-ser, sobre o habitat tradicional, sobre as tradições de hospitalidade, sobre a auto-suficiência alimentar, permite reter no local os benefícios, integrar-se melhor no existente e diferenciar-se, apoiando-se na «autenticidade» e no encontro. Por outro lado, acrescenta, se o Turismo Solidário se situa numa lógica de protecção, valorização e desenvolvimento de todos os potenciais locais, tal implica, da parte do visitante, aceitar partilhar, pelo menos em parte, os constrangimentos (alojamento, alimentação, falta de água, desconforto) vividos no quotidiano pela população. O autor afirma que o Turismo Solidário quer estar ao serviço de um desenvolvimento endógeno, humanista e responsável e, com este fim, ele procura implicar em todas as suas fases (reflexão, negociação, decisão, realização, avaliação) a população envolvida, permitindo aos habitantes serem os impulsionadores e não meros figurantes do projecto turístico. Deste modo, começamos a assistir ao desenvolvimento de actividades turísticas com as características da Economia Solidária:

Esquema 2. Características da Economia Solidária presentes no Turismo Solidário



Fonte: Caire e Rouillet-Caire, 2003 (adaptado)

O esquema evidencia como o Turismo Solidário tem por base as características da Economia Solidária. Começando pelo *sistema de organização*, encontramos no Turismo Solidário:

1) A hibridação das três formas de Economia, característica da Economia Solidária:

- Mercantil (princípio de mercado), na medida em que os produtos e serviços do Turismo Solidário são vendidos no mercado. Além disso, se houver transporte aéreo, tem que implicar empresas com fins lucrativos (não se conhecem companhias aéreas sem fins lucrativos), mas pode implicar também um operador turístico ético, guias ou artesãos independentes, etc;
- Não mercantil (princípio de redistribuição), subsídios decorrentes do reconhecimento da natureza de utilidade social da acção organizacional, geralmente provenientes de poderes públicos, locais, nacionais ou estrangeiros; e

- Não monetária (princípio de reciprocidade), com a participação voluntária de certos membros através de doação sob a forma material ou humana: economia doméstica e de vizinhança, solidariedade social, militantismo, etc.
- 2) *Co-gestão pela democracia participativa*: possibilidade de cada um assumir um papel activo a todos os níveis e estados operacionais, o que permite que as comunidades locais sejam parte activa e não meros figurantes do projecto turístico. Em contrapartida, a participação da comunidade favorece uma dinâmica de socialização dos indivíduos e de coesão social;
- 3) *Lógica de cooperação*: relações assentes na confiança e entreatajuda e não competição, com uma multiplicidade de critérios de selecção dos parceiros e máxima internalização dos custos e benefícios;
- 4) *Eventual existência de um parceiro no Norte* (pelo menos numa primeira fase) para apoio técnico, financeiro e comercialização. Esse parceiro pode ser uma ONG internacional, uma associação local, um operador turístico responsável. A necessidade deste parceiro justifica-se por duas razões: por um lado, pela eventual necessidade de ajuda técnica e financeira (aconselhamento, formação, auditoria dos recursos e oportunidades, análise dos mercados existentes e potenciais; animação, sensibilização dos turistas antes da partida, mediação cultural; apoio financeiro); por outro lado, se as experiências surgidas no Sul tendem a ser marginalizadas do movimento de mundialização e dominação liberal, a parceria no Norte permite emancipar-se das multinacionais do turismo propondo um outro acesso aos consumidores do Norte.

Em termos do sistema de organização, refira-se ainda que as formas organizacionais do Turismo Solidário diferem em função das tradições históricas nacionais e dos estatutos escolhidos (associações, cooperativas, fundações, empresas sociais).

Ao nível da *dimensão e estrutura do mercado*, o Turismo Solidário caracteriza-se por:

- 1) *Um micro-turismo*: a escolha da pequena escala baseia-se em quatro razões: menor perturbação e desestruturação da sociedade local; vontade de privilegiar a qualidade face à quantidade, do serviço e da abordagem; melhor escala para tornar acessível a noção de Desenvolvimento Sustentável; maior coesão social e controlo conseguidos pela proximidade;
- 2) *Implementação em zonas ignoradas pelo turismo convencional*: mais do que entrar em concorrência com o turismo tradicional, o Turismo Solidário procura diferenciar-se e ocupar-se dos mais isolados, sobretudo zonas rurais e de montanha, pouco no litoral, muito raramente em zona urbana;

- 3) *Valorização dos recursos locais*: no sentido de «melhor fazer com o que se tem», permitir reter no local os benefícios, integrar-se inteiramente no existente, demarcar-se do pré-formatado, apoiando-se na autenticidade e nas «cores locais»;
- 4) *Produção colectiva*: participação de uma pluralidade de produtores e não uma ultra-especialização; o trabalho como «grande integrador social»;
- 5) *Vontade de um outro modo de consumo*: «não ser sempre servido», não fazer férias da cidadania, o desenvolvimento pessoal.

Finalmente, os *instrumentos de troca e de investimento* do Turismo Solidário são:

- 1) *O «contrato de participação»*: tripla obrigação de dar, receber e devolver – lógica de rede com um certo envolvimento a longo prazo, em que o contrato envolve também o consumidor;
- 2) *A solidariedade concreta*: o turista que participa no projecto de desenvolvimento;
- 3) *Um outro modo de repartição e redistribuição das riquezas e do conhecimento*: princípio de capacitação (*empowerment*);
- 4) *A acumulação colectiva* (pelo menos de uma parte das receitas): constituição de um bem comum, controlo da sua utilização pelos cidadãos.

Este pioneiro trabalho de teorização desenvolvido por Caire e Roullet-Caire (2003) permite-nos considerar que o Turismo Solidário é um campo de experimentação tanto para o turismo de amanhã, como para um desenvolvimento mais humano e sustentável. Portanto, é *Economia Solidária: É acima de tudo uma economia de actos que se inscreve na emergência de uma nova modalidade de mudança e transformação social* (Caire e Roullet-Caire, 2003: 7).

Considerando ainda as sete dimensões da Economia Solidária apresentadas por Roque Amaro (cf. Ponto 2.2), podemos definir as setes dimensões do Turismo Solidário:

- *Projecto económico*, visando a criação de rendimento e emprego (digno) e de cadeias locais para abastecimento do sector (alojamento, alimentação, guias, motoristas, microempresas locais), com ênfase na qualidade em detrimento da margem de lucro, uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados e dando primazia a iniciativas de pequena escala;
- *Projecto social*, tendo objectivos de promoção do desenvolvimento humano e de luta contra a pobreza e exclusão social, o que passa nomeadamente pela capacitação, pelo reforço dos laços entre a comunidade, por princípios de igualdade de oportunidades, pelas relações de proximidade;

- *Projecto ambiental*, com preocupações de protecção da natureza e da biodiversidade, de sensibilização e responsabilização dos viajantes, de gestão dos recursos e dos desperdícios, respeitando a capacidade de carga;
- *Projecto cultural*, valorizando as culturas locais, o património local, a diversidade, revitalizando tradições, dinamizando actividades culturais e artísticas, contribuindo para uma cultura de paz e abertura ao diálogo;
- *Projecto de governância*, cujas actividades se deverão pautar por princípios de participação e democracia interna, com o máximo envolvimento das populações locais, e de co-responsabilização externa, apoiadas por uma *gestão* autónoma, eficiente e transparente;
- *Projecto territorial*, integrado num projecto mais amplo de desenvolvimento, mobilizando recursos endógenos, situando o turismo em relação com os restantes sectores da economia e numa lógica de devolução ao território (tripla obrigação de dar, receber e devolver);
- *Projecto de conhecimento*, numa articulação permanente entre a teoria e a prática, a investigação e a acção, recorrendo à avaliação, monitorização e partilha de experiências, com o objectivo de promover uma cultura de aprendizagem que potencie a capacitação e o *empowerment* dos diversos agentes envolvidos, sendo simultaneamente um meio de promover a tomada de consciência de populações e viajantes sobre a importância de proteger o património natural e cultural.

Em síntese, para precisar os critérios gerais que nos permitem determinar as organizações que oferecem este tipo de turismo, definiram-se os seguintes:

1. São viagens organizadas por organizações da Economia Solidária (que podem ser associações, cooperativas, fundações, empresas sociais, etc., em que pode existir lucro mas este deverá ser reinvestido para fins colectivos);
2. Pressupõe o envolvimento activo das comunidades locais (idealmente a sua auto-organização);
3. A principal motivação é a solidariedade (entendida em termos de relações de cooperação, não apenas do turista em relação às comunidades que visita, mas também entre as próprias comunidades e para com as gerações futuras, numa perspectiva de sustentabilidade);
4. Realizadas durante o período de férias dos participantes.

Com base nestes critérios foi possível seleccionar os projectos para análise no trabalho de campo.

3.7. Turismo para quem? Breves considerações sobre a procura de Turismo Solidário

A presente abordagem teve como foco privilegiado as organizações que oferecem Turismo Solidário, bem como as respectivas comunidades de acolhimento. Do outro lado da equação encontra-se a procura deste tipo de iniciativas – *Quem são os turistas destas Novas Formas de Turismo? Que factores influenciam os níveis de procura deste novo consumo responsável?* Desta procura depende também sustentabilidade das iniciativas. Embora tal análise esteja fora do âmbito do presente trabalho, ela é de extrema importância, encontrando importantes contributos em autores como Cohen (1991), Urry (1991a, 1995, 2002), MacCannell (1976, 1992), Rojek (1997), Wearing (2001), que abordam questões como a organização social do turismo e as novas tendências de consumos turísticos pós-fordistas, falando mesmo num pós-turismo. Algumas tipologias de turistas têm sido avançadas, podendo ser úteis nesta análise. Uma são mais “interactivas”, enfatizando o comportamento dos viajantes no destino; outras são mais “cognitivas” focando os motivos da viagem (Lea, 1988: 26). Krippendorf (1987) distingue o homem-férias do homem-quotidiano, alertando para a necessidade de humanização do turismo através do Homem enquanto entidade absoluta, consciente e crítico, capaz de relativizar a sua existência no encontro com outras culturas.

A questão da *necessidade turística* remete-nos ainda para a teoria das necessidades de Maslow, em que as novas procuras de Turismo Solidário e Responsável corresponderiam ao surgimento de novas necessidades humanas, situadas num nível superior da hierarquia das necessidades.

Finalmente, enumeremos algumas considerações sobre a *clientela* do Turismo Solidário e sua evolução, conforme apresentadas por Caire e Roullet-Caire (2003: 9):

- A actual comercialização do Turismo Solidário pode ser qualificada de uma comercialização em pequena escala e militante; a questão que se coloca é saber se o seu desenvolvimento futuro se deverá orientar em direcção a uma comercialização em grande escala.
- O Turismo Solidário é frequentemente criticado por ser mais elitista e dispendioso. Em relação ao turismo de massa, este turismo pode, de facto, parecer mais caro, mas a que custo? De facto, a relação qualidade-preço-número de participantes é comparável e é frequentemente menos caro que outros tipos de turismo, podendo-se também reflectir sobre a possibilidade de modelar as tarifas tal como se pratica no Turismo Social.

- O Turismo Solidário dirige-se a uma clientela já sensibilizada. Se para uns este é um aspecto apresentado como negativo, para outros é um ponto a valorizar: primeiro, porque é preciso começar por um alvo; segundo, porque as pessoas são as melhores embaixadoras do Turismo Solidário (repercussão em termos de credibilidade); finalmente, porque encorajar o sistema de clientela permite, além das economias realizadas ao nível da comercialização, construir a noção de rede (cliente/oferta).
- O Turismo Solidário pode ser conciliado com outras formas de turismo, mais tradicionais - um elemento num circuito, uma extensão ao turismo balneário ou cultural, partindo do princípio que não se modificam os comportamentos com uma varinha mágica. Os autores consideram igualmente interessante abarcar a clientela de proximidade e/ou que partilhe pontos comuns com os territórios ou as populações de acolhimento (proveniência do mundo agrícola, migrantes, expatriados, etc.), como, aliás, tem sido desenvolvido pelo Atelier Mar. Tal permitiria também a atenuação dos choques culturais e dos problemas de língua. Além disso, os intercâmbios escolares, os comités de geminação, os campos de voluntariado internacionais, entre outros, são alguns possíveis campos de experimentação e de pontes possíveis entre a cooperação descentralizada e o Turismo Solidário.

4 - Nota conclusiva

Ao longo do percurso teórico traçado procurou-se evidenciar a articulação entre os três conceitos-chave da pesquisa – Desenvolvimento Comunitário, Economia Solidária e Turismo Solidário – e a necessidade da sua utilização conjunta na presente pesquisa.

O turismo é entendido como um sector de actividade estratégico para o desenvolvimento, particularmente valorizado no contexto dos PEID, já que tem potencialmente um efeito difusor ao nível da generalidade de sectores da economia e da sociedade. Contudo, as contradições e impactos negativos revelados pelo sector impõem a necessidade de uma abordagem diferenciada, justificando a evolução das novas modalidades e conceitos de Turismo no sentido da valorização e respeito pelas características específicas das comunidades de acolhimento. Esta valorização da base local ou comunitária vai encontro da evolução do próprio conceito de Desenvolvimento e da emergência do conceito de DC, profundamente ligado a um território e aos seus actores que se reapropriam do seu processo de desenvolvimento. Por sua vez, também a Economia Solidária assume a comunidade e o território como ponto de partida e de chegada, introduzindo novas práticas de intervenção social, um novo entendimento dos protagonismos, dando prioridade à mobilização das capacidades e recursos endógenos e rompendo com a lógica assistencialista tradicional. Deste ponto de vista, a Economia Solidária pode ser ela própria abordada como uma estratégia de desenvolvimento. Nesta teia conceptual, o conceito de Sustentabilidade surge enquanto princípio intrínseco à Economia Solidária, aos Novos Conceitos de Desenvolvimento e às Novas Formas de Turismo.

Na encruzilhada entre Turismo, Economia Solidária e DC, impõe-se o conceito de Turismo Solidário. Abordar Turismo Solidário a partir do modelo teórico e prático da Economia Solidária, permite-nos afastar das concepções mais caritativas e filantrópicas, valorizando, em alternativa, dimensões como a participação e o envolvimento comunitário, a parceria e responsabilização dos diferentes *stakeholders*, a capacitação e valorização das potencialidades locais, os processos de decisão democrática, a autonomia de gestão, a devolução ao território. Neste sentido, o Turismo Solidário, baseado nos princípios da Economia Solidária, poderá ser uma via privilegiada para o DC, no qual a abordagem integrada e a participação das comunidades locais são essenciais para garantir que o desenvolvimento do turismo não se realiza apenas em benefício de uma minoria, mas antes tem um potencial impacto em toda a comunidade.

SEGUNDA PARTE

Entre a teoria e a prática: o desenho e o contexto da pesquisa

5 – Desenho da pesquisa

Interdisciplinary work, so much discussed these days, is not about confronting already constituted disciplines (none of which, in fact, is willing to let itself go). To do something interdisciplinary it's not enough to choose a "subject" (a theme) and gather around it two or three sciences. Interdisciplinarity consists in creating a new object that belongs to no one. (Barthes, cit. por Clifford, 1986: 1)

5.1. As hipóteses de investigação

Perante a questão de pesquisa levantada – *Em que condições o turismo assume um compromisso para com a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário?* – foi possível, com base na literatura e em alguns estudos de casos analisados, avançar com duas hipóteses gerais de investigação: h1) O turismo por si só não tem um impacto relevante sobre o Desenvolvimento Comunitário; h2) O Turismo Solidário, baseado nos princípios da Economia Solidária promove o desenvolvimento das comunidades onde se situa, nomeadamente valorizando os seus recursos e capacidades endógenos, aumentando os rendimentos e permitindo novas oportunidades e realizações, sem pôr em causa o bem-estar das gerações seguintes. No entanto, embora teoricamente pudéssemos sustentar a primeira hipótese, a base empírica privilegiada no estudo, ao não contemplar modalidades de turismo convencional, não nos permitiria testar devidamente essa hipótese, pelo que optámos por abandoná-la, centrando-nos apenas na segunda hipótese. Esta serviu como orientadora do estudo, estabelecendo a relação entre os conceitos em análise: Turismo Solidário, Economia Solidária, Desenvolvimento Comunitário e, implícito nos anteriores, Sustentabilidade.

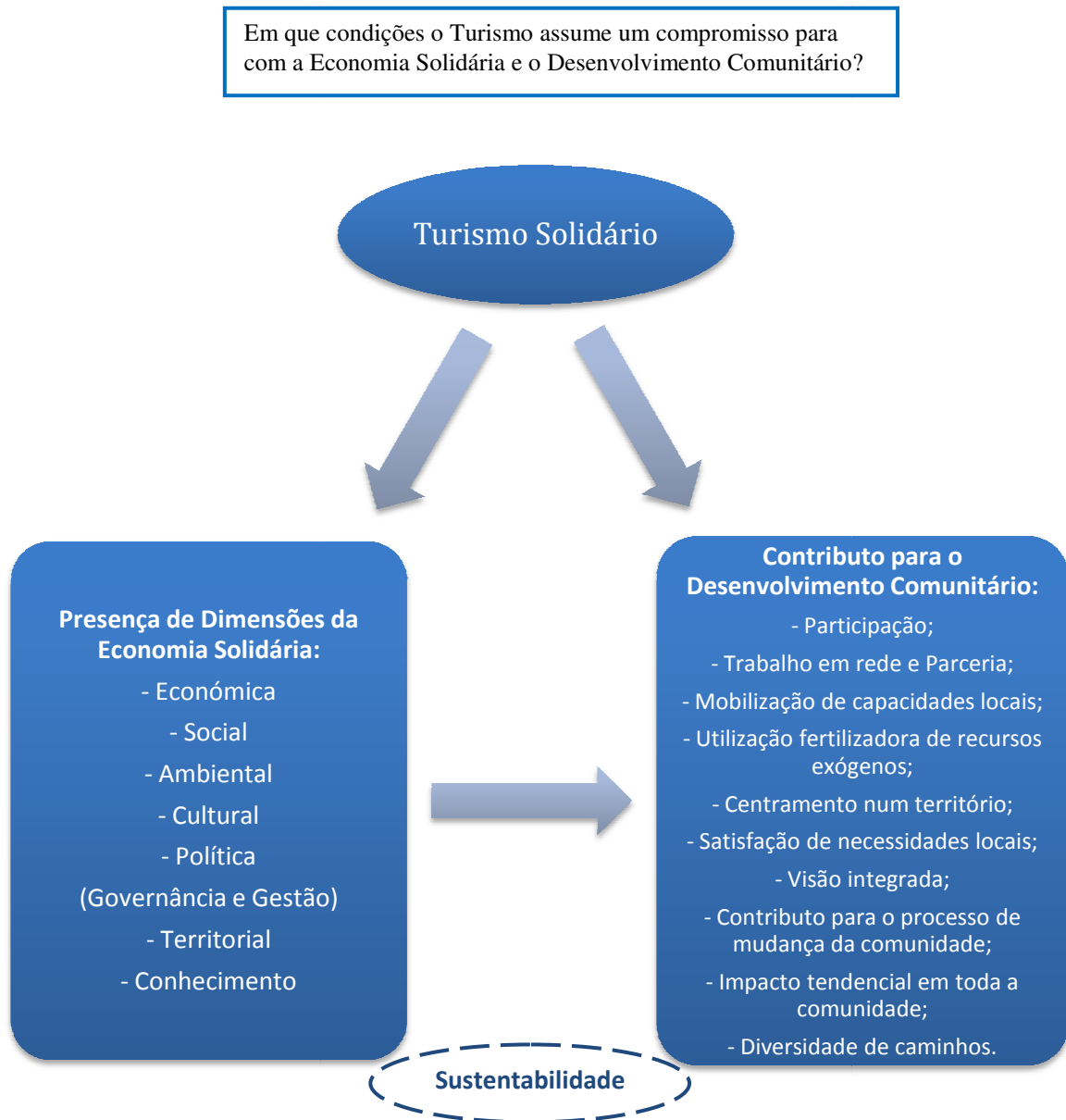
5.2. Modelo de análise

Foram considerados dois momentos na construção do modelo de análise adoptado para estudar o problema da investigação: a ruptura com concepções vigentes e a definição do modelo teórico propriamente dito.

A necessidade de efectuar uma ruptura epistemológica advém do facto dos cientistas sociais serem eles próprios actores sociais, dotados de pré-conceitos e ideologias que podem constituir obstáculos à produção de conhecimento científico. Segundo Santos Silva, esta oposição entre ciência e senso comum é, no entanto, uma oposição relativa; quer dizer, não se trata de uma clivagem entre a concepção vulgar, enganosa, ilusória, espontânea dos factos e a construção especializada, demonstrativa, “verdadeira”, produzida por profissionais, clivagem que pudesse ser feita à partida, por um qualquer exorcismo inicial e definitivo (Silva, 1999: 31). Assim, é através do questionamento, da relativização, da relacionação, da auto-reflexividade, da recusa de qualquer absoluto, que se efectuou a necessária ruptura epistemológica, enquanto processo contínuo e sempre incompleto. Por outro lado, apesar de se visar a objectividade e neutralidade científica, não podemos deixar de reconhecer uma certa orientação normativa, desde logo presente na valorização da Economia Solidária e da participação comunitária.

Sendo o principal propósito deste estudo analisar as relações entre Turismo Solidário, Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário, o modelo abaixo sintetiza esta relação, com base na tese de que o Turismo baseado nos princípios da Economia Solidária promove o Desenvolvimento das comunidades onde se situa.

Esquema 3. Modelo de Análise



Com base no enquadramento teórico-conceitual apresentado, foi possível operacionalizar os conceitos em análise, identificando-se as dimensões relevantes a explorar e estabelecendo indicadores que especificam os aspectos mais concretos a abordar em cada dimensão. Assim, foram definidos os seguintes indicadores de Economia Solidária:

Quadro 5. Indicadores da Economia Solidária

Dimensão		Indicadores
a) Dimensão Económica		Produção de recursos
		Criação de empregos
		Satisfação de consumos
		Redistribuição de rendimentos
		Geração poupanças
		Investimentos realizados
		Hibridação dos 3 tipos de Economia
b) Dimensão Social		Emprego a pessoas excluídas do mercado de trabalho
		Igualdade de género
		Resposta a necessidades sociais
		Coesão social
		Contacto e relação entre população local e turistas
c) Dimensão Ambiental		Tipo de recursos utilizados
		Relação de protecção e valorização da natureza
		Gestão dos desperdícios
4. Dimensão Cultural		Reforço da identidade cultural local
		Valorização do património edificado (integração na estética local)
		Actividades culturais
		Favorecimento de formas de diálogo intercultural
5. Governância	Dimensão Política	Tomada de decisões (mecanismos democráticos?)
		Formas de participação da população
		Parcerias com o sector público (Estado, autarquias, etc.)
		Parcerias com o sector privado
		Contributo do projecto para a resolução de problemas da sociedade local
	Gestão	Modelo de gestão
		Marketing e divulgação
	Comercialização	
6. Dimensão Territorial		Mobilização dos recursos endógenos
		Resposta a necessidades da comunidade
		Formas de valorização da cultura e património
		Ligações a actores locais e parcerias
		Relações com a economia local
		Integração numa política global de desenvolvimento
7. Conhecimento		Promoção de reflexão e sistematização
		Contributo para a sensibilização e educação da população
		Investigação-Acção
		Procedimentos de avaliação

Dada a abordagem multidimensional da Economia Solidária, esta pode ser encarada como uma estratégia integral de desenvolvimento (cf. Ponto 2.2), daí que muitos dos seus indicadores sejam comuns aos indicadores identificados para o conceito de

Desenvolvimento Comunitário (Quadro 6) e para o conceito de Sustentabilidade que lhes está implícito:

Quadro 6. Indicadores de Desenvolvimento Comunitário

Dimensão	Indicadores
1. Participação	Formas de contacto com a população
	Mecanismos de tomada de decisões
	Formas de participação da população
	Estratégias utilizadas para a promoção da participação da população
2. Trabalho em rede e relações de parceria	Parcerias com o sector público
	Parcerias com o sector privado
	Níveis de parceria (local, regional, nacional, transnacional)
3. Mobilização de capacidades locais (empowerment)	Utilização dos recursos endógenos.
	Tipologia de recursos endógenos mobilizados
4. Utilização fertilizadora de recursos exógenos (sustentabilidade)	Recursos exógenos utilizados (parceiros, redes)
	Tipologia de recursos exógenos mobilizados
	Estratégias para a utilização fertilizadora dos recursos exógenos
5. Centramento num território	Área geográfica de intervenção do projecto
	Caracterização da intervenção na comunidade
	Identidade da População local
6. Satisfação de necessidades da comunidade	Utilização de diagnósticos de necessidades
	Tipo de necessidades satisfeitas pelo projecto
7. Visão integrada (abordagem interdisciplinar)	Articulação de diferentes domínios de intervenção
	Envolvimento de diferentes populações
	Utilização da metodologia de investigação-acção
	Integração num projecto global de desenvolvimento
8. Contributo para o Processo de mudança da comunidade	Infraestruturas físicas
	Desenvolvimento da economia local
	Formação e sensibilização da população local
	Desenvolvimento institucional da comunidade
9. Impacto tendencial em toda a comunidade	Principais beneficiários
	Efeitos indirectos na comunidade
	Impacto a nível local/ nacional
10. Diversidade de caminhos, processos e resultados	Adaptação da intervenção a cada situação específica
	Procura de diferentes experiências de trabalho

Fonte: Amaro (2004, 2009); Guerreiro (2008) (adaptado)

Este conjunto de dimensões e indicadores estiveram na base da construção dos instrumentos da pesquisa, procurando-se aferir até que ponto eles estão presentes nas iniciativas em estudo. A análise considerou a presença das sete dimensões da Economia Solidária identificadas nos projectos turísticos, bem como o impacto destes projectos sobre as dez dimensões do Desenvolvimento Comunitário. Este modelo, assim definido, permite-nos

garantir a replicabilidade do estudo a outros contextos e, eventualmente, a outras actividades económicas.

5.3. Opções metodológicas

Uma vez analisadas as variáveis que caracterizam o Turismo Solidário e o Desenvolvimento Comunitário, chega o momento de prosseguirmos o objectivo da investigação: analisar as iniciativas de Turismo Solidário em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e sua relação com o Desenvolvimento Comunitário.

Apesar das especificidades inerentes a cada um dos arquipélagos e suas ilhas, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde surgem como um contexto de análise coerente. Assim, desenvolveu-se uma análise comparativa das experiências insulares de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, em que a metodologia que se revelou mais indicada de forma a viabilizar a investigação e alcançar os objectivos propostos foi o estudo de casos¹⁴, no sentido em que as particularidades dos casos específicos contribuem para esclarecer aspectos mais vastos da Economia Solidária, na sua relação com o Turismo e o Desenvolvimento Comunitário. A análise comparativa com base no estudo de casos vai ao encontro da necessidade de alargar o âmbito territorial e a profundidade da pesquisa.

A análise centra-se, assim, nas comunidades em que se identificou a presença de projectos explicitamente designados de Turismo Solidário: em São Tomé e Príncipe, a comunidade de Diogo Vaz, na ilha de São Tomé; em Cabo Verde, a comunidade de Lajedos, na ilha de Santo Antão. Inicialmente, foi identificado um terceiro projecto que se assumia como Turismo Solidário, na ilha do Fogo, mas o trabalho de campo realizado e os contactos com os diversos actores do terreno levou-nos a excluí-lo por se tratar de um “projecto fictício”. Além disso, inicialmente, era nossa ambição incluir na análise outras iniciativas que, não utilizando a designação de Turismo Solidário, se aproximavam do conceito e dos critérios por nós definidos, as quais surgiam, em ambos os países, com a designação de Turismo Comunitário. Contudo, e apesar de terem sido recolhidos dados para essas iniciativas, face aos limites de tempo e dimensão de uma dissertação de mestrado, optou-se por não incluí-las na análise. Ao limitarmos a extensão temática do trabalho em relação ao que inicialmente nos propúnhamos, ganhámos em profundidade o que perdemos em extensão, reservando o material recolhido para análises futuras.

¹⁴ Estratégia de investigação baseada na pesquisa empírica em profundidade de um, ou de um reduzido número, de fenómenos no sentido de explorar a configuração de cada caso e elucidar características de uma classe mais vasta de fenómenos, desenvolvendo e avaliando explicações teóricas (Vennesson, 2008: 226).

O carácter interdisciplinar do estudo visa ir ao encontro das múltiplas dimensões dos conceitos e práticas em análise, no estudo de um novo objecto *que a ninguém pertence*. Tendo presentes os objectivos da investigação, a complexidade da problemática e a dispersão geográfica dos casos, a pesquisa baseou-se, no contexto de uma abordagem de carácter predominantemente qualitativo¹⁵, numa *estratégia sintética* (Ragin, 1987) privilegiando as técnicas qualitativas de entrevista semi-directiva, análise documental e observação directa, combinadas com técnicas quantitativas, através da aplicação de um inquérito por questionário, num processo de *triangulação metodológica*. Assim, no contexto da metodologia do estudo de caso, a pesquisa contemplou a recolha de dados primários e secundários, recorrendo a diferentes técnicas de pesquisa para se complementarem umas às outras, na procura de um maior rigor científico:

- *Análise Conceptual* e dos principais referenciais teóricos para enquadramento das problemáticas do Turismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário, através da recolha, sistematização e análise das principais Escolas e Paradigmas. No decurso desta tarefa, foram privilegiadas as consultas de fontes primárias, complementadas sempre que necessário com fontes secundárias, com o objectivo de garantir a fiabilidade da análise e identificar referências conceptuais actualizadas. A análise conceptual e teórica viabiliza a posterior operacionalização dos conceitos e a identificação de tipos classificatórios das iniciativas e das práticas turísticas, necessários para a identificação e selecção dos casos para o trabalho de campo.
- *Recolha e análise de dados secundários* e fontes documentais sobre os dois países em análise, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (tais como dados estatísticos, documentos oficiais de enquadramento do sector turístico, relatórios, páginas de internet, brochuras de operadores turísticos, entre outros), com o objectivo de caracterizar e analisar comparativamente as realidades em estudo com base nos critérios definidos, bem como identificar as iniciativas e grupos a abranger na investigação. Relativamente aos dados estatísticos, procurou-se utilizar e cruzar os dados mais actuais disponíveis, que não podem deixar de ser analisados com prudência, dada a sua frequente dissonância com o que se observa na prática e a incoerência entre diferentes fontes. Nesta etapa, procedeu-se, ainda, à classificação e inventariação das distintas modalidades de oferta existentes de Turismo Solidário, através do preenchimento de uma grelha de análise (cf. anexo IV), de forma a identificar as iniciativas susceptíveis de enquadramento no estudo. Para tal, o critério de pesquisa utilizado foi, como vimos: «viagens organizadas através de

¹⁵ Caracterizada pela interacção com o objecto da análise, pelo reconhecimento do papel dos valores do investigador, pela flexibilidade do processo de investigação (Cresswell, 1994), por oposição ao paradigma positivista ou quantitativo.

organizações de Economia Solidária (geralmente associações), com o envolvimento activo das comunidades locais e cuja principal motivação é a solidariedade, realizadas durante períodos de férias dos participantes».

- *Análise de documentos* específicos dos projectos: uma vez identificados os projectos a analisar, procedeu-se ao trabalho de campo, com o levantamento e análise dos documentos disponíveis sobre cada projecto.
- *Entrevistas Semi-Directivas* a responsáveis dos projectos turísticos, representantes institucionais (Direcção-Geral de Turismo, Ministério do Ambiente, Direcção de Solidariedade Social, autarcas, entre outros), líderes comunitários e observadores neutros. Os dois primeiros grupos de entrevistados foram contactados por e-mail ou telefone antes da respectiva entrevista¹⁶. A estes informantes privilegiados pediu-se ainda a sugestão de representantes/ líderes comunitários no sentido de realizar entrevistas junto destes e de revelar informações junto da população a que o inquérito por si só não nos permitiria chegar. Numa fase seguinte, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, para aprofundamento das informações recolhidas no decorrer das entrevistas, com base nos indicadores previamente definidos (cf. quadro metodológico, Anexo II). Ao longo deste trabalho, os extractos ilustrativos das entrevistas surgem em itálico e entre aspas, para distinguir das restantes citações, tendo como referência o número da entrevista respectiva¹⁷, já que se optou por omitir o nome do entrevistado.
- *Inquérito por questionário* a uma amostra representativa dos grupos comunitários directamente influenciados pelas iniciativas turísticas em análise. Dada a dispersão geográfica dos casos, associada a limitações de tempo e recursos, optou-se por uma amostra de oportunidade (com a preocupação de representatividade de género, grupos etários e diferenciação socioeconómica). A dimensão da amostra é definida tendo em conta o universo e a população do estudo, para cada uma das comunidades em análise. Em geral, foi possível inquirir um representante por agregado familiar. Construiu-se, numa primeira fase, um questionário em linguagem técnica que depois foi simplificado no sentido de o tornar mais inteligível às populações inquiridas em ambos os países. No sentido de contornar limitações de tempo e distância no trabalho de campo e as especificidades linguísticas de cada país, os inquéritos foram aplicados com o apoio de parceiros locais, sendo necessário um trabalho prévio de selecção e formação dos

¹⁶ Tal contacto foi facilitado pela presença no terreno de parceiros do projecto enquadrador do estudo.

¹⁷ Por exemplo: «...» (E2); «...» (E5); «...» (E8); «...» (E13).

inquiridores. Posteriormente, recorreu-se a um programa informático (SPSS) no sentido de fazer o tratamento estatístico dos dados recolhidos¹⁸.

- *Observação directa* como complemento das técnicas privilegiadas para o trabalho de campo, contribuindo para uma maior aproximação ao objecto de estudo, a partir de uma perspectiva desde o interior da situação quotidiana, e para a ponderação da informação recolhida através das restantes técnicas.
- *Partilha de experiências* entre diferentes intervenientes ao nível do DC e do Turismo (investigadores, técnicos, actores do terreno e outros interlocutores) no âmbito do Seminário Internacional de São Tomé e Príncipe “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” e do Encontro Internacional de Desenvolvimento Local de São Tomé e Príncipe, realizados no âmbito do projecto enquadrador do estudo. Estes encontros foram essenciais para aprofundar a reflexão, sendo simultaneamente uma forma de articular a investigação com a acção, no sentido em que a investigação pôde ser partilhada com os actores do terreno.

De referir que o trabalho de campo foi preparado através do estabelecimento prévio de contactos com os principais interlocutores e de um planeamento rigoroso tendo em conta os períodos de missão, de forma a facilitar e rentabilizar a recolha de informação no terreno (cf. Anexo I). Tratando-se de uma análise comparativa, os conceitos e métodos utilizados foram aplicados comparativamente, procurando-se evitar qualquer *nacionalismo metodológico* (Porta e Keating, 2008: 5). Em anexo, apresenta uma síntese do quadro metodológico da pesquisa (Anexo II).

5.4. Breves considerações epistemológicas

En Occidente y allí donde este ha impuesto su modelo, como el de la enseñanza – que es un modelo de socialización implacable –, debemos preguntarnos si los que escaparon de la escuela, o los que, a pesar de todo, son capaces de deshacerse de la disciplina, los que no se convirtieron a la ideología científica y son esclavos de la tecnología... ¿Acaso no encarnan todos ellos esa creatividad esencial que, a partir de una exteriorización salvaje y desafiando las reglas de normalización de la ciencia y de la sociedad, crea libremente algo radicalmente nuevo? (Mudimbé, cit. por Latouche, 2007: 127)

Fazer investigação em ciências sociais implica retornar constantemente à questão fundamental da Epistemologia – *o que e como conhecemos?* – uma interrogação que nunca poderá ser completamente resolvida. Ainda assim, é possível ir fazendo avanços sem ter que voltar sempre às mesmas questões, pelo que se apresentam aqui apenas

¹⁸ Procedeu-se à criação de uma base de dados com inserção das respostas obtidas devidamente codificadas; identificação de variáveis a cruzar; cruzamento de variáveis; e identificação das principais tendências evidenciadas pelas respostas dos inquiridos.

algumas reflexões mais específicas sobre questões que foram surgindo ao longo do processo de pesquisa.

Ao enveredar a investigação para a área do turismo, o investigador é confrontado com frequentes comentários e sorrisos, mesmo por pessoas mais esclarecidas e ligadas ao *métier* – este não parece ser um campo de estudo suficientemente sério. Talvez por isso, a actividade turística tenha sido, durante muito tempo, esquecida por disciplinas como a Sociologia e a Economia. Será que uma componente tão essencial das actuais sociedades humanas não merece ser analisada? Hoje as coisas em parte mudaram. Alguns académicos alertam precisamente para a necessidade e urgência de aprofundar a análise sobre este campo, que carece de uma orientação teórica mais consistente. Neste sentido, o presente trabalho pode ser visto como uma tentativa de aproximar a teoria e a pesquisa empírica sobre Turismo e, em particular, sobre este novo campo que é o Turismo Solidário.

Por sua vez, a frase seguinte ilustra o sentimento de quem se propõe estudar África a partir de uma perspectiva ocidental, tendencialmente enviesada:

No European can ever teach a Lakota to be a Lakota, a Hope to be a Hope. A master's degree in Indian Studies cannot make a person into a human being or provide knowledge into traditional ways. It can only make you a mental European, an outsider. (Russel Means, cit. por McCannell, 1992: 158)

Conscientes dos constrangimentos de quem é um *outsider*, o esforço necessário à produção de conhecimento e o relativismo cultural impõem-se redobrados, para não cair nas armadilhas da arrogância e *assimilação* cultural. Tal esforço é ainda acrescido devido à especificidade e complexidade inerente aos meios insulares. O contexto insular africano em análise – dotado de diferentes racionalidades e saberes, diferentes formas de conceber o social, o económico, o político, a solidariedade – parece resistir aos modelos ocidentais de análise social.

Por outro lado, como nota Beek (2007: 165), o investigador facilmente assume o papel de porta-voz partidário quando o grupo em estudo está sob algum tipo de pressão ou forma de exploração, como acontece em alguns projectos turísticos. A emotividade e o criticismo contra os ricos e poderosos e as relações desiguais podem bloquear a nossa visão face a outros aspectos da realidade, como efectivamente aconteceu num dado momento em São Tomé e Príncipe.

Neste contexto, a estratégia para ultrapassar estes constrangimentos passou por assumir o papel de observador participante, pelo distanciamento, pelo recurso à pluralidade metodológica, pela busca da diversidade de perspectivas dos actores do terreno, pela *relação* dos factos e *relativização* dos fenómenos, questionando e recusando qualquer absoluto. Se é verdade que as experiências pessoais do investigador, sobretudo aquelas

relacionadas com a participação e empatia, são reconhecidas como centrais no processo de pesquisa, elas devem ser firmemente mediadas pelas normas impessoais da observação e distância “objectiva” (Clifford, 1986: 13).

Por outro lado, o facto de ser alguém externo ao meio em análise pode contribuir para melhor alcançar o distanciamento necessário à objectividade da análise, pelo que as noções de exótico e familiar necessitam de ser relativizadas e precisadas (Costa, 1999: 147). Efectivamente, tanto ao nível dos questionários como das entrevistas, os interlocutores locais mostraram-se satisfeitos por poderem fazer ouvir a sua voz e por darmos importância ao que tinham para dizer; outros agradeceram mesmo por estarmos a fazê-los reflectir sobre as questões colocadas, evidenciando a reflexividade pretendida e o potencial impacto social e político da investigação, que maior seria se fosse desenvolvida no contexto da metodologia de investigação-acção.

Em todo o caso, a abordagem aqui desenvolvida será sempre incompleta, uma “verdade parcial”, para usar a expressão de Clifford (1986), dada a impossibilidade do investigador analisar a partir de um ponto neutro e definitivo.

6 – O contexto: análise comparada de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

A investigação é desenvolvida no contexto de duas realidades arquipelágicas: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países que têm um enquadramento semelhante – marcado pela insularidade atlântica, o estatuto de PEID, a colonização portuguesa, a criouliização, a lusofonia, a juventude democrática, a importância assumida pelo sector turístico – ainda que assumam percursos diferenciados dentro deste enquadramento. O propósito do presente capítulo é apresentar, de forma comparada, uma breve caracterização dos países em estudo, privilegiando-se os aspectos histórico-políticos, naturais, económicos, demográficos e socioculturais, apresentados de forma sintética e não exaustiva. Esta contextualização é complementada com a caracterização do sector turístico nos dois países, tendo em conta as respectivas estratégias de desenvolvimento e redução da pobreza. Os principais indicadores de desenvolvimento dos países analisados são comparados na tabela abaixo:

Quadro 7. Indicadores de Desenvolvimento de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
População ^a	508.633	163.000
IDH ^b	0.736 (IDH médio)	0.654 (IDH baixo)
Ordem IDH ^b	102	123
Esperança de vida à nascença ^b	71,0	64,9
Taxa de Mortalidade (por 1000 habitantes) ^a	5,3	8,2
Taxa de Alfabetização adultos (% 15 anos e mais) ^b	81,2	84,9
Taxa de Analfabetismo ^b	18,8	15,1
PIB per capita (em dólares) ^b	5.803	2.178
Importações de bens e serviços (% PIB) ^b	66	99
Exportações de bens e serviços (% PIB) ^b	32	40
Principal actividade produtiva	Serviços	Serviços
Prevalência do HIV	Sem dados disponíveis	Sem dados disponíveis
Mortes por Malária relatadas (em 2006) ^c	7	26
Prevalência de Tuberculose (por 100.000 pessoas) ^b	258	327
População com acesso a saneamento melhorado (%) ^b	43	25
População com acesso a uma fonte de água melhorada (%) ^b	80	79
Pessoas subnutridas (% do total da população) ^b	Sem dados disponíveis	10
Índice de Percepção de Corrupção ^{19 d}	5,1 (posição 47)	2,7 (posição 121)
Índice de Liberdade ^{20 e}	1 (livre)	2 (livre)

^a Dados UN Population Division (UN, 2009) ; ^b Dados PNUD (UNDP, 2008); ^c Dados OMS (WHO, 2008) ; ^d Dados Transparency International (TI, 2008); ^e Dados Freedom House (2009).

¹⁹ O Índice de Percepção de Corrupção é um índice composto que ordena os países em termos da percepção de existência de corrupção, variando de 0 – “mais corrupto” a 10 – “menos corrupto”.

²⁰ O Índice de Liberdade (a nível de Direitos Políticos e Liberdades Cívicas) varia de 1 – mais livre a 7 – menos livre.

Globalmente, os indicadores apresentados revelam valores mais positivos para Cabo Verde, que, desde 2008, passou a integrar o grupo de Países de Desenvolvimento Médio. Porém, encontramos nos dois países importantes obstáculos aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, como a dívida externa, falhas nos sistemas de produção e gestão, estado da saúde e efeitos do HIV/SIDA e outras doenças, altas taxas de fertilidade, discriminação de género e étnica, entre outros. Há, assim, um conjunto de factores contextuais que importa considerar.

6.1. Breve contextualização histórico-política

«Quando o descobridor chegou à primeira ilha / nem homens nus / nem mulheres nuas / espreitando / inocentes e medrosos detrás da vegetação. / ... / Havia somente / as aves de rapina / de garras afiadas / as aves marítimas / de voo largo / as aves canoras / assobiando inéditas melodias. / E a vegetação cujas sementes vieram presas / nas asas dos pássaros / ao serem arrastadas para cá / pelas fúrias dos temporais. /... / Nessa hora inicial começou a cumprir-se / este destino ainda de todos nós.» Jorge Barbosa in *Cadernos de um Ilhéu* (cit. por Amaral, 1991: 10)

A história destes dois micro-estados está profundamente ligada às expedições marítimas da coroa portuguesa, iniciadas no século XV. Embora existam teses contraditórias, a maioria das fontes históricas indica que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não eram povoados à chegada dos portugueses, que irão governar os dois arquipélagos durante cinco séculos, sem que haja a institucionalização das autoridades tradicionais típicas do continente africano, até adquirirem a independência no século XX, sendo hoje definidos como jovens democracias. Relativamente a Cabo Verde, a tese oficial considera que as cinco primeiras ilhas foram descobertas por navegadores portugueses em 1460 (Carreira, 1972: 19) e as restantes até 1462, ainda que algumas ilhas possam eventualmente ter sido conhecidas de forma esporádica por navegadores árabes ou africanos antes do século XV (Albuquerque, 1991: 23). Numa primeira fase, o povoamento das ilhas foi feito por europeus (portugueses, genoveses, espanhóis e outros), através de imigração livre e forçada, escravos oriundos da costa africana e africanos livres que aí chegaram voluntariamente (os *badios*²¹). Se, inicialmente, não havia cruzamento entre europeus e africanos, numa segunda fase, surgem os mulatos, em resultado do cruzamento de homens brancos com mulheres africanas, escravas ou livres (Carreira, 1972: 292-293).

Com a expansão das rotas comerciais intercontinentais, as ilhas de Cabo Verde conquistaram um importante papel enquanto entreposto portuário e do tráfico de escravos, devido à sua situação geográfica na confluência entre os três continentes – Europa, África e América. Durante os séculos XVII e XVIII, Cabo Verde foi também alvo de frequentes incursões de piratas e corsários, criando muita insegurança. Mais tarde, no século XIX, a

²¹ O *badio* é, exactamente, o preto livre, refractário à escravidão e às suas decorrências (...) é o que recusa a condição de escravo e o controlo das instituições dominantes (Silva, 1996: 91).

localização privilegiada da ilha de São Vicente, nas rotas do comércio transatlântico foi responsável pelo seu desenvolvimento e cosmopolitismo, que ainda hoje é uma marca distintiva da ilha. No século XX, inicia-se a luta pela libertação do país que alcançará a independência em 5 de Julho de 1975, instituindo inicialmente um regime socialista; o multipartidarismo será institucionalizado em 1990. Actualmente, Cabo Verde é um estado democrático, gozando de paz e estabilidade governativa.

Uma década depois de Cabo Verde, os navegadores portugueses chegam a São Tomé e Príncipe, cujo descobrimento se data oficialmente em 1471. O povoamento do arquipélago terá início apenas em 1485, altura em que aí desembarca o primeiro grupo de colonos. A nova sociedade era também composta por europeus (funcionários, mercadores, negociantes de escravos, deportados) e africanos, livres e escravos. No entanto, devido à malária e outras doenças tropicais, o número de brancos que se fixou no arquipélago foi insuficiente e não correspondeu às expectativas dos portugueses (Seibert, 2006: 25).

A história de São Tomé e Príncipe é marcada pelos *ciclos do açúcar, do café e do cacau*. A cana do açúcar é introduzida no início do século XVI, constituindo o primeiro produto agrícola de rendimento elevado. A fertilidade do solo e o clima favorável permitiram a rápida expansão desta produção e, mais tarde, do café e do cacau. Simultaneamente, por se localizar nas rotas comerciais entre a Europa e o Brasil, São Tomé e Príncipe, tal como Cabo Verde, tornou-se um grande entreposto comercial, nomeadamente do tráfico de escravos oriundos do Golfo da Guiné e enviados para o Brasil. Contudo, o padrão de escravatura de grandes unidades de São Tomé e Príncipe difere do de Cabo Verde, caracterizado pelas pequenas unidades. O fabrico de açúcar, o comércio de escravos, a produção da pimenta e a exportação de madeiras eram, no século XVI a principal fonte de rendimentos de São Tomé e Príncipe. Também aqui os ataques de piratas e corsários eram uma constante.

Nos séculos XVII e XVIII, assiste-se a um grande declínio económico, sobretudo devido à transferência da produção de açúcar para o Brasil. No século XIX, a introdução do cacau e do café dará origem a um novo ciclo, determinante para a evolução do arquipélago até ao presente. É neste período que surgem as Roças, grandes plantações coloniais, que constituíam autênticos estados dentro do Estado: estados que, além de empresas agrícolas, continham as suas próprias comunidades, com a sua capela, escola, hospital (Seibert, 2006: 51).

A independência de São Tomé e Príncipe foi proclamada a 12 de Julho de 1975, seguindo-se, tal como em Cabo Verde, um regime socialista de inspiração soviética, baseado no partido único. Ainda assim, o processo de centralização foi aqui mais intenso, com o Estado

a deter o controlo absoluto de todas as actividades económicas, sociais e culturais, o que irá ter impactos aquando da introdução do sistema multipartidário em 1990, já que se tratava de um contexto com menor experiência e conhecimentos em matéria de vivência democrática. A instabilidade política e a falta de uma cultura política de participação constituem ainda hoje um importante constrangimento no desenvolvimento do país.

O quadro seguinte resume os principais marcos desta evolução histórico-política dos dois países.

Quadro 8. Marcos na evolução histórico-política de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
Descoberta	1460	1470
1º Povoamento	1462	1485
1ª Cidade	1462 (Cidade Velha)	1493 (São Tomé)
Independência	5 Julho 1975	12 Julho 1975
Multipartidarismo	1990	1990

6.2. Geografia e património natural

Ambos os arquipélagos estão situados na costa ocidental do continente Africano, no oceano Atlântico; ainda assim, divergem bastante em relação às características climatéricas, paisagísticas e em termos de biodiversidade.

Cabo Verde é composto por dez ilhas e vários ilhéus desabitados, totalizando uma área de 4.033 km², dividida em dois grupos: o grupo de Barlavento, no norte do arquipélago, composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista; e o grupo de Sotavento, no sul, integrando as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. As maiores ilhas são a de Santiago, onde se situa a capital do país, a cidade da Praia, e a ilha de Santo Antão. Do ponto de vista populacional, a capital Praia é o principal aglomerado do arquipélago, seguida por Mindelo, na ilha de São Vicente.

De origem vulcânica, o arquipélago de Cabo Verde é referido como um *Sahel insular* (Silva, 1996), dominado por um relevo acidentado e aspecto árido, marcando a extremidade ocidental da região do Sahel. A paisagem alterna entre as zonas montanhosas de escassa vegetação no interior, alguns vales mais exuberantes, onde se pratica a agricultura, e um litoral escarpado. Apenas as ilhas do Sal, Boa Vista e Maio são planas, correspondendo à imagem mais difundida de um país de praias de areia branca e águas cristalinas. O clima é tropical seco, com uma temperatura média anual que ronda os 25°C e uma reduzida

amplitude térmica devido à influência do oceano. É, portanto, um clima favorável ao turismo durante todo o ano. Ainda assim, são reconhecidas duas estações: a húmida, de Agosto a Outubro, e a seca, de Dezembro a Junho, sendo Julho e Novembro meses de transição. A proximidade do continente Africano torna o país vulnerável ao vento quente e seco do deserto que transporta a areia do Sahara e provoca erosão. A chuva é escassa e são frequentes os anos de seca. Segundo Ilídio Amaral:

O clima tem definido as características físicas e humanas das ilhas, determinando tipos particulares de solidariedade entre as diversas ordens de fenómenos, como a evolução das formas topográficas, dos solos e da vegetação, do regime hídrico e dos tipos de ocupação humana. Porém, não são as condições térmicas, de temperaturas geralmente elevadas (...) todo o ano, as que mais contam. São sobretudo as precipitações, que constituem o principal desafio, o eixo em torno do qual gira o «mundo» cabo-verdiano. (Amaral, 1991: 4)

A luta permanente contra a aridez e a erosão constitui um desafio permanente ao desenvolvimento do país, associado ainda à falta de recursos naturais e energéticos, como água potável. Ainda assim, Cabo Verde possui uma biodiversidade e um endemismo considerável. As principais espécies animais existentes são marinhas ou aves migratórias, encontrando-se também espécies como a tartaruga marinha, o golfinho, a baleia, os répteis, algumas das quais se encontram ameaçadas de extinção. Em termos de flora, na maioria do arquipélago a vegetação é escassa, nomeadamente devido aos prolongados períodos de seca e aos ventos secos do deserto. Têm sido desenvolvidos alguns programas para protecção das espécies endémicas e reflorestamento, acompanhados pela criação de uma rede de 47 áreas protegidas, terrestres e marinhas. O espaço marítimo exclusivo de Cabo Verde, com uma área superior a 600 mil km² (Amaral, 1991: 1) faz justiça ao conceito de “*large ocean island states*”, sendo um grande potencial de riquezas, desde a existência de plataformas submarinas de corais a uma enorme diversidade faunística.

Em São Tomé e Príncipe, encontramos uma natureza mais exuberante, de uma riqueza inestimável em termos de biodiversidade e endemismo. O arquipélago localiza-se também na costa ocidental africana, mas no Golfo da Guiné, sendo um dos poucos países insulares atravessados pela linha do Equador. De origem vulcânica, é formado por duas ilhas – a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe – e numerosos ilhéus, entre os quais o ilhéu das Rolas, o único habitado e um dos principais pólos turísticos do arquipélago. A sua área territorial são apenas 1.001 km², mas a sua zona económica exclusiva atinge os 160.000 km²

O clima é tropical húmido e as temperaturas médias anuais rondam os 27°C-28°C (excepto nas zonas de maior altitude), igualmente com uma reduzida amplitude térmica anual. As estações típicas são a Gravana, período seco em que se registam as menores temperaturas e menor precipitação, entre Junho e Agosto, a estação das chuvas, de Outubro a Maio, e um período intermédio de Janeiro e Fevereiro, designado de Gravanito.

São Tomé e Príncipe tem uma enorme diversidade de ecossistemas e de espécies animais e vegetais. A vegetação é exuberante, com um ecossistema florestal (*Obô*) denso, de grande altitude e algumas áreas ainda virgens, atravessado por rios, cascatas e lagoas, e onde abundam espécies endémicas. Outras formações vegetais importantes são a savana²² e o mangal²³. Ao longo de toda a costa, predominam as florestas de coqueiros. Em termos de fauna, encontramos espécies como a tartaruga marinha, o macaco, o golfinho, a baleia, as aves, os répteis e diversas espécies marinhas. Particularmente relevantes do ponto de vista turístico, as tartarugas utilizam as praias de São Tomé e Príncipe para a desova, mas, apesar de serem protegidas e a sua captura proibida, continuam a ser capturadas pela sua carne, pelos ovos e pela carapaça usada no artesanato local.

Apesar da grande riqueza ambiental, ainda preservada das pressões da modernização, um problema particularmente grave que se verifica em São Tomé e Príncipe é a qualidade da água, que, apesar de abundante, se encontra contaminada por matéria orgânica. Como consequência, a diarreia é a terceira causa de mortalidade e 95% da população está infectada por parasitas intestinais (STP, 2001). Deste modo, as condições de salubridade são piores em São Tomé e Príncipe do que em Cabo Verde, com maior predominância de doenças tropicais.

O quadro seguinte sintetiza as principais características geográficas e naturais dos dois países:

Quadro 9. Grelha comparativa da geografia e património natural de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
Localização geográfica	Costa ocidental africana – região do Sahel	Costa ocidental africana – Golfo da Guiné (linha do equador)
Nº. de ilhas	10	2
Área	4.033 km ²	1.001 km ²
Tipo de paisagem	Árida, relevo acidentado	Verdejante e montanhosa
Clima	Tropical Seco	Tropical Húmido
Principais estações	Húmida, de Agosto a Outubro; Seca, de Dezembro a Junho	Gravana, período seco, de Junho a Agosto; Estação das chuvas, de Outubro a Maio
Principais espécies de fauna	Espécies marinhas e aves migratórias, tartaruga, golfinho, baleia, répteis	Tartaruga marinha, macaco, golfinho, baleia, aves, répteis e espécies marinhas endémicas
Fundo marinho	600.000 km ²	160.000 km ²

²² Terrenos degradados pela cultura da cana-de-açúcar.

²³ Terrenos alagados.

De referir que a riqueza ambiental dos dois países é frequentemente ameaçada por práticas insustentáveis, algumas associadas às necessidades de sobrevivência das próprias populações, outras a pressões de diversas ordens (turismo, urbanização, desflorestação).

6.3. Caracterização económica

Em termos gerais, a economia de ambos os países é marcada pela excessiva dependência face ao exterior, pelo peso do sector primário em termos de emprego apesar do seu reduzido contributo para o PIB e pelo crescente peso do sector terciário, com especial destaque para as actividades ligadas ao turismo.

A propósito de Cabo Verde, um dos entrevistados refere: «*Não é um país produtor de petróleo, não tem gás, não tem ouro...*» (E4). Porém, comparativamente, a economia do país goza de um considerável dinamismo e, desde 1975, vem apresentando elevados índices de crescimento, para os quais contribuem as remessas dos emigrantes, o clima de estabilidade política e o elevado investimento na educação. A evolução foi tal que o último relatório do PNUD coloca Cabo Verde entre os países com melhor índice de qualidade de vida em África. Ainda assim, de acordo com estimativas do Banco Mundial, 25% da população activa está no desemprego, 14% da população é muito pobre e cerca de 30% é pobre, sendo uma economia em grande parte sustentada pela ajuda externa e pelas remessas dos emigrantes da diáspora.

A agricultura, a pecuária e as pescas, apesar de absorverem uma grande parte da população activa, em conjunto contribuem para apenas 11% do PIB e a indústria e energia 9%; tudo o resto são serviços (World Bank, 2009a). O sector agrícola, permanentemente ameaçado pelos longos períodos de seca, satisfaz apenas 15% das necessidades, o que demonstra a forte dependência da economia do arquipélago das importações, que provêm maioritariamente de países europeus (80%), com destaque para Portugal (38%). O tecido industrial é constituído sobretudo por empresas de pequena dimensão e concentra-se em apenas dois pólos – Praia e Mindelo (Ferreira, 1998: 6). Temos assim uma economia dominada pelo sector dos serviços – telecomunicações, transportes aéreos, turismo. O sector turístico é considerado o sector chave para o desenvolvimento económico do país, tendo verificado um grande crescimento, nos últimos anos: de 19 mil turistas em 1991 passou para 230 mil em 2005 (Directel, 2007). De referir ainda que o escudo cabo-verdiano está, desde 1999, indexado ao euro.

Ao contrário de Cabo Verde, a economia santomense era tradicionalmente uma economia de grandes plantações, voltada para a exportação, de tal forma que o arquipélago desempenha um importante papel na história económica do cacau, do café e do açúcar (cf. Ponto 6.1). Após a independência, a nacionalização da propriedade constitui um factor específico e estruturante da economia de São Tomé e Príncipe, ao que se seguirá um processo desestruturado de privatização de algumas unidades produtivas. Hoje é uma economia frágil, sendo uma das menores de todo o continente africano, apresentando consideráveis défices orçamentais e uma elevada dívida externa. Segundo Cardoso (2007: 336), a esta situação está subjacente a reduzida capacidade institucional ligada a alguns aspectos fundamentais: falta de decisão política, carências de organização e gestão, insuficiência de recursos humanos qualificados, falta de recursos materiais e financeiros, instabilidade política, falta de espírito empresarial e inexistência de um programa integrado de desenvolvimento. A agricultura sendo, tradicionalmente, a base da economia em termos de emprego e o principal sector de exportação, através de produtos como cacau (o mais significativo), café, copra, matabala e coco, tem um reduzido contributo para o PIB. No sector secundário, destaca-se a energia, a construção civil e a indústria de cerveja. O sector terciário é aquele que tem vindo a ganhar maior peso, ultrapassando hoje 60% do PIB, o que em grande parte se explica pelo peso da administração pública. Dentro deste sector, o turismo assume um crescente destaque. A economia santomense caracteriza-se ainda por uma forte dependência face às doações externas e o seu desempenho económico no futuro será fortemente influenciado pela gestão das reservas petrolíferas do arquipélago.

Comparando os dois países do ponto de vista da estrutura sectorial, encontramos os seguintes valores:

Quadro 10. Estrutura sectorial do PIB por país

	Cabo Verde (Ano base 2000)	S. Tomé e Príncipe (Ano base 2006)
Peso do sector primário – agricultura e pesca (% do PIB)	9,7	27,0
Peso do sector secundário – indústria (% do PIB)	16,2	14,3
Peso do sector terciário – serviços (% do PIB)	65,8	58,7

Fonte: INECV; INESTP

A insularidade e pequena dimensão são estruturantes para a economia destes dois arquipélagos, dados os constrangimentos ao nível dos transportes e comunicações; ausência de economias de escala; recursos limitados; isolamento face aos principais mercados, entre outros factores que constituem desafios permanentes ao seu desenvolvimento.

6.4. Contexto demográfico e sociocultural

Do ponto de vista antropológico e sócio-histórico, o arquipélago de Cabo Verde, assim como o de São Tomé e Príncipe, diferencia-se grandemente das formações sociais do continente africano. Trata-se do que se pode chamar, de modo aproximativo, de formações sociais “crioulas”... A criouldade, definida no seu sentido amplo, que é simultaneamente cultural, social e histórica... (Silva, 1996: 59)

Abordar a situação demográfica e sociocultural de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe implicaria considerar uma multiplicidade de factores que aqui serão analisados de forma meramente contextual e não exaustiva.

Tanto Cabo Verde como São Tomé e Príncipe são sociedades crioulas, que passaram por um processo de crioulição²⁴. Em Cabo Verde, este processo verifica-se desde o início do povoamento do arquipélago, de tal forma que o crioulo, identificado com o mestiço, assume uma identidade cultural enraizada que constitui aquilo que muitos argumentam ser a “especificidade cabo-verdiana”. Em São Tomé e Príncipe, o processo de crioulição também começou nas fases iniciais do povoamento do arquipélago, verificando-se posteriormente um processo de re-africanização em termos genéticos, mas não culturais já que a sociedade permaneceu crioula: a matriz e as estruturas da sociedade santomense são europeias, enquanto os africanos influenciaram fortemente o seu conteúdo (Seibert, 2006: 37). A criouldade e a herança europeia são mais presentes em Cabo Verde, onde se chegou a discutir a adesão à União Europeia e ao euro e a outros espaços como a Macaronésia²⁵ e onde os próprios símbolos nacionais reflectem esta maior proximidade ao Ocidente, por oposição ao pan-africanismo santomense²⁶.

Do processo de crioulição emergiu a língua e cultura crioulas, com o sincretismo de elementos africanos e europeus, um processo também divergente nos dois arquipélagos. Em Cabo Verde, embora a língua oficial seja o português, a comunicação oral entre os habitantes faz-se em crioulo – dialecto resultante do cruzamento do português com as línguas das costas da Guiné (ramo mandinga) – não existindo crioulos distintos, apenas variações dentro do mesmo crioulo, falando-se português apenas em situações específicas. Em São Tomé e Príncipe, a pressão da assimilação pela língua portuguesa é maior já que a maioria da população fala o português e encontramos aí três tipos de crioulos: o forro, o angolar e o lunguié (princípense).

Relativamente à estrutura demográfica, os dois países têm uma população extremamente jovem, em que aproximadamente 40% da população tem menos de 15 anos de idade

²⁴ A crioulição pode ser definida como um processo de aculturação mútua de pessoas etnicamente diversas que desenvolvem uma identidade própria, um processo que é mais frequente em ilhas e sociedades esclavagistas.

²⁵ Grupo de ilhas no oceano Atlântico Norte que conjugam um conjunto de características biogeográficas com especificidades em termos de fauna e flora, sendo composto pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde.

²⁶ Por exemplo, a bandeira de São Tomé e Príncipe manteve sempre as cores pan-africanistas, enquanto Cabo Verde alterou-as para as cores típicas do Ocidente.

(PNUD, 2008). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), a população residente em Cabo Verde, no ano 2009, está estimada em 508 mil habitantes, com uma densidade de 118 habitantes por km², sendo que os cabo-verdianos da diáspora superam o número dos habitantes da terra natal – ultrapassando os 600 mil indivíduos. As causas da emigração são complexas, porém há algumas mais gerais e fáceis de indicar:

(...) as condições insulares desfavoráveis, agravadas em períodos de seca climática; a pressão demográfica, associada, sobretudo, às insuficiências estruturais das ilhas; as influências de modelos exteriores, veiculados, na maior parte das vezes, pelos próprios emigrados; a procura de promoção social, nem sempre fácil de conseguir nas ilhas de recursos escassos ou limitados. (Amaral, 1991: 17)

Por sua vez, São Tomé e Príncipe tem uma população estimada em 163 mil habitantes, a segunda menor em África, e uma densidade de 157 habitantes por km².

Em termos sociais, uma questão que, desde logo, se impõe é a problemática da pobreza tão presente nestes países. Em Cabo Verde, temos uma pobreza de ordem estrutural, ligada a factores intrínsecos ao país: clima árido e secas sucessivas, escassez de recursos, pressão sobre o ambiente, elevada taxa de fecundidade, incapacidade da estrutura produtiva absorver a mão-de-obra e satisfazer uma parcela maior da procura interna (Cardoso, 2007: 221). Em São Tomé e Príncipe a pobreza surge associada às vulnerabilidades na estrutura económica, fragilidades institucionais e organizacionais, elevada escassez de meios técnicos e recursos humanos, entre outros factores. Apesar de sujeitos a diferentes condicionamentos, os dois países apresentam, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2008 (PNUD, 2008), um Índice de Pobreza Humana (IPH)²⁷ idêntico – 15,8%. Nos relatórios mais recentes, não são apresentados dados para a população que vive abaixo do limiar da pobreza, sendo necessário recuar ao relatório de 1999 para obter tais dados, em que Cabo Verde surge com 44% da população abaixo do limiar de pobreza e São Tomé e Príncipe 46% (UNDP, 1999).

Quadro 11. Pobreza em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

	IPH-1 (2008)	População abaixo do limiar nacional de pobreza (1999)
Cabo Verde	15,8%	44%
São Tomé e Príncipe	15,8%	46%

Fonte: UNDP (1999, 2008)

A pobreza não tem uma distribuição espacial uniforme. No caso de Cabo Verde a incidência da pobreza é maior na ilha de Santo Antão – onde se situa a comunidade de Lajedos em

²⁷ Indicador composto por: probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos; taxa de analfabetismo de adultos; percentagem da população sem acesso a uma fonte de água melhorada; percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

análise – onde vivem cerca de 16% dos pobres de Cabo Verde e com uma incidência em 54,4% da população da ilha (INECV, 2004). Em São Tomé e Príncipe, a incidência de pobreza é maior no distrito de Caué, com 82,2% da população a viver em situação de pobreza, seguido do distrito de Lembá, onde se situa a comunidade de Diogo Vaz em análise, com 76,6% da população a viver em situação de pobreza (UNDP, 2002).

Ao nível da educação, se em Cabo Verde se assiste a um grande desenvolvimento do ensino e um forte investimento em educação e formação, com uma grande expansão já desde o século XIX, em São Tomé e Príncipe o primeiro liceu surge apenas em 1952. Em Cabo Verde, a taxa de escolarização (combinada dos ensinos primário, secundário e superior) é de 66,4%, sendo a taxa de escolarização primária de 90% (PNUD, 2008). A educação, a emigração e a abertura do país ao exterior estão na origem da formação de um importante capital cultural em Cabo Verde, constituindo os pilares da afirmação do país, caracterizado pelo seu intenso movimento intelectual, artístico e literário, como dá conta um dos entrevistados:

«Cabo Verde foi sempre um país aberto, um país no cruzamento, com a sua emigração e etc., os acontecimentos do mundo passaram por aqui sempre, em simultâneo. (...) Porque aqui, por exemplo o Porto Grande, o Mindelo, na altura da Revolução Industrial, tudo passava por aqui, o conhecimento, as tecnologias...» – E3

No que se refere a São Tomé e Príncipe, de acordo com os últimos dados do PNUD (2008), tem uma taxa de escolarização combinada actualmente de 65,2% e de escolarização primária de 97%, ainda que a observação directa nos permita constatar que o nível educativo é, em geral, muito reduzido e que a educação nem sempre está acessível.

Se o Cabo-Verdiano se caracteriza pela *morabeza*, expressão da amabilidade e do bem acolher deste povo, o Santomense caracteriza-se pelo *leve-leve*:

"(...) Filho legítimo da relação é o cidadão leve-leve, que conta com padrinhos até no estrangeiro. Se a água já me dá pelas barbas: leve-leve... Se é o fogo que já ronda o telhado: leve-leve... Se o mar já se está a meter pela terra dentro: leve-leve... E assim por diante, leve-leve, leve-leve, leve-leve... (...)." Armino Vaz, sociólogo, S. Tomé e Príncipe (PNUD, 1998)

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe apresentam ainda uma grande riqueza e diversidade de manifestações culturais, resultado das diversas influências que receberam ao longo dos tempos. A proximidade do continente africano, a presença portuguesa e o facto de terem sido ao longo da história locais de passagem resultaram em duas culturas híbridas, com várias manifestações culturais representativas, presentes na música, no teatro, na dança, na gastronomia, na arte e artesanato.

Em termos de religião, a Igreja Católica está presente em ambos os arquipélagos desde o início da colonização, mas encontramos também influência de diferentes cultos

provenientes do continente africano, sobretudo em São Tomé e Príncipe através de práticas como o Pagá-Dêvê ou o Flêcê, ou mesmo na presença de elementos africanos na veneração dos santos padroeiros. Apesar do domínio histórico da religião católica, outras igrejas têm vindo a ganhar força em ambos os arquipélagos (como a Adventista, Evangelista, Maná, Universal, Testemunhas de Jeová, entre outras).

Em resumo, o processo de criouliização traduz-se, nos dois arquipélagos, por uma *estrutura europeia de conteúdo africano* (Seibert, 2006).

6.5. Turismo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe têm vindo a afirmar o turismo como um dos motores do crescimento da sua economia e estratégia de redução de pobreza, reflectindo as vantagens comparativas dos dois países nesta área. Apesar da importância que o sector assume, a análise da sua evolução revela algumas fragilidades. Uma aposta exclusiva no turismo de sol e praia revela-se insustentável, desadequada à capacidade de carga local. Por outro lado, há ainda um grande potencial por explorar, sobretudo no que respeita à geração de rendimentos locais, participação comunitária, coesão social, promoção do património cultural e ambiental.

6.5.1. Avaliação do mercado

O quadro seguinte sintetiza as características dos produtos turísticos “Cabo Verde” e “São Tomé e Príncipe”:

Quadro 12. “Produto turístico Cabo Verde” vs “Produto turístico São Tomé e Príncipe”²⁸

	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
Situação geográfica	Arquipélago de 4.033 km ² localizado no oceano Atlântico, 600km ao largo do Senegal, composto por 10 ilhas	Arquipélago de 1.001 km ² localizado no oceano Atlântico, Golfo da Guiné, 300km ao largo do Gabão, composto por 2 ilhas
Clima	Tropical seco	Tropical húmido
Línguas	Português e Crioulo; Francês e Inglês nos circuitos turísticos	Português e Crioulo; Francês e Inglês nos circuitos turísticos
Atrações	Variedade de paisagens e contrastes (praias, deserto), cultura lusófona, mestiçagem cultural, música e dança (morna, coladera, batuko)	Variedade de paisagens e contrastes (praias, floresta), cultura lusófona, arquitectura colonial (roças), natureza (biodiversidade em termos de fauna e flora), o equador
Imagem (cf. brochuras dos operadores turísticos)	“arquipélago de contrastes”; “arquipélago injustamente esquecido”; “destino pouco frequentado e original”; “um arquipélago único no meio do Oceano”; “Ilhas do fim do mundo”; “África insular”; “os últimos fragmentos de África”; “Portugal no fim dos mares”; “um povo mestiço na encruzilhada da Europa, África e Brasil”; “ritmos mestiços e saudade dos emigrantes”; “a princesa dos pés descalços, Cesária Évora”; “uma certa ideia de festa”; “Terras da morabeza”; “acolhedor”	“Duas ilhas de sonho escondidas nas ondas do Atlântico”; “entre os mais belos arquipélagos do mundo”; “um paraíso esquecido que irá deliciar os apreciadores de exotismo e autenticidade”; “Viagem destinada aos amantes de locais perdidos, ainda longe do turismo de massas”; “Desconhecido para o público em geral”; “um património natural distante dos clichés habituais do turismo”; “pérola do equador”; “paraíso na terra”; “a ilha do chocolate”
Posicionamento	Turismo balnear de gama média a alta (turismo de <i>resort</i>) Caminhadas + mar Turismo de natureza/ Aventura/ <i>Trekking</i> Windsurf/ Mergulho Turismo Cultural	Turismo balnear de gama média a alta (turismo de <i>resort</i>) mas não exclusivamente Ecoturismo Caminhadas + mar Aventura/ <i>Trekking</i> Natureza e cultura
Mercados	Europeu (Portugal, Reino Unido, Itália, Alemanha)	Europeu (Portugal, França, Espanha) e Africano de proximidade (Gabão, Nigéria, Angola)
Actividades Temáticas	Natureza, cultura, mar, <i>trekking</i> (moderado), actividades balneares, mergulho, windsurf, pesca desportiva, observação de animais	<i>Trekking</i> , mergulho, pesca desportiva, roças, observação de animais, descoberta da floresta equatorial com diversos circuitos organizados
Tipologia do produto/ Duração	Combinado de 2, 3 ou 4 ilhas/ Descoberta/ Praia/ 8 e 15 dias; Turismo de cruzeiro; Actividades <i>por menu</i>	Praia + excursões/ 8 e 15 dias; Aventura/ Descoberta/ <i>trekking</i> / 8 e 15 dias; Fins-de-semana e estadias curtas para o mercado regional

Vemos que, do ponto de vista turístico, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe partilham um conjunto de características (OMT/PNUD, 2001: 82):

- A insularidade na proximidade do continente Africano, na sua costa atlântica;
- Os laços históricos e culturais e a lusofonia;
- A predominância do turismo de “sol e praia” em pacote;
- A combinação mar/ montanha, que em Cabo Verde é alcançado através da diversidade das ilhas (montanha no Fogo e Santo Antão, mar em Sal, Boavista e São Vicente) e em São Tomé e Príncipe se encontra em cada uma das suas duas ilhas;

²⁸ Quadro elaborado com base na análise de brochuras e sites de operadores e agências turísticos e no relatório da OMT/PNUD (2001).

- O carácter autêntico e “esquecido” dos dois destinos – um termo que é mencionado nas brochuras dos operadores turísticos para ambos os países.

Mas eles revelam também diferenças significativas:

- Os segmentos temáticos de Cabo Verde são mergulho e o *windsurf*, motivo pelo qual a ilha do Sal é reconhecida e mediatizada. O segmento mergulho existe em São Tomé e Príncipe, mas com menor intensidade. No entanto, São Tomé e Príncipe oferece o segmento da pesca desportiva, no qual é um destino reconhecido pelos seus praticantes;
- A cultura mestiça e a música de Cabo Verde têm sido amplamente exportados por Cesária Évora e pela nova geração de músicos cabo-verdianos²⁹, sendo o melhor veículo de promoção do turismo cabo-verdiano, enquanto São Tomé e Príncipe não tem actualmente uma personalidade mediática;
- O interesse cultural de São Tomé e Príncipe encontra-se sobretudo nos vestígios da organização social colonial ligada à história do cacau – as roças. Este património é de grande interesse mas menos mediático, mobilizando um nicho de mercado do turismo cultural mais estreito e sendo apenas acessível se os locais dispuserem de dispositivos adequados para interpretação do património: sinalética com identificação dos edifícios, guias informativos bem documentados, suportes visuais e audiovisuais.

De referir que a maioria dos entrevistados em São Tomé e Príncipe refere que o país não tem capacidade para turismo de massas nem corresponde à imagem que se passa para o exterior de turismo de sol e praia:

«(...) Para turismo de massa não tem potencialidades. Esta ilha é muito pequenita, temos apenas 5 ou 6 praias. Portanto, eu não sei... 100 pessoas que venham aqui, não sei onde vão estar. As praias não têm capacidade.» – E9

«Nós não temos turismo de sol e praia ou, pelo menos, não é aquilo que tem mais força...» – E12

Em Cabo Verde, é reconhecido o potencial neste segmento, mas vários entrevistados alertam para a necessidade de um turismo mais sustentável e integrado.

Relativamente à nacionalidade dos passageiros estrangeiros que viajam para os arquipélagos, em Cabo Verde destaca-se Portugal, seguido pelo Reino Unido e Itália, conforme quadro seguinte:

²⁹ Com destaque para Mayra Andrade, Lura, Nancy Vieira, Mário Lúcio, Bau, entre muitos outros conhecidos internacionalmente.

Quadro 13. Entradas nos estabelecimentos hoteleiros de Cabo Verde por país de origem

País de origem	N	%
África do Sul	307	0,1
Alemanha	31.329	11,7
Áustria	971	0,4
Bélgica e Holanda	7.879	2,9
Espanha	8.711	3,3
Estados Unidos	4.932	1,9
França	23.646	8,9
Reino Unido	46.688	17,5
Itália	46.324	17,3
Portugal	59.420	22,2
Suíça	3.197	1,2
Outros Países	33.784	12,6
TOTAL	267.188	100

Fonte: INECV, 2007

São Tomé e Príncipe não dispõe de dados precisos e actualizados relativos à ocupação hoteleira e as informações estatísticas disponíveis dizem respeito apenas à quantidade de estrangeiros no país, não necessariamente turistas. Ainda assim, é possível constatar que os principais mercados são o europeu e o mercado regional africano. O principal país de origem de quem viaja para o arquipélago é Portugal, seguido da França. Aqui as entradas provenientes de países africanos têm um peso mais significativo do que em Cabo Verde, em particular Angola e os países vizinhos do Golfo da Guiné, Gabão e Nigéria.

Quadro 14. Entradas em São Tomé e Príncipe por país de origem

País de origem	N	%
Alemanha	433	2,8
Reino Unido	180	1,1
Espanha	510	3,3
França	1.578	10,2
Portugal	7.028	45,5
Angola	873	5,6
Cabo Verde	442	2,9
Camarões	845	5,5
Gabão	495	3,2
Nigéria	787	5,1
EUA	327	2,1
Brasil	155	1,0
Países Asiáticos	475	3,1
Outros Países	1327	8,6
TOTAL	15.455	100

Fonte: Serviço de Migração e Fronteiras STP

Em Cabo Verde, o *boom* turístico começou no ano 2000, com o crescimento do número de camas de 46% entre 2000 e 2007 e o aumento do número de dormidas em 48% (INECV, 2007). Em São Tomé e Príncipe, o turismo como actividade económica começou a ser alvo de maior atenção, nacional e internacional, a partir de 2001 (Brito, 2004: 227), sendo que a evolução das práticas turísticas tem sido mais irregular, como denota o aumento e diminuição das taxas de ocupação hoteleiras ao longo dos anos, muito dependente das ofertas em termos de ligações aéreas e pacotes disponíveis, mais ou menos atractivos. Se em Cabo Verde, o turismo representava, em 2007, 23,1% do PIB, a estratégia para o desenvolvimento turístico de São Tomé e Príncipe de 2001 estimava que esse valor fosse de 2% do PIB, estipulando como horizonte para 2010 atingir, na melhor das hipóteses, 7% do PIB.

6.5.2. Potencialidades e atractivos turísticos

As características naturais e socioculturais das ilhas constituem, como referimos atrás, uma das suas forças, nomeadamente por constituírem fortes atractivos turísticos, associados à imagem de um ambiente tropical, de praias de águas quentes e límpidas, gentes calorosas e múltiplas expressões culturais.

Enquanto destinos culturais, encontramos em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe inúmeras expressões que constituem elementos de atracção turística como a música, a dança, o teatro, as festividades locais, os locais e edifícios históricos, a gastronomia, a arte e o artesanato, as manifestações religiosas, as próprias actividades e modos de vida dos habitantes. Nestas várias manifestações culturais está presente o sincretismo entre as raízes africanas e europeias.

Começando pelo artesanato cabo-verdiano, destaca-se a cestaria em caniço, a tecelagem em algodão, a tapeçaria, a cerâmica e os trabalhos em casca de côco, *batik*, conchas e bonecas de trapos, sendo o *pano di terra* o produto de maior referência, com um grande valor para a história e cultura cabo-verdiana³⁰. As datas festivas e os festivais constituem outro atractivo turístico de destaque, sendo a principal festa cabo-verdiana o Carnaval, festejado em todas as ilhas, com destaque para o de Mindelo. Existem ainda várias festas regionais, sobretudo de carácter religioso, associadas aos santos populares de cada região, como o *Kola San Djon* da ilha de Santo Antão, em que à tradicional missa e procissão se acrescenta a música

³⁰ A história da nação cabo-verdiana está associada ao “*pano di terra*”. No passado, Cabo Verde, no sentido de alimentar as transacções do comércio da escravatura, desenvolveu uma verdadeira indústria familiar de panaria, a ponto de o historiador António Carreira afirmar: “Pomos sérias dúvidas se o tráfico de escravos chegaria a tomar as proporções que tomou, sem o algodão e sem os panos de vestir, estes sobretudo depois de introduzida a padronagem com desenhos em relevo. O algodão e o pano foram incontroversamente uma das mais importantes mercadorias usadas no tráfico” (www.areasprotegidas.cv).

e a dança. Em termos de cultura musical, Cabo Verde é conhecido sobretudo pelas suas mornas e coladeras, mas também por outros estilos musicais mais ritmados e dançáveis, como o funaná ou o batuque. Alguns festivais são já uma referência, como é o caso do Festival de Música da Baía das Gatas e o Festival de Teatro *Mindelact*, em São Vicente; o Festival de Gamboa e o recém-criado *Kriol Jazz Festival*, em Santiago. Na gastronomia, destaque para a cachupa, na fusão entre as influências africanas e portuguesas, e, nos produtos agropecuários, o queijo, os doces, os vinhos, licores e o famoso grogue³¹. Em termos de locais históricos destaca-se, na ilha de Santiago, a Cidade Velha, desde 2009 classificada pela UNESCO como Património da Humanidade, entre muitos outros locais de elevado valor histórico e artístico.

Os atractivos naturais, para além do sol e praia, são igualmente muito diversos, desde a paisagem lunar do vulcão da ilha do Fogo, à zona florestal do Planalto Leste, em Santo Antão, a observação de tartarugas na Boa Vista, ou as salinas do Maio, muitos dos quais em contexto de áreas protegidas amplamente implantadas em todo o arquipélago. A este propósito, um dos entrevistados afirma:

«(...) as áreas protegidas podem ser um bom laboratório, um bom exemplo, de como desenvolver um turismo de conservação da natureza, um turismo de promoção da outra parte da riqueza, mais sustentável, de Cabo Verde e conservar esta biodiversidade.» – E4

Do ponto de vista de actividades desportivas e de lazer, Cabo Verde está sobretudo associado às actividades náuticas, como a pesca, o mergulho, a observação de corais, o *windsurf*, *bodyboard* ou *surf*, mas existem também muitas zonas montanhosas, propícias ao montanhismo e *trekking*³².

Relativamente a São Tomé e Príncipe, a sua tradição artesanal tem por base materiais locais como côco, conchas, sementes, osso, folha de palmeira, bambu, areia e, sobretudo, a madeira, com que são feitas canoas, caixas e quadros com relevos, gamelas, máscaras e esculturas, jogos de Oril, entre outros trabalhos elaborados pelos artesãos e escultores locais. Embora seja proibida a captura e produção de peças de tartaruga, é frequente encontrar-se objectos de tartaruga. Ao nível das artes performativas, o Tchiloli é uma peça dramática emblemática, manifestando a síntese das influências europeias e africanas³³. Em termos de danças, destaca-se o *danço congo*, uma dança teatralizada com uma vigorosa coreografia; a *ússua*, dança de salão, de grande elegância; a *dexa*, típica da ilha do Príncipe; a *puíta* e o *d'jambi*, que funcionam como rituais com fins específicos; o *bligá*, ou jogo do

³¹ Aguardente de cana-de-açúcar fabricada por métodos artesanais.

³² Caminhadas de longa distância, geralmente em montanhas ou florestas (Cambridge Dictionary)

³³ O Tchiloli é uma peça teatral que retrata a tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carlos Magno, sendo o resultado de várias fontes orais e literárias com origem na Europa medieval, fundidas com influências performativas e rituais africanas. A peça tem a duração aproximada de cinco horas, sendo representada ao ar livre e combinando cenas de teatro e dança, acompanhadas por uma secção musical. O Auto de Floripes é também uma peça típica com origem medieval, representada na ilha do Príncipe.

cacete, que é um misto de dança, jogo e artes marciais; o *bulauê*, que assenta em ritmos percussivos mais dançáveis e alegres; as tunas e conjuntos de baile, entre outras. As *Noites Crioulas* na cidade de São Tomé proporcionam a oportunidade para assistir a algumas destas manifestações. Nas artes plásticas, a Bienal de Arte poderá vir a constituir um atractivo turístico de relevo para o arquipélago.

Contudo, em São Tomé e Príncipe, o que se destaca verdadeiramente são as suas condições em termos de natureza e biodiversidade, como refere um dos entrevistados:

«Há tanto que fazer em turismo de natureza que 15 dias é pouco tempo para quem vem com essa intenção.» – E9

Ao nível das actividades desportivas e de natureza, São Tomé e Príncipe tem excelentes condições para a prática de *snorkelling*³⁴, mergulho, pesca, passeios em canoas tradicionais, caminhadas e circuitos organizados no Parque Natural Obô, observação de pássaros, répteis, baleias, golfinhos, tartarugas e sua nidificação. Tais condições têm por base dois tipos de paisagens que se conjugam em São Tomé e Príncipe: florestas tropicais dotadas de vegetação exuberante e em estado virgem, à qual se associa uma multiplicidade de espécies não só florestais, mas também faunísticas; praias em grande número e com traços diversos, enquadradas por coqueiros ou por formações rochosas, de areia branca e dourada, sendo possível encontrar também de areia preta, mas em menor número, extensas ou formando pequenas baías (Brito, 2004: 199).

Em resumo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, partilham um conjunto de potencialidades que constituem importantes factores de diferenciação em termos turísticos, nomeadamente: a riqueza e diversidade do património natural (ilhas, mar, montanha), com excelentes condições de qualidade ambiental e um equilíbrio da relação do homem com a natureza; o património e tradição sociocultural; a identidade e estilos de vida distintos do das sociedades industriais e urbanas – função de reserva (ecológica, patrimonial, cultural) face ao mundo industrial; a *morabeza*; a segurança e tranquilidade.

6.5.3. Fragilidades e constrangimentos

Apesar do grande potencial turístico de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o seu desenvolvimento é dificultado pela presença, em ambos os países, de um conjunto de vulnerabilidades e constrangimentos, tais como:

³⁴ *Snorkelling* é a actividade de nadar utilizando um tubo para facilitar a respiração (cf. Cambridge Dictionary), permitindo a observação de espécies marinhas.

- Carências ao nível das infraestruturas básicas (condições de habitabilidade, qualidade da água, saneamento, recolha e tratamento de resíduos, sistema de saúde e educação, equipamentos de lazer, cultura e desporto);
- Fragilidade dos meios de transporte, comunicações e acessibilidades;
- Predominância de situações de pobreza;
- Prevalência de doenças como o HIV/SIDA, febre-amarela ou malária;
- Agressões ambientais, aumento da poluição e erosão costeira³⁵ e perda da biodiversidade;
- Destinos procurados para turismo sexual;
- Pressões imobiliárias e turísticas, com expansão desordenada das áreas urbanas;
- Falta de recursos financeiros para efectuar os investimentos necessários;
- Falta de informação para os turistas, quer no exterior, quer localmente;
- Dificuldade em garantir o abastecimento regular de bens e serviços;
- Procura turística interna limitada, ainda assim em crescimento.

Ao nível das infraestruturas turísticas, desde logo se destaca a precariedade da rede viária, dos transportes e comunicações em ambos os arquipélagos, mas mais deficitária no caso de São Tomé e Príncipe. Na ausência de uma rede pública de transportes colectivos consolidada, as alternativas para deslocações no interior das ilhas são o táxi, o aluguer de automóvel ou o *hiace*, “transportes colectivos” disponibilizados por particulares (economia informal). Também os transportes marítimos e a capacidade portuária (nomeadamente ao nível de barcos de cruzeiro) são insuficientes nos dois casos. As ligações aéreas internacionais são mais limitadas e dispendiosas em São Tomé e Príncipe, mas as ligações inter-ilhas são incipientes nos dois casos.

Apesar de globalmente, Cabo Verde dispor de melhores infraestruturas, consultores externos consideram que a qualidade dos serviços turísticos – dominado pelo sol e mar – se não for melhorada poderá comprometer sustentabilidade do sector a longo prazo; em particular, é urgente a implantação de sistemas de saneamento e de reciclagem de águas residuais, bem como a melhoria dos sistemas de recolha de resíduos sólidos (IMF, 2005).

No que concerne à salubridade, São Tomé e Príncipe é mais marcado pela prevalência de doenças tropicais como o paludismo e a febre-amarela, obrigando a um conjunto de precauções que frequentemente constituem obstáculos para o potencial turista. Entretanto, o país tem vindo a desenvolver importantes esforços a este nível e, desde o início de 2009, foi

³⁵ O estudo sobre Turismo Sustentável em São Tomé e Príncipe (Potter, 2005) recomendava a este propósito a adopção de um processo de certificação semelhante às “bandeiras azuis” da Europa.

suspensa a obrigatoriedade de vacinação contra a febre-amarela para as entradas no país, ao mesmo tempo que se considera que o paludismo está praticamente erradicado.

No caso de São Tomé e Príncipe, acrescem alguns constrangimentos específicos ao país: instabilidade política; capacidade interna de investimento insuficiente; escassa iniciativa do sector privado nacional; impossibilidade de recurso a uma linha de crédito alargada e inexistência de um sector segurador; reduzida oferta em termos de animação e lazer; impossibilidade de utilização de meios de pagamento modernos, à excepção de alguns hotéis que aceitam visa, contribuindo ainda mais para que o turista limite os seus consumos fora das dependências do hotel³⁶; baixo nível de qualificações; dificuldades na obtenção de vistos devido à inexistência de corpos diplomáticos santomenses na maioria dos países. Potter acrescenta ainda que os investidores, santomenses ou estrangeiros, precisam da garantia de que investimentos a longo prazo nas suas propriedades estarão protegidos de acções arbitrárias e inconstantes do governo (Potter, 2005: 3).

Nos dois países, alguns entrevistados referem ainda a precariedade de salários praticada no sector turístico e a necessidade de uma estratégia para uma maior sustentabilidade do sector.

6.5.4. Políticas públicas para o Desenvolvimento do Turismo

Os Governo de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe definiram o turismo como uma das suas prioridades, afirmando o sector como opção estratégica nacional, tanto nos planos sectoriais, como nos Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PERP).

O quadro abaixo ilustra a relevância que o turismo tem assumido ao nível das políticas de redução da pobreza na generalidade dos países africanos em função da natureza da sua inclusão nos respectivos PERP:

³⁶ Está em estudo a viabilidade de implantação de uma rede de multibanco no país.

Quadro 15. Relevância do Turismo para a redução da pobreza nos países Africanos

País	Ano do PERP	Rank	Relevância do Turismo nos PERPs
BENIN	2002	2	O turismo é importante por gerar divisas estrangeiras (o 2º depois das pescas); o objectivo é encorajar o desenvolvimento turístico e melhoria das infraestruturas.
BURKINA FASO	2000,2001, 2002	2	O turismo é relacionado com eventos artísticos. Produtos potenciais a desenvolver: Mar do Sahel e circuitos especializados.
CAMARÕES	2000	3	O turismo é mencionado entre os "outros sectores" que podem contribuir para o crescimento.
CABO VERDE	2002	2	O turismo é o sector mais dinâmico para trazer crescimento e integrar o país no sistema económico mundial
REP. CENTRAL AFRICANA	2000	3	O turismo é escassamente mencionado entre os sectores de interesse que criam emprego e rendimento.
CHAD	2000	4	O turismo não é mencionado.
CONGO	2002	4	O turismo não é mencionado.
COSTA DO MARFIM	2002	2	O turismo é incluído entre as forças e recursos para a redução da pobreza e políticas de crescimento.
ETIÓPIA	2002	2	O turismo é importante pela sua capacidade de gerar divisas estrangeiras, tendo sido incluído entre o sector privado e o desenvolvimento das exportações.
GAMBIA	2000	2	O turismo é um dos três sectores prioritários para ganho de divisas estrangeiras, ainda assim é pouco considerado no plano.
GHANA	2003	2	O turismo é o terceiro sector para ganho de divisas estrangeiras e importante para a criação de emprego, em parte devido ao seu efeito multiplicador no resto da economia.
GUINÉ-CONACRI	2000	1	O turismo está entre os sectores orientados para o aumento de rendimento, produzindo igualmente recursos valiosos para redução da pobreza a nível local.
GUINÉ-BISSAU	2000	3	O turismo, juntamente com a agricultura, pescas e recursos florestais, é a principal fonte de crescimento.
QUÊNIA	2000	2	O turismo é um dos sectores chave para o recuperar o crescimento económico.
LESOTHO	2000	1	O turismo é um sector importante para a geração de divisas estrangeiras e emprego, mas também pelas oportunidades alternativas de sobrevivência para as comunidades locais.
MADAGASCAR	2000	2	O turismo está entre os sectores de elevado crescimento, embora pouco explorado, e a primeira fonte de divisas estrangeiras.
MALAWI	2002	1	O turismo é um dos sectores que podem contribuir para a redução da pobreza, sobretudo em áreas rurais, enquanto fonte de rendimento para os mais pobres.
MALI	2003	3	Embora pouco mencionado, é reconhecido o potencial do turismo para a redução da pobreza na região de Timbuktu.
MAURITÂNIA	2000, 2002	2	Juntamente com as pescas e a exploração mineira, o turismo está entre os sectores de exportação cujo potencial deveria ser totalmente desenvolvido.
MOÇAMBIQUE	2001, 2003	2	O turismo está incluído entre as actividades complementares; a sua importância reside sobretudo em aumentar os rendimentos dos produtores locais.
NIGER	2002	2	O turismo está entre os sectores com potenciais de crescimento e criação de emprego.
RUANDA	2002	2	O turismo surge na secção de desenvolvimento do sector privado, enquanto actividade potencial para o ganho de divisas estrangeiras.
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	2000	2	O turismo é importante para promover a criação de emprego.
SENEGAL	2002	2	É importante preservar e desenvolver o potencial do turismo, já que este é o segundo sector para ganho de divisas estrangeiras.
SERRA LEOA	2001	3	O turismo pode contribuir para a recuperação da economia.
TANZÂNIA	2000,2001, 2003	1/2	O Governo está a explorar novas possibilidades para tornar o turismo um sector a favor dos pobres.
UGANDA	2000,2001, 2002	3	O PERP menciona apenas que podem ser consideradas despesas com a promoção do turismo.
ZAMBIA	2002	1	O papel do turismo é vital para o crescimento económico e a criação de oportunidades para os pobres, sobretudo em áreas rurais. Um capítulo do PERP é dedicado ao turismo.

Fonte: Gerosa (2003) (adaptado)

Legenda: 1 - O Turismo é indicado como um sector prioritário para a redução da pobreza; 2 - O Turismo é incluído no plano sectorial; 3 - O Turismo é escassamente mencionado; 4 - O Turismo não é mencionado.

De acordo com os dados do quadro, relativos aos anos 2000-2003, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe o turismo era apenas incluído nos planos sectoriais respectivos. No entanto, nos anos subsequentes, o turismo surge com especial destaque nos PERP de ambos os países. Em 2005, o PERP de Cabo Verde afirma a opção de eleger o turismo como um dos motores para o crescimento da economia do país, dadas as suas vantagens comparativas nesta área, o que é reforçado no Plano de 2008, definindo as seguintes orientações:

Quadro 16. Plano Estratégico de Redução da Pobreza de Cabo Verde

- O turismo deve ser estruturado com base numa estratégia de crescimento obtida através do consenso entre as autarquias e o sector privado, preservando o património ambiental, histórico e cultural. É neste enquadramento que estão a ser criadas condições organizacionais necessárias ao financiamento das infraestruturas básicas que a expansão do turismo exige, nas ilhas do Sal, Boa Vista e Maio, e também S. Vicente e Santiago;
- A estratégia para o desenvolvimento do turismo é vista a partir de uma perspectiva multisectorial. Neste contexto, os sectores que precedem o turismo, tais como a agricultura e os transportes, especificamente nas ligações inter-ilhas, deverão ser alvo de medidas de apoio;
- O turismo deve ser promovido de forma mais agressiva e ter o seu próprio quadro organizacional;
- Apoio às empresas de promoção turística, garantindo incentivos financeiros ajustados às suas necessidades;
- O impacto ambiental do turismo é um dos principais vectores para a promoção do sector, garantindo a preservação dos recursos naturais e um planeamento urbano adequado;
- Promoção da participação das comunidades cabo-verdianas emigradas e residentes em projectos de investimento no turismo;
- Desenvolvimento de uma escola de hotelaria, de modo a garantir a qualidade dos recursos humanos necessários para o crescimento do sector;
- Avaliação dos custos e benefícios grandes projectos turísticos, a nível económico, social, cultural e ecológico, favorecendo aqueles que melhor se harmonizam com os interesses sociais, ambientais e culturais do país.

Fonte: IMF, 2005.

A destacar a visão integrada presente no Plano, em que estão presentes preocupações com os impactos sociais, culturais e ambientais do turismo, bem como a ligação do sector aos restantes sectores considerados vitais para a sua sustentabilidade, tais como agricultura, infraestruturas de transporte, energia, água e saneamento, educação, saúde e ordenamento do território. O Governo cabo-verdiano tem vindo a registar particulares esforços na área da formação profissional para o turismo, nomeadamente através da criação de vários cursos profissionais e superiores de turismo e da recente Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde. Em termos dos impactos da estratégia de desenvolvimento seguida até ao momento, estes têm sido sentidos mais a nível macroeconómico, como refere um dos entrevistados:

«(...) em termos de investimentos, pela procura, pela expansão (...) em termos de divulgar o país sim, em termos de conquistar investimentos sim. E desafios também: levou o país a ter que se estruturar para responder. Agora eu não sei ainda se responde, se o produto, os rendimentos, do turismo, se estão sendo redistribuídos e se está a chegar à população local, acho que não. Penso que já gerou empregos para muita gente, penso que incentivou a formação, houve necessidade disso... as pessoas sabem que já não podem aceder àquele emprego só porque querem, mas têm que estar capacitadas. Portanto, para esse pequeno grupo sim, mas mesmo para esse grupo penso que em termos de salário, não sei se estão... Agora que vai ser um motor de transformação não tenho dúvida.» – E5

De referir ainda que o Governo de Cabo Verde, no âmbito do seu PERP e através do seu Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, está empenhado na adopção de uma estratégia de combate à pobreza por via da Economia Solidária, através do apoio ao associativismo, visando o desenvolvimento de novas actividades geradoras de rendimento, onde o turismo (solidário) está naturalmente incluído.

Também o PERP de São Tomé e Príncipe dedica um capítulo ao turismo, definindo como objectivos: aumentar o contributo do sector para o PIB de 5% para 7%; promover o turismo como um dos principais motores de crescimento a médio prazo; desenvolver emprego directo no sector e maximizar o seu efeito dinamizador dos restantes sectores da economia; valorizar o património natural, arquitectónico e sociocultural. Porém, até ao momento, a estratégia do Governo de São Tomé e Príncipe tem-se demonstrado insuficiente, sendo que se estão a promover acções no sentido de definir uma estratégia de desenvolvimento turístico mais concertada, nomeadamente através de iniciativas do PNUD e da cooperação espanhola. As principais acções desenvolvidas até ao momento dizem respeito ao lançamento, em 2001, do *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo*³⁷ e uma mesa redonda sobre Turismo em São Tomé e Príncipe, realizada em 2004. O Plano de 2001 apresenta uma estratégia e um conjunto de orientações de desenvolvimento e programas de acção, sendo a partir desta altura que o turismo no país passou a ser alvo de maior atenção. Este plano destaca quatro segmentos de mercado para o turismo no arquipélago: Turismo Balnear que constitui o segmento com maior procura, mas também com maior concorrência de outros destinos; Turismo Desportivo, onde se destaca o mergulho e a pesca desportiva; Turismo de Aventura, orientado sobretudo para destinos longínquos e pouco explorados; Ecoturismo/ Turismo de Natureza, nomeadamente através de actividades como *trekking* e observação de espécies animais (tartarugas, pássaros, répteis, cetáceos, macaco) e vegetais (PNUD/OMT, 2001). Contudo, o próprio Governo de São Tomé e Príncipe reconhece que:

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, concebido em 2001, onde foram identificadas acções a levar a cabo para o desenvolvimento de um turismo durável, foi implementado em pequena escala, havendo por isso, necessidade urgente da sua actualização; elaborar o Plano Director do Turismo, dando cumprimento às orientações constantes do Plano Estratégico do Turismo; reforçar e aperfeiçoar os instrumentos e mecanismos de atracção de investimentos para o sector. (STP; 2009)

Alguns entrevistados reforçam esta perspectiva de que falta uma estratégia concertada de desenvolvimento turístico para o país:

«Acho que há esta vontade muito grande para se transformar o turismo num sector que seja a principal fonte de riqueza do país. Mas entre o discurso e aquilo que se está a fazer para transformar o sector de facto vai uma diferença muito grande. (...) Por outro lado, acho que se vão dando pequenos passos, não é? Não sei se na direcção certa, mas pequeninos passos que não têm muito a ver com a energia que se põe no

³⁷ Relatório elaborado para o governo de São Tomé e Príncipe pela OMT na sua qualidade de agência executiva do PNUD.

discurso. (...) Então, há aqui todo um conjunto de factores que de facto me fazem ver com algumas reticências o turismo em São Tomé. Acho que, se me perguntares se é de facto um caminho para São Tomé, uma saída para o país, acho que seria uma das saídas, mas seria necessário que fosse encarada a sério e urgente, para se fazer, para se preservar, para que São Tomé se torne um destino interessante.» – E12

«As autoridades nacionais costumam caracterizar o turismo como um sector estratégico, não é? Mas, no entanto, o que é necessário é não ser uma questão apenas teórica, mas passar a ser uma questão prática (...) O que é necessário realmente é definir melhor e bem a política nacional de turismo. Ainda não está bem definido também o verdadeiro plano de desenvolvimento do turismo, não está. Existem alguns estudos e algumas coisas feitas, mas eu penso é que deveríamos chegar e tentar fazer uma estratégia para o desenvolvimento do turismo ao nível do país, ainda não está.» – E13

Tal falta de definição é ainda ampliada pela instabilidade política do país:

« (...) nós também temos outro grande problema que é a instabilidade política. E falta de experiência. Aparecem sempre pessoas novas no sector, pessoas com ideias muito diferentes umas das outras, pessoas que não têm ideia nenhuma... Isto é um eterno recomeçar que não beneficia nada a implementação de uma política, qualquer que ela seja, não é?» – E12

Neste sentido, em Junho de 2009, foi lançado um novo Plano Director do Turismo (PDT) para São Tomé e Príncipe, preparado pela Direcção de Turismo e Hotelaria com o apoio da cooperação espanhola³⁸. O PDT aborda vários aspectos, entre os quais a planificação territorial, ordenamento urbanístico e condicionantes da actividade turística; a planificação ambiental e a harmonização e coordenação de competências em matéria de turismo com o Parque Nacional, com as câmaras municipais e outras instituições; faz referência à necessidade de criação de um pacote legislativo e um quadro económico-empresarial de referência; destaca a importância da formação e capacitação, da organização do transporte turístico, do sistema de informação turística e medidas de apoio ao desenvolvimento e integração das comunidades locais e da sociedade civil (Rodrigues, 2009).

Refira-se que o Estado santomense, por não ter capacidade financeira para dar resposta às necessidades em termos de infraestruturas para o sector, tem vindo a procurar atrair investimento directo estrangeiro, apesar do peso da burocracia e o clima de incerteza constituírem ainda obstáculos significativos. Muitos dos empreendimentos hoteleiros existentes são o resultado de concessões feitas pelo Estado santomense a investidores estrangeiros³⁹.

Tal como em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, até ao momento, os impactos do turismo são pouco sentidos pelas populações locais:

« (...) a própria população não tem colhido grandes frutos, sobretudo nestes voos charters onde vêm turistas direccionados... vêm para hotel, têm pouco contacto com a população. Vão para o Ilhéu das Rolas, saem do Ilhéu vão para o hotel, então não há realmente este grande intercâmbio e esta possibilidade da população poder tirar algum benefício, como a possibilidade de comer em alguns restaurantes, comprar artesanato, comprar frutas, comprar coisas. É esta parte fundamental que a população deve tirar algum...» – E13

³⁸ Até à data de conclusão da presente tese, não tivemos acesso ao documento oficial do PDT.

³⁹ Caso do Hotel Miramar, Pestana Equador, Omali Lodge, Bom Bom Island Resort, Clube Santana, entre outros.

Portanto, apesar da definição do turismo como opção estratégica nacional, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, há indicadores que evidenciam a necessidade de políticas públicas mais concertadas e transversais, bem como a necessidade de ter em atenção a participação comunitária e a sustentabilidade destes processos.

TERCEIRA PARTE

Turismo Solidário em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: estudo de casos

7 – Caracterização das modalidades e formas de oferta de Turismo Solidário

Perante a informação recolhida relativamente às iniciativas de Turismo Solidário existentes em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, procedeu-se à classificação e sistematização das distintas modalidades de oferta identificadas (cf. Anexo IV), descrição das organizações que o oferecem, selecção dos casos para estudo e avaliação da sua relação com a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário. Foram seleccionados dois projectos para análise: o projecto “Turismo Solidário de base comunitária” em Lajedos, na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde; e o projecto “Turismo Solidário” da Escola Não Formal de Diogo Vaz, na ilha de São Tomé, em São Tomé e Príncipe. Para além da contextualização geral apresentada no ponto anterior, o quadro abaixo apresenta uma síntese das características específicas das comunidades em que se integram os dois projectos em análise.

Quadro 17. Caracterização das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz

	Lajedos (ilha de Sto. Antão)	Diogo Vaz (ilha de São Tomé)
População (distrito/comunidade)	Porto Novo: 17.191 ^a / Lajedos: 700 ^b	Lembá: 11.759 ^c / Diogo Vaz: 770 ^d
Clima	Tropical seco	Tropical húmido
Paisagem	Montanhosa, com ribeiras secas profundas, contrastando as áreas verdes do Norte com as regiões secas do Sul.	Vasto cone de encostas e vales profundos, com os picos; litoral muito recortado; floresta tropical.
Principal Cidade	Porto Novo; Ribeira Grande	Neves; São Tomé
Principais Actividades Produtivas	Agricultura (cana-de-açúcar, inhame, mandioca, banana, manga, milho), pesca, fabrico de grogue, turismo, comércio.	Agricultura (cacau, café, coco), indústria (cerveja), turismo, comércio.
Acessibilidades	Porto marítimo em Porto Novo, aeródromo, transportes públicos, táxi, aluguer de automóvel, “hiace”.	Aeroporto internacional, transportes públicos limitados, aluguer de automóvel, táxi, “hiace”.
Infraestruturas turísticas locais	Alojadores privados, loja, restaurante, sítio museológico.	Alojamento na Escola Diogo Vaz; bar/discoteca.
Atractivos turísticos naturais	Enquadramento paisagístico, praias da região, caminhadas e montanhismo na zona do Paul; Parque Natural de Moroços; Planalto Leste – Zona florestal candidata a Património Mundial pela UNESCO.	Enquadramento paisagístico, praias, mar e sol; Parque Natural Ôbo; observação de tartarugas; <i>trekking</i> e montanhismo.
Atractivos turísticos culturais	História local; Casa de Baltazar Lopes; vivência rural; Kola San Djon (Festa de S. João)	Roças; festividades locais.
Posto de Turismo	Posto/ Loja de Lajedos; Posto turístico em Porto Novo	Posto turístico apenas na capital

^a Dados INECV relativos ao ano 2000

^b Dados Atelier Mar

^c Dados INESTP relativos ao ano 2006

^d Dados Natcultura

7.1. O Projecto Turismo Solidário de base Comunitária de Lajedos

7.1.1. O contexto de Lajedos

Lajedos localiza-se no concelho de Porto Novo, no interior da ilha de Santo Antão que, como vimos, é a ilha com maior incidência de pobreza em Cabo Verde (metade da população da ilha)⁴⁰. É uma pequena comunidade rural, com aproximadamente 700 habitantes⁴¹, composta por uma população maioritariamente jovem, agregados familiares numerosos, predominantemente matriarcais, e onde estão presentes os problemas sociais que afectam a generalidade da sociedade cabo-verdiana: pobreza, desemprego, condições de saúde limitadas, condições de habitabilidade precárias, gravidez precoce, abandono escolar, alcoolismo. A população activa dedica-se essencialmente à agricultura de subsistência e aos

⁴⁰ A comunidade de Lajedos está situada na zona que protagoniza o romance “Os Flagelados do Vento Leste” do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, que retrata a aridez, a escassez de água e as suas consequências sobre a agricultura local e a fome que caracterizou a década de 40.

⁴¹ De acordo com o Censo de 2000.

trabalhos de construção de estradas, diques e outras obras de emprego público⁴². A população enfrenta ainda vários problemas resultantes da escassez das chuvas e ambiente agreste e também do fraco nível de organização, pois não há na localidade autoridades administrativas (Estrela, 2005a: 5). Um levantamento inicial efectuado pelo Atelier Mar dá conta da reduzida capacidade de mobilização e associação da população local para a resolução dos seus problemas, evidenciando uma situação de acomodação face às adversas condições de vida.

É neste contexto complexo e desafiante que, em 1989, tem início o projecto de “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” promovido pelo Atelier Mar. Face à realidade social encontrada em Lajedos e à urgência de intervenção, as actividades programadas no âmbito do projecto procuraram responder, em primeiro lugar, às necessidades básicas identificadas nas áreas de educação, emprego, promoção social, valorização cultural e mobilização comunitária. Entre os projectos desenvolvidos neste contexto destacam-se a Escola Comunitária de Lajedos; a unidade agropecuária; centro experimental e restaurante Babilónia⁴³; a Associação Pozolândia, criada com o objectivo de sensibilizar a população do concelho de Porto Novo, as instituições e outros parceiros para a defesa e valorização dos potenciais recursos desta região da ilha de Santo Antão; oficina de doces e licores, cerâmica, cestaria e tecelagem; unidade de materiais de construção; esplanada comunitária de São João.

7.1.2. O enquadramento geral do Atelier Mar

O projecto “Turismo Solidário de base comunitária”, em curso na comunidade de Lajedos, tem na sua origem a ONG Atelier Mar, cujo enquadramento, pelo trabalho pioneiro desenvolvido em Cabo Verde no âmbito do DC e da Economia Solidária, é essencial para a compreensão do projecto.

O Atelier Mar foi criado em 1979, assumindo a forma jurídica de cooperativa – é uma organização da Economia Solidária. Actuante a nível nacional, a ONG desenvolve actividades permanentes em São Vicente, onde está sediada, e na ilha vizinha de Santo Antão. Tem por objectivos fundamentais: divulgar e valorizar a cultura cabo-verdiana, através da valorização dos recursos humanos e materiais endógenos e de diversas iniciativas de animação cultural; criar alternativas e oportunidades de emprego; actuar a favor do meio ambiente; promover a melhoria das condições de vida dos pobres; promover a participação

⁴² No âmbito das FAIMO (Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra).

⁴³ Este programa, assente na recuperação de um pequeno terreno árido, pretende promover o cultivo de hortícolas e frutos da região de forma sustentável e como experiência pedagógica integrando jovens em acções de formação. Tem já instalado um sistema de microirrigação, plantações de árvores de fruto e cultura de hortícolas e, de forma complementar, procedeu-se à construção de uma infraestrutura de acolhimento de visitantes/ restaurante, que sustenta um programa de formação em tecnologias sustentáveis de construção de habitação com os materiais locais.

igualitária e plena de homens e mulheres com vista à sua auto-promoção. O seu princípio fundamental é que a cultura e o desenvolvimento se condicionam mutuamente (Atelier Mar, 2007). O seu fundador, Leão Lopes – artista plástico, escritor, cineasta, professor universitário no domínio das Artes – é uma figura de destaque no campo da cultura cabo-verdiana e muito acarinhada em Lajedos. Diz ele:

«Eu vim para Lajedos para não fazer nada, para ter tempo para mim, mas acabei um dia a escrever um projecto para Lajedos.» – E3

Na ilha de Santo Antão, o Atelier Mar é responsável pelo funcionamento de um centro de animação cultural e tecnológica, com programas nas áreas de: educação básica (Escola Comunitária de Lajedos); formação em cerâmica e artesanato; tecnologias de construção civil com base nos recursos geológicos locais; agricultura e pecuária, com a introdução de novas tecnologias de cultivo, irrigação e alimentação de animais; oficinas de artesanato e cozinha criativa, com experimentação permanente de novos métodos e produtos; assistência sanitária, entre outras iniciativas. A intervenção em áreas de produção alternativas visa criar actividades para valorizar as potencialidades locais numa perspectiva de Economia Solidária, que responda com benefícios sociais e culturais aos problemas da pobreza, da exclusão e marginalização que afectam uma significativa parte da população. Em preparação está o lançamento de uma associação regional de desenvolvimento do turismo rural integrado à cultura (M-EIA, 2004).

A intervenção do Atelier Mar baseia-se numa metodologia participativa, através da qual os grupos beneficiários estão presentes desde a concepção dos projectos até à sua execução e gestão. Para tal, a estratégia adoptada na fase inicial da intervenção foi garantir o envolvimento do líder comunitário, da igreja católica e dos proprietários de terra, bem como dos serviços desconcentrados do Estado e da Câmara Municipal, sensibilizando os diferentes actores para as intervenções e assegurando o seu apoio no trabalho de envolvimento da população em geral (Estrela, 2005^a: 12). Neste contexto, a sensibilização e formação é uma componente fundamental da intervenção do Atelier Mar, visando um maior envolvimento, reforço da auto-estima e autonomia da população local e a sua capacitação para a criação de actividades a partir de recursos endógenos. Desta forma, o Atelier Mar dá resposta a muitas situações de vulnerabilidade e exclusão social, ao mesmo tempo que contribui para a afirmação social e cultural da comunidade. No âmbito da formação, de referir ainda a criação da M-EIA, Escola Internacional de Arte do Mindelo, em São Vicente. Paralelamente, a intervenção do Atelier Mar é desenvolvida através do estabelecimento de parcerias com outras organizações nacionais e internacionais que prossigam objectivos

semelhantes (ONGs, municípios, escolas, etc.), sendo um membro activo da Plataforma das ONGs de Cabo Verde.

Sistematizando, as fases de implementação do projecto de Desenvolvimento Comunitário do Atelier Mar em Lajedos compreenderam: envolvimento do líder comunitário e outros interlocutores locais; constituição de uma comissão representativa da população; animação comunitária; diagnóstico participativo; definição participada de prioridades e estratégias; estabelecimento de parcerias; implementação junto com população e instituições.

7.1.3. O projecto de Turismo Solidário com base comunitária

É no contexto da intervenção do Atelier Mar em Lajedos que surge o projecto de Turismo Solidário:

«O projecto de turismo solidário foi pensado não com esta filosofia, mas a componente turística foi pensada desde o início do projecto, mas não sabíamos bem como fazer isso, porque ainda quase não se falava de turismo em Cabo Verde, muito menos num meio daqueles, não é? Mas eu tinha a ideia de que um dia, no processo do projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos, isso iria surgir e nós tínhamos que estar preparados para analisar, reflectir e saber como é que isso se encaixava, para não sermos surpreendidos de fora (...)» – E3

O projecto, desenvolvido numa base intuitiva, foi designado de “Turismo Solidário e Desenvolvimento”, promovido pelo Atelier Mar, com a parceria do Instituto Marquês de Valle Flor, visando promover a prática de um turismo mais solidário, que privilegiasse a dimensão social e a participação da comunidade (IMVF, 2009), indo ao encontro do princípio fundamental do Atelier Mar de que a cultura e o desenvolvimento se condicionam mutuamente⁴⁴. Desenvolveu-se assim um conceito de “Turismo Solidário com base comunitária”, o qual surge como um exemplo paradigmático de um turismo inspirado na Economia Solidária:

Trata-se de um conceito de turismo que integra a ideia de um turismo durável, com respeito à identidade histórica cultural, económica e social da comunidade onde se insere. Emanada da estratégia da Economia Solidária aplicada ao desenvolvimento comunitário que visa o desenvolvimento humano integral do indivíduo e de sua comunidade através de uma postura ética de igualdade de oportunidades e promovendo a capacidade empreendedora local. (Lopes, 2007)

Enquadrado pelo projecto mais vasto de desenvolvimento da comunidade de Lajedos, a iniciativa partiu da intenção de envolver as bases, a comunidade local, *de dentro para fora*, no desenvolvimento de um conceito e uma prática de turismo alternativo que, participando da dinâmica do turismo em Cabo Verde, antecipsse uma prática diferenciada e adaptada à ilha de Santo Antão. Como afirmam os seus dinamizadores Leão Lopes e Maria Estrela, trata-se de um projecto de desenvolvimento turístico que parte das bases e está fortemente

⁴⁴ A cultura é entendida como pressuposto de qualidade de vida, valorização pessoal e social; como pólo de desenvolvimento do turismo qualificado; como estruturante do tecido social.

assente na criatividade, na busca permanente de soluções inovadoras; apenas *a posteriori* surge a necessidade de teorizar, aparecendo então a Economia Solidária como estratégia fundamental para promover o DC.

Ao integrar-se num projecto global de desenvolvimento, este conceito de turismo pretende articular-se com os outros sectores da região, como a educação, a iniciativa privada, a cultura, a história, o ambiente, minimizando, deste modo, os impactos negativos de iniciativas exógenas de maior porte que inibem a criatividade e o empreendedorismo local (Lopes, 2007). A participação e responsabilidade colectiva da comunidade garantem ainda um controle sobre os retornos da actividade turística que assim ficam, em grande parte, na comunidade.

Neste sentido, as actividades do Projecto contemplaram a formação de jovens sem emprego e de mulheres chefes de família com escassos recursos financeiros, para que possam, através do sector do turismo aumentar os seus rendimentos. Foram desenvolvidas acções de formação na área da restauração, mesa e bar, iniciação à cozinha tradicional, atendimento/governanta, línguas estrangeiras (inglês, espanhol, francês), guias locais, entre outras. Estas medidas pretenderam capacitar os jovens e mulheres para uma boa recepção dos turistas, possibilitando assim a criação de pequenas actividades geradoras de rendimento (IMVF, 2009). Procedeu-se igualmente à preparação de dez quartos em casas de famílias da comunidade para alojamento de turistas, criados na sequência da formação de governantas.

Indo ao encontro do conceito de Turismo Solidário por nós defendido, Leão Lopes frisa que o conceito de Turismo Solidário adoptado difere daquele veiculado internacionalmente: enquanto este tem a perspectiva do viajante internacional que procura no turismo o prazer solidário de conhecer e participar no desenvolvimento das comunidades que visita, a experiência de Lajedos incide numa óptica sustentável do negócio ou da iniciativa, validando como capital maior a identidade da região ou local, sua cultura e sua capacidade de criar oportunidades de vida digna e de trabalho digno para a sua população. O seu mercado é tanto nacional como internacional, assumindo-se a vocação para o turismo nacional como uma especificidade do projecto (Lopes, 2007).

Em termos de estratégia, o Turismo Solidário de Lajedos baseia-se em iniciativas de pequena escala, apoiadas pela assessoria do Atelier Mar, cuja actuação passa pela investigação, gestão, desenvolvimento rural e educação. Tendo por base uma longa ligação à comunidade local e um contínuo trabalho de investigação histórica e cultural, a ONG tem procurado fazer a planificação e o desenvolvimento de produtos turísticos credíveis e sustentáveis a longo prazo. Entre esses produtos destacam-se: o sítio museológico de Lajedos, restaurante Babilónia e esplanada comunitária São João, dez alojadores privados,

feira mensal de produtos locais, circuitos turísticos diversos (Caminhos da água, Trilho de “Os flagelados”). Entre os produtos a serem comercializados de forma organizada, destacam-se os seguintes (Lopes, 2007: 6):

- Feira de Lajedos – 1 dia sem pernoita;
- Feira de Lajedos + Os Caminhos da Água + 1 oficina – 2 dias e 1 noite;
- 1º Trilho de “Os Flagelados” com visita às antigas residências de Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Manuel Velosa – 2 dias e 1 noite;
- 1º Trilho de “Os Flagelados” – Lajedos/ Ribeira das Patas/ Catóne/ Lagoa/ Chã de Alecrim + 1 Oficina – 2 dias e 1 noite;
- 2º Trilho de “Os Flagelados” – Lajedos/ Ribeira Torta/ Praia Formosa (Lugar do naufrágio de “Djon”) + 1 Oficina – 2 dias e 1 noite;
- 3º Trilho de “Os Flagelados” – Lajedos/ Planalto Norte/ Bolona/ Chã de Feijoaal – 3 dias e 2 noites.

Cada circuito passa por comunidades que estão a desenvolver a mesma filosofia que se experimentou em Lajedos. O projecto valoriza a ligação à região onde se insere a comunidade de Lajedos, o concelho de Porto Novo, constituindo-se como projecto-piloto que visa ser alargado a toda a região, numa perspectiva de desenvolvimento integrado, uma vez que se entende que este só se realiza com a inserção de outras comunidades vizinhas numa estratégia de desenvolvimento turístico que interessa a toda a ilha de Santo Antão (Lopes, 2007).

Em resumo, e indo ao encontro da reflexão teórica atrás apresentada, no Turismo Solidário de Lajedos, mais do que a solidariedade dos turistas do Norte em relação ao Sul, o que está em causa é a solidariedade entre as próprias populações locais.

No que se refere aos obstáculos sentidos no desenvolvimento no projecto:

«As dificuldades são as normais de qualquer projecto. Um projecto é uma coisa que ainda não existe, que ainda não se realizou, e você encontra aqueles utópicos e entusiastas que vão e tal, sem pensar, e ainda bem, como eu [risos]. E há aqueles que são cépticos, são racionalistas, que não conhecem a coisa nova e que não têm espírito, por exemplo, para estímulo às coisas novas. Há pessoas que só actuam em coisas que já foram criadas, espera-se criar para actuar e quando essas pessoas têm um papel forte num processo desses podem atrapalhar, mas são pessoas que acabam por ter o seu papel, estimulam. Você tem que provar que afinal a utopia se realiza, não é?» – E3

7.2. O projecto de Turismo Solidário da Escola Não Formal de Diogo Vaz

7.2.1. O contexto de Diogo Vaz

Diogo Vaz, tal como Lajedos, é uma comunidade rural, com origem na antiga roça com o mesmo nome, situada no distrito de Lembá, no norte de São Tomé, a 9 km da cidade de

Neves, a capital do distrito. A sua população de cerca de 770 habitantes é predominantemente jovem, composta por famílias numerosas (agregados com mais de cinco elementos) e uma grande percentagem de descendente de cabo-verdianos, caracterizando-se pela prevalência de situações de desemprego, elevados níveis de insucesso e abandono escolar e ausência de formação profissional, em grande parte devido à falta de alternativas após a conclusão da quarta classe. Com a abertura da Escola Não Formal de Diogo Vaz, alguns jovens frequentam as formações aí disponíveis.

A antiga Roça de Diogo Vaz é hoje gerida por uma empresa, a SODEAP (Sociedade de Desenvolvimento Agro-Pecuário), sendo composta por Administração, posto sanitário, oficina, escola primária, creche, centro recreativo, bar e discoteca, central hidroelétrica, central térmica, capela, casas dos trabalhadores (Casa de Comboio) e a Escola Não Formal (antigo hospital). Cerca de 3,3% dos habitantes da comunidade são funcionários da empresa. As actividades económicas predominantes em Diogo Vaz são a produção de cacau, o fabrico de aguardente de cana, os pequenos negócios e o comércio informal (venda de búzio, banana, etc.), sendo que a maioria trabalha por conta própria, em pequenos negócios e, sobretudo, na agricultura. Apesar das excelentes condições para a agricultura⁴⁵, dois constrangimentos condicionam o investimento no sector: a distância que os proprietários têm que percorrer até aos seus lotes e o furto constante dos seus produtos.

Tal como em Lajedos antes da intervenção do Atelier Mar, a comunidade de Diogo Vaz é ainda marcada pela fragilidade organizacional, falta de iniciativa e uma certa resistência à mudança.

7.2.2. O enquadramento da Escola Não Formal de Diogo Vaz

É neste contexto que surge o nosso segundo estudo de caso: o projecto de Turismo Solidário da Escola Não Formal de Diogo Vaz, implementado pela Natcultura – Associação para a Preservação do Património Cultural e Meio Ambiente, que tem como principal mentor a arquitecta Nora Rizzo, de origem argentina, mas há longos anos a viver em São Tomé e Príncipe. A Natcultura é uma ONG que iniciou as suas actividades no campo da preservação do ambiente de São Tomé e Príncipe em 1996, tendo posteriormente ampliado os seus estatutos de modo a englobar a componente socioeducativa, incorporando aspectos relativos à preservação do património cultural, desenvolvimento sustentável e luta contra a exclusão social através da educação e formação profissional. A Natcultura define-se como

⁴⁵ Como refere um dos entrevistados: «São Tomé é um país que tem um clima excelente, que dá para ter um auto-sustento. Nós semeamos aqui, fizemos a colheita e já semeamos de novo. É um país que se pode fazer a colheita duas vezes num ano (...)» – E10

uma ONG que pretende contribuir para melhorar as condições de vida da população rural através do Desenvolvimento Local.

A Escola Não Formal de Diogo Vaz é uma escola de artes e ofícios para formação de jovens que não têm possibilidades de se inserir no ensino oficial, nem têm outras opções de formação na região. A escola funciona no edifício do antigo hospital da Roça Diogo Vaz, posteriormente transformado em Escola de Campo e, em 2002, cedido à Natcultura pelo Conselho de Ministros de São Tomé e Príncipe para abrigar uma escola rural. Numa primeira fase, contando com o apoio financeiro do Fundo Canadano, a prioridade foi actuar ao nível da alfabetização de crianças que estão fora do sistema formal de ensino, e, paralelamente, ao nível da melhoria da dieta alimentar, das condições de base do edifício, da formação dos professores e dos cuidados de saúde e higiene. Entretanto, teve início um regime de internato, no sentido de possibilitar a frequência da escola por jovens residentes em regiões mais distantes. Após o quarto ano de funcionamento, quando os jovens já estavam alfabetizados, foi possível dar continuidade ao projecto da escola de artes e ofícios, tendo-se gradualmente incorporado a formação em diversas áreas – agricultura, apicultura, criação de animais, artesanato, confecção de pão, informática, ofícios relacionados com a construção, costura, entre outras – visando a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a criação de auto-emprego, a satisfação de necessidades locais, a integração familiar e social e o combate ao êxodo rural (Rizzo, 2009: 337). De referir que o curso de artesanato garante ao aluno uma receita proveniente de uma percentagem (80%) do valor da venda dos objectos produzidos.

Paralelamente ao funcionamento da escola, são desenvolvidas diversas acções na comunidade, nomeadamente ao nível das condições de higiene e saúde, alimentação e formação através de cursos abertos à comunidade (como informática e costura).

A proposta metodológica da escola é promover a participação organizada dos actores locais na gestão da mesma (Natcultura, 2009), tendo sido constituído um centro comunitário, onde se dinamizam actividades para a população, de carácter periódico (festas, projecção de cinema, actividades lúdicas e recreativas, debates, etc.) ou permanentes (apoio escolar aos alunos de outras escolas, biblioteca, cursos para a comunidade).

7.2.3. O projecto de Turismo Solidário

No sentido de promover a auto-sustentabilidade da Escola Não Formal de Diogo Vaz, tem início, em 2006, o projecto de Turismo Solidário, definido como uma modalidade sem fins de lucrativos em que o visitante, nacional ou estrangeiro, se integra nas actividades

quotidianas da escola e da comunidade local, combinando o ócio criativo com acções solidárias:

« (...) faz um ano e meio, se inicia isto do turismo solidário que era para mim uma alternativa para fazer aos fins-de-semana de um edifício que está ocioso aos fins-de-semana, os quartos estão livres. Então convidava grupos juvenis, associações, os jovens da Cruz Vermelha, grupos e associações que vêm ao fim-de-semana e passam aí na escola junto dos dois alunos que ficam lá e ajudavam em alguma actividade. Então eles vinham e construíam a capoeira, ajudavam na horta, ou pintavam algum quarto – pessoas daqui, sempre daqui. Depois, vimos que estava a funcionar bem todo esse esquema e começamos a convidar pessoas estrangeiras que moram aqui, que há muitos aventureiros que dizem: “Ai, ao fim-de-semana não me importaria de irmos na escola e relaxar e não sei quê”. Então começaram a vir estes estrangeiros que vivem no país e assim trocávamos com formação. Eles vinham e ensinavam qualquer coisa, ao fim-de-semana. Mas depois começaram a vir estrangeiros turistas, de fora, e aí eles já vinham com mais tempo. Pessoas que vinham 15 dias quando lhes dizia: “Eu tenho uma escola, se tu queres podes vir e ficar na escola, não pagas nada, ficas lá...” É uma aventura para eles e já é uma revolução. Eles ficam a pensar o que levar, como é, será que eu posso ensinar cozinha, será que eu posso ensinar, não sei, qualquer coisa de pintura...» – E9

Assim se desenvolveu, de forma quase espontânea, o projecto de Turismo Solidário, em que se pretende que o visitante contribua voluntariamente com o seu esforço, as suas ideias e os seus conhecimentos, o que poderá passar ou não pela formação, dependendo de factores como a característica do visitante, a língua, idade, ou tempo de permanência na escola (Rizzo, 2009). Aqui a solidariedade assenta nas relações que se estabelecem entre os próprios alunos, entre alunos e população local e entre alunos, visitantes e população local, favorecendo o intercâmbio e enriquecimento mútuo:

«Cada um traz as suas capacidades e ensina e aí fazemos o intercâmbio: o turista fica na escola o tempo que ele quer e, dependendo do tempo, podemos fazer outras actividades. Se, por exemplo, o último grupo ficou 5 dias, então os primeiros dias ficaram na escola mas depois passaram na comunidade local (...) Então há esse intercâmbio.» – E9

Contudo, verifica-se que a ênfase é colocada na solidariedade de quem visita, estando previstos diferentes tipos de apoio possíveis: apadrinhamento da escola; fornecimento de materiais (livros, alimentos, ferramentas, material desportivo, roupa, etc.) e meios para que os alunos possam concorrer à escola (pagamento da matrícula, da cantina, do transporte); apadrinhamento das hortas escolares (fornecendo ferramentas, sementes e materiais); apadrinhamento de alunos; financiamento de micro-empresendimentos produtivos (padarias, apicultura, aulas de costura, carpintaria); capacitação laboral (através do sistema de estágios profissionais); parceiras de ONGs, realizando actividades de forma conjunta; financiamento total ou parcial de algum curso; formação de professores; colaboração em actividades diversas (cinema, torneios desportivos, passeios, etc.); colaboração financeira (Natcultura, 2009).

O alojamento do turista é feito nos quartos da própria escola, preparados para o efeito:

«Em termos de alojamento, neste momento temos dois quartos (...). Eu costumo dizer que é um hotel de zero estrelas, mas nós procuramos dar o melhor que temos de coração.» – E10

As actividades e produtos turísticos propostos são adequados ao perfil de cada turista e não padronizadas, compreendendo um conjunto de experiências e o contacto com a comunidade local, destacando-se:

- Artesanato;
- Trabalhos na horta e jardinagem;
- Cozinha e confecção de pão;
- Limpeza e manutenção do edifício;
- Actividades desportivas;
- Música e dança;
- Visita à roça e comunidade;
- Percursos de natureza.

Através do turismo, visa-se melhorar as condições de vida dos alunos e da comunidade local, incorporar novas formações, promover a criação de emprego e de novas actividades produtivas locais combatendo o êxodo rural, revalorizar a cultura local, conhecer mais profundamente as potencialidades paisagísticas e turísticas do distrito, revalorizar as actividades produtivas do distrito, divulgar o distrito e o seu património e, acima de tudo, contribuir para o financiamento da actividade da escola (Rizzo, 2009). Também aqui o turismo surge em complementaridade com as actividades tradicionais, sem as substituir, e permite reter localmente os benefícios da actividade turística, contribuindo para a valorização da comunidade, das pessoas, das culturas e tradições.

8 – Turismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário: percepções e relações

8.1. Consulta à Comunidade: opiniões e percepções sobre Turismo Solidário

A consulta efectuada junto das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz, através da aplicação de um inquérito por questionário (cf. Anexo VI), revelou disparidades no grau de conhecimento e interesse da população sobre cada um dos projectos. De facto, enquanto os inquiridos de Lajedos se mostram muito esclarecidos e positivos relativamente ao projecto e ao conceito de Turismo Solidário, em Diogo Vaz grande parte da população desconhece a existência de um projecto de Turismo Solidário na sua própria comunidade. Quando questionados sobre o conhecimento da existência de iniciativas de Turismo Solidário na região, 91,4% dos inquiridos de Lajedos respondem que sim, enquanto em Diogo Vaz a maioria dá uma resposta negativa (79,4%):

Quadro 18. Conhecimento de iniciativas de Turismo Solidário na região (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Sim	91,4	20,6
Não	8,6	79,4
Total	100,0	100,0

Em Diogo Vaz, os que afirmam conhecer iniciativas de Turismo Solidário, utilizam todos a designação “Escola de Campo”, que era o nome da escola que anteriormente ocupava o edifício actualmente ocupado pela Escola Não Formal da Natcultura. Já em Lajedos, surgem múltiplas referências: “alojamento solidário”, “Atelier Mar”, “Turismo Comunitário”, “governantas”, “guias”, “feira”, “sítio museológico”, “acções de formação”, “alojamento em casas de família”, “restaurante Babilónia”, “movimento de Leão Lopes”, “Encontro internacional de Turismo Solidário em Lajedos”, entre outras, todas elas referindo-se a diferentes vertentes do mesmo projecto dinamizado pelo Atelier Mar.

Questionados sobre o que entendiam por Turismo Solidário, em Lajedos, 30% dos inquiridos não são capazes de apresentar uma definição e, em Diogo Vaz, este número sobe para 91%. E mesmo entre aqueles que respondem, as diferenças são significativas. Em Lajedos, encontramos, entre as respostas dadas, as seguintes:

É um turismo de solidariedade aos pobres; Não tenho muita ideia, mas é um turismo que ajuda a nossa comunidade; Turismo solidário é aquele que colabora com as comunidades para o desenvolvimento; Turismo que valoriza a cultura da nossa comunidade e dá mais emprego; Turismo que favorece a nossa população melhorando a vida; É aquele que é feito dentro da comunidade; É um turismo que traz benefícios para a comunidade; Solidariedade é quando ajudamos o outro e não querer tanto resultados lucrativos; Turismo que traz aspectos positivos para uma comunidade; É um turismo para ajudar no desenvolvimento da comunidade; Não entendo muito bem mas tem aspectos positivos; É um turismo que visa promover laços de cooperação entre os turistas e a população, trazendo benefícios para a comunidade; É muito bom e ajuda a comunidade; Turismo novo que veio ajudar nossa comunidade; Turismo voltado para questões de auxílio e valorização da cultura local; Turismo que traz benefício para a população; É um turismo que veio ajudar os povos mais desfavorecidos; Turismo alternativo ao normal; Conhecimento da nossa cultura por parte dos turistas de forma a poder ajudar a nossa comunidade; Reforça os laços entre os turistas e as pessoas das comunidades; Turismo de solidariedade com as pessoas, mais respeito; Diálogo entre culturas e com o mundo inteiro; Solidariedade com o país e comunidade, para desenvolver a comunidade; Turismo alternativo, de descoberta, um turismo activista; Turismo de apoio aos mais pobres; Turismo para apoio aos locais; Sei que ajuda, como acontece no meu caso que alugo casas, e ajudo no conhecimento da zona no mundo; É um turismo que serve para ajudar no desenvolvimento de um lugar; Solidariedade dos turistas; Turismo para desenvolver a si mesmo e a comunidade sem necessidade de ir buscar recursos fora e independente do estado; É o turismo virado para as zonas rurais onde a comunidade recebe alguns turistas e os mesmos valorizam os produtos locais, conhecem a realidade da zona e ajudam algumas famílias carenciadas; Conhecer a comunidade e ajudar em vários aspectos na comunidade; São os turistas que vêm até aqui para conhecer um pouco da nossa cultura; É um turismo que ajuda muitas famílias e a comunidade já que todos beneficiam desse turismo; Turismo alternativo ao turismo normal de forma a que seja a população a beneficiar das vantagens deste sector.

Em Diogo Vaz, os poucos inquiridos que apresentam uma definição de Turismo Solidário dão as seguintes respostas:

Turista que vem para a comunidade dar apoio às pessoas desfavorecidas; É uma confraternização entre população e turista; Turismo que contribui para o desenvolvimento do nosso país.

Também entre os entrevistados – representantes institucionais, gestores de projecto, líderes comunitários e observadores neutros – é notória esta disparidade na interiorização e no entendimento do conceito de Turismo Solidário. Nas entrevistas realizadas em Cabo Verde, destacam-se as seguintes considerações:

«O turismo solidário é o turismo que, portanto, vem para esta localidade e beneficia as pessoas dessa localidade, as pessoas que tiram alguma coisa desse turismo...» – E2

«O turismo solidário é (...) uma espécie de chapéu onde todos os aspectos criativos, culturais, do turismo estão lá dentro. Isso é que dá a força e o sentido solidário. A ideia de solidário vem mais da economia solidária, não é? (...) adoptámos a designação de turismo solidário sem perceber também muito bem como é que isto era entendido fora de Cabo Verde. Então criámos, desenhámos, o nosso conceito de turismo solidário, que é um pouco diferente daquilo que vem da Europa. O que vem da Europa, o conceito de turismo solidário que vem da Europa é paternalista, é a ideia da cooperação Norte-Sul: tudo que vem da Europa vem para a pobreza, vem trazer-nos a tecnologia, vem safar-nos, vem mostrar-nos qual é o caminho do futuro, o que é que devemos fazer e não sei quê. E nós já estamos muito cansados disso também, quer dizer, dá a impressão que... Muita gente na Europa ainda não percebeu que a informação está democratizada mundialmente, aquilo que eles têm lá em termos de informação, nós temos aqui em simultâneo, ao mesmo tempo. (...) O solidário aqui é pagar a experiência pela experiência, sem paternalismo; é desenvolvimento da economia local sem necessidade de haver esmolas.» – E3

« (...) É economia solidária por via do turismo.» – E3

«É um turismo a partir da base local, desenvolvimento de produtos e iniciativas locais.» – E4

« (...) voltando à sua questão inicial de turismo solidário, são esses espaços, o trabalho dessas associações, promovendo o artesanato, procurando o artesão que está lá escondido... E temos estado também a tentar melhorar a formação dessa gente. (...) Tudo isso vai sendo trabalhado e nessa óptica da economia solidária.» – E5

« (...) acho que é um turismo que abarca várias dimensões - tem a dimensão cultural, tem a dimensão de combate à exclusão social, tem a dimensão de desenvolver um conjunto de actividades... ou seja, de combater a pobreza pela inclusão social e pelo económico, através de actividades geradoras de rendimento.» – E5

«Um turismo que estimula o crescimento do fluxo turístico para o interior do país, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais e redução da pobreza.» – E7

Vemos como, em Cabo Verde, a relação com a Economia Solidária se evidencia e é transversal às diferentes concepções de Turismo Solidário apresentadas, demarcando-se da concepção de Turismo Solidário associada à cooperação Norte-Sul. Por sua vez, em São Tomé e Príncipe o conceito parece estar ainda pouco difundido, encontrando-se as seguintes respostas entre os entrevistados:

«É uma forma de interacção entre os turistas e a escola, para contribuir para a sustentabilidade económica da escola. (...) Cada um traz as suas capacidades e ensina e aí fazemos o intercâmbio: o turista fica na escola o tempo que ele quer e, dependendo do tempo, poderemos fazer outras actividades.» – E9

«Já ouvi falar mas aqui não está implementado.» – E11

«Acho que as pessoas não sabem muito bem o que é isto de turismo solidário. Esta noção do turismo solidário tinha que ser mais desenvolvida...» – E12

«Bom, não tenho um conceito completamente definido, mas eu acho que seria talvez um turismo que pudesse beneficiar um grupo de... em primeiro lugar, iniciativas de um grupo de comunidades, não é, que pretendem desenvolver alguma actividade de carácter turístico e que possam beneficiar também estas próprias comunidades. (...) Por exemplo, nós temos esta questão: hoje, na Roça Portalegre, temos aquela infraestrutura de Jalé, há um grupo de pessoas que trabalha directamente nisto, fazem gestão disto. Eles tiram uma pequena percentagem daquilo que recebem para manutenção da empresa, ou seja, para manutenção da infraestrutura; tiram uma pequena parte para o pagamento de salários das pessoas que lá trabalham; e tiram uma parte substancial para projectos de comunidade – melhorar a estrada, canalizar água... A população está a sentir-se engajada directamente nesta... Assim que os turistas chegam, quer dizer, é uma alegria para a população ter lá um turista porque sabem que dos 10€ ou 5€ que o turista vai deixar, 1€ vai contribuir para pôr a água, ou construir uma... ou melhorar a escola. Portanto, eu acho que esta é precisamente uma componente fundamental do turismo solidário.» – E13

Relativamente ao impacto global dos projectos, este é igualmente percebido de formas diferentes entre os inquiridos das duas comunidades que acolhem os projectos. A quase totalidade (98,6%) dos inquiridos de Lajedos consideram que o impacto global do projecto de Turismo Solidário é positivo, enquanto em Diogo Vaz os inquiridos dividem-se entre os que consideram que o impacto foi positivo (52,9%) e os que consideram que foi negativo (47,1%):

Quadro 19. Impacto Global dos projectos de Turismo Solidário (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Positivo	98,6	52,9
Negativo	0,0	47,1
NS/ NR	1,4	0,0
Total	100,0	100,0

Entre os impactos específicos dos projectos, os inquiridos de Lajedos destacam a criação de emprego e novas oportunidades, a valorização cultural e divulgação da comunidade no mundo e o desenvolvimento comunitário. Já em Diogo Vaz, o principal impacto identificado refere-se à formação e capacitação. Estes aspectos serão analisados com mais detalhe nos pontos seguintes.

8.2. A presença das dimensões da Economia Solidária

Antes de avançarmos com a análise dos dados recolhidos, convém esclarecer que, embora os dois projectos de Turismo Solidário tenham aproximadamente o mesmo tempo de existência (cerca de dois anos), no caso de Lajedos o projecto beneficia de um longo trabalho desenvolvido pelo Atelier Mar na comunidade, desde há mais de 20 anos, traduzindo-se num enraizamento e conhecimento privilegiados ao nível da comunidade, enquanto a intervenção da Natcultura em Diogo Vaz teve início em 2001 e ainda está em fase de consolidação. Daqui decorre também que o projecto de Lajedos se encontra melhor documentado, com diversos relatórios produzidos, o que não se verifica em Diogo Vaz, pelo que nem sempre há um equilíbrio na comparação dos dados levantados para os dois projectos.

Começamos por analisar a presença de cada uma das dimensões da Economia Solidária nos dois projectos.

a) Dimensão económica

Ambos os projectos de Turismo Solidário têm presente a dimensão económica através da *produção de bens e serviços* turísticos, como artesanato, produtos agro-alimentares, circuitos turísticos diversos, vendidos a preços justos.

No caso de Lajedos, um dos entrevistados, responsável do projecto, afirma precisamente o facto do Turismo Solidário ser entendido como um negócio e não como caridade:

« (...) é um negócio, os preços são justos de facto, porque é esta a parte filosófica forte: preço justo, transparente - qualquer um pode fazer a avaliação daquele preço, se é justo ou se é injusto, é tudo muito claro, não é verdade? (...) Eu não venho usar serviços de turismo na comunidade por via da solidariedade ou da ideia de solidariedade, que é esse o turismo solidário que vem do Norte, de ajuda. Vêm uns grupos, muito compreensivos com a miséria, aceitam as coisas como são; estão na expectativa de pagar o mais barato possível, porque acham que a pobreza... Eles é que põem os preços, discutem, eles é que acham que isso tem esse ou aquele valor, e trazem cadernos, esferográfica, borracha e todo um discurso... Isto aqui não pode acontecer (...) não precisamos da caridade de ninguém.» – E3

Em Diogo Vaz, embora a noção de negócio esteja presente, ela não é desligada do apelo à ajuda e caridade do turista.

No que se refere à *criação de emprego e pequenos negócios*, esta é mais visível em Lajedos já que «*o trabalho do Atelier Mar é de facilitação, animação e acompanhamento das micro-iniciativas empresariais*» (E3). As formações ministradas no âmbito do projecto na área do turismo têm contribuído para os formandos conseguirem emprego nas infraestruturas turísticas da região. Dos jovens que fizeram formação em “*mesa e bar*”, quatro encontraram emprego fixo no restaurante do projecto, todas elas mães e chefes de família e alguns dos restantes formandos estão empregados numa unidade hoteleira de Porto Novo (Estrela, 2007). Há guias formados nas várias comunidades envolvidas, dez casas de famílias locais estão preparadas para receber hóspedes, para além de pequenos negócios que foram estimulados pelo desenvolvimento do projecto, como a produção de doces e licores, artesanato, horticultura, pequenas mercearias, comércio informal. Este é, aliás, o principal impacto económico do projecto apontado pelos inquiridos: a criação de emprego e o estímulo às actividades produtivas locais. Já em Diogo Vaz os empregos criados são apenas aqueles relacionados com o normal funcionamento da Escola – «*o director e depois os formadores de cada área que são canalização, costura, informática e carpintaria. E a cozinheira...*» (E9) – e com a integração dos alunos no mercado de trabalho. Ao nível dos prestadores locais, apenas há referência ao restaurante: «*Há este senhor que tem o restaurante e nós já enviamos para lá turistas, é o ponto de referência e nós temos uma boa relação com ele*» (E10).

Em termos de *satisfação de consumos*, a destacar as necessidades de educação e formação satisfeitas pelos dois projectos, bem como a dinamização de actividades culturais e, no caso de Diogo Vaz, o abastecimento de pão na comunidade e a satisfação das necessidades particulares dos alunos através da percentagem que auferem com a venda do artesanato.

Ao nível da *redistribuição de rendimentos*, em Lajedos, o entrevistado responsável pelo projecto refere:

«A economia só tem condições de vingar se tocar a toda a gente. (...) Temos um património intelectual, temos um património tecnológico, temos um património físico, que gera rendimento. Não é para o Atelier Mar, gera rendimento para toda aquela gente.» – E3

Simultaneamente, há *geração de poupanças* – «*um excedente que é um fundo que apoia as acções para a própria comunidade*» (E3) – e a própria Feira de Lajedos, já tem autonomia financeira e um fundo próprio.

Em Diogo Vaz, a principal fonte de rendimentos provém da venda de artesanato, redistribuída da seguinte forma: «*com a venda desses produtos os alunos têm 80% de rendimento e a escola tem 20%. Com esses 80% de rendimento os alunos pagam a*

propina» (E10), sendo que não há excedentes significativos que permitam a geração de poupanças.

Entre os *investimentos realizados* no âmbito do projecto de Lajedos, destaca-se a «*reabilitação da escola, pequenas obras que se tem que fazer, o estaleiro que se está a fazer, é tudo com o fundo remanescente*» (E3) e, simultaneamente, o investimento no património intelectual e tecnológico e no capital social da comunidade. Em Diogo Vaz, o investimento maior é feito nos alunos e sua formação e na reabilitação do edifício da escola, estando previstas «*algumas intervenções para que esses percursos [turísticos] comecem a ser explorados*» (E10).

Em resumo, encontramos nos dois projectos a *hibridação dos três tipos de economias*, característica da Economia Solidária. No caso de Lajedos, o Turismo Solidário é visto como «*um negócio*» (E3), em que «*as pessoas que visitam sempre vêm e compram alguma coisa*» (E2) – recursos mercantis; cumprindo uma função de redistribuição no apoio de «*acções para própria comunidade*» (E3) – recursos não mercantis; e tendo por base a reciprocidade, a solidariedade «*entre as pessoas da comunidade, entre os negócios da comunidade e entre comunidades*» – recursos não monetários. No caso de Diogo Vaz, entre os recursos mercantis, encontramos a venda de artesanato e pão e o serviço de alojamento; entre os recursos não mercantis, temos o edifício cedido pelo Governo santomense e os fundos recebidos de diversas organizações; e entre os recursos não monetários, temos o trabalho de voluntariado que está na base do funcionamento do projecto.

b) Dimensão social

Em termos da dimensão social dos projectos, um dos indicadores é a *igualdade de oportunidades*, definida em termos de emprego a pessoas excluídas do mercado de trabalho e promoção da igualdade de género, o que efectivamente se verifica em Lajedos, em que o projecto estabeleceu como *beneficiários directos os jovens sem emprego e mulheres chefes de família com escassos recursos financeiros* (Estrela, 2007: 1). No caso de Diogo Vaz, os beneficiários são *jovens do meio rural* (Natcultura, 2009), todos eles do sexo masculino, sendo que o número de empregos criados não é ainda significativo, nem está formalmente orientado para pessoas excluídas do mercado de trabalho. Em termos de igualdade de género, tem sido desenvolvido algum trabalho de sensibilização nesse sentido:

«Há tempos eu quis fazer um trabalho aqui precisamente sobre a sensibilização da camada jovem no sentido de as moças afirmarem-se mais, porque cá em São Tomé a mulher é vista ainda de uma maneira... a mulher, desculpa-me a expressão, é como o milho, é só para cuidar da casa, dos filhos e mais nada. O homem é o machista, o homem pode sair e arranjar 4, 5 ou 6 mulheres e essa tem que ficar em casa à espera. (...) São situações que ainda hoje tenho que falar com esses jovens aqui, eles ainda têm essa mentalidade, eles que são jovens, que são o futuro, ainda têm essa mentalidade de que a mulher tem que ser assim (...)» – E10

A percepção dos inquiridos das duas comunidades confirma aquilo que cada projecto define como seu público-alvo: em Lajedos, jovens e mulheres; em Diogo Vaz, jovens.

Quadro 20. Percepções sobre o contributo dos projectos de Turismo Solidário para a integração de grupos excluídos (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Mulheres	64,3	11,8
Jovens	65,7	20,6
Pessoas com necessidades especiais	8,6	8,8
Minorias étnicas/ imigrantes	1,4	0,0
Comunidades rurais	32,9	0,0

Ao nível da *resposta a necessidades sociais*, verifica-se, em ambos os projectos, a melhoria de alguns serviços sociais (sobretudo a educação), no caso de Lajedos, o «*combate à exclusão social, através da criação das tais actividades geradoras de rendimento*» (E5) e no caso de Diogo Vaz a melhoria das condições de saúde, alimentação e higiene pessoal (Natcultura, 2009). Contudo, de referir que alguns inquiridos (16,7%) consideram que o projecto de Diogo Vaz teve um impacto negativo sobre o trabalho infantil.

Relativamente ao contributo para uma maior *coesão social*, em Lajedos tal é alcançado através do reforço dos laços entre a comunidade já que se trata de um projecto que é «*solidário entre as pessoas da comunidade, entre os negócios da comunidade e entre comunidades*» (E3), mas também através da estruturação colectiva – «*teve que haver um trabalho educativo para mobilizar as pessoas numa ideia, numa identidade colectiva*» (E3) e da opção pela pequena escala e pelo trabalho em rede:

«(...) no nosso plano até consideramos que por muito tempo a comunidade não precisa de mais de 10, porque se esses 10 quartos forem ocupados o máximo de tempo quer dizer que dentro da comunidade nós nunca teremos de estranhos mais do que 10 pessoas por noite. O que é que acontece? Podemos ter 100 pessoas a circular na comunidade mas não ficam na comunidade porque só podem ficar 10. As outras 90 no próximo futuro estão a circular nas outras comunidades, a fazer a rede. Isso não perturba o funcionamento da comunidade, gera um equilíbrio.» – E3

Em Diogo Vaz, o reforço da coesão social ainda não é visível, o que em parte se deve ao menor tempo de intervenção naquela comunidade. Os inquiridos das duas comunidades confirmam esta discrepância:

Quadro 21. Percepção sobre o contributo dos projectos Turismo Solidário para o reforço dos laços entre a comunidade (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Sim	88,6	14,7
Não	0,0	82,4
NS/NR	11,4	2,9
Total	100,0	100,0

No que se refere às relações entre população local e turistas, estas são percebidas como positivas pelos entrevistados e inquiridos de ambos os projectos.

c) Dimensão ambiental

A dimensão ambiental, embora esteja presente na documentação dos dois projectos, é pouco mencionada. O Atelier Mar define como um dos seus objectivos actuar a favor do meio ambiente e, no projecto de Turismo Solidário, é referida a necessidade de salvaguardar a integridade ambiental, e também social e cultural, para que o turismo se possa adequar aos recursos da região. Neste contexto, têm sido desenvolvidas diversas experiências na aplicação de tecnologias sustentáveis: pomar e horticultura biológica, energias alternativas, materiais locais de construção; reciclagem de papel, sendo que é dada primazia à utilização de recursos locais.

A Natcultura, originalmente, visava actuar precisamente no campo da preservação ambiental e os entrevistados referem a preferência pela utilização de matérias-primas locais e reciclagem de materiais, os trabalhos desenvolvidos na área da sensibilização ambiental e o recurso à agricultura biológica:

« (...) às vezes queremos ter repolho, queremos ter couve, essas coisas, e não temos tido precisamente porque nós não estamos a usar produtos químicos, porque nós podíamos adubar o chão ou podíamos pôr adubo para poder ter mais rendimento, mas não queremos isso. Nós queremos ter tudo com crescimento natural, o nosso adubo é o estrume de animais que nós misturamos com a terra para fortalecer a terra. Nós não queremos ter uma cabeça de repolho grande em que nós sabemos que essa cabeça amanhã poderá vir a nos prejudicar de outra maneira...» – E10

A gestão dos resíduos é uma questão que ultrapassa o âmbito dos projectos já que é condicionada pelos constrangimentos dos contextos em que estão inseridos, com várias limitações a este nível, como refere um representante institucional santomense:

«(...) Porque ainda não temos uma estação própria de tratamento, então[os resíduos] são atirados, até este momento, ao ar livre.» – E11

A maioria dos inquiridos dos dois projectos considera importante que estes tenham em consideração preocupações ambientais.

d) Dimensão cultural

A dimensão cultural é central em ambos os projectos, o que se prende, em grande medida, com a sensibilidade dos seus mentores. Nos dois casos, tem sido desenvolvido um trabalho de conservação do património, de dinamização cultural e de impulso às tradições e práticas culturais locais (artes plásticas, artesanato, música). Além disso, as actividades turísticas possibilitam a atribuição de valor ao património cultural, a revitalização da identidade cultural e o resgate da auto-estima, o diálogo intercultural, contribuindo assim para o DC. Porém, para que isso ocorra de uma maneira mais sustentável e com qualidade de vida para a população local, a dinâmica social e as relações estabelecidas com determinada prática cultural não devem ter a sua dinâmica atrelada à actividade turística, para que não percam sua essência e possam ser preservadas pelos próprios residentes (Rodrigues e Oliveira, 2008). Esta preocupação está particularmente presente nos produtos turísticos desenvolvidos pelo Atelier Mar, que têm por trás todo um trabalho de investigação cultural e se baseiam em conhecimentos, valores e saber-fazer tradicionais da comunidade, cabendo a esta decidir sobre os aspectos da sua tradição a partilhar com os visitantes. Considera-se que «*o imaginário, o imaterial, são produtos turísticos a explorar*» (E3). Neste contexto, um dos produtos turísticos em desenvolvimento no âmbito do projecto foi a criação de um núcleo de valorização cultural e reforço da identidade local, com a recolha das *Memórias da Comunidade*, a serem editadas em diversos suportes. A própria Feira de Lajedos é entendida como «*um produto cultural, um produto social e um produto turístico – ajudou a mobilizar toda a região. À volta da feira muitas outras coisas começaram a agrupar-se*» (E3), nesta articulação entre cultura e desenvolvimento.

Em Diogo Vaz, tem sido realizado um trabalho importante ao nível da valorização do património edificado, com a recuperação do antigo hospital colonial que serve de abrigo à Escola Não Formal:

«*O governo cedeu o edifício, que com um grande esforço estamos a recuperar, já que é uma construção de importante valor artístico e patrimonial.*» – E9

A destacar igualmente o trabalho inovador desenvolvido ao nível do artesanato local, bem como a dinamização de actividades culturais para a comunidade:

«*(...) aquele espaço funciona como centro cultural de Diogo Vaz, é um espaço em que na minha intenção promovemos muita coisa: teatro, dança...*» – E10

Finalmente, ambos os projectos desempenham um papel importante na promoção do intercâmbio e *diálogo intercultural*, o que é valorizado pelos inquiridos e entrevistados em ambos os projectos:

«Com os turistas estrangeiros contribuí para haver diálogo com outras culturas, outros conhecimentos.» – E11

« (...) permite à população conhecer, falar, intercambiar com pessoas vindas de outras partes do mundo.» – E13

O impacto positivo dos dois projectos ao nível da dimensão cultural é reforçado pelos resultados obtidos no inquérito por questionário, em que os inquiridos consideram que ambos os projectos tiveram um impacto positivo sobre os diversos aspectos identificados: a valorização das tradições locais, a dinamização de actividades culturais e artísticas, a reabilitação do património histórico-cultural local, o reforço da identidade cultural local, o diálogo intercultural e o contributo para uma maior abertura ao mundo.

e) Governância

A Governância engloba, como vimos, duas vertentes: a dimensão política e a Gestão.

No que se refere à *dimensão política*, esta diz respeito fundamentalmente à participação da população e ao trabalho em rede e relações de parceria, cujos dados recolhidos serão analisados abaixo em detalhe por constituírem duas dimensões fundamentais do DC. Para já, podemos avançar, indo ao encontro do que foi atrás referido na caracterização do projecto, que uma das directrizes da actuação do Atelier Mar é a participação comunitária, o que, em Lajedos, passou pela criação de uma estrutura colectiva, uma comissão representativa da população a quem cabe participar nas tomadas de decisão e definição de prioridades, em conjunto com uma equipa do Atelier Mar, e estabelecer a ligação e fazer circular a informação por toda a comunidade. A criação da Associação de Lajedos foi igualmente impulsionada pelo Atelier Mar, assumindo o papel de parceiro no desenvolvimento da comunidade e no diálogo com a população local. A metodologia utilizada baseia-se no diagnóstico participativo, na definição de prioridades, no desenho do projecto e na implementação junto com as pessoas e instituições (Monteiro, 2008: 110). Especificamente, ao nível do projecto de Turismo Solidário de Lajedos, também desde o início que a participação comunitária foi privilegiada:

(...) a comunidade local participa e tem um controlo substancial nos seus retornos de forma que a maior parte dos benefícios fiquem na comunidade. Supõe uma responsabilidade colectiva e uma participação ampla da população e seus representantes, sem prejuízo da integração de iniciativas individuais, locais ou externas. (Lopes, 2007)

Neste âmbito, foi criada a associação Pozolândia, no sentido de integrar as iniciativas de turismo e negócios associados (agricultores, motoristas, artesãos) para que todos os empreendedores, comunitários ou privados, tomem parte na gestão dos produtos a

comercializar e dos benefícios, a qual, numa segunda fase, deverá reunir também os interessados das outras comunidades do concelho de Porto Novo e da ilha de Santo Antão. Em Diogo Vaz, embora a proposta metodológica da escola seja promover a participação organizada dos actores locais na gestão da mesma (Natcultura, 2009), tal não se verifica ainda. O questionário realizado junto da comunidade comprova esta situação, já que a percentagem de inquiridos que se sente envolvido na iniciativa de Turismo Solidário é bastante reduzida em Diogo Vaz:

Quadro 22. Envolvimento da população em iniciativas de Turismo Solidário (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Sim	72,9	17,6
Não	20,0	82,4
Total	100,0	100,0

Ao nível da *Gestão* do projecto de Turismo Solidário de Lajedos, pretende-se que a associação Pozolândia venha a funcionar como um corpo técnico que faça gestão das iniciativas e produtos turísticos – marketing, publicidade, comercialização, desenvolvimento de produtos, agência dos serviços de alojamento, guia e transporte. Porém, considera-se que a promoção da comunidade e oferta de seus produtos e serviços ao mercado deve seguir requisitos técnicos especializados nos domínios do marketing e publicidade realista. Um dos entrevistados, responsável do projecto, afirma que:

«Não há essa preocupação de divulgar. Não fomos nós que mandamos notícia nenhuma para lado nenhum e isso é que uma estratégia. Muita gente diz “podiam pôr na internet, fazer não sei quê...” Mas isso não, não nos interessa. Essa é uma démarche comercial que já não precisamos. (...) Nós temos que fazer aquilo que é defender a qualidade do produto, com a filosofia do produto e isso fazemos lá, está a ver. Essa é que é a parte de marketing. E depois o melhor marketing é, como se sabe, quem vai lá que é quem avalia a qualidade... Nós somos ONG, não fazemos esse comércio, fazemos a promoção do comércio (...) temos o tempo e então não temos pressão comercial, porque isso também pode ser um perigo. Você faz publicidade, investe e tal e depois tem que começar a responder às demandas do mercado conforme forem as demandas. Quando a demanda é superior àquilo que você pode oferecer você entra num (...) Mas se você gerir isto, você tem o seu tempo para sofisticar o produto, tornar o seu produto sofisticado em termos de público, de imagem e etc. Por isso você não encontra publicidade...» – E3

Simultaneamente, faz parte da estratégia uma relação estreita com um ou mais operadores turísticos, com estruturas complementares (Lopes, 2007: 4), sendo que deverão ser estabelecidos acordos com os operadores sobre o número e tamanho dos grupos, que não deverão ultrapassar os dez visitantes de cada vez, mantendo-se a autonomia de gestão do projecto:

« (...) somos absolutamente autónomos nos nossos projectos, absolutamente. Nós temos autonomia, primeiro temos uma grande autonomia intelectual, como já percebeste, etc.» – E3

Relativamente à oferta, esta deverá ter por base a aposta na qualidade e um plano comercial rigoroso. Nos canais de comercialização, para além das agências que integram nos seus circuitos a visita a Lajedos, «*é a comunidade que recebe os turistas*» (E3). De referir que, ao nível dos alojadores privados, as dez governantas envolvidas acordaram um esquema de rotatividade no acolhimento dos visitantes, para que todas possam beneficiar desta fonte de rendimento adicional.

Em Diogo Vaz, o modelo de gestão utilizado é descrito da seguinte forma:

«O sistema de organização é um director e coordenador da escola e professores pontuais para cada disciplina. E há dois alunos antigos que são os vice-directores, que estão aqui há 4 anos, mais ou menos. Eles, como já sabem mais ou menos quais os critérios de organização da escola, eles vão acompanhando o professor e ocupam-se de algumas tarefas.» – E9

«Antes de ontem eu estive com a Nora lá na cidade para dizer que, para que esta escola pudesse funcionar melhor, era bom que as coisas fossem todas programadas.» – E10

A divulgação é feita através do site da Natcultura⁴⁶:

«Somente a página da escola. Não fazemos mais divulgação porque acho que não está ainda suficientemente profissionalizado para lançar uma publicidade bem montada. Porque depois gostaríamos de entrar em circuitos das redes de turismo solidário, de turismo responsável, que já há muitas na Europa...» – E9

Na gestão de recursos humanos, ambos os projectos têm como preocupação fundamental a qualidade dos seus técnicos e formadores, o que passa pela necessidade de contratação fora da região:

«Pagamos um salário que compense a deslocação da cidade para aqui, porque nós queremos professores de qualidade.» – E10

Nos dois projectos não existe ainda um sistema de obtenção de estatísticas relativas às visitas turísticas devidamente sistematizado e implementado.

f) Dimensão territorial

A dimensão territorial é complexa, sendo uma das dimensões distintivas do conceito de DC. Por isso, também aqui optámos por considerar e agrupar os dados recolhidos de acordo com os indicadores de DC “Mobilização de Capacidades Locais”, “Centramento num Território”, “Satisfação de necessidades da comunidade”, “Contributo para o processo de mudança da comunidade”, analisados abaixo separadamente, que em conjunto compõem a dimensão territorial.

Globalmente, podemos referir, desde já, que, ao nível do território, o turismo surge, frequentemente, como um sector que compete com as populações locais por recursos e infraestrutura crítica. Contudo, como refere Potter (2005), modalidades de turismo de baixo

⁴⁶ <http://www.natcultura.org/>

impacto, como são os dois projectos em análise, requerem as mesmas melhorias em infraestrutura desejadas pelos residentes dessas áreas – a necessidade de vias de acesso, água e energia para o turismo e para as comunidades locais são complementares, tendo assim um impacto positivo ao nível do território. Além disso, a melhoria de infraestruturas em regiões mais remotas, como são Lajedos e Diogo Vaz, contribui para manter as populações nos seus locais tradicionais, em vez de forçá-las a migrar para áreas urbanas em busca de melhor qualidade de vida.

g) Dimensão do Conhecimento

Finalmente, a última dimensão da Economia Solidária que idealmente estará presente nos projectos de Turismo Solidário é o conhecimento e reflexividade. Questionados sobre a existência de documentação de referência na abordagem ao Turismo Solidário, os responsáveis de ambos os projectos responderam que esta foi sendo desenvolvida numa base intuitiva:

«Não, porque nasceu ao contrário... Mas é claro que agora estamos a conhecer outras experiências» – E3

«Só depois é que surgiu a necessidade de teorizar» – E3

«Foi tudo intuitivo, porque eu já tinha experiência...» – E9

Contudo, tal não significa que não tenha sido promovido um trabalho de *reflexão e sistematização*. De facto, o projecto turístico de Lajedos apoia-se num trabalho de investigação histórica e cultural consubstanciado num projecto de Sítio Museológico, um museu local que fornece, através de seus estudos e pesquisa, os conteúdos a explorar em pacotes turísticos (Lopes, 2007: 2). A metodologia da *investigação-acção* é central à abordagem do Atelier Mar:

«Nós trabalhamos sempre com base numa investigação aplicada, não é? Nós primeiro somos investigadores, e como aplicamos, isso resulta em coisas concretas. A gente meteu isto na cabeça para não criar grandes frustrações, estamos a investigar como você está a fazer, não é? Só que com uma diferença: você está a fazer uma investigação académica, nós não acabamos ali; usamos os meios científicos e tal para fazer o trabalho, mas já estamos a pensar onde é que isso se vai aplicar. E como somos autónomos, temos algum treino e tal, já sabemos onde é que se vai aplicar. Se não se aplicar, não faz mal. Mas de qualquer maneira estamos a investigar, já estamos a criar viveiros, já vamos fazer, sabemos que vamos beber o sumo do..., nem que seja só para nós. Mas a aplicação é: será que os agricultores vão pegar nisto e transformar isto em negócio?» – E3

Ao nível da *sensibilização e educação da população*, o projecto de Turismo Solidário de Lajedos considera essencial a criação de programas de capacitação das comunidades, através de uma formação contínua em todas as áreas de serviço e de produção – hospitalidade, venda e comunicação, administração, guia turístico, línguas estrangeiras, organização de eventos. As formações ministradas na área do turismo, além de serem uma oportunidade para conseguir emprego nas infraestruturas turísticas da região, contribuem

para a sensibilização para o Turismo Solidário no geral (Estrela, 2007). Por outro lado, embora estes ainda não estejam elaborados, há a intenção de produzir códigos de conduta para os visitantes e para a comunidade.

As acções de sensibilização e divulgação do conceito de Turismo Solidário são consideradas um ponto fundamental para o sucesso do projecto. Neste âmbito, têm sido desenvolvidas acções a diversos níveis: comunidades de base, decisores políticos, público em geral a nível nacional, operadores turísticos e profissionais na área do turismo. O surgimento deste conceito e prática de Turismo Solidário em Cabo Verde é inovador e tem vindo a suscitar um debate progressivamente mais alargado, o que contribui para o questionamento, reflexividade e difusão do próprio projecto, com impacto a nível nacional:

« (...) um impacto nacional, com um reconhecimento político e cultural importante. Já tivemos o reconhecimento do Ministério da Cultura, o equivalente ao Ministério da Cultura português, e também do Ministério do Turismo.» – E3

Em Diogo Vaz, este trabalho de articulação da aprendizagem com a acção e de sistematização está menos presente, ainda que haja essa intenção e estejam já a trabalhar nesse sentido:

«Para já, isto do turismo solidário está intuitivamente trabalhado, mas a partir de agora, do próximo ano, já vamos fazer um curso de formação para formalizá-lo, para promovê-lo.» – E9

« (...) tivemos aqui um técnico durante uma semana a dar formação aos nossos jovens e a procurar descobrir os lugares mais atractivos daqui da comunidade.» – E10

Em ambos os projectos, a referência a procedimentos de avaliação é apenas mencionada pontualmente. Em Lajedos:

«Utilizamos a metodologia clássica do design: diagnóstico, desenho, implementação, avaliação» – E3

Em Diogo Vaz:

«Normalmente, cada ano há uma reunião em que nós avaliamos o trabalho feito durante o ano. É por isso que o que as pessoas escrevem no livro de visitas e os dados que eu vou tirando, isso é muito bom para o balanço final, para que haja uma avaliação do antes e do depois, para que possamos saber o que foi programado e o que foi cumprido; se não foi cumprido, o porquê.» – E10

8.3. Os contributos para o Desenvolvimento Comunitário

O objectivo central da investigação era perceber se os projectos de Turismo Solidário contribuem para o DC, o que será verificado de seguida com base nos dados recolhidos para as dez dimensões e respectivos indicadores de DC.

Ao nível das percepções da população das duas comunidades, o inquérito por questionário revela desde logo diferenças significativas:

Quadro 23. Percepção sobre o contributo global dos projectos de Turismo Solidário para o desenvolvimento das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Sim	100,0	35,3
Não	0,0	64,7
Total	100,0	100,0

A totalidade (100%) dos inquiridos de Lajedos considera que o projecto de Turismo Solidário efectivamente contribui para o desenvolvimento da sua comunidade e região. O mesmo não se verifica em Diogo Vaz onde a maioria dos inquiridos (64,7%) responde negativamente à questão. Quanto aos contributos específicos dos projectos ao nível do DC, os inquiridos dão as seguintes respostas:

Quadro 24. Percepção sobre os contributos específicos dos projectos de Turismo Solidário para o desenvolvimento das comunidades de Lajedos e Diogo Vaz (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Contratação de trabalhadores locais	90,0	29,4
Dar preferência a empresas e produtores locais	52,9	29,4
Mobilização de recursos da região	47,1	17,6
Satisfação de necessidades locais	35,7	11,8
Apoio a associações locais	31,4	17,6
Apoio a projectos comunitários	32,9	14,7
Financiamento de infraestruturas	28,6	14,7
Combate à migração das populações locais em geral	4,3	14,7
Combate à migração dos jovens	7,1	11,8
Valorização da cultura local	77,1	11,8
Outros contributos	4,3	0,0

De referir que, nos *outros contributos*, um dos inquiridos de Lajedos refere «*uma economia mais solidária*», o que é revelador da implementação e interiorização do conceito na comunidade.

De seguida, apresentam-se os dados recolhidos para cada uma das dez dimensões do DC: a) participação da população; b) trabalho em rede e relações de parceria; c) mobilização de capacidades locais; d) utilização fertilizadora de recursos exógenos; e) centramento num território; f) satisfação de necessidades da comunidade; g) abordagem integrada; h)

contributo para o processo de mudança da comunidade; i) impacto tendencial em toda a comunidade; j) diversidade de caminhos, processos e resultados.

a) Participação

A participação comunitária é uma dimensão valorizada pelos dois projectos, mas apenas efectivamente implementada e disseminada no caso do Atelier Mar em Lajedos, como dão conta os dois quadros abaixo com dados obtidos no inquérito por questionário aplicado à população local.

Quadro 25. Participação da população nas decisões sobre as opções turísticas da região (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Sim	68,6	11,8
Não	0,0	88,2
NS/ NR	31,4	0,0
Total	100,0	100,0

Quadro 26. Conhecimento da realização de reuniões com os gestores do projecto turístico (%)

	Lajedos	Diogo Vaz
Sim	68,6	2,9
Não	31,4	91,2
NS/ NR	0,0	5,9
Total	100,0	100,0

Como já referimos, esta discrepância, em parte, deve-se ao menor tempo de intervenção da Natcultura em Diogo Vaz, mas não só, como veremos.

Os inquiridos de Lajedos consideram que o Atelier Mar promove a participação da população, indo ao encontro da ideia defendida pelos seus responsáveis de que «*tudo vem das bases*» (E3). O objectivo é promover a participação da população e a sua autonomia em todas as fases, envolvendo-a logo na *elaboração de diagnósticos*:

«Nós costumamos envolver as pessoas logo no diagnóstico, naquela fase da paquera, como diz o brasileiro, não é? de conhecer, de ver e tal.» – E3

« (...) a população está envolvida, o Atelier Mar promove a participação das pessoas, isso está.» – E2

As estratégias utilizadas pelo Atelier Mar para promover a participação da população passam pelo reforço da auto-estima e autonomia, pela sensibilização e capacitação:

«(...) fazer com que as pessoas acreditem que são capazes (...) nós é que formamos as pessoas, autonomizamos as pessoas e entregamos a exploração das tecnologias, do equipamento e do património físico, não é? Não precisam de mais nada» – E3

De resto, um dos desafios identificados no desenvolvimento do projecto é precisamente o reforço da capacitação das populações para que estas efectivamente se apropriem do conceito de Turismo Solidário e dos benefícios da sua implementação de forma a poderem influenciar as decisões (Estrela, 2007).

Intervindo em Diogo Vaz desde 2001, a Natcultura ainda está a trabalhar no sentido de se aproximar e promover um maior envolvimento da população local:

«A principio não. Mas (...) no mesmo edifício está a creche e a escola formal, e quando se faz uma actividade grande como teatro ou actividades da comunidade se fazem na nossa escola, ou seja, não fica como desintegrada. Mas a principio, claro, olharam-me com muita desconfiança. Mas agora não porque temos o centro social, centro comunitário (...)» – E9

«Eu quando cheguei aqui a Nora foi bem clara comigo: “Gustavo, não existe bom clima entre a escola e a comunidade, mesmo a direcção da empresa. Houve um mau entendimento entre a escola e a direcção da empresa e a comunidade porque eu sou assim, outros porque roubaram aqui na escola e quando as coisas acontecem eu sou dura e, outro, as pessoas que eu pus aqui a trabalhar nunca souberam compreender o projecto e ao mesmo tempo estar em sintonia com a comunidade” (...)» – E10

De acordo com a opinião de um dos entrevistados, a falta de participação da população deve-se às características da própria população:

«A população não participa nas tomadas de decisão porque é uma população muito acanhada e é uma população que tem um nível baixo. Para além disso, é uma população com pouca noção de responsabilidade e gostam que tudo seja dado, quer dizer, não é preciso esforçar. É uma população que gosta mais de estender a mão para receber e não de dar, e mesmo recebendo não sabem agradecer para que a pessoa possa incentivar a dar mais (...)» – E10

« (...) existe um problema de mentalidade, em que as pessoas só se reúnem quando sabem que a pessoa está a dar qualquer coisa. É isto que é o mal daqui, se a pessoa está a levar qualquer coisa para dar, ou açúcar, ou arroz, ou qualquer coisa, juntam as pessoas, se for só para ouvir não.» – E10

Outros atribuem a responsabilidade aos dirigentes do projecto:

«As pessoas têm medo da Nora, que é diferente de respeito. Ela é muito exigente e as pessoas não aceitam bem. Já têm feito barricadas na estrada, cortaram o cabo de electricidade. O dono da empresa não se dá com ela.» – E10

« (...) Eu vivo em Diogo Vaz. Sabe, eu nunca fui convidado para participar na actividade, logo não posso dar a minha quota parte...» – E11

« (...) Há falta de diálogo.» – E11

Como consequência, a população acaba por não participar nas tomadas de decisões:

« (...) as decisões daqui da escola normalmente são decisões que a Nora vem, reunimos, com os alunos participando também nas decisões. Então chega-se a um entendimento e toma-se a decisão final. A Nora pode vir, tem as suas opiniões, eu também, podemos até ter opiniões contrárias, depois chegaremos a um entendimento.» – E10

A aproximação à comunidade tem vindo a ser promovida através de uma maior abertura da escola à população, nomeadamente com a criação do centro comunitário e creche que funcionam no edifício da escola e a dinamização de actividades vocacionadas para diferentes públicos:

« (...) por exemplo, agora está esta voluntária aqui que já começou a trabalhar com as crianças com actividades para as férias. São crianças que vão dos 5 aos 14 anos; e os que têm mais de 14 anos começamos a trabalhar o curso de informática...» – E9

«A escola é a comunidade e a comunidade é a escola, a escola deve funcionar de portas abertas para a comunidade. Nós vamos à comunidade e a comunidade vem à escola.» – E10

«Já promovi aqui nesta nossa sala de convívio, centro cultural, já promovi torneios de cartas, jogos de cartas com um prémio simbólico...» – E10

No entanto, outras estratégias e metodologias deverão aplicadas se se pretende uma efectiva participação e apropriação do projecto de Turismo Solidário, à semelha do que tem vindo a ser feito pelo Atelier Mar ao nível do reforço da auto-estima, autonomia, sensibilização e capacitação da população.

b) Trabalho em rede e relações de parceria

Os dois projectos são desenvolvidos em articulação com diversos actores, através de parcerias de natureza pública e privada, a nível local, regional, nacional ou transnacional. Para o Atelier Mar, as relações de parceria são vistas como uma estratégia de trabalho que caracteriza a sua intervenção:

«Trabalhamos neste momento com a União Europeia, com ONGs internacionais, o Instituto Marquês Valle Flor; aqui em São Vicente temos a cooperação espanhola com quem trabalhamos, o governo português. Enfim, quer dizer, bem aplicadas essas parcerias dá resultados curiosíssimos.» – E3

A nível das parcerias de natureza pública, pudemos testemunhar, na Feira de Lajedos, que o próprio poder político é “cliente” do projecto:

«Politicamente, os poderes não estavam a acreditar; agora já respeitam. Não sei se você deu conta, na feira estava lá um presidente de câmara. Foi lá almoçar e depois lá ficou na feira, pensando que estava para cumprimentar – não, esteve para estar lá, por estar, esteve lá a conviver» – E3

No sector privado, o projecto de Lajedos tem experimentado a articulação com a oferta do hotel rural Pedracim Village. Por sua vez, o trabalho em rede começou por ser feito a nível local e regional, com a expansão do projecto a outras comunidades do concelho de Porto Novo, antevendo-se já «a rede de comunidades nacionais» (E3).

Para a Natcultura, o trabalho com outras entidades é encarado como necessário e positivo, destacando-se as parcerias com o Ministério da Educação, com diversas ONGs e agências de cooperação que apoiam o projecto, com empresas que colaboram a nível dos estágios profissionais dos alunos e diversas entidades públicas e privadas que contribuem para o escoamento do artesanato produzido na escola. Está ainda presente a intenção de iniciar trabalho em rede a nível internacional:

« (...) gostaríamos de entrar em circuitos das redes de turismo solidário, de turismo responsável, que já há muitas na Europa....» – E9

c) Mobilização de capacidades locais

A referência à *utilização de recursos endógenos* e capacitação está presente nos dois projectos.

Na intervenção do Atelier Mar, são referidos seis *tipos de recursos endógenos mobilizados* pelo projecto:

- Humanos: a partir da iniciativa, conhecimentos, tecnologia e mão-de-obra locais, devidamente capacitada – «*Sempre dentro da filosofia do desenvolvimento endógeno, não é? De dentro para fora, a partir da base, da comunidade (...) Se as comunidades conseguirem autonomia, reflectir os seus interesses, aplicar metodologia...*» (E3);
- Materiais: construções com materiais locais e reabilitação de infraestruturas – «*reabilitação da escola, pequenas obras que se tem que fazer, o estaleiro que se está a fazer...*» (E3);
- Naturais: produção agrícola e pecuária, com pomar e horticultura biológica, e a transformação alimentar de produtos locais (fruta desidratada, doces e compotas, temperos e ervas aromáticas, charcutaria, conservas de peixe, licores, sumos naturais, bombons de beterraba);
- Culturais: os programas no âmbito do sítio museológico baseados na cultura e história locais, a arte e o artesanato (cerâmica, tecelagem, bonecas de trapos e brinquedos), a promoção de uma cozinha experimental cabo-verdiana;
- Financeiros: «*temos um património físico, que gera rendimento*» (E3);
- Simbólicos: «*O imaginário, o imaterial, são produtos turísticos a explorar*» (E3).

Em Diogo Vaz, os entrevistados referem os seguintes tipos de recursos endógenos mobilizados:

- Humanos: os próprios alunos que estão a ser capacitados – «*(...) um aluno foi incorporado na empresa, outro aluno não foi incorporado nessa empresa mas já está incorporada na outra empresa e depois temos um que se formou em cabeleireiro, em salão de beleza e já está trabalhando*» (E9);
- Materiais: «*No artesanato procuramos fazer o aproveitamento dos recursos nacionais e locais...*» (E10);
- Naturais: «*Os agricultores locais têm vendido milho, mandioca, abóbora, produto local*» (E11); «*tivemos aqui um técnico durante uma semana a dar formação aos nossos jovens e a procurar descobrir os lugares mais atractivos daqui da comunidade*» (E10)
- Culturais: sobretudo com a reabilitação do edifício do antigo hospital colonial «*que é uma construção de importante valor artístico e patrimonial*» (E9);
- Financeiros: através da produção e venda de artesanato.

d) Utilização fertilizadora de recursos exógenos

No que se refere à utilização de recursos exógenos, destacam-se, nos dois projectos, os recursos materiais, humanos e financeiros.

No caso do Atelier Mar, o acesso a financiamento para os projectos parece não constituir um problema, estando sobretudo a cargo de ONGs internacionais:

«O nosso orçamento com que trabalhamos na região é não sei quantas vezes maior do que o orçamento do município.» – E3

Também a Natcultura depende de financiamento estrangeiro, mas de forma mais crítica:

« (...) eu não poderia seguir trabalhando se não tivesse financiamento estrangeiro. Neste momento estou a financiar eu, porque estou no espaço entre um financiamento e outro... » – E9

Os recursos humanos exógenos dizem sobretudo respeito às equipas técnicas:

«Houve necessidade de importação de técnicos: animadores sociais, engenheiros na agro-pecuária...» – E3

« (...) agora está esta voluntária aqui que já começou a trabalhar com as crianças com actividades para as férias (...). Também há um voluntário que começou a trabalhar ontem com um programa de desenho e de tratamento de fotografia digital... » – E9

Nos dois projectos, a formação está a cargo de técnicos especializados que, na sua maioria, vêm de fora da região por não haver aí especialistas devidamente capacitados.

Em Diogo Vaz, são referidos ainda os recursos materiais exógenos, provenientes do Programa Alimentar das Nações Unidas e dos próprios turistas:

«Temos o projecto da PAM que nos apoia com fuba, com feijão – um saco de feijão por 3 meses, que são 50 quilos – sal e óleo » – E10

« (...) ofertas que nos fazem de roupas e coisas assim... » – E10

O que se opõe à abordagem do Atelier Mar:

« (...) eles [os turistas] é que acham que isso tem esse ou aquele valor, e trazem cadernos, esferográfica, borracha e todo um discurso... Isto aqui não pode acontecer.» – E3

Entre as estratégias utilizadas pelo Atelier Mar para a *fertilização dos recursos exógenos*, numa perspectiva de sustentabilidade, destacam-se: o estabelecimento de parcerias e o trabalho em rede, atrás referidos; a aplicação dos recursos exógenos juntamente com um trabalho de *«facilitação, animação e acompanhamento»* (E3) desenvolvido pelo Atelier Mar; a mobilização de um *«orçamento próprio»* (E3); e um trabalho ao nível da autonomia e auto-determinação das comunidades:

«Agora [os poderes políticos] estão a perceber que se as comunidades conseguirem autonomia, reflectir os seus interesses, aplicar metodologia, que de facto nós ajudamos, fazemos capacitação, capacitação

tecnológica, etc. etc. Eles não estão à espera que chova, não estão à espera que cheguem as benesses dos programas políticos, porque não há dinheiro.» – E3

Em síntese, a sustentabilidade do projecto assenta necessariamente numa assessoria técnica a um tempo garantido pela própria iniciativa e suas parceiras, directriz que aponta para a importância que tem a criação de capacidades e programas de capacitação das comunidades (Lopes, 2007: 5).

Em Diogo Vaz, ainda há uma forte dependência dos recursos exógenos, sendo que as estratégias para uma maior sustentabilidade passam pela aposta no artesanato e turismo, através da melhoria da qualidade e organização dos produtos oferecidos e, no futuro, pela integração em redes de Turismo Solidário.

e) Centramento num território

Centrar a intervenção num território não significa apenas delimitar uma dada área geográfica, mas sobretudo, associar-se à sua identidade, valores e autonomia.

O Atelier Mar tem como principais *áreas geográficas de intervenção* os concelhos de Mindelo, em São Vicente, e Porto Novo, em Santo Antão, com particular destaque para a comunidade de Lajedos. No que se refere ao projecto de Turismo Solidário, foi criado um pólo de actuação com centro em Lajedos mas abrangendo e visando expandir-se para outras localidades, como no caso da formação de “mesa e bar” que acolheu jovens de Altomira, Ribeira das Patas, Catone e Ribeira da Cruz (Estrela, 2007). A intervenção no território visa capacitar e autonomizar a comunidade, de forma que as populações sejam capazes de *«reflectir os seus interesses»* e *«aplicar metodologia»* (E3) para responder a esses interesses, através da capacidade de inovação – *«A nossa metodologia é ver a comunidade como um espaço de criação»* (E3) – e de mobilização da população e reforço identitário – *«teve que haver um trabalho educativo para mobilizar as pessoas numa ideia, numa identidade colectiva»* (E3). A globalidade dos entrevistados e inquiridos salienta a importância do Atelier Mar e seus projectos para este território.

A Natcultura define como área de actuação todo o território de São Tomé e Príncipe, mas nos últimos anos tem focado a sua intervenção em Diogo Vaz, no concelho de Neves, distrito de Lembá, sendo que indirectamente abrange também outras comunidades de onde provêm os alunos da escola. O objectivo da sua intervenção é *«trabalhar para a comunidade»* (E10) e para isso visa-se uma maior aproximação à população. A escola é aberta à comunidade e adaptada à realidade local (Natcultura, 2009).

f) Satisfação de necessidades da comunidade

Os projectos do Atelier Mar e da Natcultura têm como uma das suas motivações fundamentais contribuir para a satisfação das necessidades (ausências de bem-estar) sentidas pelas respectivas comunidades. Neste sentido, é necessário a utilização de *diagnósticos de necessidades*, realizados pela própria organização ou por outras entidades, utilizando metodologias mais ou menos sistematizadas.

Em Lajedos, «*o grande desafio era partir de expectativas que não estavam expressas, por isso teve que haver um trabalho educativo...*» (E3), sendo utilizadas metodologias de diagnóstico participativo: «*Fazemos um leilão de problemas...*» (E3). Em Diogo Vaz, foi feito um levantamento para caracterização da comunidade envolvente, sendo que a preocupação fundamental é ir ao encontro das necessidades dos jovens formandos: «*é nessa base que vamos andando e sempre vendo as necessidades dos jovens*» (E9).

Os entrevistados e inquiridos de Lajedos consideram que o projecto tem respondido às necessidades da população. São referidas principalmente necessidades relacionadas com a questão da capacitação e formação da população, a empregabilidade e dinamização de novas actividades económicas, a promoção do território e melhoria das condições de vida.

Relativamente à satisfação da necessidade de empregabilidade, o projecto de Turismo Solidário de Lajedos tem contribuído de forma directa e indirecta, como tem vindo a ser referido, através da criação de empregos directos e do estímulo e acompanhamento de pequenos negócios locais.

Em Diogo Vaz, inquiridos e entrevistados referem como necessidades da comunidade satisfeitas pelo projecto a alfabetização que é um problema particularmente grave naquele contexto; a capacitação e formação, com aulas e acções de sensibilização dirigidas à comunidade; o acesso a meios de comunicação e informação, através da disponibilização de computadores e internet; as necessidades alimentares, através da venda do pão fabricado na escola.

g) Visão integrada

Esta dimensão está implícita nas várias dimensões analisadas no sentido em que se refere também à integração de diferentes actores e parceiros, de diferentes interesses, de diferentes recursos endógenos e exógenos, de diferentes actividades e abordagens, de diferentes dimensões.

O projecto de Turismo Solidário de Lajedos tem presente esta perspectiva integrada, pautando-se pela interdisciplinaridade. Há efectivamente a *articulação de diferentes domínios de intervenção*, com principal destaque para a educação e formação, a iniciativa

económica, a história e cultura, a agricultura e o ambiente, o desenvolvimento rural: «*Nos produtos desenvolvidos está presente a cultura, o ambiente, o social, a economia – este é um traço distintivo da economia solidária face à economia tradicional*» (E3), bem como o *envolvimento de diferentes populações*, em termos de género e grupos etários, a *articulação entre a tradição e a modernidade*, a utilização da *metodologia de investigação-acção*, como vimos atrás, tudo integrado num *projecto global de desenvolvimento*:

« (...) *Sempre dentro da filosofia do desenvolvimento endógeno*» – E3

« (...) *é o desenvolvimento local, o combate á exclusão social, através da criação das tais actividades geradoras de rendimento*» – E5

O projecto turístico de Lajedos é pois um projecto integrado de desenvolvimento da região onde se insere esta comunidade, o concelho de Porto Novo, uma vez que se entende que ele só se realiza com a inserção de outras comunidades suas vizinhas numa estratégia de desenvolvimento turístico que interessa a toda a ilha de Santo Antão, combinando a investigação, a gestão, o desenvolvimento rural e a educação (Lopes, 2007: 2).

O turismo solidário com base comunitária deve dar-se em contexto onde outras experiências turísticas se desenvolvem. A iniciativa não deve ser isolada de outras opções de turismo e de programas de desenvolvimento regional, sustentáveis. Deve igualmente poder integrar-se noutros sectores de economia rural, como por exemplo a agricultura, a construção civil, na perspectiva de criação de um mercado local para esses sectores. Em Lajedos esses sectores, como por exemplo o artesanato alimentar, foram antecipados pelo programa com vantagem para o modelo turístico em implantação. (Lopes, 2007: 3)

Em Diogo Vaz, também está presente a articulação de diferentes domínios de intervenção, como a agricultura e pecuária, as actividades culturais e o artesanato, o turismo, a vertente social através do centro comunitário. No que se refere ao indicador do envolvimento de diferentes populações, embora a escola esteja vocacionada para a formação de jovens do sexo masculino, tem desenvolvido ao nível da comunidade intervenções diferenciadas em termos de públicos-alvo. A integração da aprendizagem com a acção, através da metodologia de investigação-acção, está, como vimos atrás, menos presente, ainda que haja essa intenção e estejam já a trabalhar nesse sentido.

h) Contributo para o processo de mudança da comunidade

Os projectos de Turismo Solidário em análise contribuem para o processo de transformações sociais ocorrido nas respectivas comunidades, levando à melhoria do bem-estar das suas populações? Os dados recolhidos indicam que sim, embora a diferentes níveis.

Nos dois casos, houve *investimento em infraestruturas físicas* para a comunidade, como o restaurante/ centro de experimentação Babilónia e o centro comunitário em Lajedos, e o centro cultural/ comunitário em Diogo Vaz.

Em Lajedos, verifica-se um efeito directo sobre a economia local, através da criação de emprego e «micro-iniciativas empresariais» (E3), «criação das tais actividades geradoras de rendimentos» (E5). A este nível, em Diogo Vaz os impactos são mais limitados, traduzindo-se apenas nos empregos directos associados ao normal funcionamento da escola e na maior empregabilidade dos jovens formados pela escola.

Nos dois casos, verifica-se um importante contributo para a formação e sensibilização da população local. Em Lajedos:

«Já fizeram várias acções de formação ligadas ao turismo, ao turismo solidário, a guias turísticos, têm feito algumas formações aqui ultimamente» – E2

«Estamos muito entusiasmados, aliás temos fortes razões para dizer que já há resultados extremamente interessantes: a cabeça das pessoas, perceber que isto interessa-lhes» – E3

O curso de governanta teve como consequência a preparação de quartos nas casas das formandas aptos para receber turistas, sendo actualmente uma fonte de rendimento complementar para as famílias. No geral, na sequência das acções de formação, verificaram-se ainda melhorias não quantificáveis como o aumento da auto-estima decorrente da satisfação da família em mostrar que o filho é formado ou a possibilidade de mostrar um certificado na procura de emprego (Estrela, 2007).

Em Diogo Vaz, a este nível, afirma-se:

«A nossa intenção é trabalhar para a comunidade, porque nós temos aulas de informática gratuitas para a comunidade, porque a nossa preocupação é pôr essa comunidade em contacto com o mundo.» – E10

Contudo, a falta de adesão e envolvimento da população já referida faz com que o contributo para o processo de mudança da comunidade seja limitado:

«Eu penso que muito mais nós podíamos fazer, mas para isso precisaríamos de saber quanto temos para dar, temos que ter alguém para receber e saber receber. Porque repara, nós demos uma abertura. Temos aula de informática gratuita para que os jovens venham para a aula de informática e há pouca aderência. Temos aula de costura em que se inscreveram 18 jovens e nós nesta aula fizemos questão que fosse ao domingo, porque durante a semana os jovens vão para a escola, então ficou ao domingo depois da missa... De maneira que se inscreveram 18 mas não comparecem, somente 8, 15, 5. (...) tive que suspender.» – E10

Um impacto específico ao projecto de Lajedos e particularmente importante ao nível do processo de mudança da comunidade prende-se com o desenvolvimento institucional, através da criação da Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Lajedos e da Pozolândia.

i) Impacto tendencial em toda a comunidade

Para que haja DC, os impactos dos projectos não se podem limitar a um grupo determinando ou a um microcosmos dentro da comunidade, como se de um enclave se tratasse. Tendencialmente, esses impactos deverão ser alargados a toda a comunidade,

através dos seus efeitos indirectos, bem como efeitos de imitação das suas boas práticas. Deste modo, esta dimensão foi analisada tendo em conta os principais beneficiários do projecto, os efeitos indirectos da intervenção ao nível da comunidade, os impactos a nível nacional ou mais global.

Em Lajedos, os *beneficiários directos* do projecto são o seu público-alvo: jovens sem emprego e mulheres chefes de família com escassos recursos financeiros. Indirectamente, o projecto abrangeu também outros beneficiários, que sentiram os efeitos da melhoria do nível de vida das famílias ou beneficiaram de actividades pontuais.

No que se refere aos *efeitos indirectos* na comunidade, o Turismo Solidário é motor de dinamização económica, surgindo como uma oportunidade para novos negócios e actividades geradoras de rendimento, o que começa a ser perceptível em Lajedos, apesar do receio ainda sentido perante os riscos associados ao empreendedorismo e auto-emprego. Outros efeitos prendem-se com a dinamização social, o estímulo ao associativismo e a promoção do território em geral, do seu património, cultura e identidade.

Em termos de *impactos mais globais*, o trabalho de sensibilização conduzido no âmbito do projecto de Turismo Solidário tem tido repercussões, nomeadamente devido ao interesse que o projecto tem suscitado junto dos media (com reportagens em revistas, jornais, rádios e televisão), estudantes e investigadores, agentes de desenvolvimento, poder político, contribuindo efectivamente para a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento turístico em Cabo Verde, propondo uma alternativa aos grandes projectos de investimento estrangeiro: «*gostava realmente de ver isso a caminhar por esse caminho...*» (E6).

Em Diogo Vaz, os *beneficiários directos* do projecto são os seus jovens alunos e «*formando esses jovens, é evidente que é a comunidade que enriquece*» (E10). Embora haja a intenção de envolver e ter impactos mais alargados na comunidade, este impacto é mais pontual, como evidenciam os resultados do inquérito à população atrás referidos, em que a maioria dos inquiridos afirma que o projecto não contribui para o desenvolvimento da sua comunidade. O principal impacto, a nível local e nacional, é a diminuição do analfabetismo e a formação dos jovens, já que este é um *handicap* da sociedade santomense, como refere um representante institucional entrevistado:

« (...) diminui em grande escala o número de analfabetos ao nível do distrito. Oxalá houvesse mais projectos destes a nível nacional, contribuiria em grande parte para o fluxo de analfabetos ainda existente no país.» – E11

j) Diversidade de caminhos, processos e resultados

A actuação do Atelier Mar pauta-se por uma grande diversidade de caminhos e processos, tendo por base a procura de diferentes experiências de trabalho, novos conhecimentos,

novas práticas, tendo como directriz não se fechar em si próprio. A aposta na experimentação, na criatividade e na inovação é encarada como parte da estratégia de trabalho do Atelier Mar. Simultaneamente, há uma grande margem para improvisação e capacidade de adaptação a cada situação específica:

«O projecto de turismo solidário foi pensado não com esta filosofia, mas a componente turística foi pensada desde o início do projecto (...) eu tinha a ideia de que um dia no processo do projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos isso iria surgir, e nós tínhamos que estar preparados para analisar, reflectir e saber como é que isso se encaixava, para não sermos surpreendidos de fora.» – E3

« (...) É muito interessante isso, porque isto não foi desenhado, é uma coisa absolutamente natural. De repente damos conta e percebemos que isto estava ainda no plano da percepção mas não fazia parte do projecto, porque outros estão a entrar.» – E3

Desta diversidade de caminhos e processos resulta uma grande diversidade de resultados e abertura a múltiplas possibilidades:

«Eu tenho impressão que nós já estamos a desenhar sempre o futuro [risos]. O melhor é não pensar e nem criar expectativas. Vai acontecer naturalmente coisas interessantes no futuro, outras coisas vão ficar pelo caminho, vão ficar adiadas, quer dizer... Antigamente, pensávamos isto e etc., mas nós já não pensamos assim, as coisas fluem da forma que nós vamos empurrando.» – E3

«Você tem que provar que afinal a utopia se realiza não é?» – E3

Em Diogo Vaz, esta diversidade está presente ao nível das áreas de intervenção, na permanente necessidade de adaptação, na procura e abertura a diferentes experiências de trabalho.

« (...) isto aqui é uma escola que além de ensinar-lhes arte, também ensina-lhes a maneira de viver, saber viver, saber gerir.» – E10

REFLEXÕES FINAIS

Isto não é o fim, apenas um novo início...

Visão global sobre as principais conclusões

Este estudo procurou aprofundar e sistematizar o estado da arte sobre o Turismo Solidário, na sua articulação com a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário. O objectivo foi perceber como é que o Desenvolvimento Comunitário pode ser promovido através da Economia, da Economia Solidária, e, especificamente, através de uma actividade particular que é o turismo. O problema de investigação foi assim definido: *Sob que formas e modalidades o turismo assume um compromisso para com a Economia Solidária e o Desenvolvimento Comunitário?*

A resposta a esta questão envolveu um longo percurso que agora culmina, permitindo ir ao encontro dos objectivos definidos para a investigação:

- Aprofundar o conhecimento sobre o Turismo Solidário, na sua relação com o Desenvolvimento Comunitário;
- Identificar e caracterizar os efeitos produzidos pela actividade turística nas comunidades locais, em contexto insular africano, tendo em conta os seus impactos a diferentes níveis;
- Comparar os impactos de diferentes empreendimentos turísticos;
- Sistematizar pressupostos teóricos e boas práticas em termos de Desenvolvimento Comunitário associado ao Turismo, tendo, especificamente, em consideração as iniciativas de Turismo Solidário;
- Sistematizar fundamentos, formas e meios de viabilização de um Turismo baseado nos princípios da Economia Solidária;

- Questionar o interesse das políticas públicas nacionais em assumir o Turismo como estratégia de promoção do Desenvolvimento Comunitário, promovendo uma melhor fundamentação dessas políticas;
- Contribuir, através do conhecimento produzido, para uma abordagem reflexiva ao desenvolvimento do potencial turístico de África.

Na primeira parte do estudo, apresentamos e discutimos os conceitos de Desenvolvimento, Economia Solidária, Sustentabilidade e Turismo (Solidário). A análise da evolução histórica e teórica do conceito de Desenvolvimento permitiu-nos chegar ao conceito de Desenvolvimento Comunitário, na valorização da base local ou comunitária. Vimos que os processos de DC estão profundamente ligados a um território e aos seus actores, que se reapropriam do seu processo de desenvolvimento, identificando-se dez dimensões de DC: a promoção da participação da população; o trabalho em rede e relações de parceria; a mobilização de capacidades locais; a utilização fertilizadora de recursos exógenos; o centramento num território; a satisfação de necessidades da comunidade; a abordagem integrada; o contributo para o processo de mudança da comunidade; o impacto tendencial em toda a comunidade; e a diversidade de caminhos, processos e resultados.

Na abordagem ao Turismo Solidário, a orientação teórica e metodológica foi fornecida pelo enquadramento teórico-prático da Economia Solidária, em que a solidariedade é incorporada no cerne das actividades económicas, como um meio para a realização de outros objectivos. Se a Economia Social do século XIX colocava a Economia ao serviço do bem-estar social, a Economia Solidária assume novas características, associadas a novas formas de solidariedade, de carácter mais qualitativo e multidimensional – ambiente, cultura, governância, território, conhecimento – sendo privilegiada a constituição de um património colectivo em vez de um retorno sobre o investimento individual. A Economia Solidária pode ainda ser definida como um fenómeno de hibridação de economias, através da combinação de distintas fontes de recursos: recursos mercantis, com base no princípio de mercado; recursos não-mercantis, assentes na redistribuição; e recursos não monetários, baseados no princípio de reciprocidade.

Defendemos que esta perspectiva integrada e multidimensional da Economia Solidária pode ser abordada como uma estratégia de desenvolvimento. Neste contexto, vimos que as organizações da Economia Solidária se situam na encruzilhada do DC, introduzindo novas práticas de intervenção social, novas formas de luta contra a pobreza, um novo entendimento dos protagonismos, dando prioridade à mobilização das capacidades e

recursos endógenos e rompendo com a lógica assistencialista. A comunidade e o território são o ponto de partida e de chegada.

Nesta teia conceptual, um outro conceito emerge: o da Sustentabilidade, aqui apresentado de forma heptadimensional e enquanto princípio intrínseco à Economia Solidária, aos Novos Conceitos de Desenvolvimento e às Novas Formas de Turismo.

Abordando a evolução do fenómeno turístico, vimos como o turismo é uma das principais actividades económicas do mundo, com efeitos positivos a diferentes níveis, sendo particularmente valorizado no contexto dos PEID. Porém, não pudemos deixar de referir que, apesar dos potenciais impactos positivos do turismo sobre os territórios e comunidades de acolhimento, esses impactos frequentemente beneficiam apenas uma minoria da população, sendo acompanhados de externalidades negativas como a excessiva dependência e volatilidade do sector, a perda de controlo local sobre os recursos, o abandono de outras actividades económicas, a precariedade do emprego, a polarização espacial e socioeconómica, a alienação cultural, a degradação ambiental. As contradições do sector evidenciam, assim, a necessidade de um turismo diferente.

Deste modo, na aproximação ao conceito e às práticas de Turismo Solidário, identificámos um conjunto de formas alternativas de turismo que se têm vindo a afirmar em oposição às práticas dominantes do sector – *Turismo Responsável, Justo, Comunitário, Ecológico*. Em todas elas está presente a ideia de responsabilização e de parceria ou solidariedade. Consideramos, portanto, que o fio condutor comum às novas formas de turismo é o conceito de *solidariedade*, nas suas múltiplas expressões, justificando-se assim a nossa opção pelo conceito de *Turismo Solidário* enquanto conceito de referência, já que se inscreve numa perspectiva “responsável”, “justa”, “comunitária” e “sustentável”.

Vimos ainda como grande parte da literatura disponível sobre turismo incide sobre os contributos deste para o desenvolvimento das comunidades e países de acolhimento, sendo descrito como o sector mais promissor para os países em desenvolvimento. De facto, a promoção do sector turístico é uma das formas dessas regiões aproveitarem os recursos que possuem em benefício das suas populações, contribuindo para a protecção do meio ambiente e para melhorar a qualidade de vida local e regional, bem como para a valorização dos recursos naturais, culturais e humanos. No entanto, salvaguardamos que, embora o aproveitamento das potencialidades turísticas possa ser uma componente importante das estratégias de desenvolvimento, não é uma panaceia. Para que o turismo contribua para o DC em zonas mais desfavorecidas, é necessário que esteja inserido num projecto integrado

de desenvolvimento, articulado com diferentes sectores de actividade, diferentes áreas de intervenção, diferentes metodologias, sendo essencial a participação das comunidades locais no planeamento e execução dos projectos turísticos para garantir que o desenvolvimento do turismo nessas zonas desfavorecidas não se realiza apenas em benefício de uma minoria. Neste sentido, o Turismo Solidário poderá ser uma via privilegiada para o DC.

Tendo em conta a importância do turismo na actualidade, torna-se evidente a necessidade de aplicar princípios de sustentabilidade ao sector, no sentido de minimizar os seus impactos negativos e maximizar os seus efeitos positivos, no presente e no futuro, sobretudo porque se trata de uma actividade assente no consumo de recursos naturais de fruição livre e de bens públicos. O Turismo Solidário é considerado também uma via privilegiada para garantir a sustentabilidade do sector, já que tem por base o sentimento de dependência mútua e um altruísmo fundado no respeito pelo outro, o que implica a possibilidade de reversibilidade das escolhas para as gerações futuras.

Deste modo, falar de uma actividade económica motivada pela solidariedade é entrar no campo da Economia Solidária, que constituiu o referencial teórico fundamental do estudo. Abordar Turismo Solidário a partir do modelo teórico e prático da Economia Solidária, permitiu-nos afastar das concepções mais caritativas e filantrópicas. Assim, o conceito por nós adoptado difere daquele veiculado junto do grande público que entende a solidariedade apenas do ponto de vista do viajante internacional que procura participar no desenvolvimento das comunidades que visita, concepção esta marcada por um certo paternalismo, característico da ajuda Norte-Sul. A abordagem pela Economia Solidária vem dar sustento e sustentabilidade a um turismo diferenciado, entendendo-se como dimensões chave do conceito proposto a participação e o envolvimento comunitário, a parceria e responsabilização dos diferentes *stakeholders*, a capacitação e valorização das potencialidades locais, os processos de decisão democrática, a autonomia de gestão, a devolução ao território. Nesta abordagem, o turismo, integrando-se num projecto global de desenvolvimento, engloba preocupações de sustentabilidade, passa pela criação de emprego e de micro-iniciativas empresariais, incorpora valores locais, aposta em “produtos especializados” e num relacionamento de proximidade. A escolha da pequena escala deriva da procura de uma mínima perturbação e desestruturação da sociedade e da vontade de privilegiar a qualidade face à quantidade, garantindo uma maior coesão social e um controlo conseguido pela proximidade.

A partir deste enquadramento teórico-conceptual, foi possível definir a hipótese central da pesquisa: *O Turismo Solidário, baseado nos princípios da Economia Solidária, promove o desenvolvimento das comunidades onde se situa, nomeadamente valorizando os seus recursos e capacidades endógenos, aumentando os rendimentos e permitindo novas oportunidades e realizações, sem pôr em causa o bem-estar das gerações seguintes.*

Para testar a hipótese foi construído um modelo de análise, identificando dimensões e indicadores de Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário, de forma a aferir até que ponto eles estão presentes nas iniciativas turísticas em análise.

A investigação foi desenvolvida no contexto de duas realidades arquipelágicas: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Apesar das especificidades inerentes a cada um destes arquipélagos, eles surgem como um contexto de análise coerente. Assim, desenvolveu-se uma análise comparativa das experiências turísticas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em que a metodologia que se revelou mais indicada de forma a viabilizar a investigação e alcançar os objectivos propostos foi o estudo de casos. A análise centrou-se nas comunidades em que se identificou a presença de projectos de Turismo Solidário: em Cabo Verde, a comunidade de Lajedos, na ilha de Santo Antão; em São Tomé e Príncipe, a comunidade de Diogo Vaz, na ilha de São Tomé. Metodologicamente, a opção recaiu numa abordagem de carácter predominantemente qualitativo, privilegiando as técnicas de entrevista semi-directiva, análise documental e observação directa, combinadas com técnicas quantitativas, através da aplicação de um inquérito por questionário.

Para a caracterização do contexto da análise, começámos por situar o desenvolvimento de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe no quadro dos PEID que partilham diversas características e vulnerabilidades, sendo confrontados com desafios idênticos no seu desenvolvimento, tais como: escassez de recursos, que obriga a uma especialização desadequada; população reduzida mas fortemente concentrada em determinadas regiões, o que aumenta a pressão sobre esses recursos limitados; distância e isolamento; vulnerabilidade ambiental; dependência excessiva do comércio internacional; elevados custos de produção devido à distância e à falta de economias de escala; fragilidade e custos elevados da rede de comunicações e transportes; administração pública e infraestruturas dispendiosas. Porém, frisamos também a necessidade de ir além das representações estereotipadas das ilhas, destacando os atributos positivos e forças dos estados insulares e suas populações, tais como: a atractividade turística; os bons desempenhos económicos comparativamente a outros países em desenvolvimento; os elevados níveis de capital

cultural, social e natural, associados a um sentimento de união, pertença e interesse comum das suas populações e inexistência de conflitos sociais, divisões religiosas ou criminalidade violenta; o respeito pelas abordagens tradicionais e holísticas de desenvolvimento e gestão de recursos; as fortes ligações internacionais, abertura ao exterior e capacidade para constituírem pólos de atracção; a sua força política, dada a sua posição estratégica a nível geopolítico e a sua capacidade de luta permanente contra os vários constrangimentos a que estão sujeitos.

Para além deste enquadramento no contexto dos PEID, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe partilham ainda a história de colonização portuguesa, os processos de criouliização e, recentemente, a importância assumida pelo sector turístico, ainda que percorram trajectos diferenciados dentro deste enquadramento. Apresentámos, de forma comparada, uma breve caracterização dos países em estudo, privilegiando os aspectos histórico-políticos, naturais, económicos, demográficos e socioculturais. Globalmente, os indicadores de desenvolvimento apresentados revelam valores mais positivos para Cabo Verde, que, desde 2008, passou a integrar o grupo de Países de Desenvolvimento Médio. Porém, encontramos nos dois países importantes constrangimentos, como a dívida externa, as falhas nos sistemas de produção e gestão, o estado da saúde, as altas taxas de fertilidade, a fragilidade dos transportes e comunicações, entre outros factores que constituem desafios permanentes ao seu desenvolvimento.

Neste contexto, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe têm vindo a afirmar o turismo como um dos motores do crescimento da sua economia e estratégia de redução de pobreza, reflectindo as vantagens comparativas dos dois países nesta área. As suas características naturais e socioculturais constituem fortes atractivos turísticos, associados à imagem de um ambiente tropical, de praias de águas quentes e límpidas, gentes calorosas e múltiplas expressões culturais, combinando traços africanos e europeus. Contudo, apesar da importância atribuída ao sector, a análise da sua evolução revela algumas fragilidades. Por um lado, uma aposta exclusiva no turismo de sol e praia revela-se insustentável, desadequada à capacidade de carga local. Por outro lado, existe ainda um grande potencial por explorar, sobretudo no que respeita à participação comunitária, geração de rendimentos locais, coesão social, promoção do património cultural e ambiental. Em síntese, apesar da definição do turismo como opção estratégica nacional, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, há indicadores que evidenciam a necessidade de políticas e práticas mais concertadas e transversais, bem como a necessidade de ter em atenção a participação comunitária e a sustentabilidade destes processos.

Avançando para a pesquisa empírica, procedeu-se à caracterização dos dois projectos de Turismo Solidário seleccionados neste contexto: o projecto “Turismo Solidário de base comunitária” em Lajedos, na ilha de Santo Antão, em Cabo Verde; e o projecto “Turismo Solidário” da Escola Não Formal de Diogo Vaz, na ilha de São Tomé, em São Tomé e Príncipe. Ambos os projectos são desenvolvidos em zonas rurais desfavorecidas, tradicionalmente caracterizadas pela proliferação de situações de pobreza, nas suas múltiplas dimensões.

O “Turismo Solidário de base comunitária” de Lajedos surge no contexto de um projecto de Desenvolvimento Comunitário promovido na região pela ONG Atelier Mar, desde 1989, cujo enquadramento, enraizamento na comunidade e ligação à Economia Solidária são marcantes nas características assumidas pelo projecto turístico. O projecto de Turismo Solidário de Diogo Vaz surge no contexto de uma escola de artes e ofícios, a Escola Não Formal de Diogo Vaz, implementado pela associação Natcultura, que desenvolve trabalhos na comunidade desde 2002. Os dois projectos turísticos representam abordagens distintas de Turismo Solidário: apesar de terem aproximadamente o mesmo tempo de existência, o projecto de Lajedos beneficia de uma longa ligação do Atelier Mar à comunidade local, enquanto a intervenção da Natcultura é mais recente; o projecto de Lajedos surge na sequência de um projecto integrado de desenvolvimento da comunidade de Lajedos e região envolvente, enquanto o projecto de Diogo Vaz surge com o objectivo de promover a auto-sustentabilidade da escola de artes e ofícios destinada a jovens sem outras opções de formação; a abordagem do Atelier Mar está assumidamente ligada à Economia Solidária, demarcando-se claramente da concepção de Turismo Solidário associada à cooperação Norte-Sul, enquanto a abordagem da Natcultura assume o conceito de “turismo e formação”, tendo uma base mais filantrópica. A implementação do projecto de Desenvolvimento Comunitário do Atelier Mar em Lajedos passou por um longo processo e pela aplicação de um conjunto de metodologias: envolvimento do líder comunitário e outros interlocutores locais; constituição de uma comissão representativa da população; animação comunitária; levantamento de necessidades; definição participada de objectivos e estratégias; assessoria técnica; estabelecimento de parcerias. Em Diogo Vaz, este trabalho de aproximação à comunidade tem sido desenvolvida de uma forma mais intuitiva, havendo ainda alguma resistência e distanciamento da população em relação ao projecto. Em resultado, verificamos grandes disparidades na interiorização e entendimento do conceito de Turismo Solidário e na ligação da população a cada um dos projectos, o que será evidenciado na análise dos dados recolhidos no trabalho de campo.

Comparando a presença das dimensões e indicadores de Economia Solidária nos dois projectos, conclui-se que:

- A dimensão económica e a hibridação das três formas de economia, características da Economia Solidária, estão presentes nos dois projectos. Em Lajedos, é mais evidente a ideia de utilizar as actividades económicas para atingir outros fins, o bem comum; em Diogo Vaz, esses fins estão mais dependentes da caridade de quem vem de fora. A criação de emprego e o estímulo às actividades produtivas locais são também mais evidentes em Lajedos do que em Diogo Vaz.
- A componente social está igualmente presente nos dois projectos, ainda que alguns indicadores como a igualdade de oportunidades e o reforço dos laços entre a comunidade sejam pouco evidentes em Diogo Vaz.
- A dimensão ambiental é referida na documentação dos dois projectos, sendo visível sobretudo na utilização de recursos naturais locais e de tecnologias sustentáveis.
- A dimensão cultural é central a ambos os projectos, nomeadamente ao nível da conservação do património, dinamização cultural e artística, favorecimento do diálogo intercultural e, no caso de Lajedos, reforço da identidade cultural local e no trabalho de investigação cultural desenvolvido.
- A dimensão política é visível apenas em Lajedos onde é privilegiada a participação comunitária, o trabalho em rede e as relações de parceria, numa perspectiva de responsabilização colectiva. Em Diogo Vaz, ainda se está a trabalhar nesse sentido.
- Ao nível da gestão do projecto de Turismo Solidário de Lajedos, pretende-se que a associação comunitária criada venha a funcionar como um corpo técnico que faça gestão das iniciativas e produtos turísticos, tendo em conta que a promoção da comunidade e oferta de seus produtos e serviços ao mercado deve seguir requisitos técnicos especializados nos domínios do marketing e publicidade realista, mas fora das pressões comerciais. Em Diogo Vaz, o modelo de gestão é mais centralizado, sendo a divulgação feita através de um site e do “passa-palavra”. A qualidade técnica é uma preocupação fundamental na gestão dos recursos humanos dos dois projectos.
- Ao nível da dimensão territorial, em ambos os projectos temos mobilização de recursos endógenos, resposta a necessidades da comunidade, formas de valorização da cultura e património. A ligação a actores locais e parcerias, as relações com a economia local e a

integração numa política global de desenvolvimento são centrais ao projecto de Lajedos e pouco visíveis em Diogo Vaz.

- Também o trabalho de reflexão, investigação, sistematização, avaliação está mais consolidado em Lajedos, sendo que ambos têm uma forte base indutiva. Ambos desenvolvem ainda trabalho ao nível da sensibilização e educação da população.

Daqui se conclui que os princípios da Economia Solidária estão presentes de forma mais consistente e reflectida no projecto de Lajedos, sendo que alguns desses princípios surgem apenas de forma marginal ou ainda só ao nível das intenções no caso de Diogo Vaz, o que tem consequências sobre o diferente contributo de cada projecto turístico para o DC:

- A participação comunitária é uma dimensão valorizada pelos dois projectos, mas apenas efectivamente implementada e disseminada no caso do Atelier Mar em Lajedos, que tem desenvolvido um contínuo trabalho ao nível do reforço da auto-estima, autonomia, sensibilização e capacitação da população local. Em Diogo Vaz, está a ser promovida a aproximação à comunidade, sentindo ainda vários constrangimentos e resistências.
- Os dois projectos desenvolvem relações de parceira, de natureza pública e privada: em Diogo Vaz sobretudo a nível nacional e internacional, através das agências financiadoras; e em Lajedos aos mais diversos níveis (local, regional, nacional, internacional).
- A referência à mobilização de capacidades e recursos locais está presente nos dois projectos, indo ao encontro da filosofia do DC.
- Nos dois projectos há a utilização de recursos exógenos, que em Lajedos é mais sustentável já que existe uma maior autonomia e menor dependência desses recursos, sendo mobilizadas diversas estratégias nesse sentido: o estabelecimento de parcerias e o trabalho em rede; a aplicação dos recursos exógenos juntamente com um trabalho de facilitação, animação e acompanhamento desenvolvido pelo Atelier Mar; a mobilização de um orçamento próprio; e um trabalho ao nível da autonomia e auto-determinação das comunidades.
- O centramento no território é visível no trabalho desenvolvido pelo Atelier Mar ao nível da identidade, valores e autonomia de todo o território que envolve a comunidade de Lajedos. A Natcultura define como objectivo da sua intervenção trabalhar para a

comunidade e para isso está a trabalhar no sentido de uma maior aproximação à população.

- A intervenção dos dois projectos tem por base um diagnóstico de necessidades, mais ou menos sistematizado, e ambos têm contribuído para a satisfação das necessidades sentidas pelas respectivas comunidades, nomeadamente ao nível do emprego, educação e formação e melhoria das condições de vida.
- O projecto de Turismo Solidário de Lajedos tem presente uma visão integrada, pautando-se pela interdisciplinaridade, pelo envolvimento de diferentes populações e pela articulação de diferentes domínios de intervenção, com principal destaque para a educação e formação, a iniciativa económica, a história e cultura, a agricultura e o ambiente, o desenvolvimento rural, considerando que este é precisamente um traço distintivo da Economia Solidária face à Economia tradicional. Neste sentido, o projecto está também integrado no contexto das restantes modalidades e experiências turísticas da região. Em Diogo Vaz, também está presente a articulação de diferentes domínios de intervenção, como a agricultura e pecuária, as actividades culturais e o artesanato, o turismo, a vertente social através do centro comunitário.
- Os dois projectos em análise contribuem para o processo de transformações sociais ocorrido nas respectivas comunidades, levando à melhoria do bem-estar das suas populações, em maior grau em Lajedos, sobretudo devido ao grande impulso dado na mobilização da população e aumento da sua auto-estima, no desenvolvimento institucional e na dinamização da economia local. Em Diogo Vaz, a falta de adesão e envolvimento da população faz com que o contributo para o processo de mudança da comunidade seja limitado, traduzindo-se sobretudo nos empregos directos associados ao normal funcionamento da escola, na maior empregabilidade dos jovens formados pela escola e na formação e sensibilização da população para diversas temáticas.
- Em Lajedos, o projecto tem um impacto tendencial em toda a comunidade (dinamização económica, dinamização social, estímulo ao associativismo, promoção do território em geral, do seu património, cultura e identidade, interesse mediático suscitado), contribuindo efectivamente para a resolução dos problemas da sociedade local e para a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento turístico de Cabo Verde. Em Diogo Vaz, o impacto do projecto limita-se a grupos específicos.

- A actuação do Atelier Mar pauta-se por uma grande diversidade de caminhos e processos, tendo por base a procura de diferentes experiências de trabalho, novos conhecimentos, com uma grande capacidade de inovação e adaptação a cada situação específica, resultando daqui uma grande diversidade de resultados. Em Diogo Vaz, esta diversidade está presente ao nível das áreas de intervenção, na permanente necessidade de adaptação e na procura e abertura a diferentes experiências de trabalho.

O facto do projecto de Diogo Vaz não ter ainda uma verdadeira participação comunitária, a forte dependência de recursos exógenos e o seu impacto limitado a alguns grupos específicos e não, tendencialmente, a toda a comunidade, é condição para dizer que não há, ainda, DC. De qualquer forma, julgamos que a consolidação e amadurecimento do projecto irá permitir contornar esta situação, uma vez que essas preocupações já estão presentes ao nível das intenções. Pelo contrário, no projecto de Lajedos as dimensões da Economia Solidária estão totalmente consolidadas e todas as dimensões do DC estão presentes, o que nos permite afirmar que o projecto contribui, efectivamente e de forma sustentável, para o desenvolvimento da comunidade de Lajedos. Esta conclusão é confirmada pelo inquérito aplicado à população das duas comunidades, em que a totalidade dos inquiridos de Lajedos considera que o projecto de Turismo Solidário contribui para o desenvolvimento da sua comunidade e região, enquanto a maioria dos inquiridos de Diogo Vaz considera que o projecto não contribui para esse desenvolvimento.

Confirma-se, assim, a nossa hipótese de partida: O Turismo Solidário, baseado nos princípios da Economia Solidária, promove o desenvolvimento das comunidades onde se situa, nomeadamente valorizando os seus recursos e capacidades endógenos, aumentando os rendimentos e permitindo novas oportunidades e realizações, sem pôr em causa o bem-estar das gerações seguintes.

A pesquisa realizada permite concluir que, mais do que viável, é desejável um turismo ancorado nos princípios da Economia Solidária, já que este é potenciador de Desenvolvimento Comunitário.

* * * * *

Desafios e Limitações

O Turismo Solidário não foi aqui analisado com os indicadores tradicionalmente utilizados no sector turístico, o que pode ser entendido como uma limitação do estudo e da abordagem proposta. Contudo, consideramos que, mais do que o impacto macro-estatístico ou a rentabilidade económica dos projectos, importa destacar os seus impactos não quantificáveis, como o aumento da auto-estima e autonomia das populações, a sua influência na consciencialização de residentes, turistas, poder político, organizações internacionais e sector privado, o seu contributo para a reflexão de todo o sector, no sentido de um turismo mais humano e sustentável. Como referem Caire e Rouillet-Caire (2003), o Turismo Solidário constitui um campo de experimentação, tanto para o turismo de amanhã, como para um desenvolvimento mais humano e sustentável. As inovações introduzidas pelo Turismo Solidário não são apenas técnicas ou económicas – o nascimento de um novo produto, a criação de um nicho de mercado; são sobretudo sociais e culturais – uma outra maneira de trabalhar, de participar na vida da comunidade, de consumir.

Um Turismo Solidário, baseado na Economia Solidária, significa “fazer riqueza em conjunto”: *fazer* é projectar, criar, experimentar, construir, dinamizar, por oposição tanto ao “laissez-faire” como à caridade; a *riqueza* procurada é algo multidimensional – a capacitação humana, a satisfação de necessidade básicas e de bem-estar, o reforço da coesão social, a ética, a conservação ambiental – em oposição ao utilitarismo, à maximização do lucro, aos comportamentos predatórios; *em conjunto* significa trabalhar sobre a solidariedade no seio da população local, entre o Norte e o Sul, sobre a participação e a responsabilidade dos visitantes, por oposição ao individualismo, ao nacionalismo, ao racismo, ao estigma, ao machismo, à censura do poder económico e político (Caire e Rouillet-Caire, 2003).

Contudo, um desafio para uma investigação futura poderia ser precisamente uma maior quantificação dos impactos destes projectos, através do recurso aos indicadores tradicionais como o número de empregos criados, as novas actividades económicas, as taxas de ocupação, o volume de negócios, ou as próprias contas satélite de turismo.

Por outro lado, a questão da sustentabilidade dos projectos não foi completamente abordada, ao ser considerada como dimensão implícita à Economia Solidária e ao DC. Ainda assim, esta é uma dimensão essencial que poderá merecer maior destaque no âmbito de análises futuras.

Um outro desafio no sentido de potenciar o potencial impacto social e político da investigação seria desenvolver a análise no contexto da metodologia de investigação-acção, articulando a aprendizagem com a acção.

Este estudo representa apenas uma pesquisa inicial sobre Turismo Solidário e seus impactos sobre o desenvolvimento das comunidades e territórios de acolhimento, podendo constituir uma base para a realização de futuras investigações. Se a presente abordagem teve como foco privilegiado as organizações que oferecem Turismo Solidário, bem como as respectivas comunidades de acolhimento, fica ainda por analisar o outro lado da equação: a procura deste tipo de iniciativas – *Quem são os turistas destas Novas Formas de Turismo? Que factores influenciam os níveis de procura deste novo consumo responsável?*

* * * * *

Pistas para uma prática reflexiva de Turismo Solidário

A análise teórica e empírica evidencia que o turismo, por si só, não é uma receita milagrosa para o desenvolvimento. Para que o turismo contribua efectivamente para o DC, a participação da comunidade é um factor crítico, já que tem influência sobre as restantes dimensões do DC: sem participação comunitária não há mobilização dos recursos humanos endógenos, não há empowerment; não é possível a fertilização dos recursos exógenos numa perspectiva de autonomia e sustentabilidade; a intervenção fica desligada do território, da sua identidade e valores; a satisfação das necessidades da comunidade é limitada; a abordagem fica como que desintegrada, sem o envolvimento dos diferentes actores locais; o contributo para o processo de mudança da comunidade e o impacto em toda a comunidade são limitados, podendo tornar-se num enclave. Assim, é essencial ter em conta as questões socioculturais e o conhecimento profundo da realidade em que se intervém para a sensibilização e o envolvimento da comunidade, para a aceitação por parte da mesma da metodologia proposta, para ultrapassar eventuais resistências e desistências. Para tal, têm que ser aplicados mecanismos no sentido de facilitar a participação da população local, trabalhando sobre a autonomia, auto-estima e auto-determinação da comunidade. Afinal, só a participação e responsabilidade colectiva da comunidade permitem garantir que a actividade turística se faz em benefício de toda a comunidade e território.

A participação da população faz-se certamente segundo diferentes graus de intensidade e regularidade e segundo diferentes formas, contextos e objectivos. Os modos de vida, os

padrões de cultura e as redes de relações ajudam-nos a apreender o seu potencial de participação e iniciativa (Silva, 2006: 104-115). Não podemos então deixar de ter em conta que esta é uma concepção ocidental, com conotações políticas, associada ao conceito de democracia, menos formalizado no contexto analisado de duas jovens democracias. A dimensão da participação da população no DC implica, assim, atender à matriz cultural, às características, significações e bloqueamentos da dinâmica política local, bem como a aspectos relacionados com a estrutura social, a diferenciação de género, meio rural/ urbano, factores comportamentais e psicológicos, entre outros.

Por outro lado, os projectos de Turismo Solidário, enquanto projectos turísticos de pequena escala, não funcionam em favor das comunidades de acolhimento a não ser que tragam benefícios directos e perceptíveis para essas comunidades. Isto ocorre naturalmente se houver espaço para as populações locais desenvolverem as suas actividades e serviços, seja através da sua participação nas cadeias de abastecimento do sector (agricultura, pecuária, actividades artesanais, pequena indústria), seja prestando directamente os seus serviços enquanto guias turísticos, monitores de actividades desportivas e de lazer, venda de artesanato, pequeno comércio, contadores de histórias. Este efeito difusor dos projectos turísticos ao nível do despoletar de novas actividades geradoras de rendimentos, não é automático ou linear, podendo, numa fase inicial, requerer um trabalho de facilitação e estímulo ao empreendedorismo.

É, assim, necessária a adopção de metodologias participativas, acompanhadas de um trabalho de sensibilização, capacitação, assessoria técnica, no sentido da facilitação das iniciativas turísticas locais, sejam de carácter individual ou comunitário. Por outro lado, só a reunião regular com os residentes e interlocutores locais permite explicar, sensibilizar, consolidar e gerar discussão para fazer emergir decisões satisfatórias para todos.

O projecto de Turismo Solidário do Atelier Mar tem um bom nível de sucesso e que pode ser multiplicado para outras localidades, adaptando as suas metodologias de intervenção às circunstâncias locais, nomeadamente: envolvimento dos líderes comunitários e outros interlocutores locais; animação comunitária e estruturação colectiva; diagnóstico participativo e definição participada de prioridades e estratégias; estabelecimento de parcerias; opção pela pequena escala.

Qualquer abordagem deverá necessariamente inscrever-se num processo gradual, progressivo e de longa duração.

Contudo, a valorização do contexto local e comunitário não significa desprezar os outros contextos e influências que permanentemente interagem entre si, nem recusar os recursos exógenos disponíveis. Na relação entre endogenia e exogenia, cumpre esclarecer que a comunidade não é um enclave em si mesma, ela está em dialéctica permanente com o regional, o nacional, o global.

Os recursos exteriores são necessários, mas deverão ser limitados para evitar situações de habituação e dependência, que constroem o envolvimento e a acção proactiva da população. A valorizar sobretudo os recursos exógenos em termos de capacitação e assessoria técnica e, pelo menos numa fase inicial, o financiamento.

De forma a chegar a mais pessoas, o Turismo Solidário poderá ainda ser desenvolvido em complementaridade com outras modalidades turísticas, integrado num dado circuito.

A criação de parcerias e o trabalho em rede é uma forma de permitir o alargamento do âmbito da intervenção, sobretudo quando se trata de organizações de pequena dimensão e recursos limitados. No entanto, as relações entre os actores (técnicos, populações, autoridades públicas, entidades locais, voluntários, etc.) não são lineares, são relações complexas e não isentas de dificuldades, obstáculos específicos à respectiva matriz cultural, relações de poder e hostilidade, frequentes desistências e incumprimento de expectativas. A heterogeneidade de situações é bem visível no contexto de Cabo Verde e São Tomé Príncipe. Portanto, este é um campo que carece particularmente de investigação aprofundada e detalhada para poder dar conta da complexidade de relações presentes em cada contexto específico. A este propósito, Santos Silva revela a necessidade de confrontação das diferentes legitimidades que assistem aos actores dos processos de DC: uns detêm uma legitimidade político-eleitoral; outros são por carisma, autoridade tradicional ou capital social; outros fazem valer as qualificações académicas (Silva, 2006: 105).

A base intuitiva dos dois projectos analisados alerta-nos ainda para a necessidade de abertura ao novo, à diversidade de processos e experiências.

Essencial é que o turismo seja integrado nas práticas comunitárias existentes e não as substitua, assumindo um compromisso com o território e articulando-se com o ambiente, a cultura, a educação, as actividades económicas, a vida social, a saúde, os saberes e tradições locais. A dinâmica social e as práticas culturais estabelecidas não devem estar dependentes

da actividade turística, para que não percam sua essência e possam ser preservadas pelos próprios residentes.

Em suma, para que os projectos turísticos possam desencadear processos de desenvolvimento, de forma continuada e sustentável – com repercussões ao nível da valorização das capacidades e potencialidades locais, do aprofundamento das redes de solidariedade e da autonomia – é necessária uma abordagem multidimensional, participativa, integrada e integradora, sempre em articulação com os restantes sectores da economia e da sociedade.

Igualmente essencial é a sistematização das acções e aprendizagens e sua partilha com as comunidades. As acções de sensibilização e divulgação do conceito e das práticas de Turismo Solidário, dentro e fora da comunidade, são fundamentais, no sentido de suscitar um debate progressivamente mais alargado, que contribua para o questionamento, reflexividade e difusão das abordagens e dos projectos e para a aprendizagem colectiva. Esse é também o propósito da presente dissertação.

A consciência é a responsabilidade. É o guia que governa o foco incandescente do espírito humano. É o “coração” que um dia será pesado no tribunal de Osíris. (Ki-Zerbo, 2006: 170)

* * * * *

Referências Bibliográficas

- Adinkra (2009), *Adinkra Symbols of West Africa*, consultado em 05/06/2009 <www.adinkra.org>
- Almeida, João Ferreira de (1993), “O desenvolvimento económico-social e a Sociologia”, in APS, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento: Actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol. 1, Lisboa: Editorial Fragmentos e APS, pp. 71-76.
- AMAP (2004), *Dossier Qualidade do Turismo em Espaço Rural – Ter: Proposta de Avaliação da Qualidade do Agroturismo*, Lisboa: Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas.
- Amaro, Rogério R. (2009a), “Desenvolvimento Local”, in Hespanha, Pedro et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Edições Almedina, pp. 108-113.
- Amaro, Rogério (2009b), “O papel dos actores e as comunidades locais nos processos de Desenvolvimento e na promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe”, in Brito, Brígida; Alarcão, Nuno; Marques, Joana (orgs.) (2009), *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às prática – Turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Gerpress, pp. 28-43.
- Amaro, Rogério R. (2007), *Seminário de Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas*, apontamentos presenciais do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa: ISCTE.
- Amaro, Rogério R. (2005), “Entrevista a Rogério Roque Amaro”, *Pessoas e Lugares - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER*, II Série, nº 31, Julho/Agosto 2005, Lisboa: IDRHa.
- Amaro, Rogério R. (2004), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática ou da prática à teoria”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), pp. 35-70.
- Amaro, Rogério R. (2001), “Opções, estratégias e actores de desenvolvimento em confronto no caso de Foz Côa”, in Gonçalves, Maria Eduarda (coord.), *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa: Edições 70, pp. 193-227.
- Amaro, Rogério R. (1991), “Lógicas de Espacialização da Economia Portuguesa”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 10, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE, p. 161-182.
- Amblés, Anne (2003), *Tourisme durable, solidaire, équitable, responsable: quelles dynamiques derrière ces mots? – Réflexions et interpellations sur l’avenir du tourisme responsable*, consultado em 19/02/2008 <www.tourisme-durable.net/article.php3?id_article=76>
- Amblés, Anne (2002), *Tourisme: histoire de consommation, histoire de dominations?*, consultado em 19/02/2008 <www.tourisme-durable.net/article.php3?id_article=40>

- Amblés, Anne (2002), “Tourisme ou tourisme?”, *Courriel d'information ATTAC*, nº 297, consultado em 23/04/2008
<www.fsa.ulaval.ca/personnel/vernag/eh/F/cause/lectures/tourisme_ou_tourisme.htm>
- Amo, Dolores Herrero (2003), *Turismo Solidário - marco de aproximación*. Diploma de Estudios Avanzados en Turismo, Madrid: Universidad Antonio de Nebrija, consultado em 20/04/2008 <www.turismo-responsable.org/Investigacio_debate/0803_turismosolidario_dherrero.pdf>
- Albuquerque, Luís de; Santos, Maria Emília (coord.) (1991), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa: Instituto de investigação Científica Tropical.
- Amaral, Ilídio (1991), “Cabo Verde: uma introdução geográfica”, in Albuquerque, Luís de; Santos, Maria Emília (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa: Instituto de investigação Científica Tropical, pp. 1-22.
- Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (eds.) (1996), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge.
- Atelier Mar (2007), *Página do Atelier Mar*, consultado em 07/09/2007
<www.atmar.web.pt/>
- Baleno, Ilídio (1991), “Povoamento e Formação da Sociedade”, in Albuquerque, Luís de; Santos, Maria Emília (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa: Instituto de investigação Científica Tropical, pp. 125-177.
- Becker, Egon; Jahn, Thomas (ed.) (1999), *Sustainability and the Social Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, London: Zed Books.
- Beek, Walter van (2007), “Approaching African tourism: paradigms and paradoxes”, in Chabal, Patrick; Engel, Ulf; Haan, Leo (eds.), *African Alternatives*, Leiden & Boston: Brill.
- Bellia, Remi; Richez-Battesti, Nadine (2004), *Tourisme Solidaire: innovation et réseau – Analyse comparée France-Italie*, Colloque Les enjeux du management responsable, Université Catholique de Lyon, consultado em 16/01/2008 <www.tourisme-solidaire.org/ressource/index.htm>
- BITS (2003), *Statuts du Bureau International du Tourisme Social*, consultado em 31/01/2008 <www.bits-int.org/files/1177082769_fr_Statuts.pdf>
- Brito, Brígida (2004), *O turismo como forma de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa: ISCTE.
- Brito, Brígida (2002), “O turista e o viajante: contributo para a conceptualização do turismo alternativo e responsável”, in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Oeiras: Celta Editora (CD-ROM).

- Brohman, John (1996), “New directions in tourism for Third World development”, in *Annals of Tourism Research*, vol. 23, no. 1, pp. 48-70, consultado em 29/10/2008 <www.sciencedirect.com/science/journal/01607383>
- Cabo Verde (2008), *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II*, Praia: Direcção Geral de Planeamento.
- Cabo Verde - Terra da Morabeza, consultado em 17/05/2008 <<http://cabo-verde-turismo.blogspot.com>>
- Caire, Gilles (2005), *Tourisme solidaire, capacités et développement socialement durable*, Paris: 5e Conférence internationale sur l’approche des Capacities, consultado em 19/02/2008 <www.capabilityapproach.com/pubs/308CAIRE.pdf>
- Caire, Gilles; Rouillet-Caire, Monique (2003), *Tourisme du Nord et développement durable du Sud: la contribution de l’«alter-tourisme»*, Marseille: Forum international Tourisme Solidaire et Développement Durable, consultado em 19/02/2008 <<http://sceco.univ-poitiers.fr/gedes/docs/marseille0412.pdf>>
- Capucha, Luís (1996), “Fazer render o belo – questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas”, in *Revista Sociologia- Problemas e Práticas*, nº 21, Lisboa: CIES, pp. 29-46.
- Carbone, Maurizio (2005), “Sustainable Tourism in Developing Countries: poverty alleviation, participatory planning and ethical issues”, in *The European Journal of Development Research*, vol. 17, nº 3, September.
- Cardoso, Manuela (2007), *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, Porto: Edições Afrontamento.
- Carreira, António (1972), *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata*, Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- CIC Portugal (2002), *Intervenção Social e Comunitária – Promover a Inclusão*, Lisboa: Hugin.
- Centraider (2005), *Quelle contribution du tourisme «solidaire» au développement des pays africains?* Tours: Réunion Tourisme Solidaire, consultado em 14/02/2008 <www.centraider.org/pdf/tourismesolidaire_cr.pdf>
- Claeyes, Urbain (2000), “O Turismo Social, elemento de construção de uma Economia Social no âmbito de uma Europa social”, in AAVV. *Seminário Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações*, Santa Maria da Feira: IEFP.
- Clifford, James (1986), “Introduction: Partial Truths”, in Clifford, James and Marcus, George (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley: University of California Press, pp. 1-26.
- Cohen, Eric (1991), “The Sociology of Tourism: approaches, issues and findings”, in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (eds.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge.

- Colaço, João (2008), *Do desenvolvimento da participação à participação no desenvolvimento: práticas e perspectivas em torno da acção participativa para o desenvolvimento: o caso de Arrouquelas*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa: ISCTE.
- Columbia University (2008), *Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe*, Nova Iorque: Universidade de Columbia.
- Commission nationale de la Coopération Décentralisée (coord.) (2006), *Coopération décentralisée, tourisme responsable et solidaire et développement des territoires – Vademecum*, Ministère des Affaires Étrangères, consultado em 20/02/2008 <www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/281_Cooperation_tourisme-2.pdf>
- Comoane, Ana (2007), *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo – O caso dos PMAs, em especial Moçambique: contingências e estratégias*, Coimbra: Almedina.
- Cooper et al. (1998), *Tourism – Principles and Practice*, New York: Longman.
- Coriolando, Luzia; Almeida, Humberto (2007), “O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de Economia Solidária”, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XI, n.º 245 (57), Barcelona: Universidad de Barcelona, consultado em 17/03/2008 <www.ub.es/geocrit/sn/sn-24557.htm>
- Costa, António F. (1999), “A pesquisa de terreno em Sociologia”, in Silva, Augusto S.; Pinto, J. Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª edição, Porto: Afrontamento, pp. 129-148.
- Craigwell, Roland (2007), “Tourism competitiveness in Small Island Developing States”. *WIDER Research Paper No. 2007/19*, Helsinki, consultado em 27/04/2009 <www.wider.unu.edu/publications/working-papers/research-papers/2007/en_GB/rp2007-19/>
- Cresswell, John (1994), *Research Design: qualitative and quantitative approaches*, Thousand Oaks: Sage.
- Dann, Graham; Cohen, Eric (1991), “Sociology and tourism”, in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (eds.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge.
- Defourny, Jacques; Develtere, Patrick (1997), *Jalons pour une clarification des débats sur l'économie sociale. “Dialogue”, n.º. 2*, Luxembourg: ADA (Appui au Développement Autonome), consultado em 27/02/2008 <www.globenet.org/horizon-local/ada/9721.html>
- Denman, Richard (2002), *Turismo y atenuación de la pobreza. Recomendaciones para la acción*, Madrid: World Tourism Organization.
- Denman, Richard (2001), *Directrices para el desarrollo del turismo comunitario*, Ledbury: WWF Internacional, consultado em 24/04/2008 <www.icrtourism.org/Publications/WWF3spa.pdf>
- Directel (2007), *Guia Turístico de Cabo Verde 2007*, Praia: Directel.

- Dolfus, André (s/d), *Les enjeux du tourism responsable*, consultado em 27/12/2007 <www.tourisme-solidaire.org/ressource/index.htm>
- Eagles, P., McCool, S.; Haynes, C. (2002), *Sustainable Tourism in Protected Areas Guidelines for Planning and Management*, Gland & Cambridge: IUCN.
- Estrela, Maria M. (2007), *Turismo Solidário e Desenvolvimento - Relatório Intercalar II e III*, Documento disponibilizado pela autora (não publicado), Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.
- Estrela, Maria M. (2005a), *O envolvimento da população na redução da exclusão e na extensão da protecção social: Desenvolvimento Comunitário de Lajedos*, Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- Estrela, Maria M. (2005b), *Lajedos: origem e contexto geográfico e social*, Apresentação em slides disponibilizada pela autora (não publicada), Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.
- Favreau, Louis; Frechette, Lucie (2002), *Mondialisation, économie sociale, développement local et solidarité internationale*, Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Favreau, Louis ; Lévesque, Benoît (1996), *Développement économique communautaire : économie sociale et intervention*, Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Ferreira, Eduardo S. (2008), *O turismo sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Ferreira, Eduardo S. (1998), *Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento Cabo Verdiano*, Documento de Trabalho nº 52, Lisboa: CESA, consultado em 20/03/2009 <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab_52.PDF>
- Figueiredo, António M.; Costa, Carlos S. (1982), *Do Subdesenvolvimento: Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito, Vol. I: Vulgatas*, Porto: Edições Afrontamento.
- Firosehusen, Nassima; Libercier, Flora (2006), *Le Tourisme responsable et solidaire – Synopsis*, Trophée Innovation et Développement Durable, Capgemini Consulting – ESCP-EAP, consultado em 14/01/2008 <www.fr.capgemini.com/pdf/6_tourisme.pdf>
- FRAGATA (2008), “Lajedos convida à estadia/ An invitation to stay”, *Revista Fragata*, Abril/ Junho 2008, Praia: TACV, pp. 15-22.
- França, Genauto C.; Laville, Jean-Louis (2004), *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- França, Genauto C. (2002), “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”, *Bahia Análise & Dados*, vol. 12, nº. 1, pp. 9-19. Salvador: SEI.

- Freedom House (2007), *Worst of the Worst: The World's Most Repressive Societies 2009 – Selected data from Freedom in the World*, consultado em 09/03/2009 <www.freedomhouse.org/uploads/WoW09/WOW%202009.pdf>
- Friedmann, John (1996), *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta.
- Gama, Douglas C.; Rodríguez, Tamara (2007), “Isla en el tiempo: Análisis sociológico de la pobreza en São Tomé y Príncipe”, *Revista de la Universidad de Oriente*, nº. 114, Santiago de Cuba: Universidade de Oriente, pp. 65-86.
- Gerosa, Vittorio (2003), *Tourism: A Viable Option for Pro-Poor Growth in Africa?* UNECA: Kampala, consultado em 18/10/2008 <www.propoortourism.org.uk/UNECA_Tourism_Poverty.pdf>
- Ghai, Dharam; Vivian, Jessica (1995), *Grassroots environmental action: people's participation is sustainable development*, London: Routledge.
- Gonzales, Paula (s/d), *Turismo Solidario: Antecedentes a nivel mundial*, consultado em 10/11/2008 <www.boomerangviajes.com.ar/user/archivos/116_Turismo%20Solidario%20antecedentes%20a%20nivel%20mundial.pdf>
- Goodwin, Harold (2001), “Contribution of Ecotourism to sustainable development in Africa”, in *Seminar Planning, Development and Management of Ecotourism in Africa*, Maputo.
- Goodwin, Harold (1998), “Sustainable Tourism and Poverty Alleviation”, *DFID/DETR Workshop on Sustainable Tourism and Poverty*, London: Department of for International Development, consultado em 11/03/2009 <www.propoortourism.org.uk/dfid_paper.pdf>
- Goulet, Denis (1985), *The Cruel Choice: a new concept in the Theory of Development*, Lanham: University Press of America.
- Guerreiro, Marta (2008), *Associações de Desenvolvimento Local: Que contributo para o desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM*, Tese de Mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Guimarães, Vera (2008), “A Sociologia e os Estudos do Turismo: algumas divagações”, in *V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina*, Caxias do Sul: UCS, consultado em 23/01/2009 <www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/sem_in_tur/trabalhos/arquivos/gt05-03.pdf>
- Hespanha, Pedro et al. (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Edições Almedina.
- Honey, Martha (1999), *Ecotourism and Sustainable Development – Who owns paradise?* Washington: Island Press.
- ICRT (2002), “Cape Town Declaration, Responsible Tourism in Destinations”, in *The Cape Town Conference, World Summit on Sustainable Development*.

- IMF (2008), *São Tomé and Príncipe: Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report*, Washington: International Monetary Fund, consultado em 01/07/2008 <www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2008/cr08154.pdf>
- IMF (2005), *Cape Verde: Poverty Reduction Strategy Paper*, Washington: International Monetary Fund, consultado em 17/05/2008 <www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr05135.pdf>
- IMVF (2009), *Turismo Solidário na Ilha de Santo Antão*, consultado em 12/02/2009 <www.imvf.org/noticias/detalhes.php?id=316>
- INECV (2009), *Base de dados estatísticos oficiais*, consultado em 05/03/2009 <www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx>
- INECV (2007), *Estatísticas de Turismo - Síntese de Resultados*, consultado em 20/05/2008 <www.ine.cv>
- INECV (2004), *Perfil da Pobreza: Quem São e Onde, Estão os Pobres em Cabo Verde*, consultado em 15/06/2009 <www.ine.cv/actualise/artigos/files/Perfil%20de%20Pobreza.pdf>
- INESTP (2006), *São Tomé e Príncipe em números*, São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.
- Ki-Zerbo, Joseph (2006), *Para quando África? Uma entrevista com René Holenstein*, Porto: Campo das Letras.
- Krippendorf, Jost (1987), *Les vacances, et après? Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages*, Paris: Editions L'Harmattan.
- Latouche, Serge (2007), *La outra África – autogestión y apaño frente al mercado global*, Barcelona: Oozebap.
- Laurent, Alain (2004), *Agenda 21 Local para o Turismo a partir das Comunidades de Base (ALTICOBA 21), República do Djibuti - Uma iniciativa de desenvolvimento sustentável através de um turismo responsável, à escala de um território de participação*, consultado em 10/10/2007 <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-7161.html>>
- Laurent, Alain (2003), *Caractériser le tourisme responsable facteur de développement durable*, Toulouse: Ministère des Affaires étrangères, consultado em 28/12/2007 <www.tourisme-solidaire.org/ressource/index.htm>
- Laville, Jean-Louis et al. (2000), “*Terceiro Sistema: uma definição europeia*”, in CIRIEC, *As empresas e organizações do terceiro sistema – um desafio estratégico para o emprego*, Lisboa: INSCOOP.
- Lea, John (1988), *Tourism and Development in the Third World*, London: Routledge.
- Lopes, Leão (2007), *Turismo Solidário com base comunitário: A experiência de Lajedos*, Documento disponibilizado pelo autor (não publicado), Acessível no Atelier Mar, São Vicente, Cabo Verde.

- Marques, Joana (2009), “Da Economia Solidária ao Turismo Solidário: para uma conceptualização e prática reflexivas”, in Brito, Brígida; Alarcão, Nuno; Marques, Joana (orgs.), *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às prática – Turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Gerpress, pp. 83-97.
- Marshall, Catherine; Rossman, Gretchen (1999), *Designing Qualitative Research*, 3rd edition, Thousand Oaks: Sage.
- Matias, Álvaro (2007), *Economia do Turismo – Teoria e Prática*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Mauss, Marcel (1974), *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: EPU.
- Mayring, Philippe (2002), *Introdução à pesquisa social qualitativa*, 5ª Edição, Weinheim: Beltz.
- McCannel, Dean (1992), *Empty meeting grounds: the tourist papers*, London: Routledge.
- McCannel, Dean (1976), *The tourist: a new theory of leisure class*, London: MacMillan.
- McSorley, Katherine; McElroy, Jerome (2007), “Small Island Economic Strategies: Aid-Remittance versus Tourism Dependence”, in *E-Review of Tourism Research (eRTR)*, Vol. 5, No. 6, consultado em 02/01/2007 <<http://ertr.tamu.edu>>
- Meadows, D. et al (1972), *The limits to growth*, New York: Universe Books.
- M-EIA (2004), *Apresentação da M-EIA*, consultado em 27/02/2009 <www.m-eia.org/moodle/mod/resource/view.php?id=2>
- Mondjanagni, Alfred e tal (1984), *La participation Populaire au développement en Afrique noire*, Paris : Karthala/ IPD.
- Monteiro, Gizela (2008), *Empowerment: uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde. O caso de Lajedos*, Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE, consultado em 12/03/2009 <<http://hdl.handle.net/10071/1003>>
- Monzón, José Luís ; Defourny, Jacques (dir.) (1987), *Economía Social – Entre Economía Capitalista y Economía Pública*, Valência: Ciriec.
- Morais, Pedro; Silveira, Miguel (2009), “O Ecoturismo e a Educação de Turistas como estratégias de Desenvolvimento Sustentável em Ilhas”, in Brito, Brígida; Alarcão, Nuno; Marques, Joana (orgs.) (2009), *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às prática – Turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Gerpress, pp. 57-66.
- Moreno, Luís (2007), *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, Lisboa: edição do autor com base na revisão da sua tese de doutoramento em Geografia Humana (Universidade de Lisboa, FLUL).
- Natcultura (2009), *Página da Natcultura*, consultado em 25/05/2009 <www.natcultura.org>

- Ninacs, William (2002), “Le pouvoir dans la participation au développement local dans un contexte de mondialisation”, in Tremblay, Marielle ; Tremblay, Pierre-André ; Tremblay, Suzanne (dir.), *Développement local, économie social et démocratie*, Québec: Presses de l’Université du Québec, pp. 15-40.
- Oliveira, Aécio A. (s/d), *Curso de Turismo de Inclusão*, consultado em 16/09/2007 <<http://200.194.97.7/turismo,16/09/2007>>
- Pérez, Salvador (2006), *I Encuentro Internacional sobre Turismo Justo*, Málaga: Disputación de Málaga.
- Perroux, François (1981), *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PNUD/OMT (2001), *Plan stratégique pour le développement du tourisme - République Démocratique de São Tomé e Príncipe (STP/01/004)*, Rapport préparé pour le gouvernement de la République Démocratique de Sao Tomé et Príncipe, vol. 1, 2, 3, Madrid.
- Poos, Samuel (2006), *Tourisme équitable et solidaire: un exemple de commerce équitable dans le domaine des services*, Bruxelles: Fair Trade Centre.
- Porta, Donatella della; Keating, Michael (ed.) (2008), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences – a pluralist perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Porta, Donatella della (2008), “Comparative analysis: case-oriented versus variable oriented research”, in Porta, Donatella della; Keating, Michael (ed.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences – a pluralist perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 198-222.
- Potter, Bruce (2005), *Turismo sustentável em São Tomé e Príncipe*, Washington: Island Resources Foundation, Earth Institute, Universidade de Columbia, consultado em 26/11/2007<www.earthinstitute.columbia.edu/cgsd/STP/documents/turismo_sustentavel.pdf>
- Pro Poor Tourism Partnership* (2008), *Pro Poor Tourism*, consultado em 02/07/2008 <www.propoortourism.org.uk>
- Ragin, Charles (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*, Berkeley: University of California Press.
- Raymond, Eliza; Hall, Michael (2008), “The development of cross-cultural (mis)understanding through volunteer tourism”, in *Journal of Sustainable Tourism*, vol. 16, no. 5, Routledge, pp. 530-543, consultado em 23/11/2008 <<http://dx.doi.org/10.1080/09669580802159610>>
- Réseau Eco-Consommation (2003), *Le tourisme sous toutes ses coutures*. Fiche-Conseil n°118, consultado em 04/01/2008 <www.ecoconso.be/spip.php?article369>
- Retour Foundation, consultado em 16/09/2007 <www.retour.net/index.htm>

- Ritimo, Cdtm34 (2007), *Tourisme Solidaire: Introduction*, consultado em 19/01/2007 <www.ritimo.org/dossiers_thematiques/tourisme/tourisme_intro.html>
- Rizzo, Nora (2009), “Turismo Solidário. Escola de Artes e Ofícios de Diogo Vaz”, in Brito, Brígida; Alarcão, Nuno; Marques, Joana (orgs.), *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às prática – Turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Gerpress, pp. 337-339.
- Rocha São João - Turismo Ecológico e Cultural em espaço rural (2009), consultado em 16/02/2009 <www.rocasaojoao.com/sao.htm>
- Rodrigues, Juvenal (2009), “As potencialidades do turismo no país do Equador”, *África 21 Digital*, Brasília: DF, consultado em 06/07/2009 <www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8637861&indice=0&canal=406>
- Rodrigues, Sandra; Oliveira, Shênia (2008), “Turismo, patrimonio e desenvolvimento em Cabo Verde”, in *Webartigos*, consultado em 23/05/2009 <www.webartigos.com/articles/12796/1/turismo-patrimonio-e-desenvolvimento-em-cabo-verde/-pagina1.html>
- Rojek, Chris; Urry, John (eds.) (1997), *Touring Cultures: transformations of travel and theory*, London: Routledge.
- Romana, Heitor (1997), *São Tomé e Príncipe – elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sachs, Ignacy (1999), “Social Sustainability and Whole Development: exploring the dimensions of sustainable development”, in Becker, Egon; Jahn, Thomas (ed.), *Sustainability and the Social Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation*, London: Zed Books, pp. 25-36.
- Sachs, Jeffrey (2006), *O fim da Pobreza*, Lisboa: Casa das Letras.
- Sancho, Amparo (2005), “Turismo y desarrollo”, in *Jornadas Internacionales de Turismo Justo: un reto para el desarrollo*, consultado em 12/01/2009 <www.uv.es/~sancho/Turismo%20y%20desarrollo.pdf>
- São Tomé e Príncipe (2008), consultado em 01/07/2008 <www.sao-tome.com>
- Scheyvens, Regina; Momsen, Janet (2008a), “Tourism and poverty reduction: issues for Small Island States”, in *Tourism Geographies*, vol. 10, no. 1, London: Routledge, pp. 22-41, consultado em 16/04/2009 <<http://dx.doi.org/10.1080/14616680701825115>>
- Scheyvens, Regina; Momsen, Janet (2008b), “Tourism in Small Island States: from vulnerability to strengths”, in *Journal of Sustainable Tourism*, vol. 16, no. 5, London: Routledge, pp. 491-510, consultado em 16/04/2009 <<http://dx.doi.org/10.1080/09669580802159586>>

- Schmitter, Philippe (2008), “The design of social and political research”, in Porta, Donatella della; Keating, Michael (ed.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences – A Pluralist Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 263-295.
- Seibert, Gerhard (2006), *Comrades, clients and cousins: colonialism, socialism and democratization in São Tomé and Príncipe*, ed. rev., Leiden: Brill.
- Sen, Amartya (2000), *Desenvolvimento como liberdade*, Lisboa: Companhia das Letras.
- SIDSNET (2008), *Who are the SIDS*, consultado em 20/04/2008 <www.sidsnet.org/2.html>
- SIDSNET (2003), *National Assessments of the Barbados Programme of Action + 10 Review: Cape Verde*, consultado em 02/01/2008 <www.sidsnet.org/docshare/other/20040415095055_Cape_Verde_NAR_2003>
- Silva, António C. (1996), *História de Um Sahel Insular*, 2ª Edição, Cidade da Praia: Spleen Edições.
- Silva, Augusto S. (2006), *A Sociologia e o debate público – Estudos sobre a relação entre conhecer e agir*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto S. (1999), “A Ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais”, in Silva, Augusto S.; Pinto, J. Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª edição, Porto: Afrontamento, pp 29-53.
- Silva, João A.; Flores, Adão (2006), “A gestão dos destinos turísticos: criando valor no destino Arade”, in Fonseca, Maria Lucinda (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 229-244.
- Silva, Manuela (1964), “Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal”, *Análise Social*, Vol. II, nº 7-8, pp. 498-510.
- Site Oficial da Direcção do Turismo e Hotelaria de São Tomé e Príncipe, consultado em 10/05/2008 <www.stptourism.st>
- So, Alvin (1990), *Social Change and Development: Modernization, Dependency and World-System Theories*, Newbury Park: Sage Publications.
- STP (2009), *Página Oficial do Governo de São Tomé e Príncipe*, consultado em 15/05/2009 <www.gov.st>
- STP (2001), *Diagnóstico da Situação da População e Género em S. Tomé e Príncipe*", vol. III, São Tomé: Ministério do Planeamento e Finanças.
- STP (2000), *Boletim Estatístico de 2000*, São Tomé: Direcção de Planeamento e Estudos, Ministério da Economia.
- Tartarugas Marinhas (2008), consultado em 07/04/2008 <www.tortugasmarinhas.org>
- TI (2008), *2008 Corruption Perceptions Index*, consultado em 09/03/2009 <www.transparency.org/news_room/in_focus/2008/cpi2008/cpi_2008_table>

- TIES (2008), *The International Ecotourism Society*, consultado em 02/07/2008 www.ecotourism.org
- UN (2009), *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, consultado em 20/05/2009 <<http://esa.un.org/unpp>>
- UN (2001), *Canary Islands Declaration on Tourism in the Least Developed Countries*, Geneva: UN.
- UN (1994), *Report of the Global Conference on the Sustainable Development of Small Island Developing States*, Barbados: UN, consultado em 23/11/2008 <www.sidsnet.org/docshare/other/BPOA.pdf>
- UNAT (2002), *D'autres voyages, du tourisme à l'échange*, Paris: UNAT.
- UNCTAD (1998), "Developing countries could target tourism to boost economic growth", Press Release 9/6/98, consultado em 14/02/2009 <www.unctad.org/templates/Webflyer.asp?docID=3243&intItemID=2024&lang=1>
- UNDP (2008), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido*, Coimbra: Edições Almedina.
- UNDP (2002), *Rapport National de Développement Humain São Tomé et Príncipe: Changements de 1990 à 2002 et Développement Humain*, São Tomé: UNDP.
- UNDP (1999), *Human Development Report 1999: Globalization with a Human Face*, New York: Oxford University Press.
- UNEP/ ICLEI (2003), *Tourism and Local Agenda 21: The role of Local Authorities in Sustainable Tourism*, Paris: United Nations Publications.
- UNESCO (2003), *Small islands: Looking forward – Beyond 2004*, consultado em 05/03/2009 <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13639&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>
- Urry, John (2002), *The tourist gaze*, London: Sage Publications.
- Urry, John (1995), *Consuming places*, London: Routledge.
- Urry, John (1991a), "Tourism, culture and social inequality", in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (eds.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge.
- Urry, John (1991b), "The changing economics of the tourist industry", in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (edit.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge.
- Vennesson, Pascal (2008), "Case studies and process tracing: theories and practices, in Porta, Donatella della; Keating, Michael (ed.), *Approaches and Methodologies in the*

Social Sciences – A Pluralist Perspective, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 223-239.

WCED (1987), *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa: Milibérica Liber.

Wearing, Stephen (2001), *Volunteer Tourism: Experiences That Make a Difference*, New York: CABI Publishing.

Williams, A., Shaw, G. (1988), *Tourism and Economic Development – Western European experiences*, London: Belhaven Press.

WHO (2008), *World Malaria Report 2008*, Geneva: World Health Organization.

World Bank (2009a). *Country Brief: Cape Verde*, consultado em 23/04/2009 <<http://go.worldbank.org/96LOVZBGZ0>>

World Bank (2009b). *Country Brief: São Tomé and Príncipe*, consultado em 23/04/2009 <<http://go.worldbank.org/S1B35TAGM0>>

World Bank (2005), *São Tomé and Príncipe: Update of National Poverty Reduction Strategy*, consultado em 01/07/2008 <[http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/SaoTomePrincipe_PRSP\(Jan2005\).pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/SaoTomePrincipe_PRSP(Jan2005).pdf)>

WTO (2009), *World Tourism Barometer: International tourism challenged by deteriorating global economy*, Vol. 7, No. 1, Madrid: World Tourism Organization, consultado em 16/03/2009 <http://unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom09_1_en_excerpt.pdf>

WTO (2008), *Tourism Highlights 2008*, Madrid: World Tourism Organization, consultado em 20/02/2009 <http://unwto.org/facts/eng/pdf/highlights/UNWTO_Highlights08_en_HR.pdf>

WTO (2007), *Study on the concepts and realities of social and solidarity tourism in Africa*, Madrid: World Tourism Organization.

WTO (2006a), *Tourism Market Trends*, Madrid: World Tourism Organization.

WTO (2006b), *Compendium of Tourism Statistics*, Madrid: World Tourism Organization.

WTO (2004a). *Tourism Highlights 2004*. Madrid: World Tourism Organization.

WTO (2004b), “Sustainable Tourism Development and Poverty Alleviation, Conclusions and Recommendations”, in *Regional Seminar-Workshop for Central and West Africa*, Cotonou.

WTO (2004c), *Tourism Market Trends*, Madrid: World Tourism Organization.

WTO (2004d), *Sustainable Development of Tourism Conceptual Definition*, consultado em 19/01/2008 <www.unwto.org/frameset/frame_sustainable.html>

- WTO (2004e), *Tourism and Poverty Alleviation Recommendations for Action*, Madrid: World Tourism Organization.
- WTO (2003), “Specific Programme of Activities to Promote Tourism Development in Sub-Saharan Africa”, in *Seminar Ecotourism in National Parks and Protected Areas in Africa*, Kigali.
- WTO (2002), *White Paper on Trade and Tourism Services: “liberalization with a human face”*.
- WTO (1997a), *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry - Towards environmentally sustainable development*, Madrid: World Tourism Organization.
- WTO (1997b), *International Tourism: A global perspective*, Madrid: World Tourism Organization.
- WTO (1995), “Charter for sustainable tourism”, in *World Conference on Sustainable Tourism*, Lanzarote.
- WTO, PNUMA (2002), “Declaração de Ecoturismo do Quebec”, In *World Ecotourism Summit*, Quebec.
- WTTC (2009), *World Travel & Tourism Council*, consultado em 16/03/2009 <www.wttc.org>

Anexos

Anexos:

Anexo I. Planeamento das missões

I1 - Missão a Cabo Verde

I2 - Missão a São Tomé e Príncipe

Anexo II. Quadro metodológico

Anexo III. Mapas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Anexo IV. Levantamento das iniciativas de Turismo Solidário

Anexo V. Documentação de divulgação dos projectos em análise

Anexo VI. Inquérito por questionário

Anexo VII. Estatísticas descritivas do inquérito por questionário

Anexo VIII. Guião das entrevistas

VIII1 - Entrevista aos Gestores dos Projectos de Turismo

VIII2 - Entrevista aos Líderes Comunitários e Observadores Privilegiados

VIII3 - Entrevista aos Representantes Institucionais

Anexo IX. Análise de conteúdo das entrevistas

IX1. Análise de Conteúdo das Entrevistas – Cabo Verde

IX2. Análise de Conteúdo das Entrevistas – São Tomé e Príncipe

Anexo X. Cronologia do Turismo Solidário